

Volume Único

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARNAMIRIM/RN



Volume Único

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARNAMIRIM/RN

Volume Único

Idealização:

Secretaria de Assistência Social, Habitação e Regularização Fundiária



Realização



Financiamento

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



Parnamirim, 2020

EQUIPE TÉCNICA PAINEL PESQUISAS E CONSULTORIA

Direção Executiva

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista CORECON nº 2.556-9

Coordenação Geral

Maria Helena Provenzano - Administradora CRA nº 27913 e Bacharel em Serviço Social

Análise Estatística

Fátima Mottin – Estatística CONRE nº 9013-A

Equipe Técnica

Fabiana Caetano – Advogada OAB/SC nº 54940 e Administradora CRA/SC nº 28080

Lourdes Grabowski – Assistente Social

Margareth Victória Kolb – Historiadora

Felipe de Avila – Sistemas de Informação

Marcelo Nunes Paolillo – Sistemas de Informação

Rodolfo Uber Januário – Sistemas de Informação

Revisão Textual e Ortográfica

Margareth Victória Kolb – Historiadora

Apoio Administrativo

Diana Maria Garbin

Ian Casas

Identidade Visual

Isabela Bortoletto Bozzola – Designer Gráfico

Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico (DRT n. 11048/48)

Gestão do Município de Parnamirim

Prefeito Municipal

Rosano Taveira

Gabinete Civil

Wolney Freitas de Azevedo França

Procuradoria Geral do Município

Fábio Daniel de Souza Pinheiro

Controladoria Geral Município

Fábio Sarinho Paiva

Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos

Homero Grec Cruz Sá

Secretaria Municipal de Tributação

Fabio Roberto da Silva Araujo

Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Regularização Fundiária

Jacob Helder Guedes de Oliveira Jácome

Secretaria Municipal da Saúde

Terezinha Guedes Rêgo de Oliveira

Secretaria Municipal de Limpeza Urbana

Fernando de Lima Fernandes

Secretaria de Segurança, Defesa Civil e Mobilidade Urbana

Marcondes Rodrigues Pinheiro

Secretaria de Planejamento, Finanças, Turismo e Desenvolvimento Econômico

Giovani Rodrigues Júnior

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Ricardo Wagner Martins Cruz

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Charles Casas de Quadros

Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

Maria de Fatima Alencar Cabral

Secretaria Municipal de Obras Públicas e Saneamento

João Albérico Fernandes da Rocha Júnior

Secretaria de Educação e Cultura

Justina Iva de Araújo Silva

Assessoria de Comunicação Social

Yara Okubo

Fundação Parnamirim de Cultura

Haroldo Gomes da Silva

Grupo da Ciência e Tecnologia da Informação

Dario Candido de Medeiros

PREFÁCIO

A Política de Assistência Social compreende o território como um ambiente que incorpora muito mais do que os aspectos físicos, geográficos e populacionais, mas também as dimensões culturais, econômicas e políticas, ocupado por diferentes atores que fazem uso dos mais variados desse ambiente e estabelecem relações as mais diversas.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao adotar a lógica territorial como um de seus pressupostos de gestão, o fez na perspectiva de aprimorar o conhecimento da realidade social, de melhorar o acesso dos destinatários aos serviços, programas e benefícios, de reconhecer as vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais e das violações de direitos, de favorecer a articulação da rede de serviços, de potencializar a intersetorialidade como estratégia de gestão, de possibilitar a integração entre serviços, programas e benefícios, e de aprofundar e materializar processos participativos.

O diagnóstico socioterritorial de que trata a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2012) é fundamental para se conhecer as reais necessidades da população beneficiária da Política de Assistência Social. A perspectiva territorial na gestão do SUAS favorece sua capacidade de ampliar seu foco para além de indivíduos e famílias, alcançando grupos populacionais, considerando as diferentes realidades, a história, as relações de poder, a estrutura e as dinâmicas próprias.

Neste sentido, o diagnóstico socioterritorial, possibilitará a Prefeitura de Parnamirim e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Regularização Fundiária – SEMAS, análise aprofundada dos aspectos que exigem maiores esforços de poder público para implementação e o aprimoramento de políticas públicas que favoreçam o bem-estar e a garantia de direitos da população.

Parabéns a todos os envolvidos!



JACOB HELDER GUEDES OLIVEIRA JACOMÉ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL,
HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CADÚNICO
CMAS	Conselho Municipal da Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MSE	Medidas Socioeducativas
OSCs	Organização da Sociedade Civil
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PcD	Pessoa com Deficiência
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RDJ	Razão Dependência Jovem
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIM	Sistema de Informações de Mortalidade
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
SIPIA	Sistema para Infância e Adolescência
SISC	Sistema de Informações do Serviço de Convivência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional
UBS	Unidade Básica de Atenção à Saúde

SUMÁRIO

PARTE I.....	20
1. INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARNAMIRIM.....	20
2. NOTAS METODOLÓGICAS.....	22
3. DIVISÃO TERRITORIAL	22
4. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO.....	24
5. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	24
6. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	25
PARTE II	27
7. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO.....	27
8. PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO.....	30
8.1 INDICADORES DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO POR TERRITÓRIO	32
8.1.1 POPULAÇÃO RESIDENTE.....	32
8.1.2 POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS	33
8.1.3 POPULAÇÃO DE 0 A 5 ANOS	34
8.1.4 POPULAÇÃO DE 6 A 11 ANOS	35
8.1.5 POPULAÇÃO DE 12 A 17 ANOS	36
8.1.6 POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS	37
8.1.7 POPULAÇÃO DE 30 A 59 ANOS	38
8.1.8 POPULAÇÃO RESIDENTE DE 60 ANOS E MAIS.....	39
8.1.9 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	40
8.1.10 DOMICÍLIOS POR TERRITÓRIO	42
8.1.11 RENDA DOMICILIAR PER CAPITA.....	43
8.1.12 DENSIDADE DOMICILIAR	44
8.1.13 PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS SEM ENERGIA ELÉTRICA	45
8.1.14 PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO	46
8.1.15 PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS SEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REDE GERAL	47
8.1.16 DOMICÍLIOS COM RENDA PER CAPITA EQUIVALENTE A SITUAÇÃO DE POBREZA (RENDA PER CAPITA DE ATÉ ½ SM)	48
8.1.17 DOMICÍLIOS COM RENDA PER CAPITA EQUIVALENTE A EXTREMA POBREZA (RENDA PER CAPITA ATÉ ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO).....	49
8.1.18 RAZÃO DE DEPENDÊNCIA TOTAL	50
8.1.19 RAZÃO DE DEPENDÊNCIA JOVEM	51
8.1.20 RESPONSÁVEL ADOLESCENTE.....	52
8.1.21 COMPARATIVO SALARIAL POR SEXO.....	53
8.2 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DO PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	55
9. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO E DE APOIO DE PARNAMIRIM/RN	56

PARTE III	61
10. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	61
11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SEMAS	63
11.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	65
11.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	72
11.2.1 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE.....	72
11.2.2 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE.....	83
11.2.3 CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS.....	89
11.3 BENEFÍCIOS	96
11.4 HABITAÇÃO	100
11.5 INDICADORES POR TERRITÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	101
11.5.1 FAMÍLIAS ACOMPANHADAS NO PAIF.....	101
11.5.2 FAMÍLIAS ACOMPANHADAS NO PAIF QUE POSSUEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	102
11.5.3 FAMÍLIAS ACOMPANHADAS NO PAIF QUE POSSUEM IDOSOS.....	103
11.5.4 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SCFV	104
11.5.5 IDOSOS NO SCFV	105
11.5.6 SITUAÇÃO PRIORITÁRIA NO SCFV	106
11.5.7 CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS NO SCFV COM VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA E/OU NEGLIGÊNCIA.....	107
11.5.8 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SCFV EM TRABALHO INFANTIL	108
11.5.9 TRABALHO INFANTIL.....	109
11.5.10 PESSOA IDOSA BENEFICIÁRIA DO BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC.....	110
11.5.11 FAMÍLIAS ACOMPANHADAS NO PAEFI	111
11.5.12 PESSOAS ACOMPANHADAS NO PAEFI.....	112
11.5.13 PESSOAS DE 0 A 17 ANOS ACOMPANHADAS NO PAEFI POR TOTAL DE NOTIFICAÇÕES NO CONSELHO TUTELAR.	113
11.5.14 TAXA DE MSE DE 12 A 17 ANOS	114
11.5.15 TAXA DE MSE DE 18 A 21 ANOS	115
11.5.16 FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CADÚNICO	116
11.5.17 FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA ATÉ R\$ 89,00 NO CADÚNICO	117
11.5.18 FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA ENTRE R\$ 89,00 E R\$ 178,00 NO CADÚNICO.....	118
11.5.19 FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA ENTRE R\$ 178,01 E ½ SM NO CADÚNICO.....	119
11.5.20 FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA ACIMA DE ½ SM NO CADÚNICO.....	120
11.5.21 FAMÍLIAS NO CADÚNICO BENEFICIÁRIAS DO PBF	121
11.5.22 PESSOAS NO CADÚNICO BENEFICIÁRIAS DO PBF	122
11.5.23 FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ R\$ 89,00 NÃO BENEFICIÁRIAS DO PBF	123
11.5.24 FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA DE R\$ 89,00 ATÉ R\$ 178,00 COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NÃO BENEFICIÁRIAS DO PBF	124
11.5.25 FAMÍLIAS COM PERFIL DE BENEFICIÁRIO DO PBF QUE NÃO RECEBEM O BENEFÍCIO	125
11.5.26 FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF QUE NÃO ATENDEM OS CRITÉRIOS DO PROGRAMA	126

11.6 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES POR TERRITÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	127
PARTE IV	129
12. POLÍTICA NACIONAL DA SAÚDE	129
12.1 POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	130
12.1.1 SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE NASCIDOS VIVOS - SINASC	130
12.1.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE - SIM	134
12.1.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO (SINAN).....	137
12.1.4 VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (VAN)	141
12.2 POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR.....	146
12.3 POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	153
12.4 INDICADORES POR TERRITÓRIO DA SAÚDE	155
12.4.1 TAXA DE NATALIDADE.....	155
12.4.2 PERCENTUAL DE BAIXO PESO AO NASCER.....	156
12.4.3 PERCENTUAL DE GESTANTE COM PRÉ-NATAL INSUFICIENTE	157
12.4.4 PERCENTUAL DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	158
12.4.5 PERCENTUAL DE NASCIDOS VIVOS COM ANOMALIAS CONGÊNITAS.....	159
12.4.6 TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.....	160
12.5 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES POR TERRITÓRIO DA SAÚDE.....	169
13. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	171
13.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	171
13.2 CENSO ESCOLAR	173
13.1.1 MATRÍCULAS DOS EDUCANDOS	173
13.3 INDICADORES POR TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO	179
13.3.1 ÍNDICES DE ANALFABETISMO	179
13.3.2 RENDIMENTO ESCOLAR	180
13.3.3 DISTORÇÃO ESCOLAR.....	182
13.3.4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	183
13.3.5 COBERTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	184
13.3.6 VIOLAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	186
13.3.7 TAXA DE EVASÃO OU INFREQUÊNCIA ESCOLAR.....	187
PARTE V.....	188
14. VIOLAÇÕES DE DIREITO	188
14.1 CONSELHO TUTELAR	189
14.2 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS.....	189
14.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO (SINAN).....	190
14.4 DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL	191
15.4 INDICADORES DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR TERRITÓRIO	192
15.4.1 VIOLÊNCIAS CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE REGISTRADAS NO CONSELHO TUTELAR - CT.....	193
15.4.2 TAXA DE NEGLIGÊNCIA/ABANDONO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	196
15.4.3 TAXA DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE	197

15.4.4 TAXA DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE	198
15.5.5 TAXA DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE	199
15.5.6 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ACOMPANHADAS NO CREAS	200
15.5.7 VIOLÊNCIAS CONTRA A PESSOA IDOSA ACOMPANHADAS NO CREAS	201
15.5.8 VIOLAÇÕES REGISTRADAS NAS DELEGACIAS DA POLÍCIA CIVIL.....	202
15.5.9 VIOLÊNCIA FÍSICA REGISTRADA NAS DELEGACIAS DE PARNAMIRIM.....	204
15.5.10 TAXA GERAL DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA REGISTRADAS NA SEGURANÇA PÚBLICA.....	205
15.5.11 TAXA GERAL DE VIOLÊNCIA OU ABUSO SEXUAL REGISTRADAS NA SEGURANÇA PÚBLICA	206
15.5.12 TAXA GERAL DE CONFLITO FAMILIAR.....	207
15.5.13 TAXA DE VIOLÊNCIA LETAL INTENCIONAL REGISTRADA NA SEGURANÇA PÚBLICA	208
15.4 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DE VIOLÊNCIA POR TERRITÓRIO	210
PARTE VI 212	
15. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM MORADORES, LÍDERES E INFLUENCIADORES DAS COMUNIDADES LOCAIS	212
15.1 AS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DE CADA GRUPO PRIORITÁRIO	213
15.2 AS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO	220
15.3 AS PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO	224
PARTE VII	234
16. MAPA SOCIAL GERAL DO MUNICÍPIO.....	234
REGIÃO NOVA PARNAMIRIM	235
REGIÃO MOITA VERDE	236
REGIÃO PARQUE INDUSTRIAL.....	237
REGIÃO MONTE CASTELO	238
REGIÃO LIBERDADE	239
REGIÃO PASSAGEM DE AREIA	240
REGIÃO LITORAL	241
REGIÃO VALE DO SOL	242
REGIÃO BELA PARNAMIRIM.....	243
17. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
18. REFERÊNCIAS	252

PARTE I

1. INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARNAMIRIM

O Diagnóstico Socioterritorial, ora apresentado, é resultado do interesse da gestão do município de Parnamirim, a qual vislumbrou a importância de compilar, em documento, informações sobre o desenvolvimento da Política Municipal da Assistência Social, a rede de atendimento e os indicadores sociais, estruturando e apresentando a realidade do município.

Tal interesse segue uma tendência brasileira, apontada nos documentos normativos básicos das Políticas Públicas, à exemplo da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. A importância de implantar sistemáticas de informação é alimentada pela necessidade dos governos de se utilizarem desses instrumentos para o planejamento, formulação, avaliação e monitoramento de políticas públicas. Sua importância se justifica ainda pela amplitude dos dados coletados e pela possibilidade de encontrá-los em um mesmo lugar, com linguagem acessível, podendo a sociedade realizar uma leitura da realidade do município, favorecendo a transparência da gestão pública, o exercício da cidadania e do controle social.

O conhecimento e/ou reconhecimento da realidade local é base fundamental para a construção de ofertas que contemplem as necessidades da população e contribui para a assertividade e eficiência das proposituras, subsidiando assim os processos de tomada de decisão municipal, embasando os processos de trabalho dos gestores e técnicos das políticas públicas, evitando também o desperdício de recursos.

Este diagnóstico evidencia, além das ações do governo, a contribuição do segundo e do terceiro setor da sociedade, por meio de dados das mais variadas atividades. O objetivo geral do diagnóstico, segundo o Edital lançado para licitação, foi a “contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na elaboração de diagnóstico socioterritorial”, ou seja, o mapeamento das necessidades, vulnerabilidades e riscos sociais do Município de Parnamirim/RN.

Os dados aqui elencados pretendem traduzir a realidade do ano de 2018 e algumas informações de 2019, tendo sido esse recorte temporal acordado entre a empresa e a comissão local. Não se tem com ele a pretensão de esgotar dados, mas se intenciona apresentar um documento de grande autenticidade e qualidade, podendo ser utilizado nos próximos anos, devendo servir de inspiração ao município para novas pesquisas e, principalmente, chamando a atenção para a importância de uma rotina qualificada de registros qualitativos e quantitativos sobre as ofertas municipais.

Portanto, este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional por território, por meio da apresentação de indicadores sociais construídos com o objetivo de identificar o número e o perfil daqueles que estão sujeitos às vulnerabilidades sociais.

Nesta perspectiva, importante se faz primeiramente introduzir o conceito de indicador social, que nas palavras de Jannuzzi (2004, p. 15), pode ser definido como:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Na concepção de Soligo (2012), o crescimento da visibilidade de inúmeras questões sociais - como distribuição de renda, miséria, criminalidade, qualidade da educação, violação de direitos entre outras - reforçam a importância e a necessidade de os dados estatísticos fazerem parte do monitoramento, planejamento como subsídio para as ações governamentais e da sociedade civil, o que justifica a necessidade da produção das informações pertinentes neste estudo, como forma também de acompanhar as mudanças da realidade social da população.

Diante do exposto, este Diagnóstico Social foi desenvolvido a partir da exploração de pesquisas e análise de dados da rede de atendimento.

2. NOTAS METODOLÓGICAS

O Diagnóstico Socioterritorial da Assistência Social de Parnamirim foi produzido e disponibilizado pela Paineira Pesquisas e Consultoria em um único volume.

Adiante serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração do Diagnóstico, como a divisão territorial, a identificação e mapeamento da rede de atendimento, a coleta, o tratamento, a padronização dos dados, as técnicas estatísticas utilizadas na análise, e a forma de apresentação dos resultados.

3. DIVISÃO TERRITORIAL

A definição do território para fins do diagnóstico é a primeira etapa do projeto, e sua organização é de suma importância, já que os dados coletados serão compilados e posteriormente apresentados na forma de indicadores e análises complementares a partir de um comparativo das regiões geográficas definidas pela territorialização.

“O território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”. (Milton Santos, 2000)

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformativos para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que os dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas existentes entre os bairros e áreas rurais, limitando e engessando as ações do poder público.

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país - cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor censitário¹ - a divisão territorial de Palmeira foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

Com o auxílio da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, e técnicos da Secretaria de Assistência Social, a divisão territorial para fins do Diagnóstico, resultou em 9 regiões com perfil socioeconômico homogêneo entre si.²

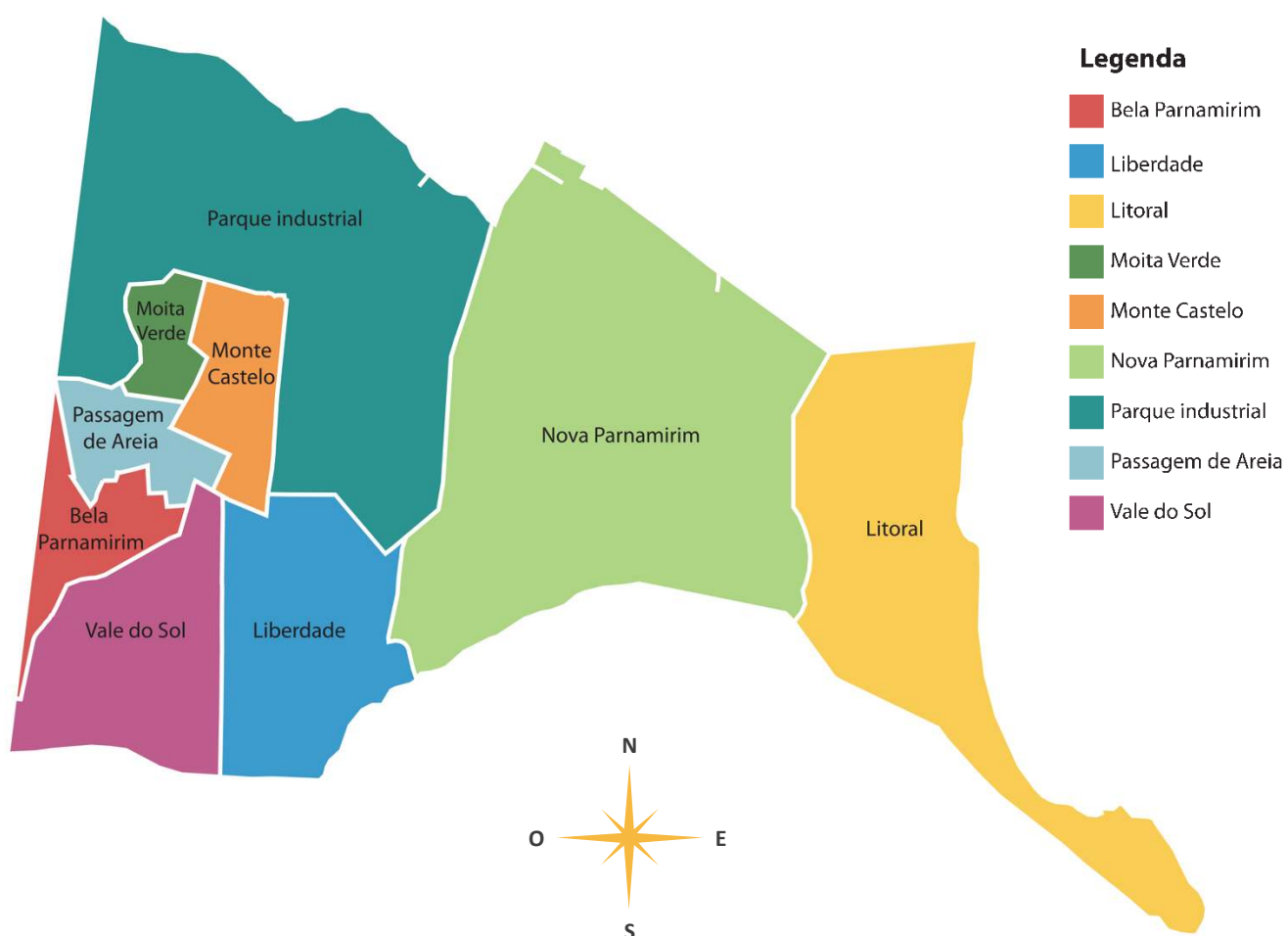
¹ Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

² Os setores censitários das unidades geográficas serão apresentados no Apêndice 1.

Quadro 1: Classificação das Regiões do município

Região	Principais Bairros ou Localidades
Bela Parnamirim	Bela Parnamirim, Santa Tereza, Rosa dos Ventos
Liberdade	Boa Esperança, Jardim Planalto, Liberdade, Cajupiranga
Litoral	Litoral, Pium, Cotovelo, Alphaville, Pirangi do Norte
Moita Verde	Vida Nova, Jockey Club, Comunidade Quilombola
Monte Castelo	Centro, Monte Castelo, Parque de Exposições
Nova Parnamirim	Nova Parnamirim, Cidade Verde, Parque do Jiqui, Coophab, Parque das Nações
Parque Industrial	Emaús, Encanto Verde, Parque Industrial
Passagem de Areia	Passagem de Areia, Santo Reis
Vale do Sol	Cohabinal, Nova Esperança, Vale do Sol

Mapa 1 – Divisão territorial das regiões do Município



4. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, o mapeamento de toda a rede socioassistencial no município, incluindo os serviços, programas e projetos existentes nas secretarias municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É por meio do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida.

5. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a construção deste Diagnóstico foram coletados dados primários e secundários³ do período de 2018 a 2019. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estará sempre referenciado ao final de cada tabela. O quadro 2 mostra a catalogação dos dados utilizados.

Quadro 2: Catalogação dos dados utilizados

Pesquisa documental de dados primários	<i>Fichas de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar;</i>
	<i>Registros de atendimento do PAIF, prestados pelo CRAS;</i>
	<i>Registros de atendimento de adolescentes e jovens em cumprimento de MSE</i>
	<i>Registros de atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS;</i>
	<i>Registros de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</i>
	<i>Registro dos benefícios ofertados;</i>
	<i>Registro de atendimento das unidades de acolhimento</i>
	<i>Base de dados da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte referente aos boletins de ocorrências registrados nas delegacias de Parnamirim/RN</i>
	<i>Mapeamento da rede governamental e não governamental do município</i>
Pesquisa documental de dados secundários	<i>Censo demográfico 2010 (IBGE) – Microdados e Agregados;</i>
	<i>Cadastros (CadÚnico) da Secretaria Municipal de Assistência Social;</i>
	<i>Bases de dados do DATASUS (SINAN) do Ministério da Saúde;</i>
Pesquisa qualitativa com as lideranças locais	<i>Pesquisa com lideranças locais, representadas nas 9 regiões do diagnóstico</i>

A pesquisa qualitativa realizada com as lideranças locais, teve representatividade de todas as regiões do município, de modo que foi articulado juntamente com a comissão de acompanhamento do diagnóstico e realizado a mobilização junto com os profissionais do CRAS. Foram 9 grupos qualitativos, que abordam temas sobre as políticas públicas do município, de modo a identificar as principais demandas sociais de Parnamirim.

³ Primários são dados brutos obtidos coletados pela Paineis Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do município, sendo que muitas delas encontram-se em fichas físicas. E secundários são dados já coletados, organizados, sistematizados e disponibilizados por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

6. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os dados coletados foram levantados, tratados e mensurados a partir de técnicas estatísticas cuja apresentação será realizada por meio de indicadores sociais e análises descritivas, em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compreensão, com o objetivo de traduzir, quantificar e mensurar em números os aspectos da realidade social do município.

Nesta perspectiva, importante se faz primeiramente introduzir o conceito de indicador social, que nas palavras de Jannuzzi (2004, p. 15), pode ser definido como:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Ou seja, indicador social é um instrumento de análise que traduz os números estatísticos de maneira que seja possível medir os aspectos da realidade social e, a partir dos resultados, construir um retrato aproximado da mesma.

Partindo desse conceito todos as análises aqui apresentadas são indicadores calculados em percentuais ou taxas por habitantes, sendo que em alguns casos o cálculo foi realizado a partir de mil e em outros a partir de cem mil habitantes, conforme será demonstrado em cada indicador. Ressalta-se que o cálculo é proporcional à população residente na região, o que permite equalizar as regiões independentemente do número de casos, pois estes são analisados proporcionalmente ao total da população residente na região.

Optou-se por duas formas de representação dos indicadores sociais:

- tabelas e gráficos, separados pelas informações da política de cada equipamento;
- tabelas e mapas (divididos por território, conforme já explicitado no capítulo da Divisão Territorial);

Com relação aos indicadores apresentados por território será apresentada em *Quantil*, que são pontos de corte que dividem um intervalo de dados em partes iguais ordenados de forma crescente. Os quantis mais comuns têm nomes especiais, conforme o número de partes em que são divididos:

- Percentil para 100 grupos/partes, cada uma com 1% dos dados;
- Quintil para 5 grupos/partes, cada uma com 20% dos dados;
- Quartil para 4 grupos/partes, cada uma com 25% dos dados;

- Tercil para 3 grupos/partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Assim, considerando o número de divisões territoriais deste diagnóstico priorizou-se a utilização do *Tercil*⁴, conforme ilustração no Quadro 5. Todavia, em algumas situações em que houver muitas taxas ou percentuais iguais a "zero", possivelmente os dados serão apresentados em menores divisões, de modo a possibilitar maior uniformidade na visualização e na classificação dos grupos.

Quadro 3: Ilustração do método

Primeiro Tercil	Segundo Tercil	Terceiro Tercil
É o agrupamento de até 33% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 33% a 66% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento dos valores acima de 66% da amostra ordenada
Baixo Indicadores na extremidade inferior à mediana Até 33%	Médio Indicadores em torno da mediana De 33% até 66%	Alto Indicadores na extremidade superior à mediana De 66% e mais

Também foi apresentado o cálculo que mostra a diferença proporcional entre o menor e o maior indicador, com o objetivo de evidenciar seu intervalo. Ressalta-se, que para o cálculo da diferença, serão desprezados os indicadores iguais a 0 (zero), sendo, portanto, considerado como menor indicador aquele que apresentar o menor número diferente de 0 (zero).

Quadro 4: Fórmula para cálculo da diferença entre as regiões

$$\frac{\text{Maior indicador} - \text{Menor indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Diferença}^5$$

⁴ TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

⁵ Caso o menor indicador seja igual a “zero”, o valor da diferença assume o valor do maior indicador.

PARTE II

7. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO

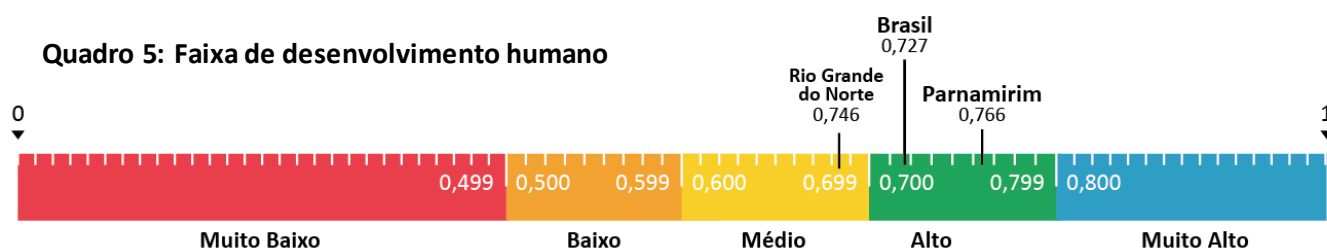
Parnamirim é um município do estado do Rio Grande do Norte inserido na dinâmica metropolitana do Estado que inclui as zonas de praia. As regiões metropolitanas nordestinas são regiões predominantemente litorâneas. É um Município autônomo desmembrado de Natal desde 17/12/1958.

A origem de Parnamirim está relacionada com a aviação civil e militar, no período de 1927 a 1942, com a colonização italiana e francesa. Houve crescimento populacional durante a II Guerra Mundial, quando muitos imigrantes do interior potiguar e de outros Estados vieram em busca de trabalho na edificação da Base Americana, conhecida por Parnamirim Field.

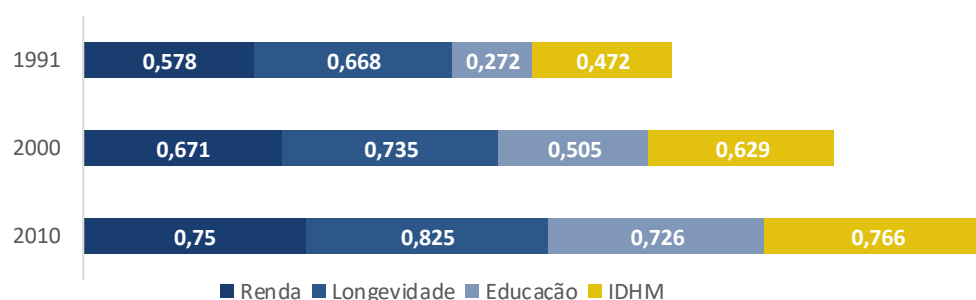
Parnamirim possui uma área de 126,6 km², caracterizando densidade demográfica de 1.638,14 (hab./Km²), está distante apenas 12 km da capital Natal.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Parnamirim é 0,766, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a educação, que saiu de 0,272 para 0,726, um aumento de mais de 100%. O município ocupa a 274ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul-SP) e o menor é 0,418 (Melgaço-PA).

Quadro 5: Faixa de desenvolvimento humano



Com relação à Parnamirim, percebe-se que desde 1991 houve crescimento no índice de desenvolvimento humano, de modo que em 1991 Parnamirim estava enquadrado na faixa de “muito baixo” e subiu para “alto” em 2010, principalmente na Educação que saiu de 0,272 para 0,726, um aumento de mais de 100%.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Conforme informação disponibilizada no Atlas Brasil, a renda per capita média de Parnamirim cresceu 190,9% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 292,35, em 1991, para R\$ 520,96, em 2000, e para R\$ 850,44, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,78%. No que diz respeito à proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), Parnamirim passou de 38,89%, em 1991, para 26,34%, em 2000, e para 10,91%, em 2010. Nesta perspectiva, a evolução da desigualdade de renda nesse dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini⁶, que passou de **0,52**, em 1991, para **0,58**, em 2000, e para **0,55**, em 2010.

Com relação ao PIB do município de 2010 para 2017 houve um aumento de quase 80%, passando de 2,7 bilhões para 5,0 bilhões.

Tabela 1: PIB de Parnamirim/RN

Ano	População	PIB		PIB Per capita	
2010	202.456	R\$	2.794.285.000	R\$	13.802
2011*	208.426	R\$	2.966.445.000	R\$	14.233
2012*	214.199	R\$	3.516.135.000	R\$	16.415
2013*	229.414	R\$	4.136.921.000	R\$	18.033
2014*	235.983	R\$	4.383.204.000	R\$	18.574
2015*	242.384	R\$	4.627.678.000	R\$	19.092
2016*	248.623	R\$	5.210.838.000	R\$	20.959
2017*	254.709	R\$	5.022.894.000	R\$	19.720

Fonte: IBGE - Estimativas de População / IBGE - Contas Nacionais

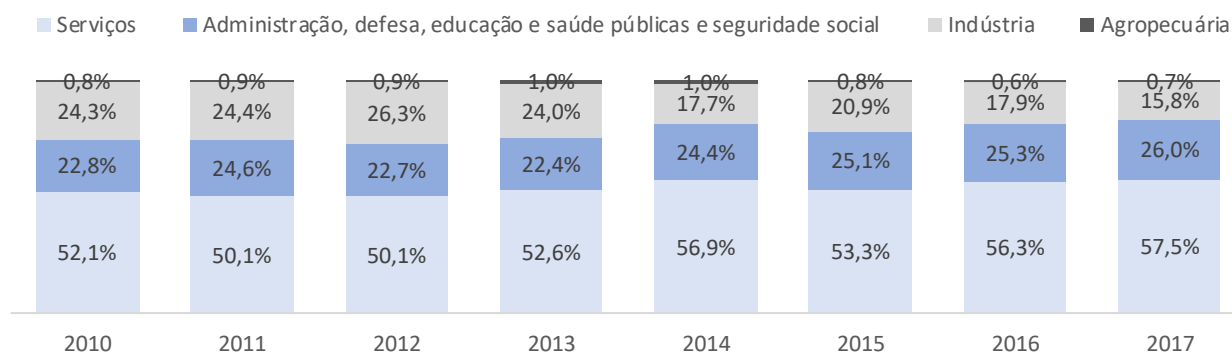
Historicamente se vê o setor de indústria participando cada vez menos da composição do PIB do município, saindo de 24,3% em 2010 para representar 15,8% em 2017.

Tabela 2: Setores da economia de Parnamirim/RN

Setor	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agropecuária	0,8%	0,9%	0,9%	1,0%	1,0%	0,8%	0,6%	0,7%
Indústria	24,3%	24,4%	26,3%	24,0%	17,7%	20,9%	17,9%	15,8%
Serviços	52,1%	50,1%	50,1%	52,6%	56,9%	53,3%	56,3%	57,5%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	22,8%	24,6%	22,7%	22,4%	24,4%	25,1%	25,3%	26,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE - Estimativas de População / IBGE - Contas Nacionais

⁶ Índice de Gini: É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.



Considerando o Cadastro Nacional de empresas do IBGE, o qual não contempla os MEI (microempreendedor individual), o município tem 3.975 empresas, sendo que 44,1% delas tem Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE relacionados com o comércio ou reparação de veículos automotores e motocicletas.

Tabela 3: Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)

CNAE	Quant.	(%)
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.752	44,1%
Atividades administrativas e serviços complementares	413	10,4%
Indústrias de transformação	333	8,4%
Construção	309	7,8%
Alojamento e alimentação	257	6,5%
Outras atividades de serviços	177	4,5%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	152	3,8%
Transporte, armazenagem e correio	142	3,6%
Educação	120	3,0%
Saúde humana e serviços sociais	93	2,3%
Atividades imobiliárias	84	2,1%
Artes, cultura, esporte e recreação	62	1,6%
Informação e comunicação	38	1,0%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	17	0,4%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	14	0,4%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8	0,2%
Indústrias extrativas	2	0,1%
Administração pública, defesa e seguridade social	2	0,1%
Total	3.975	100,0%

Fonte: IBGE - cadastro central de empresas - CEMPRE 2017

Nota: IBGE não considera MEI na base do CEMPRE

8. PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

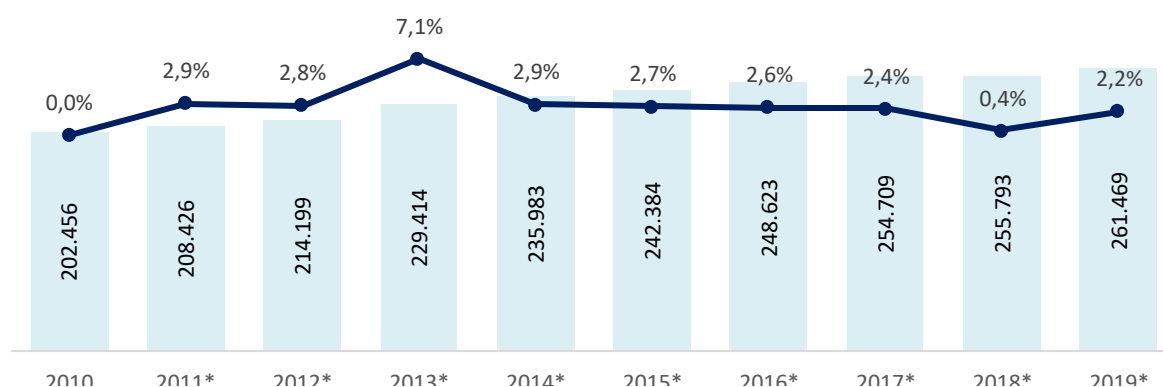
A população do município cresceu de 2010 a 2019 um total de 29,1%, sendo que em média por ano ela cresceu 2,9%, saindo de 202.456 habitantes em 2010 para 261.469 habitantes em 2019, segundo projeções do IBGE.

Tabela 4: Crescimento populacional anual de Parnamirim/RN

Ano	População	Crescimento Anual	Crescimento NO PERÍODO (2019/2010)	Crescimento MÉDIO Anual
2010	202.456	-		
2011*	208.426	2,9%		
2012*	214.199	2,8%		
2013*	229.414	7,1%		
2014*	235.983	2,9%	29,1%	2,9%
2015*	242.384	2,7%		
2016*	248.623	2,6%		
2017*	254.709	2,4%		
2018*	255.793	0,4%		
2019*	261.469	2,2%		

Fonte: IBGE - Estimativas de População

*População estimada



No que diz respeito à distribuição urbana e rural da população, em Parnamirim, 100% do território é definido como zona urbana.



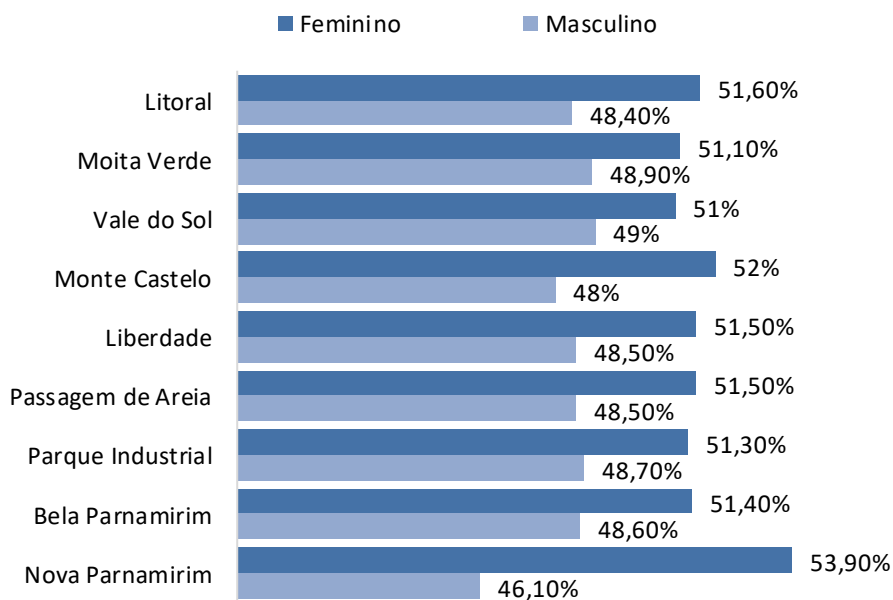
População residente por sexo

A população em 2010 apresentava a seguinte proporção: 51,70% do sexo feminino e 48,30% do sexo masculino.

Tabela 5: População residente por sexo

Região Geográfica	População Total	Feminina		Masculina	
		Total	(%)	Total	(%)
Litoral	6.730	3.471	51,60%	3.259	48,40%
Moita Verde	7.537	3.852	51,10%	3.685	48,90%
Vale do Sol	16.257	8.283	51,00%	7.974	49,00%
Monte Castelo	19.457	10.108	52,00%	9.349	48,00%
Liberdade	22.534	11.612	51,50%	10.922	48,50%
Passagem de Areia	24.344	12.526	51,50%	11.818	48,50%
Parque Industrial	24.984	12.825	51,30%	12.159	48,70%
Bela Parnamirim	26.883	13.818	51,40%	13.065	48,60%
Nova Parnamirim	53.730	28.966	53,90%	24.764	46,10%
Município	202.456	105.461	51,70%	96.995	48,30%

Fonte: IBGE, 2010.



8.1 INDICADORES DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO POR TERRITÓRIO

Os indicadores do perfil socioeconômico e demográfico têm por objetivo mostrar as principais características demográficas da população residente no município. Os dados são referentes ao censo demográfico do IBGE e estimativas populacionais, por ser esta a fonte oficial de informações sociodemográficas e servir de comparativo na construção de séries históricas.

8.1.1 População residente

Entre 2000 e 2010, a população de Parnamirim cresceu a uma taxa média anual de 4,97%, sendo que a região mais populosa apresenta 26,5% (53.730) enquanto a menor é de 3,3% (6.730).

Tabela 6: População total residente no município

Região Geográfica	População	
	2010	%
Litoral	6.730	3,3%
Moita Verde	7.537	3,7%
Vale do Sol	16.257	8,0%
Monte Castelo	19.457	9,6%
Liberdade	22.534	11,1%
Passagem de Areia	24.344	12,0%
Parque Industrial	24.984	12,3%
Bela Parnamirim	26.883	13,3%
Nova Parnamirim	53.730	26,5%
Município	202.456	100%

Menor Valor

Litoral

3,3%

Maior Valor

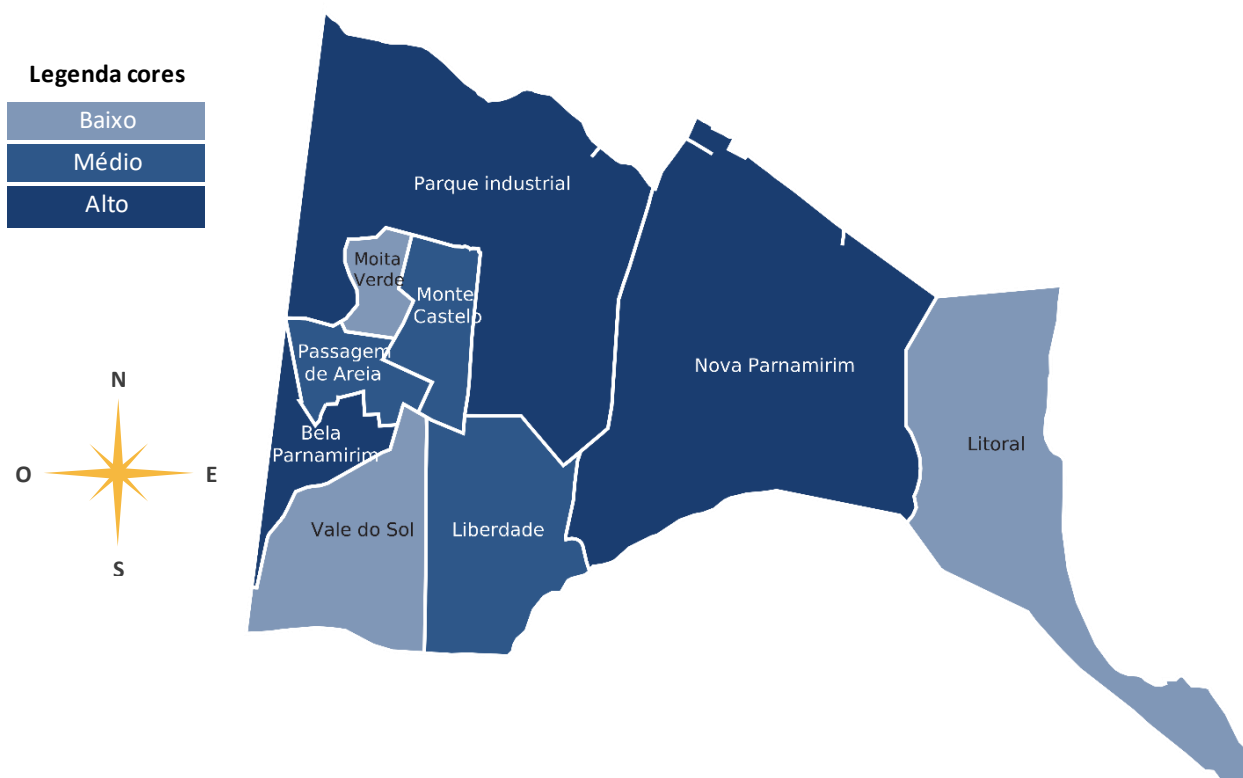
Nova Parnamirim

26,5%

Diferença:
7,0 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



8.1.2 População de 0 a 17 anos

A taxa média do município é de 29,2% crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos, sendo a região Bela Parnamirim com as maiores taxas 33,8% (9.075), e o de menor valor em Nova Parnamirim com 24,3% (13.067).

Tabela 7: População de 0 a 17 anos

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	População Total	%
Nova Parnamirim	13.067	53.730	24,3%
Parque Industrial	7.049	24.984	28,2%
Monte Castelo	5.672	19.457	29,2%
Liberdade	6.734	22.534	29,9%
Litoral	2.047	6.730	30,4%
Vale do Sol	5.041	16.257	31,0%
Passagem de Areia	7.871	24.344	32,3%
Moita Verde	2.509	7.537	33,3%
Bela Parnamirim	9.075	26.883	33,8%
Município	59.065	202.456	29,2%

Menor Valor

Média

Maior Valor

Nova Parnamirim	24,3%
Município	29,2%
Bela Parnamirim	33,8%

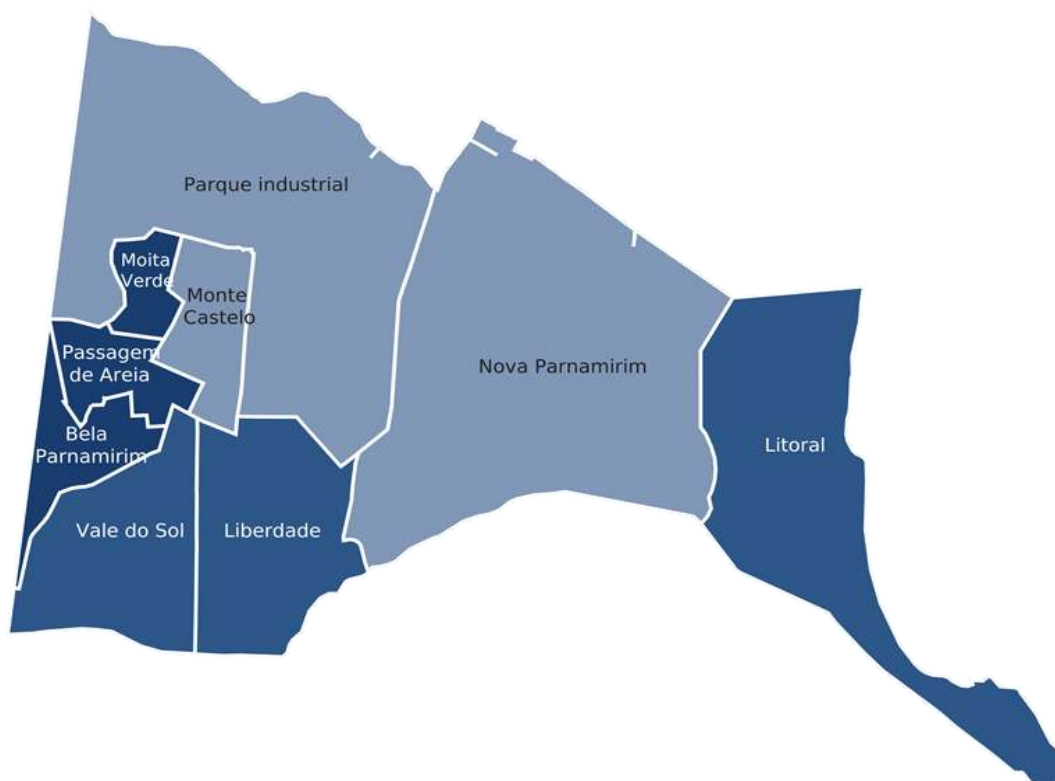
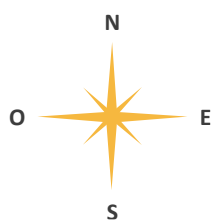
**Diferença:
0,4 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.3 População de 0 a 5 anos

A taxa média do município é de 8,9% de crianças de 0 a 5 anos, sendo Moita Verde a região com maior valor, 10,6% (799), e Nova Parnamirim com o menor, 7,6% (4.085).

Tabela 8: População de 0 a 5 anos

Região Geográfica	População De 0 a 5 anos	População Total	%			
Nova Parnamirim	4.085	53.730	7,6%	Menor Valor	Nova Parnamirim	7,6%
Monte Castelo	1.701	19.457	8,7%	Média	Município	8,9%
Parque Industrial	2.187	24.984	8,8%	Maior Valor	Moita Verde	10,6%
Liberdade	2.003	22.534	8,9%			
Litoral	621	6.730	9,2%			
Vale do Sol	1.569	16.257	9,7%			
Bela Parnamirim	2.613	26.883	9,7%			
Passagem de Areia	2.382	24.344	9,8%			
Moita Verde	799	7.537	10,6%			
Município	17.960	202.456	8,9%			

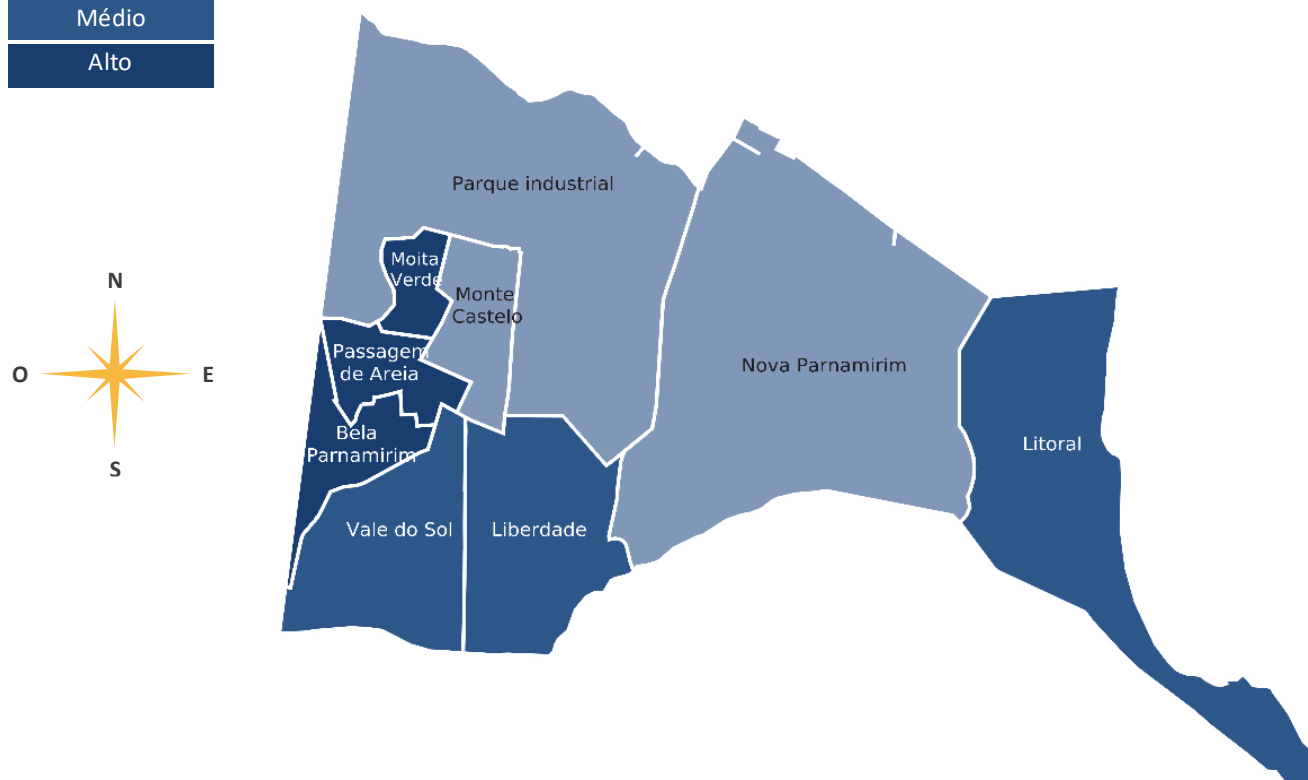
**Diferença:
0,4 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.4 População de 6 a 11 anos

A taxa média do município é de 9,7% de crianças ou adolescentes entre 6 a 11 anos. Bela Parnamirim é a região mais populosa com a taxa de 11,5% (3.099) e Nova Parnamirim a região com o menor valor, 7,9% (4.221).

Tabela 9: População de 6 a 11 anos

Região Geográfica	População de 6 a 11 anos	População Total	%
Nova Parnamirim	4.221	53.730	7,9%
Monte Castelo	1.800	19.457	9,3%
Parque Industrial	2.335	24.984	9,3%
Litoral	673	6.730	10,0%
Liberdade	2.283	22.534	10,1%
Vale do Sol	1.706	16.257	10,5%
Passagem de Areia	2.610	24.344	10,7%
Moita Verde	861	7.537	11,4%
Bela Parnamirim	3.099	26.883	11,5%
Município	19.588	202.456	9,7%

Menor Valor

Nova Parnamirim	7,9%
Município	9,7%
Bela Parnamirim	11,5%

Média

Maior Valor

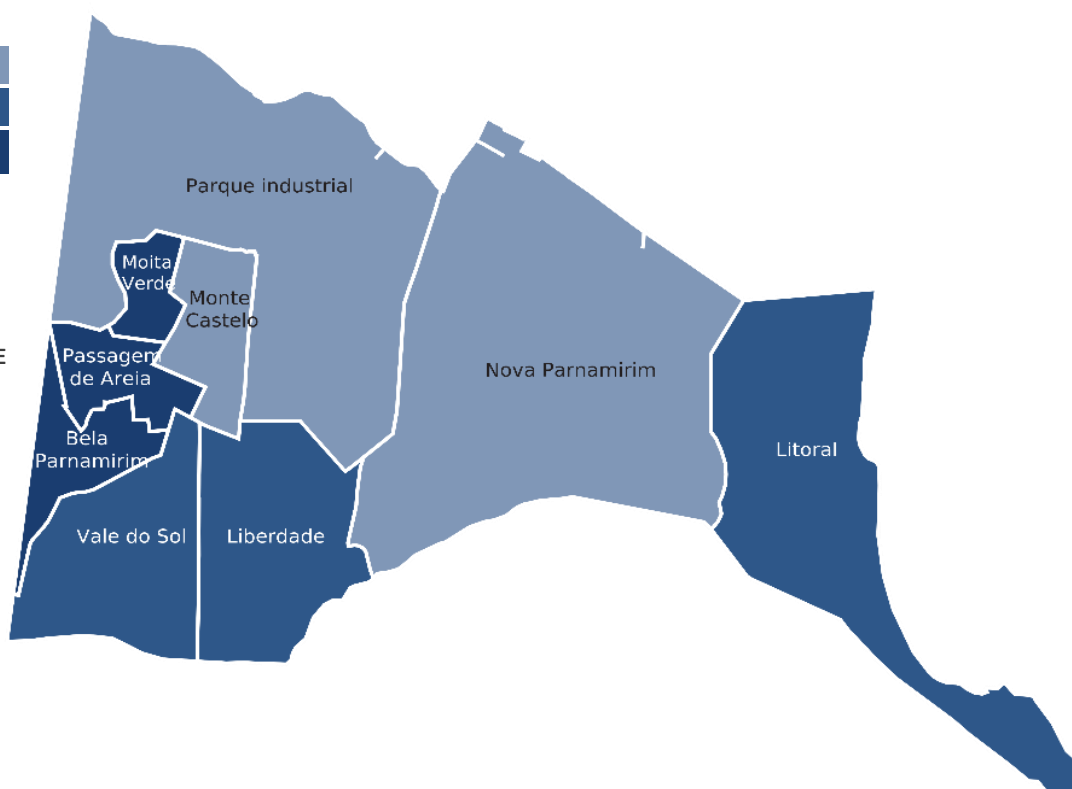
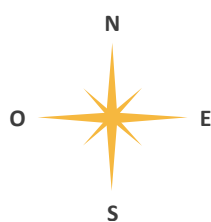
Diferença:
0,5 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.5 População de 12 a 17 anos

A taxa média do município é de 10,6% de crianças ou adolescentes entre 12 a 17 anos, sendo a região Bela Parnamirim, a mais populosa, com as maiores taxas, 12,5% (3.363) e a de menor valor Nova Parnamirim com 8,9% (4.761).

Tabela 10: População de 12 a 17 anos

Região Geográfica	População de 12 a 17 anos	População Total	%
Nova Parnamirim	4.761	53.730	8,9%
Parque Industrial	2.527	24.984	10,1%
Vale do Sol	1.766	16.257	10,9%
Liberdade	2.448	22.534	10,9%
Monte Castelo	2.171	19.457	11,2%
Litoral	753	6.730	11,2%
Moita Verde	849	7.537	11,3%
Passagem de Areia	2.879	24.344	11,8%
Bela Parnamirim	3.363	26.883	12,5%
Município	21.517	202.456	10,6%

Menor Valor

Média

Maior Valor

Nova Parnamirim	8,9%
Município	10,6%
Bela Parnamirim	12,5%

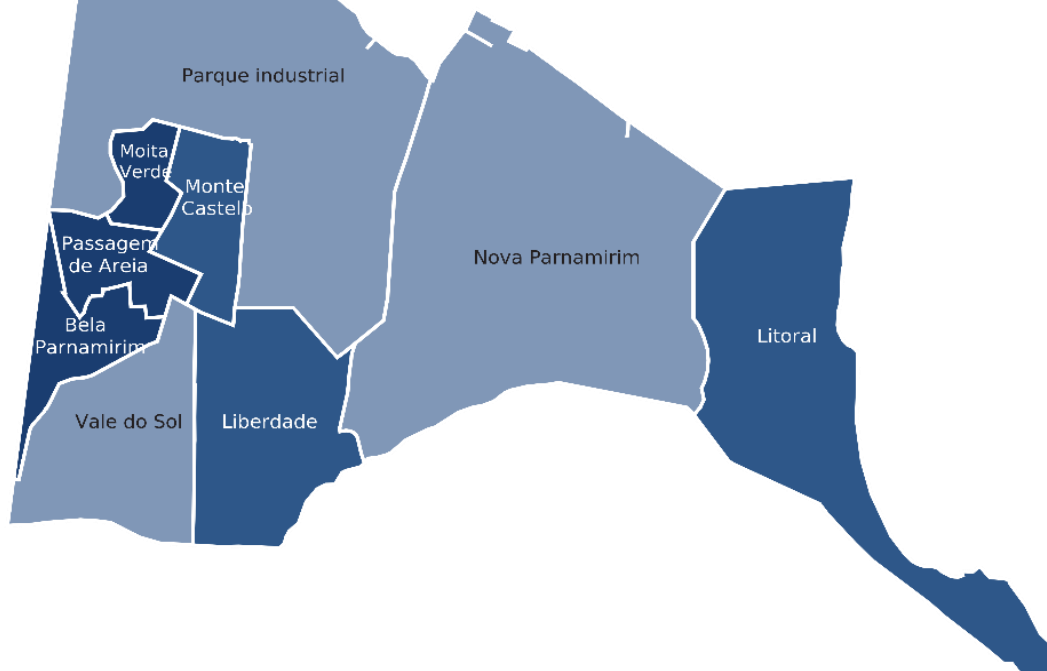
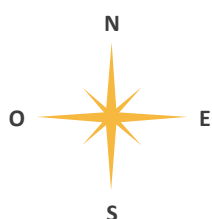
**Diferença:
0,4 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.6 População de 18 a 29 anos

A taxa média do município é de 23,8% de pessoas adultas entre 18 a 29 anos, sendo a região Nova Parnamirim a mais populosa com as maiores taxas 25,3% (13.596), e a de menor valor em Moita Verde com 21,5% (1.618).

Tabela 11: População de 18 a 29 anos

Região Geográfica	População de 18 a 29 anos	População Total	%
Moita Verde	1.618	7.537	21,5%
Litoral	1.457	6.730	21,6%
Parque Industrial	5.648	24.984	22,6%
Bela Parnamirim	6.245	26.883	23,2%
Liberdade	5.263	22.534	23,4%
Monte Castelo	4.605	19.457	23,7%
Vale do Sol	3.869	16.257	23,8%
Passagem de Areia	5.794	24.344	23,8%
Nova Parnamirim	13.596	53.730	25,3%
Município	48.095	202.456	23,8%

Fonte: IBGE, 2010.

Menor Valor

Média

Maior Valor

Moita Verde

21,5%

Município

23,8%

Nova Parnamirim

25,3%

**Diferença:
0,2 vezes**

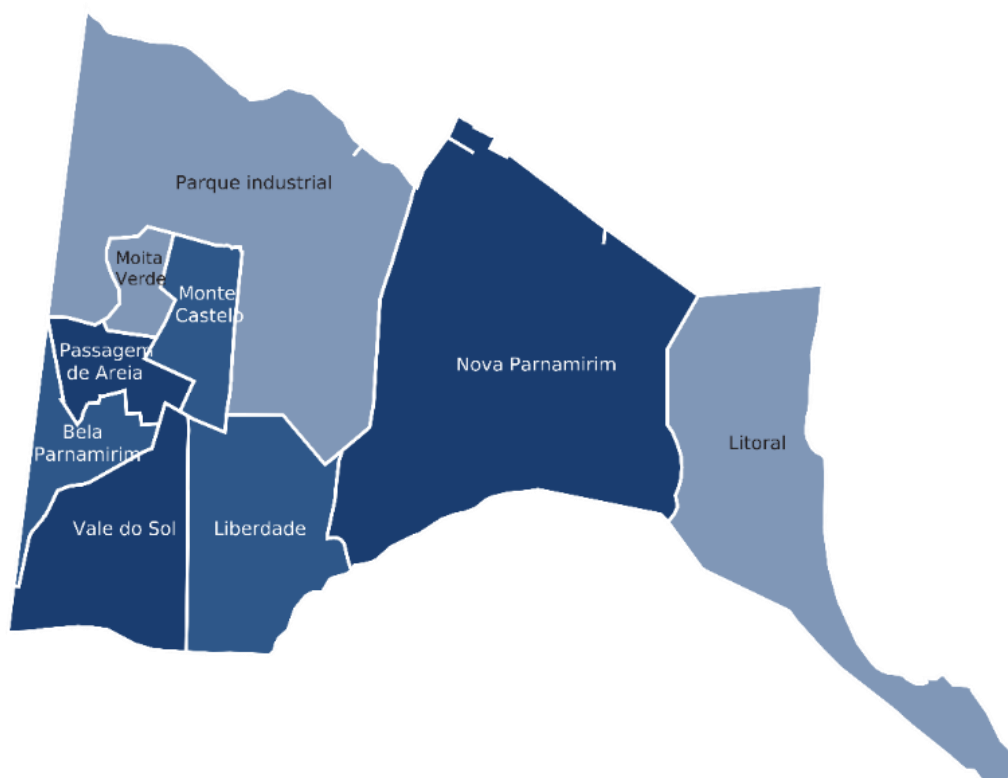
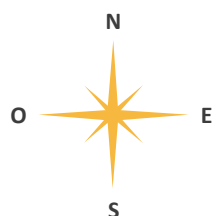
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Legenda cores

Baixo

Médio

Alto



8.1.7 População de 30 a 59 anos

A taxa média do município é de 39,8% da população de 30 a 59 anos, sendo a região Nova Parnamirim a mais populosa com as maiores taxas, 43,3% (23.257), e a de menor valor em Bela Parnamirim com 36,7% (9.870).

Tabela 12: População de 30 a 59 anos

	Região Geográfica	População de 30 a 59 anos	População Total	%
	Bela Parnamirim	9.870	26.883	36,7%
	Passagem de Areia	8.954	24.344	36,8%
	Vale do Sol	6.058	16.257	37,3%
	Litoral	2.550	6.730	37,9%
	Monte Castelo	7.460	19.457	38,3%
	Liberdade	8.829	22.534	39,2%
	Moita Verde	2.980	7.537	39,5%
	Parque Industrial	10.624	24.984	42,5%
	Nova Parnamirim	23.257	53.730	43,3%
	Município	80.582	202.456	39,8%

Menor Valor

Média

Maior Valor

Bela Parnamirim	36,7%
Município	39,8%
Nova Parnamirim	43,3%

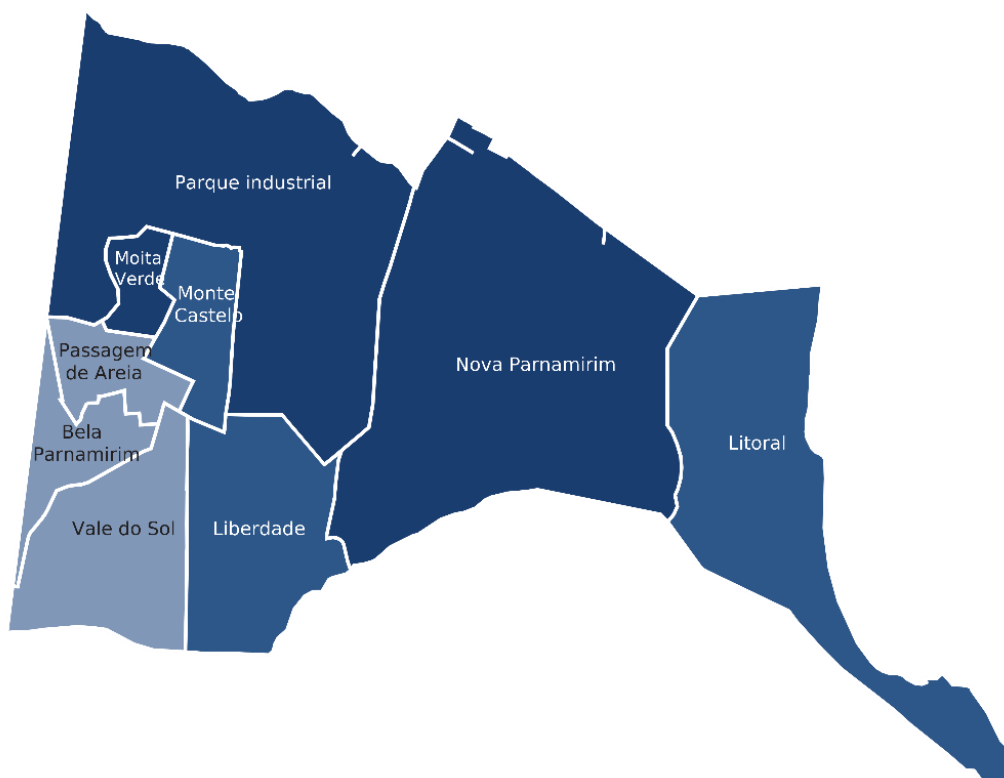
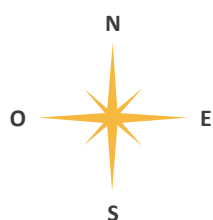
**Diferença:
0,2 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.8 População residente de 60 anos e mais

A taxa média do município da população na faixa etária de 60 anos ou mais é de 7,2%, sendo a região Monte Castelo a mais populosa com as maiores taxas, 8,8% (1.720), e a de menor valor em Moita Verde com 5,7% (430).

Tabela 13: População de 60 anos ou mais

Região Geográfica	População de 60 anos ou mais	População Total	%
Moita Verde	430	7.537	5,7%
Bela Parnamirim	1.693	26.883	6,3%
Parque Industrial	1.660	24.984	6,6%
Passagem de Areia	1.725	24.344	7,1%
Nova Parnamirim	3.810	53.730	7,1%
Liberdade	1.708	22.534	7,6%
Vale do Sol	1.289	16.257	7,9%
Litoral	553	6.730	8,2%
Monte Castelo	1.720	19.457	8,8%
Município	14.588	202.456	7,2%

Fonte: IBGE, 2010

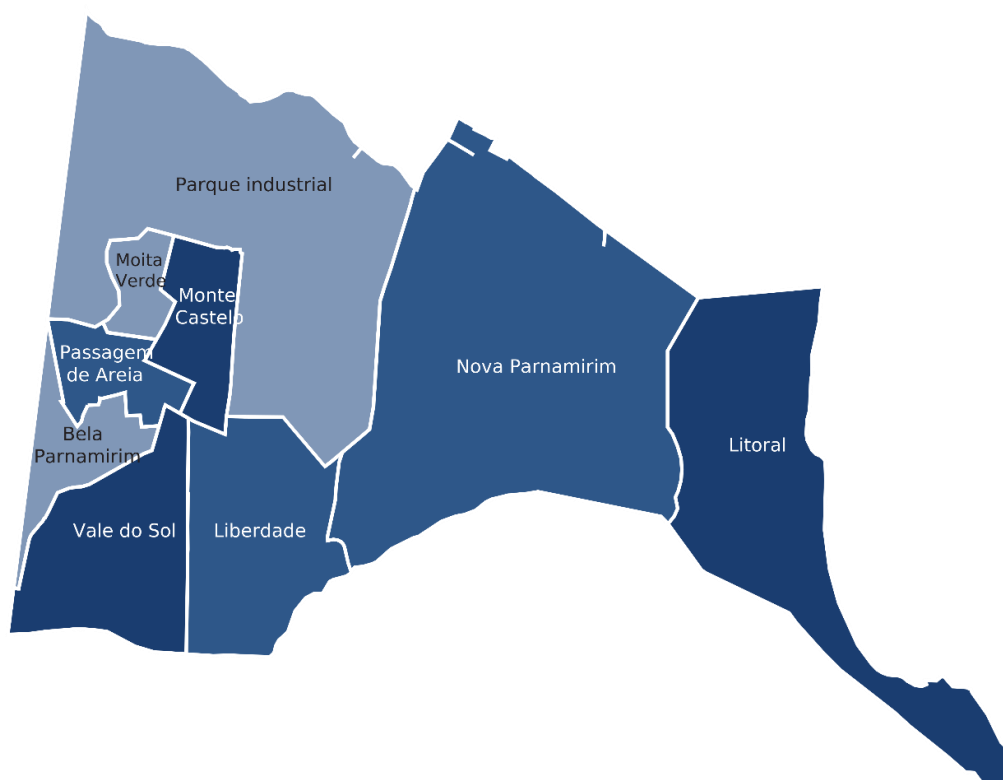
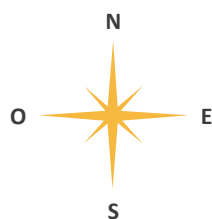
Menor Valor	Moita Verde	5,7%
Média	Município	7,2%
Maior Valor	Monte Castelo	8,8%

**Diferença:
0,5 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.9 Pessoas com deficiência

Observando a população de pessoas com deficiência por faixa etária, o percentual de idoso com alguma deficiência representa 68,4%. Nas faixas etárias mais novas este percentual é bem menor, a exemplo de 0 a 4 anos que 3,1% apresentam alguma deficiência investigada.

Faixa etária	Pelo menos uma das deficiências investigadas		Nenhuma dessas deficiências		Sem declaração		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
0 a 4 anos	464	3,1%	14.429	96,9%			14.893	100,0%
5 a 9 anos	1.426	9,2%	14.071	90,8%			15.497	100,0%
10 a 14 anos	2.281	12,9%	15.458	87,1%			17.739	100,0%
15 a 17 anos	1.487	13,5%	9.512	86,5%			10.998	100,0%
18 e 19 anos	1.057	14,9%	6.056	85,1%			7.114	100,0%
20 a 24 anos	3.032	14,7%	17.552	85,3%			20.584	100,0%
25 a 29 anos	3.060	15,0%	17.327	85,0%			20.387	100,0%
30 a 34 anos	3.137	16,3%	16.064	83,7%			19.201	100,0%
35 a 39 anos	3.435	20,8%	13.062	79,2%			16.497	100,0%
40 a 44 anos	5.034	32,6%	10.418	67,4%	9	0,1%	15.462	100,0%
45 a 49 anos	5.072	38,2%	8.209	61,8%			13.281	100,0%
50 a 54 anos	3.828	40,7%	5.568	59,3%			9.396	100,0%
55 a 59 anos	2.984	43,9%	3.814	56,1%			6.798	100,0%
60 a 64 anos	2.571	49,3%	2.641	50,7%			5.211	100,0%
65 anos ou mais	6.432	68,4%	2.965	31,5%			9.398	100,0%
Total	45.301	22,4%	157.146	77,6%	9	0,004%	202.456	100,0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Detalhando as deficiências, tem-se que a deficiência visual com o grau de "alguma dificuldade" é a mais presente entre as pessoas que declaram ter alguma deficiência (63,6%). Ela está mais presente entre os adolescentes (15 a 17 anos 77,7%). A deficiência auditiva atinge mais os idosos, 8,8% das pessoas com 60 anos ou mais que tem alguma deficiência se concentram na deficiência auditiva com grande dificuldade. Em relação a deficiência intelectual, ela está mais presente entre as crianças de 0 a 4 anos, representando 13,1% dos que apresentam alguma deficiência.

Faixa etária	Deficiência visual						Deficiência auditiva						Deficiência motora						Intelectual		Pelo menos uma das deficiências investigadas	
	Não consegue de modo algum		Grande dificuldade		Alguma dificuldade		Não consegue de modo algum		Grande dificuldade		Alguma dificuldade		Não consegue de modo algum		Grande dificuldade		Alguma dificuldade					
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)		
0 a 4 anos	-		38	8,2%	219	47,2%	5	1,1%	-		70	15,1%	46	9,9%	-		98	21,1%	61	13,1%	464	100,0%
5 a 9 anos	-		163	11,4%	922	64,7%	26	1,8%	-		213	14,9%	40	2,8%	-		89	6,2%	101	7,1%	1.426	100,0%
10 a 14 anos	8	0,4%	238	10,4%	1.693	74,2%	8	0,4%	64	2,8%	173	7,6%	32	1,4%	5	0,2%	72	3,2%	119	5,2%	2.281	100,0%
15 a 17 anos	-		78	5,2%	1.155	77,7%	-		17	1,1%	163	11,0%	26	1,7%	-		63	4,2%	99	6,7%	1.487	100,0%
18 e 19 anos	14	1,3%	128	12,1%	765	72,4%	43	4,1%	19	1,8%	101	9,6%	-		-		68	6,4%	6	0,6%	1.057	100,0%
20 a 24 anos	30	1,0%	357	11,8%	2.022	66,7%	42	1,4%	36	1,2%	439	14,5%	11	0,4%	18	0,6%	128	4,2%	219	7,2%	3.032	100,0%
25 a 29 anos	-		375	12,3%	1.992	65,1%	26	0,8%	49	1,6%	327	10,7%	28	0,9%	65	2,1%	229	7,5%	201	6,6%	3.060	100,0%
30 a 34 anos	24	0,8%	304	9,7%	1.953	62,3%	-		80	2,6%	461	14,7%	11	0,4%	147	4,7%	404	12,9%	184	5,9%	3.137	100,0%
35 a 39 anos	12	0,3%	389	11,3%	2.397	69,8%	-		37	1,1%	322	9,4%	8	0,2%	134	3,9%	361	10,5%	180	5,2%	3.435	100,0%
40 a 44 anos	21	0,4%	823	16,3%	3.299	65,5%	15	0,3%	113	2,2%	688	13,7%	20	0,4%	185	3,7%	679	13,5%	169	3,4%	5.034	100,0%
45 a 49 anos	-		767	15,1%	3.570	70,4%	-		56	1,1%	558	11,0%	-		217	4,3%	739	14,6%	173	3,4%	5.072	100,0%
50 a 54 anos	11	0,3%	499	13,0%	2.555	66,7%	11	0,3%	70	1,8%	698	18,2%	18	0,5%	190	5,0%	705	18,4%	50	1,3%	3.828	100,0%
55 a 59 anos	14	0,5%	574	19,2%	1.655	55,5%	8	0,3%	151	5,1%	556	18,6%	11	0,4%	184	6,2%	834	27,9%	117	3,9%	2.984	100,0%
60 a 64 anos	21	0,8%	377	14,7%	1.647	64,1%	-		92	3,6%	598	23,3%	33	1,3%	280	10,9%	633	24,6%	95	3,7%	2.571	100,0%
65 anos ou mais	67	1,0%	1.043	16,2%	2.958	46,0%	34	0,5%	569	8,8%	1.753	27,3%	359	5,6%	1.254	19,5%	2.110	32,8%	509	7,9%	6.432	100,0%
Total	224	0,5%	6.152	13,6%	28.803	63,6%	218	0,5%	1.354	3,0%	7.123	15,7%	643	1,4%	2.680	5,9%	7.211	15,9%	2.285	5,0%	45.301	100,0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

8.1.10 Domicílios por território

A região do Litoral é a que tem menos domicílios, 2.047. A Região de Nova Parnamirim tem o maior número de domicílios, 17.395.

Tabela 14: Domicílios por território

Região Geográfica	Total de domicílios	%
Litoral	2.047	3,4%
Moita Verde	2.173	3,6%
Vale do Sol	4.581	7,6%
Monte Castelo	5.716	9,5%
Liberdade	6.593	10,9%
Passagem de Areia	6.916	11,5%
Parque Industrial	7.238	12,0%
Bela Parnamirim	7.670	12,7%
Nova Parnamirim	17.395	28,8%
Parnamirim	60.329	100,0%

Menor Valor

Litoral 3,4%

Média

Município -

Maior Valor

Nova Parnamirim 28,8%

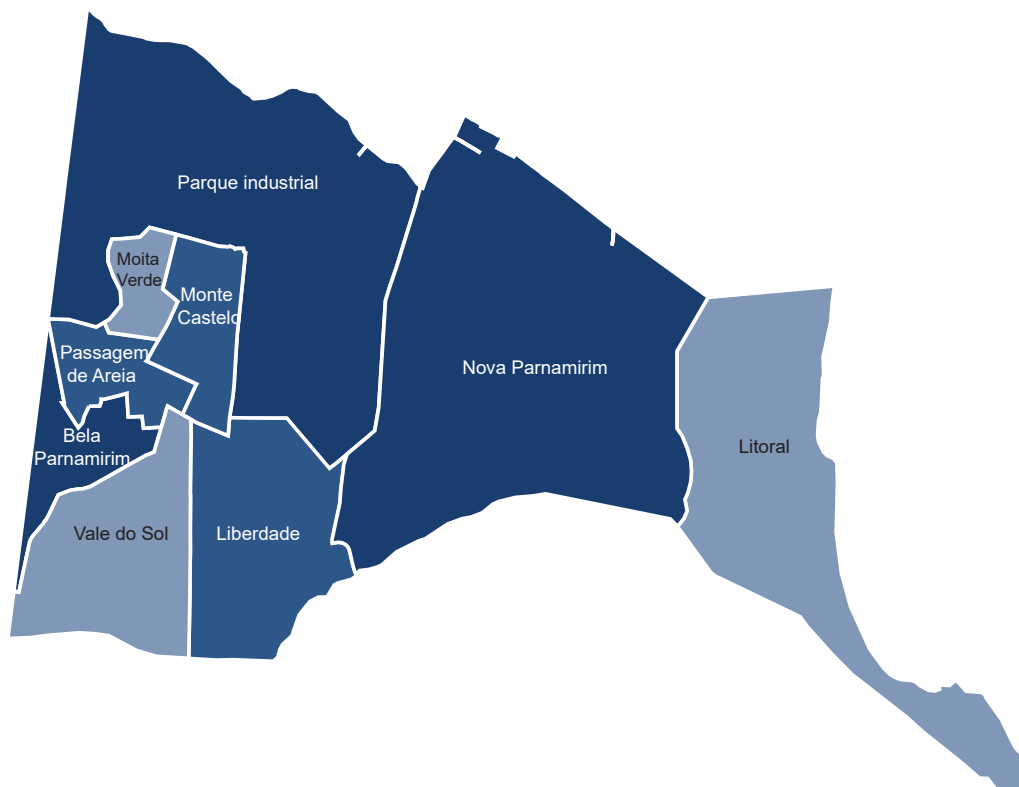
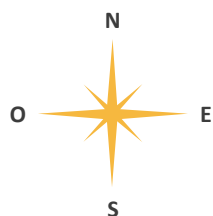
Diferença:
7,5 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.11 Renda domiciliar per capita

O município apresenta R\$ 721,10 de renda média, a menor média encontra-se na região Bela Parnamirim com R\$ 367,00 e o maior valor está na região de Nova Parnamirim com R\$ 1.267,10.

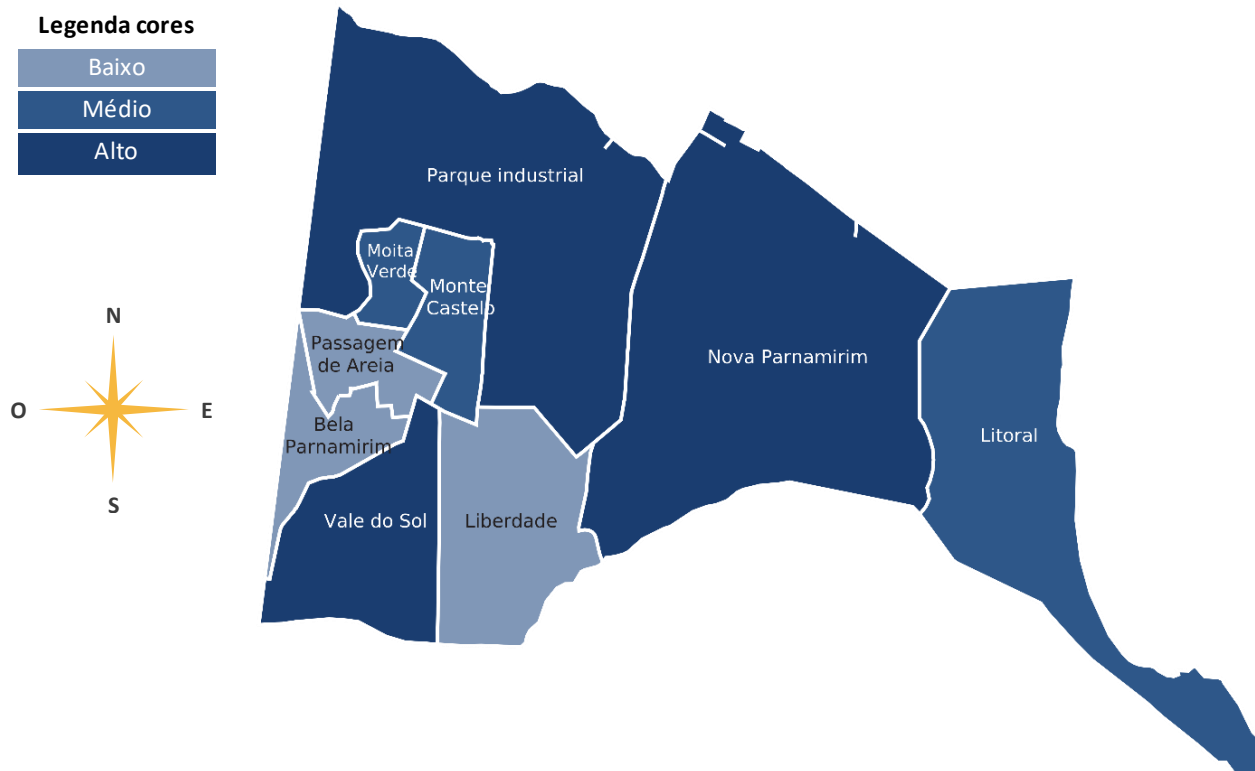
Tabela 15: Renda domiciliar per capita

Região Geográfica	Renda Nominal Total	População Total	Renda Média (R\$)		
Bela Parnamirim	R\$ 9.867.403	26.883	R\$ 367,0	Menor Valor	Bela Parnamirim R\$ 367,0
Passagem de Areia	R\$ 10.140.428	24.344	R\$ 416,5	Média	Município R\$ 721,10
Liberdade	R\$ 11.125.415	22.534	R\$ 493,7		
Moita Verde	R\$ 3.876.707	7.537	R\$ 514,4	Maior Valor	Nova Parnamirim R\$ 1.267,1
Monte Castelo	R\$ 10.065.127	19.457	R\$ 517,3		
Litoral	R\$ 3.682.627	6.730	R\$ 547,2		
Vale do Sol	R\$ 8.918.555	16.257	R\$ 548,6		
Parque Industrial	R\$ 20.227.973	24.984	R\$ 809,6		
Nova Parnamirim	R\$ 68.080.890	53.730	R\$ 1.267,1		
Município	R\$ 145.985.125	202.456	R\$ 721,1		

**Diferença:
2,5 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



8.1.12 Densidade Domiciliar

A média da densidade domiciliar é de 3,4 pessoas por domicílio, sem grandes diferenças entre as regiões.

Tabela 16: Densidade domiciliar

	Região Geográfica	População total	Total de domicílios	Média
	Nova Parnamirim	53.730	17.395	3,1
	Litoral	6.730	2.047	3,3
	Monte Castelo	19.457	5.716	3,4
	Liberdade	22.534	6.593	3,4
	Parque Industrial	24.984	7.238	3,5
	Moita Verde	7.537	2.173	3,5
	Bela Parnamirim	26.883	7.670	3,5
	Passagem de Areia	24.344	6.916	3,5
	Vale do Sol	16.257	4.581	3,5
	Município	202.456	60.329	3,4

Menor Valor

Média

Maior Valor

Nova Parnamirim	3,1
Município	3,4
Vale do Sol	3,5

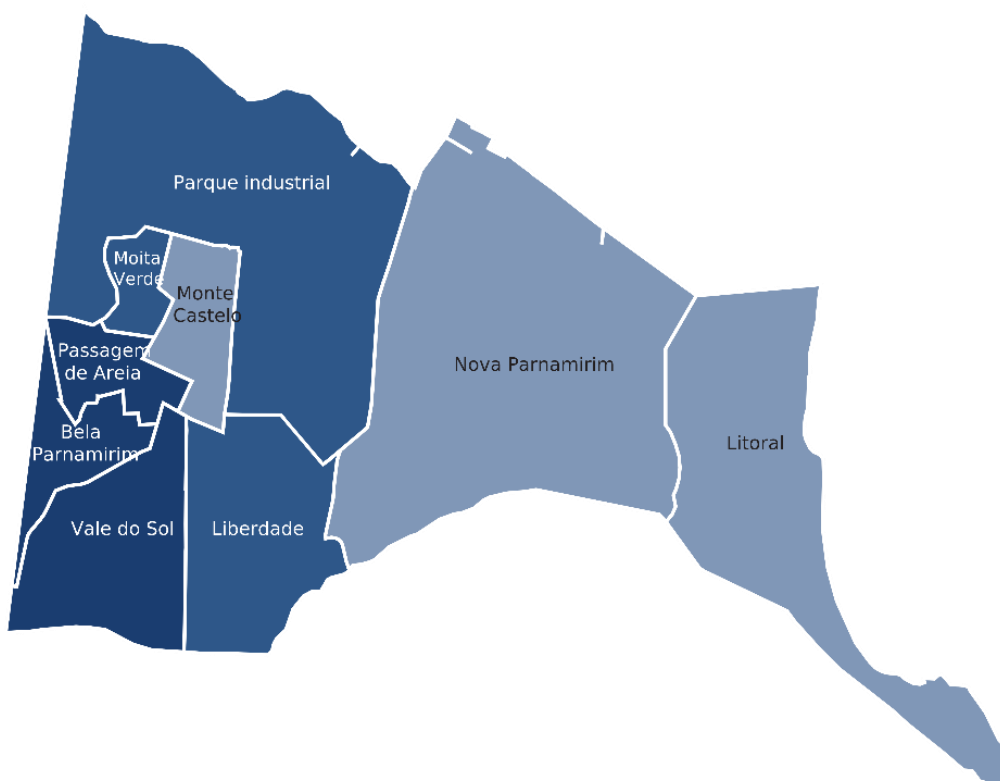
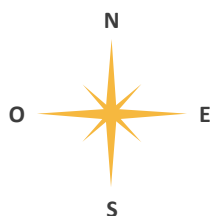
**Diferença:
0,1 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.13 Percentual de domicílios sem energia elétrica

A média de domicílio sem energia elétrica no município é de 0,2% sendo a região Passagem de Areia com a maior taxa 0,6% (39) a diferença da maior região para a menor, diferente de 0, é de 5 vezes.

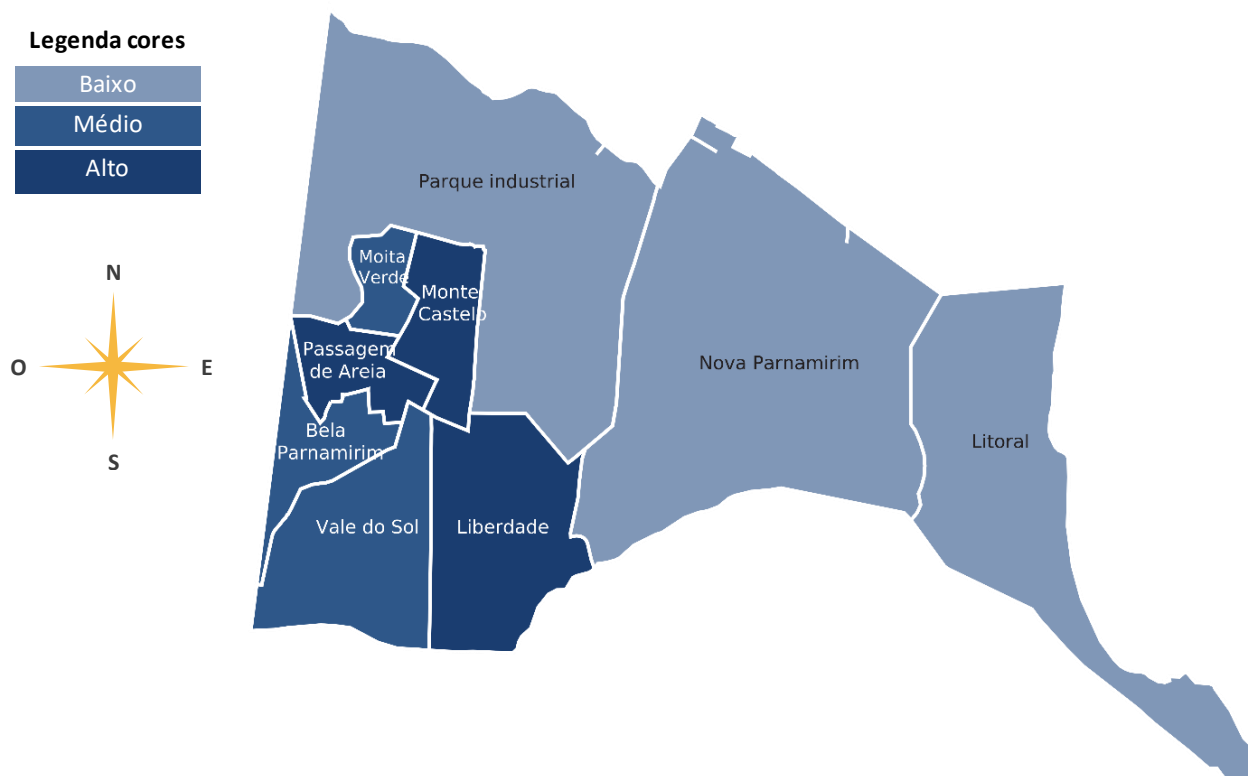
Tabela 17: Percentual de domicílios sem energia elétrica

Região Geográfica	Domicílios sem energia elétrica	Total de domicílios	%		
Litoral	1	2.047	0,0%	Menor Valor	Litoral, Parque Industrial, Nova Parnamirim, Moita Verde e Bela Parnamirim
Parque Industrial	4	7.238	0,1%		
Nova Parnamirim	14	17.395	0,1%	Média	Município
Moita Verde	2	2.173	0,1%		
Bela Parnamirim	10	7.670	0,1%	Maior Valor	Passagem de Areia
Vale do Sol	8	4.581	0,2%		
Monte Castelo	14	5.716	0,2%		
Liberdade	19	6.593	0,3%		
Passagem de Areia	39	6.916	0,6%		
Município	111	60.329	0,2%		

**Diferença:
5 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



8.1.14 Percentual de domicílios sem coleta de lixo

Quanto a coleta de lixo, a média apresentada sem coleta de lixo é de 0,05%, a diferença é de 23 vezes.

Tabela 18: Percentual de domicílios sem coleta de lixo

Região Geográfica	Domicílios sem coleta de lixo	Total de domicílios	%
Monte Castelo	0	5.716	0,00%
Moita Verde	0	2.173	0,00%
Passagem de Areia	1	6.916	0,01%
Vale do Sol	1	4.581	0,02%
Bela Parnamirim	3	7.670	0,04%
Nova Parnamirim	11	17.395	0,06%
Parque Industrial	5	7.238	0,07%
Liberdade	5	6.593	0,08%
Litoral	5	2.047	0,24%
Município	31	60.329	0,05%

Menor Valor	Passagem de Areia	0,01%
Média	Município	0,05%
Maior Valor	Litoral	0,24%

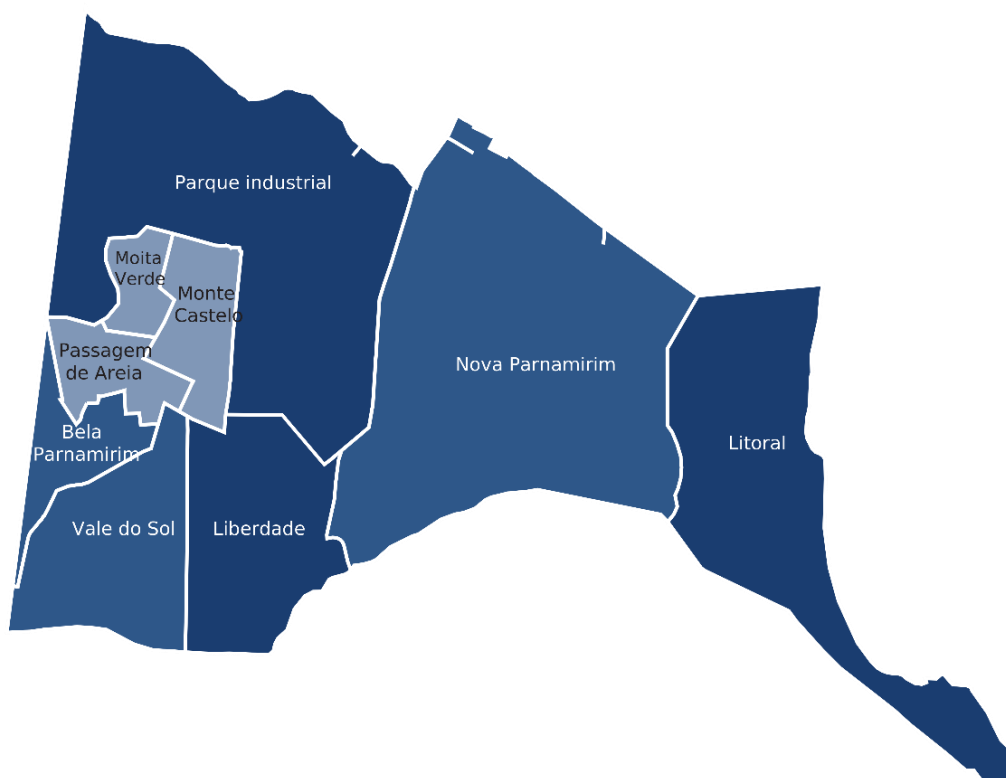
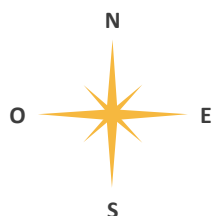
**Diferença:
23 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.15 Percentual de domicílios sem abastecimento de água da rede geral

A média de domicílio sem abastecimento de água no município é de 1,3% sendo que a região Parque Industrial tem a maior taxa 2,3% e a menor de 0,1% na região de Monte Castelo. A diferença é de 22 vezes.

Tabela 19: Percentual de domicílios sem abastecimento de água da rede geral

Região Geográfica	Domicílios sem abastecimento de água da rede geral	Total de domicílios	%	Menor Valor	Monte Castelo	0,1%
				Média	Município	1,3%
				Maior Valor	Parque Industrial	2,3%
Monte Castelo	8	5.716	0,1%			
Bela Parnamirim	27	7.670	0,4%			
Moita Verde	10	2.173	0,5%			
Vale do Sol	27	4.581	0,6%			
Liberdade	52	6.593	0,8%			
Litoral	18	2.047	0,9%			
Passagem de Areia	68	6.916	1,0%			
Nova Parnamirim	387	17.395	2,2%			
Parque Industrial	166	7.238	2,3%			
Município	763	60.329	1,3%			

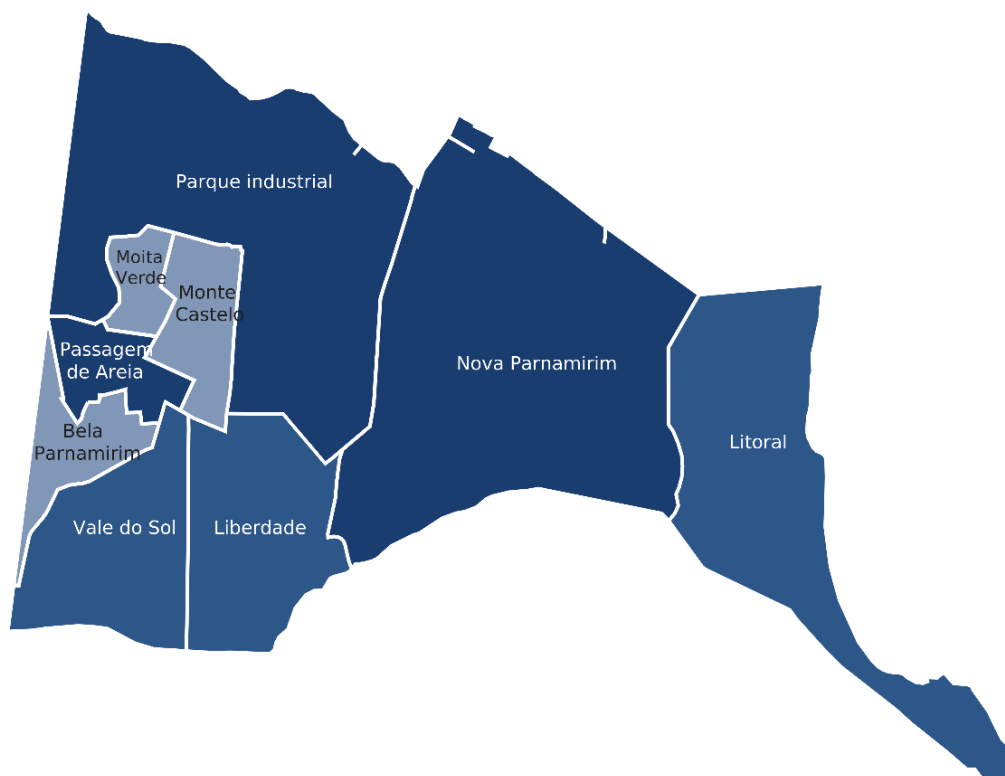
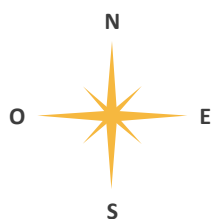
**Diferença:
22 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.16 Domicílios com renda per capita equivalente a situação de pobreza (Renda per capita de até ½ SM)

O município apresenta uma taxa de 25,7% de domicílio em situação de pobreza, a maior taxa encontra-se na região Bela Parnamirim com 40,3%.

Tabela 20: Domicílios com renda per capita de até 1/2SM

	Região Geográfica	Renda per capita de até 1/2 SM	Domicílios	%
	Nova Parnamirim	1.569	17.395	9,0%
	Parque Industrial	1.302	7.238	18,0%
	Moita Verde	660	2.173	30,4%
	Monte Castelo	1.814	5.716	31,7%
	Liberdade	2.108	6.593	32,0%
	Litoral	709	2.047	34,6%
	Vale do Sol	1.593	4.581	34,8%
	Passagem de Areia	2.666	6.916	38,5%
	Bela Parnamirim	3.092	7.670	40,3%
	Município	15.513	60.329	25,7%

Menor Valor

Média

Maior Valor

Nova Parnamirim	9,0%
Município	25,7%
Bela Parnamirim	40,3%

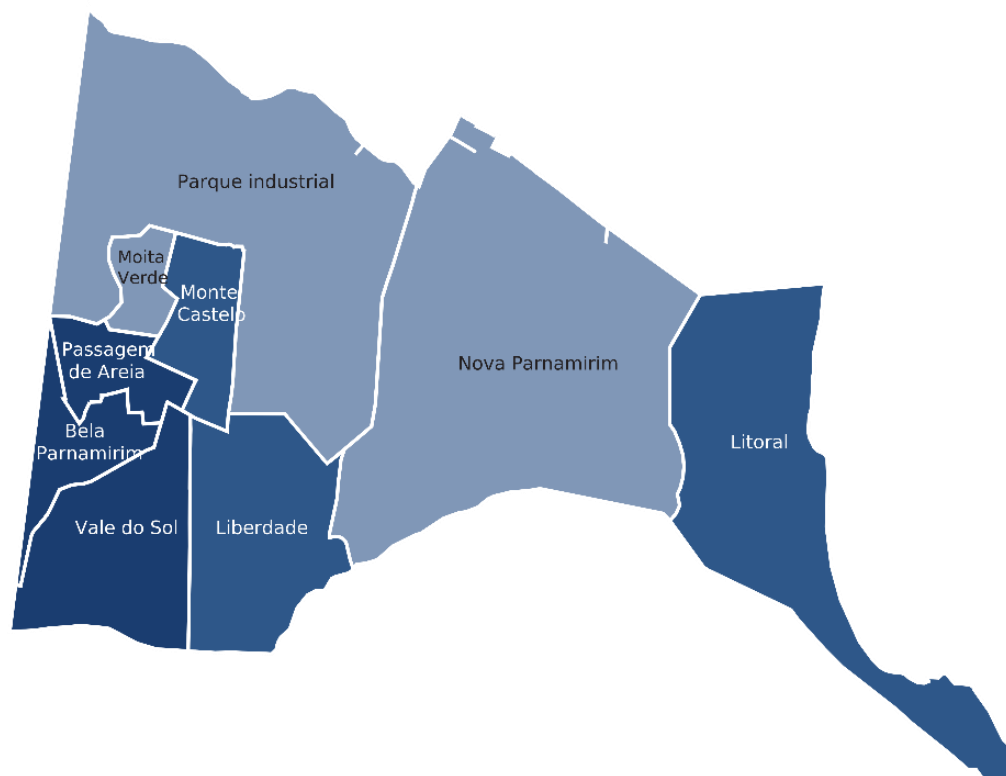
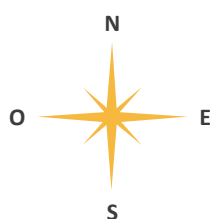
**Diferença:
3,5 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.17 Domicílios com renda per capita equivalente a extrema pobreza (Renda per capita até ¼ do salário mínimo).

Quanto aos domicílios em extrema pobreza, o município apresenta uma taxa de 7,9% sendo a maior taxa na região Bela Parnamirim com 13,2%.

Tabela 21: Domicílios com renda per capita de até ¼ SM

Região Geográfica	Renda per capita de até 1/4 SM	Domicílios	%
Nova Parnamirim	376	17.395	2,2%
Parque Industrial	332	7.238	4,6%
Moita Verde	188	2.173	8,7%
Liberdade	651	6.593	9,9%
Monte Castelo	570	5.716	10,0%
Litoral	247	2.047	12,1%
Passagem de Areia	850	6.916	12,3%
Vale do Sol	571	4.581	12,5%
Bela Parnamirim	1.010	7.670	13,2%
Município	4.795	60.329	7,9%

Menor Valor

Nova Parnamirim 2,2%

Média

Município 7,9%

Maior Valor

Bela Parnamirim 13,2%

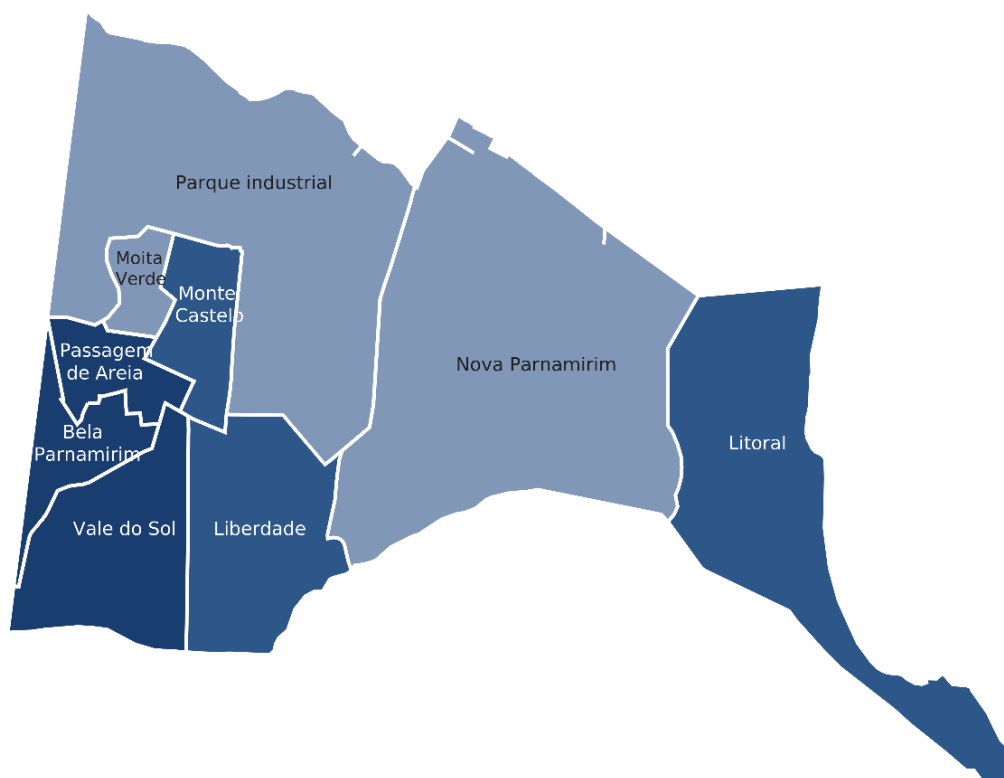
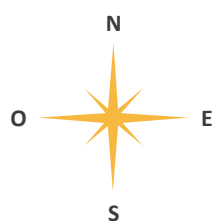
**Diferença:
5,1 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.18 Razão de Dependência Total

A Razão de Dependência total da região Vale do Sol é de 51,1%, 0,4 vezes maior que a RDT da região Nova Parnamirim a menor (36,6%). Em média a RDT do município gira em torno de 44,9%.

Tabela 22: Razão de dependência total RDT

Região Geográfica	População de 0 a 14 e 60 ou mais anos	População de 15 a 59 anos	(%)
Nova Parnamirim	14.408	39.322	36,6
Parque Industrial	7.409	17.572	42,2
Liberdade	7.230	15.304	47,2
Monte Castelo	6.273	13.184	47,6
Moita Verde	2.498	5.039	49,6
Passagem de Areia	8.119	16.225	50,0
Litoral	2.223	4.384	50,7
Bela Parnamirim	9.049	17.834	50,7
Vale do Sol	5.495	10.762	51,1
Município	62.704	139.626	44,9

Fonte: IBGE, 2010.

Menor Valor

Nova Parnamirim

36,6

Média

Município

44,9

Maior Valor

Vale do Sol

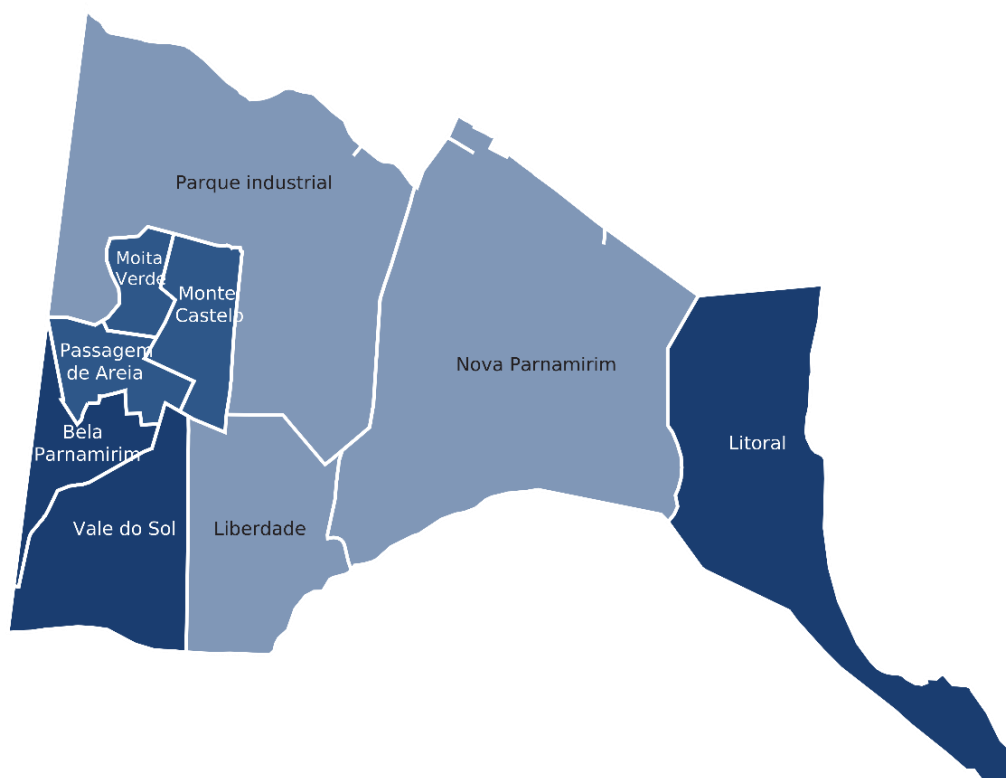
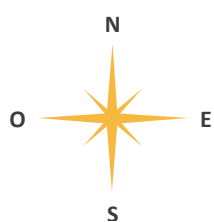
51,1

**Diferença:
0,4 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.19 Razão de Dependência Jovem

A Razão de Dependência Jovem da região Bela Parnamirim é de 41,2%, o que significa 0,5 vezes maior que a RDJ da região Nova Parnamirim, a menor com 27,0%. Em média a RDJ do município gira em torno de 34,5%.

Tabela 23: Razão de dependência jovem RDJ

Região Geográfica	População de 0 a 14 anos	População de 15 a 59 anos	(%)
Nova Parnamirim	10.598	39.322	27,0%
Parque Industrial	5.749	17.572	32,7%
Monte Castelo	4.553	13.184	34,5%
Liberdade	5.522	15.304	36,1%
Litoral	1.670	4.384	38,1%
Vale do Sol	4.206	10.762	39,1%
Passagem de Areia	6.394	16.225	39,4%
Moita Verde	2.068	5.039	41,0%
Bela Parnamirim	7.356	17.834	41,2%
Município	48.116	139.626	34,5%

Menor Valor

Nova Parnamirim

27,0%

Média

Município

34,5%

Maior Valor

Bela Parnamirim

41,2%

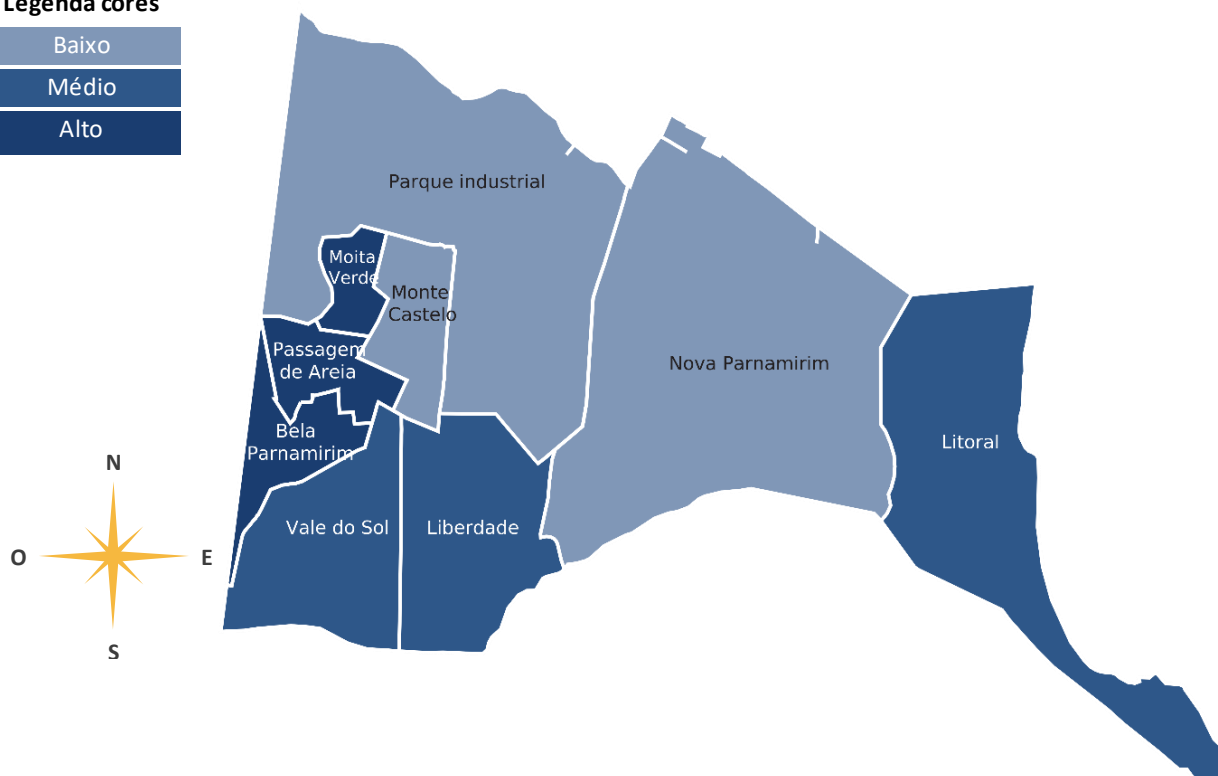
**Diferença:
0,5 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.20 Responsável Adolescente

A taxa média do município é de 0,7 do total de responsáveis por adolescentes.

Tabela 24: Responsável Adolescente pelo domicílio

Região Geográfica	Total Responsáveis Adolescentes	Total de Responsáveis	Taxa de Responsáveis Adolescentes
Vale do Sol	14	4.584	0,3
Moita Verde	10	2.175	0,5
Passagem de Areia	34	6.925	0,5
Parque Industrial	40	7.247	0,6
Nova Parnamirim	117	17.401	0,7
Litoral	14	2.052	0,7
Bela Parnamirim	65	7.678	0,8
Liberdade	56	6.603	0,8
Monte Castelo	59	5.722	1,0
Município	409	60.387	0,7

Menor Valor

Vale do Sol

0,3

Média

Município

0,7

Maior Valor

Monte Castelo

1,0

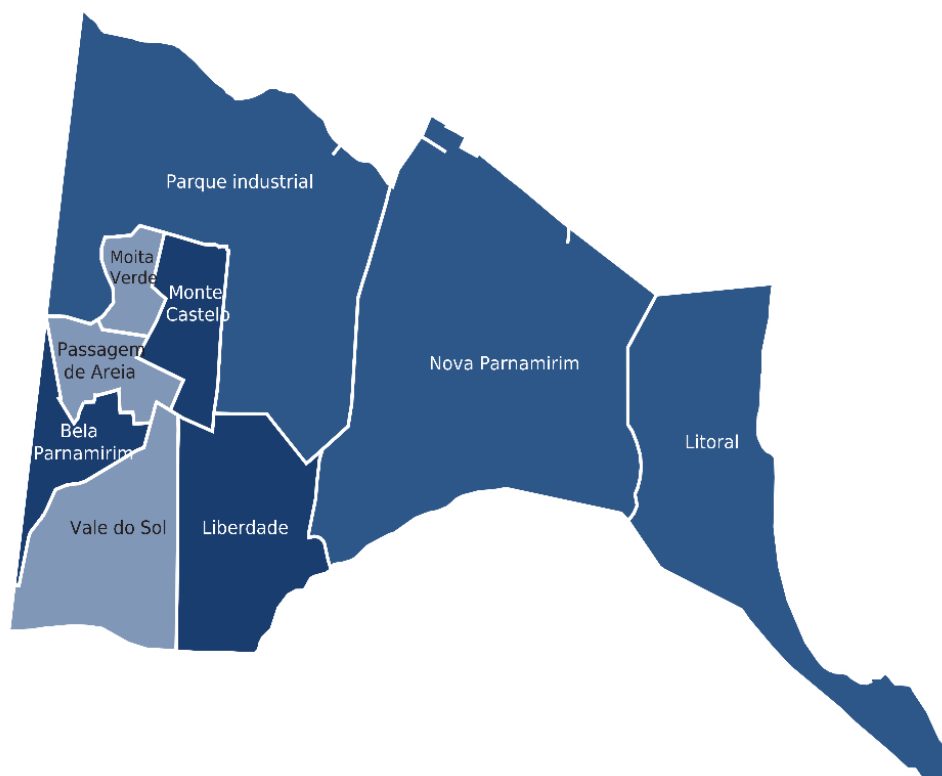
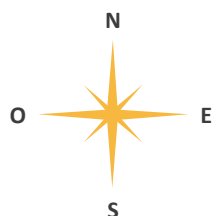
**Diferença:
2,4 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



8.1.21 Comparativo salarial por sexo

A tabela a seguir mostra o salário média por sexo de pessoas com a mesma carga horária e mesma escolarização. Este cruzamento permite comparar salários de homens com mulheres. Para facilitar esta análise foi identificado em vermelho os salários menores que a média e em verde os salários maiores que a média, possibilitando identificar que o sexo feminino normalmente tem salários médios menores que os do sexo masculino.

Tabela 25: Comparação de média salarial por sexo e hora de trabalho

Grau de instrução	Sexo	Até 12 horas	13 a 15 horas	16 a 20 horas	21 a 30 horas	31 a 40 horas	41 a 44 horas
Analfabeto	Feminino			R\$ 460			R\$ 1.096
	Masculino						R\$ 1.182
	Média			R\$ 460			R\$ 1.176
Fundamental Completo ou Incompleto	Feminino	R\$ 285	R\$ 326	R\$ 418	R\$ 1.063	R\$ 1.341	R\$ 1.134
	Masculino	R\$ 784	R\$ 359	R\$ 535	R\$ 941	R\$ 1.853	R\$ 1.401
	Média	R\$ 495	R\$ 337	R\$ 496	R\$ 1.002	R\$ 1.634	R\$ 1.353
Ensino Médio Completo ou Incompleto	Feminino	R\$ 365	R\$ 475	R\$ 513	R\$ 1.544	R\$ 1.281	R\$ 1.253
	Masculino	R\$ 658	R\$ 807	R\$ 533	R\$ 1.313	R\$ 1.564	R\$ 1.547
	Média	R\$ 495	R\$ 576	R\$ 521	R\$ 1.450	R\$ 1.409	R\$ 1.454
Superior Incompleto	Feminino	R\$ 494	R\$ 0	R\$ 1.006	R\$ 3.189	R\$ 1.610	R\$ 1.792
	Masculino	R\$ 637	R\$ 2.058	R\$ 1.339	R\$ 2.776	R\$ 1.896	R\$ 2.596
	Média	R\$ 581	R\$ 1.372	R\$ 1.164	R\$ 3.121	R\$ 1.762	R\$ 2.226
Superior completo	Feminino	R\$ 932	R\$ 1.816	R\$ 3.077	R\$ 3.229	R\$ 2.625	R\$ 2.317
	Masculino	R\$ 1.095	R\$ 1.856	R\$ 3.715	R\$ 3.734	R\$ 3.916	R\$ 3.689
	Média	R\$ 1.024	R\$ 1.833	R\$ 3.315	R\$ 3.342	R\$ 3.057	R\$ 2.848
Mestrado ou Doutorado	Feminino	R\$ 1.473		R\$ 2.455	R\$ 3.158	R\$ 3.134	R\$ 2.619
	Masculino	R\$ 1.722			R\$ 4.070	R\$ 4.652	R\$ 3.695
	Média	R\$ 1.597		R\$ 2.455	R\$ 3.766	R\$ 3.485	R\$ 3.007

Fonte: RAIS, 2018.

Com relação ao perfil dos trabalhadores conforme dados disponibilizados na RAIS, 54,6% das vagas são ocupadas pelo sexo feminino e 35,2% dos contratados tem entre 30 e 39 anos.

Tabela 26: Faixa etária

Faixa etária	Quant.	%
14 anos	1	0,0%
15 a 17 anos	111	0,2%
18 a 24 anos	6.265	15,1%
25 a 29 anos	6.989	17,5%
30 a 39 anos	13.742	35,2%
40 a 49 anos	7.842	19,9%
50 a 64 anos	4.578	11,4%
65 anos ou mais	274	0,7%
Total Geral	39.802	100,0%

Fonte: RAIS, 2018.

Tabela 27: Sexo

Sexo	Quant.	%
Feminino	16.274	54,6%
Masculino	23.528	45,4%
Total Geral	39.802	100,0%

Fonte: RAIS, 2018.



Considerando o grau de instrução, 66,6% das pessoas que trabalham tem ensino médio completo ou incompleto e 70,1% dos contratos são de 41 a 44 horas semanais.

Tabela 28: Grau de instrução dos trabalhadores

Grau de instrução	Até 12 horas	13 a 15 horas	16 a 20 horas	21 a 30 horas	31 a 40 horas	41 a 44 horas	Total	(%)
Analfabeto	1		1	1		149	152	0,4%
Ensino Fundamental	38	3	39	46	393	4.008	4.527	11,4%
Ensino Médio	147	23	424	720	4.541	20.639	26.494	66,6%
Superior Incompleto	28	3	19	158	410	789	1.407	3,5%
Superior completo	293	83	335	2.148	2.016	2.289	7.164	18,0%
Mestrado ou Doutorado	10		4	6	13	25	58	0,1%
Quant.	517	112	822	3.079	7.373	27.899	39.802	100,0%
(%)	1,3%	0,3%	2,1%	7,7%	18,5%	70,1%	100,0%	-

Fonte: RAIS, 2018.

A maioria dos empregos de Parnamirim estão no setor do comércio de varejista (22,2%).

Tabela 29: Tipos de estabelecimentos localizados em Parnamirim

Subsetor	Quant.	%
Comércio varejista	8.840	22,2%
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. Técnico	6.288	15,8%
Administração pública direta e autárquica	6.061	15,2%
Comércio atacadista	3.660	9,2%
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	2.533	6,4%
Ensino	2.257	5,7%
Transportes e comunicações	2.113	5,3%
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2.021	5,1%
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1.692	4,3%
Construção civil	1.651	4,1%
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	604	1,5%
Serviços industriais de utilidade pública	398	1,0%
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	301	0,8%
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	277	0,7%
Indústria da madeira e do mobiliário	206	0,5%
Indústria de produtos minerais não metálicos	205	0,5%
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	164	0,4%
Instituições de crédito, seguros e capitalização	144	0,4%
Indústria mecânica	128	0,3%
Indústria metalúrgica	103	0,3%
Indústria do material de transporte	58	0,1%
Indústria do material elétrico e de comunicações	35	0,1%
Extrativa mineral	32	0,1%
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	31	0,1%
Total Geral	39.802	100,0%

Fonte: RAIS, 2018.

8.2 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DO PERFIL SOCIOECONÔMICO

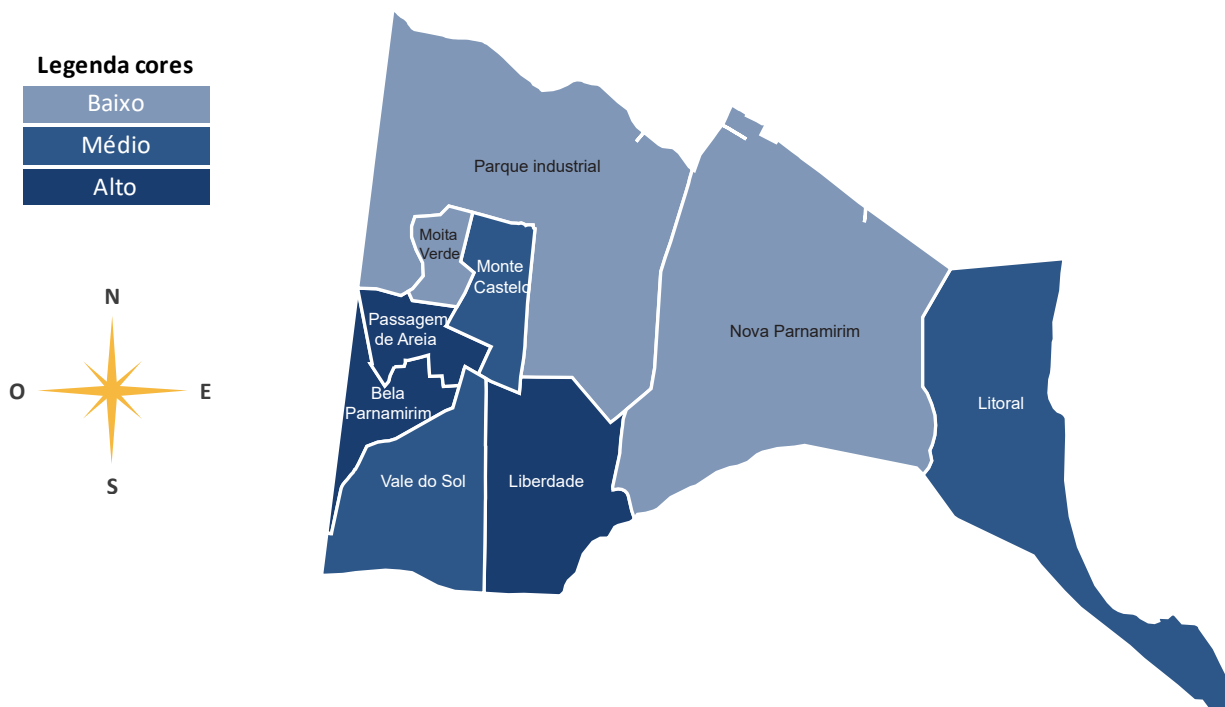
O mapa social apresentado na Tabela 30, apresenta os indicadores do perfil socioeconômico com destaque para as regiões cuja taxa está em pior situação (Alto). Tais regiões foram contabilizadas na somatória dos indicadores, de modo a identificar quais delas estão mais críticas ou mais vulneráveis dentro deste eixo.

Tabela 30: Mapa social dos indicadores do perfil socioeconômico

		Renda domiciliar per capita	Percentual de domicílios sem energia elétrica	Percentual de domicílios sem coleta de lixo	Percentual de domicílios sem abastecimento de água da rede geral	Domicílios com renda per capita equivalente a situação de pobreza (Renda per capita de até ½ SM)	Domicílios com renda per capita equivalente a extrema pobreza (Renda per capita até ¼ do salário	Razão de Dependência Total	Razão de Dependência Jovem	Responsável Adolescente	Total
	Região / Parâmetro	<493,70	>0,20	>0,07	>1,00	>34,80	>12,30	>39,40	>34,50	>0,80	
	Nova Parnamirim	1267,1	0,10%	0,06%	2,20%	9,00%	2,20%	36,6	27,00%	0,7	1
	Moita Verde	514,4	0,10%	0,00%	0,50%	30,40%	8,70%	49,6	41,00%	0,5	1
	Parque Industrial	809,6	0,10%	0,07%	2,30%	18,00%	4,60%	42,2	32,70%	0,6	2
	Monte Castelo	517,3	0,20%	0,00%	0,10%	31,70%	10,00%	47,6	34,50%	1	2
	Litoral	547,2	0,00%	0,24%	0,90%	34,60%	12,10%	50,7	38,10%	0,7	2
	Vale do Sol	548,6	0,20%	0,02%	0,60%	34,80%	12,50%	51,1	39,10%	0,3	4
	Liberdade	493,7	0,30%	0,08%	0,80%	32,00%	9,90%	47,2	36,10%	0,8	4
	Bela Parnamirim	367	0,10%	0,04%	0,40%	40,30%	13,20%	50,7	41,20%	0,8	6
	Passagem de Areia	416,5	0,60%	0,01%	1,00%	38,50%	12,30%	50	39,40%	0,5	6
	Média do Município	721,1	0,2	0,05	1,3	25,7	7,9	44,9	34,5	0,7	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Nota: O parâmetro é o valor cuja classificação do indicador é considerado como alto, ou seja, como ruim.



9. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO E DE APOIO DE PARNAMIRIM/RN

Este capítulo se propõe a apresentar a rede de atendimento e a rede de apoio do município, porém, sem ter a pretensão de esgotar sua totalidade, haja vista a dinamicidade com que se movimenta a sociedade e, por consequência, a composição das redes, tanto de atendimento, quanto de apoio. Optou-se por apresentar as unidades e as organizações sob a perspectiva de rede de atendimento e rede de apoio por se entender que elas se complementam e ambas colaboram para o alcance de uma sociedade mais justa, igualitária e equânime, conforme objetiva a Política de Assistência Social, foco principal deste diagnóstico.

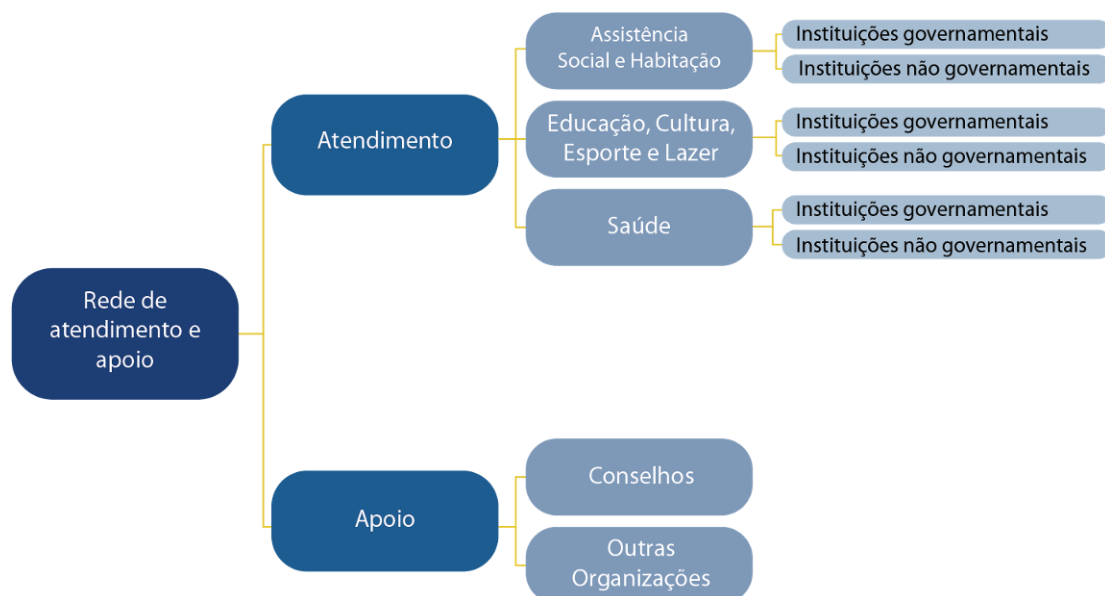
Nesse sentido a PNAS (2004) sugere que o Estado deve ser o coordenador dos esforços para a articulação e integração entre as ações do próprio Estado e as iniciativas da sociedade, de modo que essa integração resulte em garantia dos direitos de todos os cidadãos que necessitarem da Assistência Social. Desse modo, apresentar-se-á abaixo a rede de atendimento, composta pelas políticas públicas sociais (tanto executadas pelo Estado quanto pela sociedade civil, por meio de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil) e também a rede de apoio existente na comunidade, que não necessariamente realiza atendimentos, mas esta e complementa as ações com o público da Assistência Social. Vale ressaltar que a rede de apoio, é aqui entendida como um conjunto de organizações sociais, juridicamente constituídas ou não, que possuem como foco o bem-estar dos cidadãos, realizando orientações, fazendo defesa de direitos e controle social, objetivando melhorias coletivas que incidam nas vidas das pessoas e comunidades, colaborando para a construção de um mundo melhor.

A **rede de atendimento e apoio** no município de Parnamirim foi dividida em duas categorias: Atendimento e Apoio, como descrito nas tabelas 22 e 23.

Em tempo, ressalta-se que essa divisão foi realizada tão somente a título de organização das informações e, mais uma vez, se afirma que, a apresentação a seguir não esgota a totalidade de instituições existentes no município.

O mapeamento da rede de atendimento e de apoio buscou informações do município, as quais foram validadas pela Comissão de Acompanhamento, referente às instituições, órgãos e entidades que compõem o atual desenho organizacional da sociedade parnamirinese.

Quadro 6: Classificação da rede de atendimento

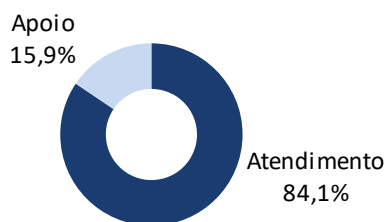


Com relação à rede do município de Parnamirim, 84,1% dos equipamentos mapeados configuram-se como **rede de atendimento**, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 31: Rede de Parnamirim

Rede de atendimento e apoio	Total	(%)
Atendimento	222	84,1%
Apoio	42	15,9%
Total Geral	264	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.



A Tabela a seguir demonstra a rede de atendimento com as seguintes políticas públicas: Assistência Social; Educação; Cultura; Esporte e Lazer e Saúde. Ainda quanto às ações da rede de apoio, esta conta com: conselhos municipais, conselhos tutelares e as demais organizações da sociedade civil que estão relacionadas com alguma atividade da assistência social.

Tabela 32: Detalhamento da rede de atendimento e apoio

Rede de Atendimento e Apoio de Parnamirim		
Atendimento		
Descrição	Quant. de equipamentos	(%)
Assistência Social	22	9,9%
Educação	147	66,2%
Saúde	53	23,9%
Total Rede de Atendimento	222	100,0%
Apoio		
Conselhos	14	33,7%
Instituição não governamental	28	68,3%
Total Rede de Apoio	42	100,0%
Total geral	264	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Rede de Atendimento

A rede de atendimento na área da Assistência Social oferta, por meio dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, as ações socioassistenciais de forma direta (governamental) e de forma indireta (em parceria com as organizações da sociedade civil) formando, então, a rede socioassistencial, de acordo com a previsão das normativas do SUAS, conforme segue tabela abaixo.

Na Assistência Social os CRAS representam **40,9%** dos equipamentos socioassistenciais do município.

Tabela 33: Equipamentos da Política Pública de Assistência Social

Equipamento	Total	(%)
CRAS	9	40,9%
Centro de Convivência	4	18,2%
Instituição de Longa Permanência	1	4,5%
Abrigo para criança e adolescente	2	9,0%
Albergue população em situação de rua	1	4,5%
CREAS	1	4,5%
Centro Dia	1	4,5%
Central de Atendimento Social	1	4,5%
Fundação Esperança-FUNDESP	1	4,5%
Centro POP	1	4,5%
Total Geral	22	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos equipamentos que compõem a Política Pública de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no município.

Tabela 34: Equipamentos da Política Pública de Educação

Equipamento	Total	(%)
Fundação Municipal de Cultura	1	0,7%
Fundação Municipal de Esporte e Lazer	1	0,7%
Secretaria Municipal da Educação	1	0,7%
Unidades educacionais	144	98,0%
Total Geral	147	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

Com relação às unidades escolares, 44,4% correspondem às municipais e 46,5% às unidades privadas.

Tabela 35: Unidades educacionais por dependência administrativa

Equipamento	Total	(%)
Privada	67	46,5%

Municipal	64	44,4%
Estadual	12	8,3%
Federal	1	0,7%
Total Geral	144	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

A tabela 36 apresenta os equipamentos pertencentes à Política da Saúde no município. As unidades de saúde representam 54,7% do total.

Tabela 36: Equipamentos da Política Pública de Saúde

Equipamento*	Total	(%)
Unidades de saúde	29	54,7%
Centro de Atenção Psicossocial	3	5,7%
Centro Clínico	2	3,8%
Centro de Controle de Zoonoses	2	3,8%
Hospital Maternidade Divino Amor	1	1,9%
Centro da Visão	1	1,9%
Instituto de Radiologia	1	1,9%
Central de Regulação de Exames e de Consultas	1	1,9%
Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF	1	1,9%
Centro de Bodiagnóstico	1	1,9%
Hospital Regional	1	1,9%
Laboratório In Vitro	1	1,9%
Laboratório Central Centro Clínico Sady Mendes	1	1,9%
Pro SUS	1	1,9%
Unidade De Pronto Atendimento - UPA	1	1,9%
Serviços De Assistência Especializada - SAE	1	1,9%
Centro de Especializado em Odontologia - CEO	1	1,9%
Central de Diagnóstico	1	1,9%
Unidade Mista Márcio Marinho	1	1,9%
Centro Especializados Em Tratamento De Úlceras Crônicas - CETUC	1	1,9%
Centro Integrado de Psicologia e Psiquiatria - CIPP	1	1,9%
Total geral	53	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2019.

*Dados extraídos do site <https://parnamirim.rn.gov.br/pdf/outros/unidadesSaude.pdf>.

- **Rede de Apoio**

A rede de apoio do município é composta por equipamentos de controle social como os conselhos de políticas públicas e de direitos, de proteção como os conselhos tutelares e por organizações da sociedade civil. As instituições não governamentais inscritas no CMAS correspondem à 33,8% dos equipamentos que compõe a rede de apoio socioassistencial.

Tabela 37: Equipamentos da Rede de Apoio

Classificação	Tipo do equipamento	Total	%
Conselho de Direito	Conselho Municipal da Igualdade Racial	6	14,6%
	Conselho Municipal da Juventude		
	Conselho Municipal do Direitos da Mulher		
	Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência		
	Conselho Municipal da Pessoa Idosa		
	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA		
Conselho de Política Pública	Conselho Municipal da Assistência Social	6	14,6%
	Conselho Municipal de Defesa Civil		
	Conselho Municipal de Educação		
	Conselho Municipal de Saúde		
	Conselho Municipal de Transportes e Tarifas		
Conselho Tutelar	Conselho Municipal de Turismo		
	Conselhos Tutelar da Criança e do Adolescente	2	4,9%
Instituições não governamentais	Instituições não governamentais inscritas no CMAS	28	33,8%
Total Geral		42	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas, 2019.

PARTE III

10. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O final dos anos 80 é marcado pela redemocratização do país, tendo como marco fundamental a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada o marco legal para as políticas de participação popular no Brasil.

Essa Constituição, também denominada de Constituição Cidadã, traz o reconhecimento e ampliação dos direitos sociais, bem como inovações significativas ao instituir espaços de participação popular na formulação, gestão e controle das políticas sociais.

O objetivo principal da participação popular é o de concretizar o mais direta e cotidianamente possível o contrato entre os cidadãos e as instituições públicas, de maneira a considerar os interesses e concepções político-sociais populares no seu processo decisório. Duas condições, no mínimo, são fundamentais para viabilizar a participação popular: a existência de organizações populares capazes de representar realmente os interesses dos segmentos sociais dos quais são mandatárias (...) e uma administração pública que reconheça como legítimas e pertinente demandas apresentadas pela população, por meio de seus grupos organizados. (CAMPOS, 2006, apud, FREITAS, 2015, p. 120)

Neste contexto de reconhecimento dos direitos sociais, que se dá a inclusão pelos dispositivos constitucionais para a implementação de uma nova seguridade social, sendo esta alicerçada no tripé Saúde, Previdência e Assistência Social.

Nesse sentido a Seguridade Social implica que todo cidadão tenha acesso a um conjunto de certezas e seguranças que venham cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais. A partir dessa nova concepção foi instituído o reconhecimento do direito universal, independente se o cidadão contribuiu com o sistema previdenciário ou não. (YASBECK, 1997, p.13).

São os artigos 203 e 204 da CF que transforma e redefine o perfil histórico da assistência social qualificando-a como política pública. Buscando a regulamentação dos referidos artigos após anos de luta, discussão, e negociação de vários projetos e emendas, a Lei Orgânica da Assistência Social foi sancionada pelo então Presidente Itamar Franco em 7 de dezembro de 1993, projetando a atribuição de caráter legal aos serviços socioassistenciais. Portanto, a lei 8742/93 pretendeu regulamentar as conquistas do âmbito assistencial, asseguradas pela Constituição Federal com a proteção daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza.

A consolidação da assistência social como direito fundamental e política pública pauta-se, como já mencionado, conjuntamente nas diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, na Norma Operacional Básica da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), aprovado pela Resolução nº 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e na

implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Tendo sua gestão e operacionalização intersetorial como competência conjunta das três esferas de governo – federal, estadual/distrital e municipal.

Compreende o atendimento dos usuários demandatários de serviços e atenções socioassistenciais, partir de uma visão que pressupõe o diagnóstico dos riscos e situações de vulnerabilidade, tem-se como referência à disposição territorial das famílias. Nessa perspectiva, sua construção está fundamentada em três vertentes distintas – a das pessoas, a de suas circunstâncias de vida, e a da família a qual estão inseridas, aos quais têm por objetivo a garantia à segurança de sobrevivência, de rendimento e autonomia, de acolhimento, de convívio e vivência familiar. Para isso atua em diferentes frentes, com os programas sociais de transferência de renda e as frentes de proteções desdobradas em proteção social básica, de média e de alta complexidade.

Neste cenário de conquistas, evidenciamos a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Essa normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

A aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais representou importante conquista para a assistência social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial.

Como visão geral, é a partir destes marcos históricos e jurídicos, que se apresenta nesta etapa do trabalho, o desenvolvimento da política de Assistência Social no município de Parnamirim/RN.

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SEMAS

A consolidação da assistência social como direito fundamental e política pública pauta-se conjuntamente nas diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, na Norma Operacional Básica da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), aprovado pela Resolução nº 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e na implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

Trata-se, portanto, de um pilar dentro do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da seguridade social, cuja gestão e operacionalização intersetorial é competência conjunta das três esferas de governo – federal, estadual/distrital e municipal – compreendendo o atendimento dos usuários demandatários de serviços e atenções socioassistenciais, partir de uma visão que pressupõe o diagnóstico dos riscos e situações de vulnerabilidade, tendo como referência a disposição territorial das famílias.

Nessa perspectiva, sua construção está fundamentada em três vertentes distintas – a das pessoas, a de suas circunstâncias de vida, e a da família a qual estão inseridas – aos quais têm por objetivo a garantia a segurança de sobrevivência, de rendimento e autonomia, de acolhida, de convívio e vivência familiar. Para isso atua em diferentes frentes, com os programas sociais de transferência de renda e as frentes de proteções desdobradas em proteção social básica, proteção social especial de média e de alta complexidade.

No município de Parnamirim, a Secretaria de Assistência Social, Habitação e Regularização Fundiária é responsável pela execução da política municipal de assistência social e sua estrutura organizacional está apresentada na Figura 2, a seguir.

Figura 2: Organograma da Secretaria de Assistência Social, Habitação e Regularização Fundiária



11.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A proteção social básica tem como objetivo a prevenção de situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Tem caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos.

É a partir do trabalho com famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF que se organizam os serviços referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz de descentralização da política de assistência social.

A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas.

A porta de acesso aos serviços da Proteção Social Básica - PSB é o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, são unidades públicas territoriais estrategicamente alocadas em região de vulnerabilidade social, responsável por organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica – por meio da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias- PAIF, do Serviço de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e do Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência e Idosos, serviços que objetivam a inserção das famílias no cadastro dos programas de transferência de renda, bem como a acolhida, orientação e encaminhamento da população para as demais políticas públicas e sociais bem como o acesso aos seus direitos.

Os serviços referenciados ao CRAS podem ser executados de forma direta, ou seja, no próprio equipamento ou de forma indireta, por meio de parcerias e termos de colaboração com organizações da sociedade civil. Cabe lembrar que o PAIF, deve necessariamente ser executado no próprio equipamento.

A seguir segue a descrição e dados dos serviços ofertados no município de Parnamirim.

I. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o PAIF consiste no trabalho social contínuo com as famílias, com o objetivo de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Além do mais, o serviço prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (CNAS, 2009).

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades públicas territoriais estrategicamente alocadas em regiões de vulnerabilidade social, são responsáveis por organizar e coordenar a Proteção Social Básica por meio da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), do Serviço de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), da inserção das famílias no cadastro dos programas de transferência da renda, bem como o acolhimento, orientação e encaminhamento da população para as demais políticas públicas e sociais. Parnamirim conta com 09 CRAS para o desenvolvimento desses serviços.

A articulação dos serviços socioassistenciais garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas.

Com relação as demandas de atendimento do PAIF, no ano de 2018 foram acompanhadas em média 1.191 famílias no município de Parnamirim. Ao analisar o perfil das famílias, considerando as situações apresentadas no âmbito familiar, a situação de extrema pobreza é a principal característica, em que 26,7% das famílias acompanhadas encontram-se nesta situação, seguido da dependência por drogas lícitas que atinge cerca de 16,5% das famílias.

Tabela 38: Situações apresentadas nas famílias acompanhadas no PAIF

Perfil das famílias	Total de famílias	(%)
Situação de extrema pobreza ou mendicância	318	26,7%
Dependência de substância lícitas (álcool ou cigarro)	197	16,5%
Transtornos mentais ou psicológicos	181	15,2%
Dependência de substância ilícitas (outras drogas)	107	9,0%
Infrequência escolar	95	8,0%
Crianças e/ou adolescentes que ficam sozinhos em casa	81	6,8%
Envolvimento com o tráfico de drogas	42	3,5%
Envolvimento em outras ocorrências criminosas	32	2,7%
Cumprimento de pena privativa de liberdade	21	1,8%
Egressos de medida socioeducativa	9	0,8%
Total Geral	1.191	-

Fonte: PAIF, 2018.

Nota: Uma família poderia ter mais de uma resposta, assim como uma família poderia não apresentar alguma das situações supracitadas.

Considerando as situações presentes nas famílias por território, na tabela a seguir estão destacadas as três principais características presentes no âmbito familiar, por território.

Nesta perspectiva, foi considerado o total de famílias acompanhadas no PAIF por região e calculado o percentual de famílias que apresentam tais situações. Vale destacar que nem todas as famílias apresentam algumas das situações listadas, assim como uma mesma família pode conter mais de uma situação, portanto, o denominador considerado para cálculo foi o total de família acompanhada no PAIF, por região.

Tabela 39: Situações apresentadas nas famílias acompanhadas no PAIF por território

Situações presentes nas famílias acompanhadas	Região Geográfica																	
	Bela Parnamirim		Nova Parnamirim		Liberdade		Litoral		Moita Verde		Monte Castelo		Parque Industrial		Passagem de Areia		Vale do Sol	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Dependência de substância lícitas (álcool ou cigarro)	27	7,2%	15	24,2%	4	3,8%	9	25,7%	26	41,3%	25	29,4%	27	24,1%	26	14,3%	38	22,2%
Dependência de substância ilícitas (outras drogas)	14	3,7%	5	8,1%	0	0,0%	13	37,1%	18	28,6%	11	12,9%	15	13,4%	14	7,7%	17	9,9%
Envolvimento com o tráfico de drogas	3	0,8%	3	4,8%	0	0,0%	0	0,0%	9	14,3%	10	11,8%	6	5,4%	8	4,4%	3	1,8%
Envolvimento em outras ocorrências criminosas	11	2,9%	1	1,6%	0	0,0%	1	2,9%	6	9,5%	3	3,5%	0	0,0%	2	1,1%	8	4,7%
Cumprimento de pena privativa de liberdade	7	1,9%	1	1,6%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	3,5%	5	4,5%	1	0,5%	4	2,3%
Situação de extrema pobreza ou mendicância	89	23,7%	18	29,0%	48	45,3%	10	28,6%	46	73,0%	13	15,3%	52	46,4%	3	1,6%	39	22,8%
Transtornos mentais ou psicológicos	49	13,1%	6	9,7%	8	7,5%	1	2,9%	0	0,0%	12	14,1%	36	32,1%	0	0,0%	69	40,4%
Infrequência escolar	18	4,8%	3	4,8%	5	4,7%	2	5,7%	0	0,0%	19	22,4%	20	17,9%	10	5,5%	18	10,5%
Crianças e/ou adolescentes que ficam sozinhos em casa ou passam muito tempo na rua	19	5,1%	11	17,7%	3	2,8%	1	2,9%	0	0,0%	13	15,3%	15	13,4%	4	2,2%	15	8,8%
Egressos de medida socioeducativa	0	0,0%	1	1,6%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	1,8%	3	1,6%	3	1,8%
Total	375	-	62	-	106	-	35	-	63	-	85	-	112	-	182	-	171	-

Fonte: PAIF, 2018.

Nota: As famílias do Bairro Santa Tereza, conforme divisão territorial, estão inseridas nesta região do Bela Parnamirim.

Os três motivos que totalizaram os maiores índices de acompanhamento no PAIF podem refletir a desigualdade e dificuldades existentes no município.

Segundo a PNAS (2004) a vulnerabilidade social:

[...] constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar a exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionista engendrados nas construções socio históricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros. É importante entender que a vulnerabilidade social é uma conjugação de fatores, envolvendo, via de regra, características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos e deficiências da oferta e do acesso a políticas públicas.

Diante dos resultados, a vulnerabilidade social é o principal motivo de acompanhamento das famílias do PAIF, atingindo 66,1% delas. Em seguida vem o conflito ou desestruturação familiar atingindo 31,7% e a situação de extrema pobreza atingindo mais 26,5%.

Tabela 40: Motivo do acompanhamento no PAIF

Motivo	Total de famílias	(%)	
Vulnerabilidade social	787	66,1%	
Conflito ou desestruturação familiar	378	31,7%	
Situação de extrema pobreza	316	26,5%	
Outros motivos	127	10,7%	
Uso de álcool e/ou outras drogas dos pais ou responsáveis	108	9,1%	
Demandas configuradas como atendimento de média ou alta complexidade.	92	7,7%	
Descumprimento de condicionalidades para fruição de benefício social (Bolsa Família/BPC/outros)	87	7,3%	
Trabalho infantil	51	4,3%	
Vulnerabilidade às crianças ou adolescentes portadoras de deficiência	42	3,5%	
Situação de isolamento	26	2,2%	
Total Geral	1.191	-	

Fonte: PAIF, 2018.

Nota: Uma família pode ter mais de um motivo de acompanhamento

O mapa de calor mostra a concentração de famílias nos 3 principais motivos de acompanhamento. No caso da situação de vulnerabilidade social ela é o principal motivo de atendimento das famílias do Vale do Sol (52,2%). Esta região também se destaca no acompanhamento pelo motivo de conflito ou desestruturação familiar (25,4%) e pela situação de extrema pobreza (26,3%). Já a região de Bela Parnamirim se destaca na situação de extrema pobreza com 27,5% e vulnerabilidade social com 32,0%.

Tabela 41: Mapa dos 3 principais motivos de acompanhamento

Região Geográfica	Vulnerabilidade social		Conflito ou desestruturação familiar		Situação de extrema pobreza	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Bela Parnamirim	252	32,0%	73	19,3%	87	27,5%
Nova Parnamirim	32	4,1%	32	8,5%	18	5,7%
Liberdade	16	2,0%	60	15,9%	48	15,2%
Litoral	3	0,4%	5	1,3%	10	3,2%
Moita Verde	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Monte Castelo	49	6,2%	40	10,6%	13	4,1%
Parque Industrial	24	3,0%	51	13,5%	52	16,5%
Passagem de Areia	0	0,0%	21	5,6%	5	1,6%
Vale do Sol	411	52,2%	96	25,4%	83	26,3%
Total	787	100,0%	378	100,0%	316	100,0%

Fonte: PAIF, 2018.

Quanto as famílias acompanhadas no PAIF, 69,4% possuem crianças ou adolescentes. A região com a maior percentual é a Liberdade com 88,7% das famílias acompanhadas com crianças e adolescentes.

Tabela 42: Percentual de famílias acompanhadas no PAIF que possuem crianças e adolescentes por domicílios na região

Região Geográfica	Total de famílias acompanhadas no ano de 2018	Total de famílias acompanhadas no PAIF com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos	%
Bela Parnamirim	375	195	52,0%
Nova Parnamirim	62	49	79,0%
Liberdade	106	94	88,7%
Litoral	35	25	71,4%
Moita Verde	63	52	82,5%
Monte Castelo	85	68	80,0%
Parque Industrial	112	69	61,6%
Passagem de Areia	182	124	68,1%
Vale do Sol	171	150	87,7%
Total Geral	1.191	826	69,4%

Fonte: PAIF, 2018.

II. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) o SCFV, é “o serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.”

No que se refere aos serviços ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para os idosos com 60 anos ou mais, e para as crianças e adolescentes da faixa etária de 7 a 17 anos, as atividades ofertadas são desenvolvidas considerando as faixas etárias e especificidades dos ciclos de vida.

O trabalho nos grupos é planejado de forma coletiva, contando com a participação ativa do técnico de referência, dos orientadores sociais e dos usuários, de forma a estimular as trocas culturais e o compartilhamento de vivências; desenvolver junto aos usuários o sentimento de pertença e de identidade

e fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.

Os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos vivenciam as diversas situações de vulnerabilidades, porém algumas situações de risco social são **prioritárias** no atendimento, como: isolamento, trabalho infantil, violência e/ou negligência, criança ou adolescente fora da escola, defasagem escolar, em acolhimento, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas, abuso e/ou exploração sexual, em situação de rua, em medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e vulnerabilidades que diz respeito às pessoas com deficiência. Os grupos são constituídos da seguinte forma:

- Crianças até 6 anos;
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos;
- Adolescentes de 15 a 17 anos;
- Jovens de 18 a 29 anos;
- Adultos de 30 a 59 anos;
- Pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos.

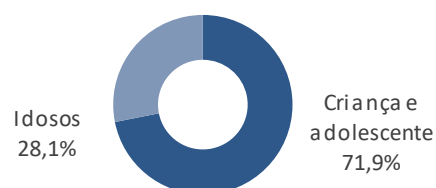
Além do estabelecimento do **público prioritário**, anteriormente citado, para cada um dos grupos acima dispostos há também a previsão do chamado público em especial, que será descrito no decorrer da apresentação dos dados de cada um deles.

Em Parnamirim é ofertado o SCFV para dois públicos: Crianças e adolescentes, e idosos. Do total de 2.191 pessoas atendidas, 71,9% são crianças e adolescentes e 28,1% são idosos.

Tabela 43: Grupos atendidos no SCFV

Grupo	Total	(%)
Criança e adolescente	1.575	71,9%
Idosos	616	28,1%
Total Geral	2.191	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018



As situações prioritárias foram analisadas de duas maneiras: primeira, considerando as situações que podem ser prioritárias tanto a pessoa idosa como a criança e adolescente, e a segunda análise correspondeu as situações que implicam somente ao público até 17 anos (criança e adolescente). Optou-se por essa abordagem, pois o banco de dados extraídos do Sistema de Informações do Serviço de Convivência (SISC) não apresenta a opção de situação prioritária por grupo etário, de modo que a separação considerou os casos que eram evidentes para o público criança e adolescente, como por exemplo, a situação de trabalho infantil, que só se aplica para a faixa etária até 17 anos.

Sendo assim, ao analisar as situações prioritárias mais incidentes tanto para idosos como para crianças e adolescentes, tem-se a vivência de violência e/ou negligência como a principal, representando 21,2%.

Tabela 44: Situações prioritária no total de atendimento do SCFV

Motivo	Total geral de crianças, adolescentes e idosos	Situação Prioritária	(%)
Vivência de violência e/ou negligência	2.191	465	21,2%
Em situação de isolamento	2.191	106	4,8%
Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência	2.191	82	3,7%
Em situação de acolhimento	2.191	25	1,1%

Fonte: SCFV, 2018

Já nas situações prioritárias que implicam somente crianças e adolescentes, 16,6% corresponderam a situação “fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos”.

Tabela 45: Situações prioritárias de 0 a 17 anos no total de atendimento do SCFV de 0 a 17 anos

Situações	Total de 0 a 17 anos	Situação Prioritária de 0 a 17 anos	(%)
Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos	1.575	262	16,6%
Trabalho infantil	1.575	125	7,9%
Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	1.575	17	1,1%
Situação de abuso e/ou exploração sexual	1.575	4	0,3%
Crianças e adolescentes em situação de rua	1.575	3	0,2%

Fonte: SEMAS, 2018

Com relação as formas de acesso ao SCFV, no que diz respeito aos novos usuários, tanto do grupo de idosos como de crianças e adolescentes a principal forma de acesso é por demanda espontânea, que no total representa 62,7% das formas de acesso ao serviço.

Tabela 46: Formas de acesso dos novos usuários ao SCFV

Resposta	Total de Criança e adolescente		Total de Idosos		Total	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Por Demanda Espontânea	164	60,1%	38	77,6%	202	62,7%
Em decorrência de busca ativa	60	22,0%	10	20,4%	70	21,7%
Encaminhado pelo CRAS	37	13,6%	1	2,0%	38	11,8%
Encaminhado pelo CREAS	4	1,5%	0	0,0%	4	1,2%
Encaminhado por outras políticas públicas	8	2,9%	0	0,0%	8	2,5%
Total Geral	273	100,0%	49	100,0%	322	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018

Entre as principais ações e atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, encontram-se os atendimentos psicossociais, sendo 302 feitos para as crianças e adolescentes e 15 para os idosos.

Tabela 47: Principais ações e atividades realizadas

Ações	Total de Criança e adolescente	Total de Idosos
Nº de atendimentos sociais e/ou psicossociais realizados pela equipe técnica do CRAS	302	15
Nº de atividades temáticas	134	127
Nº de visitas domiciliares	119	89
Nº de busca ativa	199	70
Nº de atividades externas (visitas, passeios, etc.)	67	69
Nº de visitas institucionais	57	40
Nº de reuniões com as famílias	62	35

Fonte: SEMAS, 2018

11.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Diferentemente da proteção social básica, que atua no âmbito da prevenção, o atendimento da proteção social especial é um conjunto de serviços, programas, projetos que tem por finalidade contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nr.109/2009 os Serviços da Proteção Social Especial se dividem em: **Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.**

Iniciamos apresentando o panorama referente à proteção social especial de média complexidade com definições e dados de atendimentos no município.

11.2.1 Proteção Social Especial de Média Complexidade

A proteção social especial de média complexidade visa o atendimento à famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos e apresentam diferentes vulnerabilidades e riscos pessoal e social. Para facilitar o acesso à população que necessita de proteção social especial, foram criados os CREAS, unidades públicas de abrangência municipal ou regional que tem como característica constituir-se em lócus de referência nos territórios dos serviços de proteção social especial. Deve trabalhar segundo eixos norteadores, delineados em consonância com os princípios e diretrizes da PNAS e conceitos e parâmetros do SUAS, quais sejam: atenção especializada e qualificação do atendimento, território e localização, acesso a direitos socioassistenciais, centralidade na família, mobilização e participação social e trabalho em rede.

Conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social o trabalho social no CREAS é realizado a partir de três principais dimensões: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em Rede. Atuando de forma complementar, estas três dimensões devem organizar e orientar o trabalho social especializado desenvolvido no âmbito dos Serviços do CREAS.

Os serviços de média complexidade ofertados pelo CREAS, são os seguintes:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Vale destacar que o município atua conforme as orientações técnicas que apontam atribuições para o trabalho dos técnicos de nível superior nos serviços ofertados pelo CREAS sem fazer distinção por áreas de formação. Entretanto as diferentes áreas de atuação da equipe contribuem tecnicamente, por meio de suas especificidades para a qualidade dos atendimentos às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

Considerando a competência relativa à oferta e ao referenciamento dos serviços especializados, a seguir, apresentamos dados referentes aos serviços executados de proteção social especial de média complexidade existentes no município, cujos dados se apresentam nas tabelas subsequentes.

i. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

O PAEFI é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, de orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais e prevenção de reincidências. Tal serviço, como já mencionado, é ofertado no CREAS.

Com relação aos dados de atendimento no PAEFI, as informações apresentadas consideram os indivíduos que foram acompanhados no serviço, considerando as violações de direito sofridas por cada um. Vale reforçar que os dados representam as pessoas vitimadas e não as famílias acompanhadas, pois uma família pode ter mais de uma pessoa vitimada.

De toda forma, em 2018, o PAEFI acompanhou 339 famílias. No capítulo 11.5, que compreende os indicadores por território, será apresentado o total de famílias por região.

As três tabelas a seguir apresentam o perfil das pessoas acompanhadas no **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos**.

No que diz respeito ao perfil, a maioria dos casos compreende pessoas de 30 a 59 anos (25,7%), do sexo feminino (58,6%) e 4,9% apresentam deficiência.

Tabela 48: Faixa etária das pessoas acompanhadas no PAEFI

Faixa etária	Total das pessoas acompanhadas	(%)
De 0 a 5 anos	131	12,7%
De 6 a 11 anos	114	11,0%
De 12 a 17 anos	128	12,4%
De 18 a 29 anos	138	13,3%
De 30 a 59 anos	266	25,7%
De 60 anos ou mais	75	7,2%
Não informado	183	17,7%
Total Geral	1.035	100,0%

Fonte: PAEFI, 2018.

Tabela 49: Sexo das pessoas atendidas no PAEFI

Sexo	Total de pessoas atendidas	(%)
Feminino	606	58,6%
Masculino	429	41,4%
Total Geral	1.035	100,0%

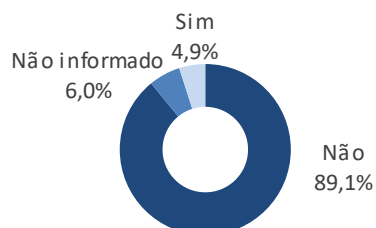
Fonte: PAEFI, 2018.



Tabela 50: Pessoas com deficiência atendidas no PAEFI

Pessoa com deficiência	Total	(%)
Não	922	89,1%
Não informado	62	6,0%
Sim	51	4,9%
Total Geral	1.035	100,0%

Fonte: PAEFI, 2018.



A violência intrafamiliar é o maior motivo de acompanhamento do PAEFI, representando 45,9% das situações das pessoas encaminhadas.

Tabela 51: Motivo de acompanhamento no PAEFI

Motivo	Total de pessoas acompanhadas	(%)
Violência intrafamiliar	475	45,9%
Negligência ou abandono	86	8,3%
Violência psicológica	60	5,8%
Violência sexual - abuso	50	4,8%
Cumprimento de medida socioeducativa	49	4,7%
Violência doméstica	49	4,7%
Transtornos mentais ou psicológicos	30	2,9%
Violência física	27	2,6%
Maus Tratos	23	2,2%
Uso de drogas ilícitas	10	1,0%
Outros	49	4,7%
Total Geral	1.035	-

Fonte: PAEFI, 2018.

Nota: Uma pessoa poderia ter mais de um motivo de acompanhamento

No que diz respeito ao perfil das pessoas acompanhadas no PAEFI, 18,0% estão em situação de extrema pobreza ou mendicância e 7,7% são dependentes de alguma droga lícita (álcool ou cigarro).

Quadro 7: Perfil das pessoas acompanhadas no PAEFI



O Conselho Tutelar e o Poder Judiciário são os principais órgãos que encaminham pessoas para o acompanhamento no PAEFI, ambos encaminharam mais de 50% das famílias.

Tabela 52: Órgão de encaminhamento para o PAEFI

Situação	Total	(%)	
Conselho Tutelar	92	27,1%	
Poder Judiciário	79	23,3%	
Demanda espontânea	47	13,9%	
Serviços/Unidades da PSB	43	12,7%	
Delegacia da Mulher / DEAM	24	7,1%	
Outros	19	5,6%	
Ministério Público	15	4,4%	
Saúde	14	4,1%	
Outras políticas setoriais	3	0,9%	
Educação	2	0,6%	
Serviços/Unidades da PSE	2	0,6%	
Total Geral	339	-	

Fonte: SEMAS, 2018

ii. Serviço de Proteção Social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio aberto (MSE)

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.

O serviço é ofertado aos adolescentes, entre 12 anos completos até 18 anos incompletos, que praticam conduta análoga à contravenção penal ou aos crimes tipificados pelo Código Penal, mas em função de sua idade estão sujeitos à legislação especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e são responsabilizados por determinação judicial a cumprir medidas socioeducativas que contribuem, de maneira pedagógica, para o acesso a direitos e para a mudança de valores pessoais e sociais dos adolescentes. A medida pode ser cumprida até os 21 anos, desde que o ato tenha sido praticado até os 18 anos incompletos.

O já referido Estatuto traça diretrizes para a política de atendimento do adolescente, a qual prevê a integração operacional dos diferentes órgãos e serviços atuantes do Sistema de Garantia de Direitos – como Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Juizado da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e Assistência Social – sem a obrigatoriedade de que tais serviços aconteçam num mesmo local, condição esta que é preferencial, cabendo aos órgãos envolvidos sua conveniência e oportunidade.

Assim, após cumpridos os procedimentos legais, comprovadas a autoria e a materialidade da prática do ato infracional, poderão ser aplicadas pela entidade competente as medidas socioeducativas previstas pelo art. 112 do ECA, considerando as características do ato (circunstâncias e gravidade), as peculiaridades do adolescente que o praticou (inclusive a sua capacidade de compreender e de cumprir as medidas que lhe serão impostas) e suas necessidades pedagógicas, priorizando as medidas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, também incluindo as medidas protetivas e inserção em demais políticas públicas.⁷

Dentre as medidas previstas estão:

- Advertência
- Obrigação de reparar o dano
- Prestação de serviço à comunidade
- Inserção em regime de semiliberdade
- Internação em estabelecimento educacional
- Liberdade assistida

⁷ Interpretação extensiva e combinada dos arts. 101, 112, 113 e 110 do ECA.

Desta forma, o serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente. O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais, conforme cita a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

O efetivo cumprimento de tais medidas é regulamentado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)⁸, que traça diretrizes, recomendações, competências e atribuições às diferentes esferas de governo, bem como aos órgãos de deliberação, gestão e execução da política socioeducativa, bem como das entidades e instituições envolvidas direta ou indiretamente, governamentais ou não governamentais, no processo de apuração, aplicação e execução das medidas em meio aberto e fechado.

Quadro 8: Competência do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto e fechado

COMPETÊNCIA MUNICIPAL	COMPETÊNCIA ESTADUAL
MSE em meio aberto	MSE em meio fechado
Prestação de serviço à comunidade	Semiliberdade
Liberdade assistida	Internação provisória
	Internação

⁸ O SINASE é coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – e compreende um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios destinados a regulamentar a política pública de execução das medidas socioeducativas pelo Poder Público, vinculando sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

Ressalta-se que as informações apresentadas têm como referência apenas as medidas em meio aberto pois essas são as de competência dos municípios.

A faixa etária com maior incidência de cumprimento de MSE está entre 17 a 19 anos, contemplando 67% de todas as MSE.

Tabela 53: Perfil etário dos jovens e adolescentes em cumprimento de MSE

Idade	Total	(%)	
14 anos	1	2,0%	
15 anos	1	2,0%	
16 anos	2	4,1%	
17 anos	8	16,3%	
18 anos	13	26,5%	
19 anos	12	24,5%	
20 anos	6	12,2%	
21 anos ou mais	6	12,2%	
Total Geral	49	100,0%	

Fonte: SEMAS, 2018

Quanto ao sexo dos jovens e adolescentes em cumprimento de MSE, observa-se que a maioria, 93,9% são do sexo masculino.

Tabela 54: Sexo dos jovens e adolescentes em cumprimento de MSE

Sexo	Total	(%)
Feminino	3	6,1%
Masculino	46	93,9%
Total Geral	49	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018

Os dados apresentam que a maioria de jovens e adolescentes em MSE, não estão estudando, representando 75,5% do total.

Tabela 55: Jovens e adolescentes em cumprimento de MSE que estudam

Resposta	Total	(%)
Não	37	75,5%
Sim	12	24,5%
Total Geral	49	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018

A maioria dos jovens e adolescentes em cumprimento de MSE não são reincidentes (93,9%)

Tabela 56: Jovens e adolescentes em cumprimento de MSE que reincidiram

Resposta	Total	(%)
Não	46	93,9%
Sim	3	6,1%
Total Geral	49	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018

A principal MSE cumprida pelos jovens e adolescente é a prestação de serviço à comunidade em 55,1% dos casos.

Tabela 57: Tipo de MSE cumprida pelos jovens e adolescentes

Tipo	Total	(%)	
Prestação de serviço à comunidade	27	55,1%	
Liberdade assistida	19	38,8%	
Internação	3	6,1%	
Total Geral	49	100,0%	

Fonte: SEMAS, 2018

Quanto ao tipo de ato infracional praticado pelos jovens e adolescentes, o Roubo é o principal com 61,2%.

Tabela 58: Ato infracional dos jovens e adolescentes em cumprimento de MSE

Ato infracional	Total	(%)	
Roubo	30	61,2%	
Porte de armas	6	12,2%	
Homicídio	5	10,2%	
Tráfico de drogas	4	8,2%	
Dano qualificado	1	2,0%	
Formação de quadrilha	1	2,0%	
Furto	1	2,0%	
Lesão corporal	1	2,0%	
Receptação	1	2,0%	
Violência	1	2,0%	
Total Geral	49	-	

Fonte: SEMAS, 2018

Nota: Um adolescente ou jovem poderia comentar mais de um ato infracional.

iii. SERVIÇO Especializado em Abordagem Social

Esse serviço é ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa para mapear e identificar nos territórios, situações de risco pessoal e social tal como: incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço visa resoluções imediatas e promoção da inclusão dos indivíduos e inclusão na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos. A unidade de referência para este serviço é o CREAS e sugere-se que tenha uma equipe de referência conforme preconiza a NOB-RH/SUAS.

Durante o ano de 2018 o Serviço de abordagem social realizou 162 abordagens, total esse que compreende o número de pessoas abordadas, multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas durante o ano.

Tabela 59: Sexo das pessoas abordadas no Serviço de Abordagem

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	82	50,6%
Feminino	80	49,4%
Total	162	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.



Com relação à faixa etária, a maioria da abordagem social compreendeu o público de crianças e adolescentes (Até 12 anos e de 13 a 17 anos) que representou 42,6% das pessoas abordadas.

Tabela 60: Faixa etária das pessoas abordadas no Serviço de Abordagem

Faixa etária	Quant.	(%)
Até 12 anos	53	32,7%
De 13 a 17 anos	16	9,9%
De 18 a 59 anos	48	29,6%
De 60 anos ou mais	45	27,8%
Total	162	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

Considerando que o maior público atendido no serviço de abordagem social é criança e adolescentes, a principal situação identificada foi a situação de trabalho infantil, que representou 57,1% do total.

Tabela 61: Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social

Faixa etária	Quant.	(%)
Crianças ou adolescentes em situação do trabalho infantil	44	57,1%
Migrantes	26	33,8%
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	5	6,5%
Crianças ou adolescentes em situação de Exploração sexual	1	1,3%
Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas	1	1,3%
Total	77	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

iv. Serviço Especializado para pessoas em situação de rua

Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais, sociais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Trata-se de um serviço importante no município para tirar da invisibilidade, saber que são e onde estão as pessoas em situação de rua e oferecer encaminhamento para a rede de serviços socioassistenciais, bem como órgãos de defesa de garantia de direitos dentre outros encaminhamentos necessários.

O município conta com 01 Centro Pop, a seguir apresentamos os resultados referentes ao atendimento deste serviço baseados nos dados coletados do ano de 2018.

Em 2018, foram atendidas uma média de 36 pessoas por mês no Centro POP, sendo 47,2% das pessoas atendidas na faixa etária de 18 a 59 anos e 52,8% com 60 anos ou mais. A maioria era do sexo masculino (88,9%).

Tabela 62: Faixa etária da população atendida no Centro POP

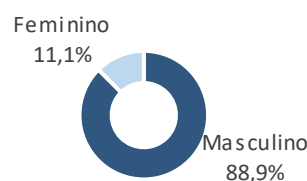
Faixa etária	Quant.	(%)
18 a 59 anos	17	47,2%
60 anos ou mais	19	52,8%
Total	36	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

Tabela 63: Sexo da população atendida no Centro POP

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	32	88,9%
Feminino	4	11,1%
Total	36	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.



Ao total foram abertos 51 PIA's, dos quais 47 (92,2%) foram de forma espontânea.

Tabela 64: Forma de acesso ao Centro POP

Informação	Quant.	(%)
Demanda Espontânea	47	92,2%
Ações da Abordagem Social	2	3,9%
Encaminhamento realizado por serviços/unidades da Proteção Social Básica	1	2,0%
Encaminhamento realizado por outros serviços/unidades da Proteção Social Especial	1	2,0%
Total	51	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

Vale observar que cada PIA aberto representa um novo usuário inserido no serviço. Nesta perspectiva, se considerarmos o total de PIA's aberto durante o ano de 2018 com o total de usuários que estavam no serviço no mês de janeiro de 2018, teremos o total de pessoas atendidas no ano.

Logo, o Centro POP atendeu ao total 87 pessoas que ocasionou em uma média de atendimento de 36 pessoas/mês, conforme já apresentado. Das pessoas atendidas, 58,6% representaram novos casos inseridos no serviço durante o ano.

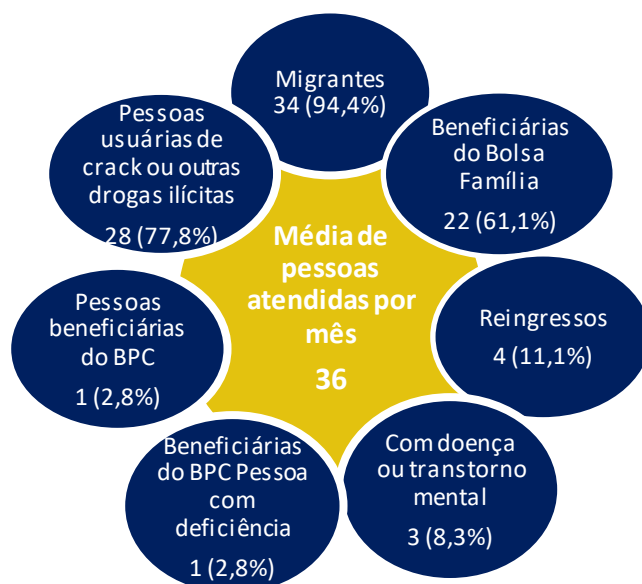
Tabela 65: Pessoas atendidas no Centro POP

Informação	Quant.	(%)
Pessoas atendidas em janeiro de 2018	36	41,4%
Novas pessoas atendidas durante o ano de 2018	51	58,6%
Total	87	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

Na figura a seguir mostra algumas características identificadas nas pessoas atendidas pelo Centro POP. A maioria são: migrantes (94,4%); usuárias de crack ou outras drogas ilícitas (77,8%); e beneficiárias do PBF (61,1%).

Quadro 9: Perfil das pessoas atendidas no Centro Pop



O Centro POP registrou um volume de atendimento de 1.251, sendo que 394 destes resultaram em encaminhamentos (31,5%). O principal encaminhamento foi para atendimento na Rede de Saúde, 23,6%, seguido do encaminhamento para o albergue, com 22,6% dos encaminhamentos

Volume de atendimentos	Encaminhamentos	%
1.251	394	31,5%

Tabela 66: Detalhamento do atendimento dado as pessoas no mês de referência no serviço especializado para pessoas em situação de rua

Encaminhamentos	Quant.	(%)
Rede de atendimento – SAÚDE	93	23,6%
Rede de atendimento – ALBERGUE	89	22,6%
Outras Políticas Setoriais (outras secretarias)	82	20,8%
Outros Encaminhamentos realizados	68	17,3%
Atualização cadastral no Cadastro Único	20	5,1%
Programas de Geração de Trabalho e Renda (PROGER e outros)	16	4,1%
Inclusão no Cadastro Único	11	2,8%
Rede de atendimento – CREAS	7	1,8%
Defensoria Pública	5	1,3%
Benefícios Eventuais	2	0,5%
Projetos/Atividades de Geração de Trabalho e Renda	1	0,3%
Total de encaminhamentos	394	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

11.2.2 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A proteção social especial de alta complexidade oferece serviços de proteção integral de acolhimento – moradia, alimentação higienização e proteção – aos indivíduos ou famílias com vínculos fragilizados ou totalmente rompidos, sem referência ou em situação de risco ou violência em que há a necessidade do afastamento do convívio familiar. São modalidades de acolhimento, com diferentes funções e público, abrigo institucional, casa lar, república, casa de passagem, albergue, família substituta e família acolhedora.

Dentro das demandas apresentadas no município, é ofertado o serviço de acolhimento institucional na modalidade de abrigo, que é o acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e sociais rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A equipe atuante deve organizar o serviço garantindo privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O serviço deve estar em conformidade com a NOB/RH 2005 considerando o público:

- **Acolhimento institucional para crianças e adolescentes:** Acolhimento provisório com capacidade máxima para 20 crianças e adolescentes por unidade. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade.⁹
- **Acolhimento Institucional para pessoas idosas (Instituição de Longa Permanência – ILPI):** Atendimento em unidade institucional com característica domiciliar que acolhe pessoas idosas com diferentes necessidades e níveis de dependência. Deve garantir a convivência com familiares e amigos de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade.¹⁰
- **Acolhimento Institucional - Casa de Passagem para pessoas em situação de rua:** Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Nesta perspectiva de atendimentos tipificados, o município mantém os serviços de dois abrigos na modalidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, um abrigo

⁹<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-pessoas-idosas>

¹⁰<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>

institucional/casa de passagem para pessoas em situação de rua e um abrigo institucional para pessoas idosas (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI).

A seguir será apresentado os dados dos atendimentos de Parnamirim:

i. Acolhimento para criança e adolescente

Como mencionado, Parnamirim possui duas unidades de acolhimento para criança e adolescente: Unidade de acolhimento Casa Abrigo Santa Rita de Cássia e Unidade de acolhimento Casa do Adolescente, os quais terão os dados de atendimento, referente ao ano de 2018, apresentados a seguir:

Unidade de acolhimento Casa do adolescente

A unidade possui uma capacidade de acolhimento de 20 crianças e adolescentes. Se considerarmos a média de atendimento mensal, teve-se 7 crianças e adolescentes atendidas na unidade por mês, segundo informação extraída do Registro Mensal de Atendimento, disponibilizada pela SEMAS.

No total, em 2018 teve-se 18 crianças e adolescentes que passaram pela unidade de acolhimento durante o ano, sendo que 88,9% tinham entre 12 e 18 anos e a maioria era do sexo masculino, 72,2%.

Tabela 67: Faixa etária das pessoas acolhidas

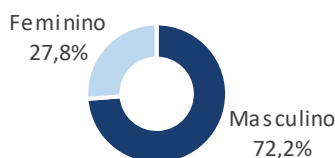
Faixa etária	Quant.	(%)
0 a 11 anos	2	11,1%
12 a 18 anos	16	88,9%
Total	18	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

Tabela 68: Sexo das pessoas acolhidas

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	13	72,2%
Feminino	5	27,8%
Total	18	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.



Das 18 crianças e adolescentes que passaram na unidade de acolhimento em 2018, 11 foram inseridos no ano, representando 61,1%; isso significa dizer que no mês de janeiro, a unidade tinha 7 crianças e adolescentes acolhidas.

Total atendido no ano	Novas crianças e adolescentes acolhidas na unidade	%
18	11	61,1%

O principal motivo de entrada foi o afastamento temporário dos pais ou responsáveis, que representou 63,6%.

Tabela 69: Situação das crianças e adolescentes acolhidas

Situação	Quant.	(%)	
Crianças e/ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	2	18,2%	
Crianças e/ou adolescentes usuários de drogas	2	18,2%	
Crianças e/ou adolescentes afastados temporariamente dos pais ou responsáveis	7	63,6%	
Total	11	100,0%	

Fonte: SEMAS, 2018.

No ano de 2018, 9 crianças ou adolescentes foram desligados, o que representou 50% do total de acolhidos no ano. O principal motivo não é especificado (55,6%).

Tabela 70: Motivo de desligamento das crianças e/ou adolescentes que estavam acolhidas ou foram acolhidas no ano

Desligamento	Quant.	(%)	
Outro motivo não especificado	5	55,6%	
Retorno para a família biológica	3	33,3%	
Evasão	1	11,1%	
Total	9	100,0%	

Fonte: SEMAS, 2018.

Casa Abrigo Santa Rita de Cássia

A Casa abrigo Santa Rita de Cássia possui uma capacidade de atendimento de 20 crianças e adolescentes.

Os dados apresentados correspondem ao Censo Suas Acolhimento, divulgados pela Vigilância Socioassistencial do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

No período de referência, a unidade teve 12 casos de crianças e adolescentes que retornaram às famílias, sejam ela família de origem ou substituta. Do total, 57,1% (16 crianças e adolescentes) permaneceram acolhidas.

Tabela 71: Situação das crianças e/ou adolescentes que estavam acolhidas ou foram acolhidas no ano de referência

Situação	Quant.	(%)
Pessoas estão acolhidas na unidade neste momento (vagas ocupadas)	16	57,1%
Crianças/adolescentes desta unidade retornaram às suas famílias de origem nos últimos 12 meses	11	39,3%
crianças/adolescentes desta unidade foram encaminhadas às famílias substitutas nos últimos 12 meses	1	3,6%
Total	28	100,0%

Fonte: Censo SUAS Acolhimento, 2018.

Considerando o perfil das 16 crianças e adolescentes que estavam acolhidas na unidade durante o período de preenchimento do Censo SUAS, 68,8% das crianças e adolescentes eram do sexo masculino e 93,9% eram crianças (De 0 a 11 anos).

Tabela 72: Sexo das pessoas que estavam acolhidas na unidade no momento do Censo SUAS

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	11	68,8%
Feminino	5	31,3%
Total	16	100,0%

Fonte: Censo SUAS Acolhimento, 2018.

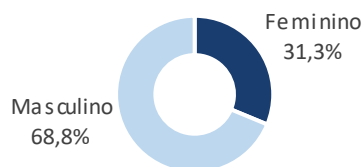


Tabela 73: Faixa etária das pessoas que estavam acolhidas na unidade no momento do Censo SUAS

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	7	43,9%
De 6 a 11 anos	8	50,0%
De 12 a 17 anos	1	6,3%
Total	16	100,0%

Fonte: Censo SUAS Acolhimento, 2018.



ii. Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas

Em Parnamirim há um Instituição de Longa Permanência (ILPI) para pessoas idosas com capacidade de 40 vagas.

Os dados apresentados correspondem ao Censo Suas Acolhimento, divulgados pela Vigilância Socioassistencial do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. No período de referência, foram acolhidos 40 pessoas idosas.

Considerando o sexo das pessoas idosas que estavam acolhidas em instituições de longa permanência, durante o período de preenchimento do Censo SUAS, para a Vigilância Socioassistencial do MDS, 62,5% eram do sexo feminino e 37,5% eram do sexo masculino.

Tabela 74: Sexo das pessoas que estavam acolhidas na unidade no momento do Censo SUAS

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	25	62,5%
Masculino	15	37,5%
Total	40	100,0%

Fonte: Censo SUAS Acolhimento, 2018.



Tabela 75: Faixa etária das pessoas que estavam acolhidas na unidade no momento do Censo SUAS

Faixa etária	Quant.	(%)
De 60 a 79 anos	29	72,5%
De 80 anos ou mais	11	27,5%
Total	40	100,0%

Fonte: Censo SUAS Acolhimento, 2018.



- **Acolhimento Institucional - Casa de Passagem para pessoas em situação de rua**

Em Parnamirim, o serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua é ofertado pelo Albergue Municipal Noturno.

Em 2018, foram atendidas uma média de 39 pessoas por mês no Albergue durante o ano de 2018, sendo 97,4% entre 18 e 39 anos e 2,6% com 60 anos ou mais. A maioria era do sexo masculino (89,7%).

Tabela 76: Faixa etária das pessoas atendidas no Albergue

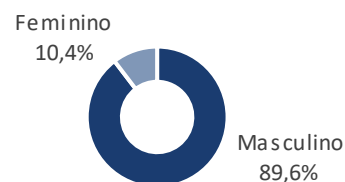
Faixa etária	Quant.	(%)
18 a 59 anos	38	97,4%
60 anos ou mais	1	2,6%
Total	39	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

Tabela 77: Sexo das pessoas atendidas no Albergue

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	35	89,6%
Feminino	4	10,4%
Total	39	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.



Durante o ano de 2018, teve-se 51 pessoas em situação de rua acolhidas pela primeira vez na unidade. Nesta perspectiva, se considerarmos o total de novas pessoas inseridas no serviço durante o ano de 2018 com o total de usuários que já estavam no equipamento no mês de janeiro de 2018, teremos o total de pessoas atendidas no ano. Logo, o albergue atendeu ao total 99. Das pessoas atendidas, 51,5% representaram novos casos inseridos no serviço durante o ano.

Tabela 78: Pessoas atendidas no Albergue

Informação	Quant.	(%)
Pessoas atendidas em janeiro de 2018	48	48,5%
Novas pessoas atendidas durante o ano de 2018	51	51,5%
Total	99	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

No que diz respeito as formas de acessos das pessoas acolhidas pela primeira vez, a maioria foi por encaminhamento do Centro POP (76,5%) e 23,5% buscou o serviço de forma espontânea.

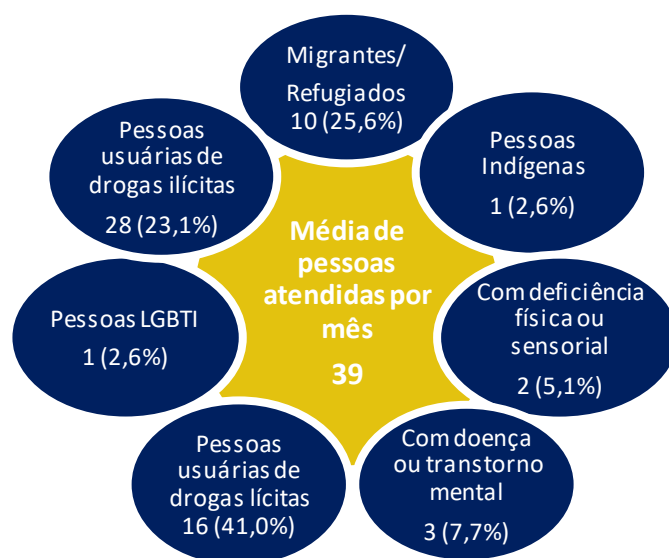
Tabela 79: Formas de acesso ao serviço

Informação	Quant.	(%)
Encaminhado pelo Centro Pop	39	76,5%
Esponânea	12	23,5%
Encaminhado pela equipe de Abordagem Social	0	0,0%
Encaminhado pela rede socioassistencial	0	0,0%
Encaminhado por outras políticas públicas	0	0,0%
Total	51	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

Na figura a seguir mostra algumas características identificadas nas pessoas atendidas pelo Albergue. A maioria são: pessoas usuárias de álcool ou cigarro (41,0%); Migrantes e Refugiados (25,6%); e Pessoas usuárias de drogas ilícitas (23,1%).

Quadro 10: Perfil das pessoas atendidas no Albergue



O Albergue registrou um volume de atendimento individualizado de 275 no ano, sendo que 61 destes resultaram em encaminhamentos (22,2%). O principal encaminhamento foi para atendimento na Rede de Saúde, 52,5%, seguido da atualização cadastral no CadÚnico (18,0%)

Volume de atendimentos	Encaminhamentos	%
275	61	22,2%

Tabela 80: Detalhamento do atendimento dado as pessoas no mês de referência no serviço especializado para pessoas em situação de rua

Encaminhamentos	Quant.	(%)
Rede de atendimento – SAÚDE	32	52,5%
Atualização no Cadastro Único	11	18,0%
Inclusão no Cadastro Único	6	9,8%
Rede de atendimento – CENTRO POP	5	8,2%
Rede de atendimento – Outras Políticas Setoriais (outras secretarias)	3	4,9%
Programas de Geração de Trabalho e Renda (PROGER e outros)	2	3,3%
Rede de atendimento – EDUCAÇÃO	1	1,6%
Benefícios Eventuais	1	1,6%
Total de encaminhamentos	61	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018.

Sobre a situação de trabalho, 43,4% estavam desempregados. Com algum trabalho somaram 46,2% dos casos, sendo 28,5% em trabalhos informais e 17,7% em formais.

11.2.3 CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda¹¹, de responsabilidade compartilhada entre governo federal, estadual, distrital e municipal, para seleção, cadastro e inclusão dessas famílias em programas e benefícios socioassistenciais de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa Minha Vida, Benefícios de Prestação Continuada - BPC, dentre outros.

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o CadÚnico foi integrado à política da assistência social como porta de entrada para as famílias acessarem outras políticas públicas, e seu banco de dados pode ser consultado e extraído por meio da ferramenta CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único), no qual são registradas informações socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas, como características da residência, informações pessoais, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. As informações extraídas do CECAD permitem identificar as famílias em maior vulnerabilidade social, podendo ser usadas pelos municípios, por exemplo, para melhor direcionar a implantação de políticas públicas conforme as demandas apresentadas.

Salienta que para receber qualquer um dos benefícios é preciso estar cadastro. Dessa forma, é importante que as informações estejam sempre atualizadas no CadÚnico como preconiza a Portaria nº

¹¹ Famílias de baixa renda são as que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal familiar total de até três salários mínimos.

231 de 26 de agosto de 2010¹², do Ministério da Cidadania, na qual dispõe que a regulamentação cadastral deverá ocorrer no período de até dois anos para fins de validade dos benefícios recebidos.

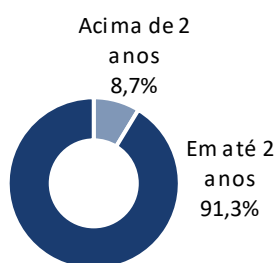
Com relação as famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único em Parnamirim, 91,3% estão com o cadastro atualizado, ou seja, dentro do período de até dois anos. Para fins de análise, considerou-se as famílias e pessoas cujo cadastrado estava atualizado, bem como os casos em que a família estava com cadastro desatualizado, porém com marcação para recebimento do Programa Bolsa Família.

Com relação as famílias cadastradas no CadÚnico, a maioria delas está com o cadastro atualizado, conforme prerrogativas da Portaria nº 231, de 26 de agosto de 2010, que menciona atualização no Cadastro Único em até 2 anos, podendo ocorrer o bloqueio do benefício, caso não houver atualização dentro do período mencionado. Todavia, cerca de 8,7% das famílias beneficiárias estão com a atualização cadastral superior a 2 anos.

Tabela 81: Atualização cadastral

Período	Quant.	(%)
Acima de 2 anos	2.603	8,7%
Em até 2 anos	27.327	91,3%
Total Geral	29.930	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



- Dados das pessoas de famílias cadastradas**

Do total de pessoas das famílias cadastradas, o percentual por faixa etária de pessoas no CadÚnico mostra que aproximadamente 35,4% são pessoas na faixa etária de 30 a 59 anos, seguida de 34,5% de crianças e adolescentes e 10% são idosos.

Tabela 82: Faixa etária das pessoas cadastrados no CadÚnico

Faixa Etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	4.881	6,5%
De 4 a 5 anos	3.112	4,2%
De 6 a 11 anos	9.044	12,1%
De 12 a 17 anos	8.763	11,7%
De 18 a 29 anos	14.982	20,1%
30 a 59 anos	26.396	35,4%
60 anos ou mais	7.436	10,0%
Total Geral	74.614	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

¹² http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/informe231.pdf

Em relação ao sexo das pessoas cadastradas no CadÚnico, 57,4% são do sexo feminino.

Tabela 83: Sexo das pessoas cadastrados no CadÚnico

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	42.815	57,4%
Masculino	31.799	42,6%
Total Geral	74.614	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.



Do total de pessoas cadastradas no CadÚnico, 55,6% são beneficiados pelo PBF.

Tabela 84: Situação em relação ao PBF das pessoas cadastrados no CadÚnico

Recebe PBF	Quant.	(%)
Não	41.487	55,6%
Sim	33.127	44,4%
Total Geral	74.614	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.



Das 74.614 pessoas cadastradas no CadÚnico 7,3% das pessoas tem alguma deficiência.

Tabela 85: pessoas cadastradas no CadÚnico que apresentam alguma deficiência

Pessoa com deficiência	Quant.	(%)
Não	69.136	92,7%
Sim	5.478	7,3%
Total Geral	74.614	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.



Prevalece a cor/raça parda com 67,5% das pessoas no CadÚnico.

Tabela 86: Cor ou raça das pessoas cadastrados no CadÚnico

Cor/Raça	Quant.	(%)
Parda	50.370	67,5%
Branca	20.656	27,7%
Preta	3.157	4,2%
Amarela	396	0,5%
Indígena	22	0,0%
Não informado	13	0,0%
Total Geral	74.614	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

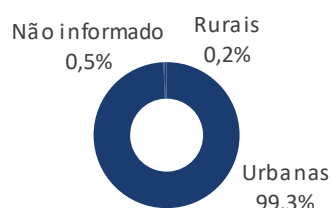


O percentual de famílias em área rurais é de apenas 0,2% do total cadastrado.

Tabela 87: Localidade de moradia das pessoas cadastrados no CadÚnico

	Quant.	(%)
Urbanas	27.134	99,3%
Rurais	61	0,2%
Não informado	132	0,5%
Total Geral	27.327	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.



98,7% dos domicílios cadastrados no CadÚnico tem apenas uma família.

Tabela 88: Domicílios no CadÚnico por Quantidade de famílias no domicílio

Quantidade de famílias no domicílio	Quant.	(%)
1	26.976	98,7%
2	169	0,6%
3 ou mais	14	0,1%
Não informado	168	0,6%
Total Geral	27.327	100,0%

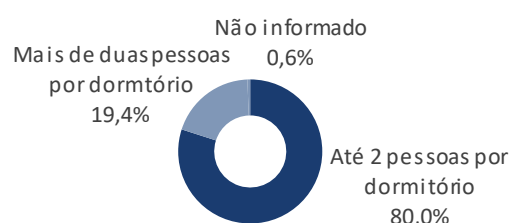
Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

Quanto ao número de pessoas nos domicílios por dormitório, 80,0% das famílias tem 2 ou menos pessoas por dormitório

Tabela 89: Domicílios do CadÚnico com mais de duas pessoas por dormitório

Pessoas por dormitório	Quant.	(%)
Até 2 pessoas por dormitório	21.848	80,0%
Mais de duas pessoas por dormitório	5.303	19,4%
Não informado	176	0,6%
Município	27.327	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

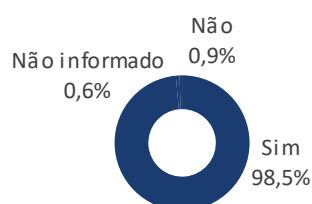


Quanto a água encanada nos domicílios, 98,5% dos domicílios tem água encanada.

Tabela 90: Domicílios no CadÚnico por água canalizada

Água canalizada no domicílio	Quant.	(%)
Sim	26.918	98,5%
Não	239	0,9%
Não informado	170	0,6%
Total Geral	27.327	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

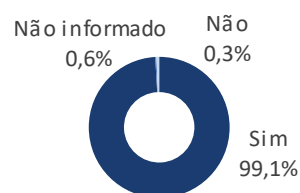


Ainda no tocante a estrutura domiciliar das famílias, 99,1% dos domicílios possuem banheiro.

Tabela 91: Domicílios no CadÚnico por Existência de banheiro

Existência de banheiro	Quant.	(%)
Sim	27.080	99,1%
Não	77	0,3%
Não informado	170	0,6%
Total Geral	27.327	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.



A fossa rudimentar é o meio de escoamento de 55,8% dos domicílios com cadastro no CadÚnico. E ainda outros 38,5% tem fossa séptica.

Tabela 92: Domicílios no CadÚnico por Forma de escoamento sanitário

Forma de escoamento sanitário	Quant.	(%)	
Fossa rudimentar	15.248	55,8%	
Fossa séptica	10.518	38,5%	
Rede coletora de esgoto ou pluvial	1.253	4,6%	
Vala a céu aberto	13	0,0%	
Outra forma	48	0,2%	
Não informado	247	0,9%	
Total Geral	27.327	100,0%	

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

Sobre a coleta de lixo dos domicílios, 97,7% tem lixo coletado diretamente.

Tabela 93: Domicílios no CadÚnico por Forma de coleta do lixo

Forma de coleta do lixo	Quant.	(%)	
É coletado diretamente	26.685	97,7%	
É coletado indiretamente	321	1,2%	
É queimado ou enterrado na propriedade	80	0,3%	
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	56	0,2%	
Tem outro destino	15	0,1%	
Não informado	170	0,6%	
Total Geral	27.327	100,0%	

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

No CadÚnico tem-se 2,6% de famílias de agricultores familiares e outros 2,0% de catadores de material reciclável.

Tabela 94: Domicílios do CadÚnico por grupos populacionais tradicionais ou específicos

Grupos populacionais tradicionais ou específicos	Quant.	(%)	
Família Agricultores Familiares	703	2,6%	
Família Catadores de Material Reciclável	536	2,0%	
Família quilombola	125	0,5%	
Família de Pescadores Artesanais	102	0,4%	
Família de Preso do Sistema Carcerário	82	0,3%	
Família Pertencente a Comunidade de Terreiro	21	0,1%	
Família Cigana	8	0,0%	
Família Assentada da Reforma Agraria	5	0,0%	
Família Acampada	3	0,0%	
Família Ribeirinha	3	0,0%	
Família indígena	2	0,0%	
Família Atingida por empreendimentos de Infraestrutura	2	0,0%	
Família Beneficiária do Programa Nacional do Credito Fundiário	1	0,0%	
Nenhuma	25.861	94,6%	
Total Geral	27.327	100,0%	

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

Da renda per capita das famílias, tem-se que 34,3% das famílias cadastradas tem renda per capita de até R\$ 89,00.

Tabela 95: Renda per capita das pessoas cadastrados no CadÚnico

Faixa	Quant.	(%)	
Até R\$89,00	9.371	34,3%	
Entre R\$89,00 até R\$170,00	3.907	14,3%	
Entre R\$170,01 até ½ S.M.	7.953	29,1%	
Acima de ½ S.M.	6.096	22,3%	
Total Geral	27.327	100,0%	

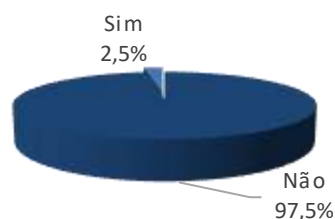
Fonte: CECAD, 2019

Com relação ao trabalho infantil, foram contabilizados 440 casos de criança ou adolescente na base de dados do CadÚnico (2,5%).

Tabela 96: Pessoas cadastrados no CadÚnico em situação de trabalho infantil na faixa etária de 6 a 17 anos.

Trabalho infantil	Quant.	(%)
Não	17.367	97,5%
Sim	440	2,5%
Total Geral	17.807	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

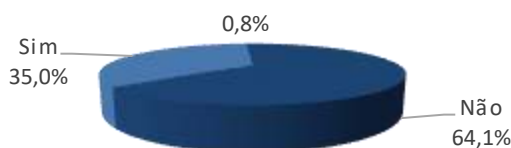


Sobre a situação de trabalho das pessoas com idade laborativa, 64,1% das pessoas em idade laborativa de 15 a 59 anos não exerceram nenhuma atividade na semana anterior a atualização cadastral.

Tabela 97: Situação de trabalho das pessoas com idade laborativa (15 a 59 anos)

Trabalhou?	Quant.	(%)
Não	29.238	64,1%
Sim	15.980	35,0%
Não informado	384	0,8%
Total Geral	45.602	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.



Dentro da faixa etária de pessoas que deveriam ser alfabetizadas, tem-se 29,1% dos idosos que afirmam não saber ler e escrever. Outro número expressivo é entre os adolescentes de 12 a 17 anos, os quais 14,2% afirmam também não saber ler nem escrever.

Tabela 98: Pessoas cadastradas no CadÚnico em relação a leitura e escrita

Sabe ler e escrever	Não sabe		Sim, sabe		Não informado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 6 a 11 anos	5.460	60,4%	3.583	39,6%	1	0,0%	9.044	100,0%
De 12 a 17 anos	1.242	14,2%	7.521	85,8%	-	0,0%	8.763	100,0%
De 18 a 29 anos	500	3,3%	14.482	96,7%	-	0,0%	14.982	100,0%
30 a 59 anos	2.369	9,0%	24.027	91,0%	-	0,0%	26.396	100,0%
60 anos ou mais	2.165	29,1%	5.271	70,9%	-	0,0%	7.436	100,0%
Total Geral	11.736	17,6%	54.884	82,4%	1	0,0%	66.621	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

O CECAD mostra que 92,3% das crianças de 0 a 3 anos e 50,9% das crianças de 4 a 5 anos nunca frequentaram a escola, o que equivale a educação infantil. Destaca-se ainda, que 6,3% das crianças de 6 a 11 anos nunca frequentou e 0,4% de 12 a 17 anos, segundo dados do CadÚnico.

Tabela 99: Pessoas cadastrados no CadÚnico em relação a frequentar a escola

Frequenta a escola	Sim, frequenta		Não, já frequentou		Nunca frequentou		Total de pessoas		Total de pessoas	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	375	7,7%	1	0,0%	4.505	92,3%	-	0,0%	4.881	100,0%
De 4 a 5 anos	1.515	48,7%	13	0,4%	1.584	50,9%	-	0,0%	3.112	100,0%
De 6 a 11 anos	8.440	93,3%	37	0,4%	566	6,3%	1	0,0%	9.044	100,0%
De 12 a 17 anos	8.457	96,5%	274	3,1%	32	0,4%	-	0,0%	8.763	100,0%
De 18 a 29 anos	3.126	20,9%	11.714	78,2%	142	0,9%	-	0,0%	14.982	100,0%
30 a 59 anos	144	0,5%	24.810	94,0%	1.442	5,5%	-	0,0%	26.396	100,0%
60 anos ou mais	5	0,1%	5.584	75,1%	1.847	24,8%	-	0,0%	7.436	100,0%
Total Geral	22.062	29,6%	42.433	56,9%	10.118	13,6%	1	0,0%	74.614	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

Observando a escolarização das pessoas que tem renda per capita até 1/2 SM do CECAD tem-se que 27,8% das pessoas com 60 anos ou mais que não sabem ler escrever. Percentual próximo da análise do banco geral do CECAD por que o perfil até 1/2 SM de renda per capita compreende em 90% das pessoas cadastradas no CECAD.

Tabela 100: Pessoas cadastrados no CadÚnico em relação a frequentar a escola

Faixa Etária (Assistência)	Não sabe ler e escrever		Sabe ler e escrever		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
De 0 a 3 anos	4680	98,6%	66	1,4%	4746	100,0%
De 4 a 5 anos	2835	94,3%	172	5,7%	3007	100,0%
De 6 a 11 anos	5317	61,0%	3400	39,0%	8717	100,0%
De 12 a 17 anos	1201	14,4%	7140	85,6%	8341	100,0%
De 18 a 29 anos	449	3,4%	12909	96,6%	13358	100,0%
30 a 59 anos	1982	9,0%	20009	91,0%	21991	100,0%
60 anos ou mais	959	27,8%	2490	72,2%	3449	100,0%
Total Geral	17423	27,4%	46186	72,6%	63609	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

Em média 32,2% das pessoas em idade laboral com renda per capita inferior a 1/2 SM estavam ocupadas no CECAD. Este percentual é muito próximo entre as regiões, sendo a Bela Parnamirim com 30,9% das pessoas ocupadas e o Litoral com o maior índice, 35,4%.

Tabela 101: Ocupação das pessoas em idade laboral com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo

Região	Ocupada		Desocupada		Não informado		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Bela Parnamirim	2.796	30,9%	6.165	68,2%	73	0,8%	9.034	100,0%
Passagem de Areia	2.248	31,3%	4.866	67,8%	64	0,9%	7.178	100,0%
Liberdade	1.601	31,5%	3.440	67,7%	40	0,8%	5.081	100,0%
Monte Castelo	1.207	32,0%	2.534	67,2%	29	0,8%	3.770	100,0%
Vale do Sol	1.909	32,5%	3.897	66,4%	64	1,1%	5.870	100,0%
Moita Verde	396	33,9%	760	65,1%	11	0,9%	1.167	100,0%
Parque Industrial	876	34,2%	1.654	64,6%	29	1,1%	2.559	100,0%
Nova Parnamirim	1.108	35,1%	2.015	63,9%	32	1,0%	3.155	100,0%
Litoral	539	35,4%	959	62,9%	26	1,7%	1.524	100,0%
Não informado	11	39,3%	17	60,7%		0,0%	28	100,0%
Total Geral	12.691	32,2%	26.307	66,8%	368	0,9%	39.366	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019

Quando se olha a faixa de renda da família, percebe-se que o indicador para extrema pobreza tem o menor percentual de pessoas em idade laboral ocupadas, com 28,6%.

Tabela 102: Percentual de ocupação das Pessoas em idade laboral cadastradas no CadÚnico por faixa de renda per capita de até 1/2 SM

Faixa de renda per capita	Ocupada		Desocupada		Não informado		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Ate R\$85,00	4.612	28,6%	11.368	70,6%	121	0,8%	16.101	100,0%
Entre R\$85,01 ate R\$170,00	2.892	38,9%	4.451	59,8%	95	1,3%	7.438	100,0%
Entre R\$170,01 ate 1/2 S.M.	5.187	32,8%	10.488	66,3%	152	1,0%	15.827	100,0%
Total Geral	12.691	32,2%	26.307	66,8%	368	0,9%	39.366	100,0%

Fonte: CECAD, 2018 e 2019.

11.3 BENEFÍCIOS

No âmbito do SUAS os benefícios assistenciais são ofertados em situações nas quais o indivíduo não possui meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família e nos casos de situações emergenciais, precisando suprir temporariamente a indisponibilidade de recursos do usuário.

- **Benefícios Eventuais**

Benefícios eventuais são caracterizados por serem suplementares e temporários, prestados aos cidadãos e às famílias que vivenciam situação de vulnerabilidade temporária, nascimento, morte e situações de calamidade pública, criados por entes da federação: Estados, Distrito Federal e Municípios.¹³

¹³ <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes-sobre-beneficios-eventuais-e-divulgado>

No município, os benefícios eventuais são: Auxílio em situação de vulnerabilidade temporária, urna funerária e auxílio em situação de desastre e calamidade pública, que somados, correspondem à 38,6% dos benefícios ofertados no ano de 2018. Entre os outros benefícios ofertados, o esgotamento sanitário foi o mais concedido, o que representou 32,3%. Por essa razão, cabe contextualizar que esse benefício, apesar de não ser eventual ou proveniente do recurso da assistência social ele se faz importante, uma vez que, até 2018, o município não contava com uma rede instalada de saneamento básico em todo o seu território e, por haver uma demanda considerável de famílias em situação de vulnerabilidade sem saneamento, a assistência social poderia identificar o público alvo com mais facilidade, fazendo, para isso, a avaliação necessária.

Tabela 103: Tipos de benefícios concedidos/recebidos

Tipo	Benefício	Quant.	(%)
Benefício eventual	Auxílios em situação de vulnerabilidade temporária (auxílio alimentar, outros.)	855	32,1%
	Urnas funerárias	171	6,4%
	Auxílios em situações de desastre e calamidade pública	3	0,1%
Outros benefícios	Esgotamento sanitário	862	32,3%
	Carteira do idoso	639	24,0%
	2ª Via Certidão (nascimento, óbito, casamento)	137	5,1%
Total		2.667	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018

O maior número de benefícios concedidos, foi da região da Passagem de Areia, que representou 19,5% dos benefícios concedidos. Em seguida vem a região Vale do Sol com mais 16,6% e em terceiro a Bela Parnamirim com outros 15,5%

Tabela 104: Localidade dos beneficiários

Região	Quant.	(%)	
Passagem de Areia	521	19,5%	
Vale do Sol	443	16,6%	
Bela Parnamirim	414	15,5%	
Monte Castelo	361	13,5%	
Liberdade	315	11,8%	
Parque Industrial	221	8,3%	
Moita Verde	132	4,9%	
Nova Parnamirim	158	5,9%	
Litoral	102	3,8%	
Total Geral	2.667	100,00%	

Fonte: SEMAS, 2018

• **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**

O Benefício de Prestação Continuada- BPC da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos e à pessoa com deficiência de qualquer

idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.¹⁴

Com relação ao BPC, o benefício para pessoa com deficiência foi o mais representativo, com 59,4%.

Tabela 105: Percentual dos benefícios de BPC

Espécie	Quant.	(%)
BPC Pessoa com Deficiência	2.614	59,4%
BPC Idoso	1.785	40,6%
Total Geral	4.399	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018



Quanto ao sexo dos beneficiários do BPC e por tipo de benefício recebido, 43,2% são do sexo feminino, enquanto o masculino apresenta 35,8%.

Tabela 106: Sexo dos beneficiários do BPC por tipo de benefício recebido

Sexo	BPC Pessoa com Deficiência		BPC Idoso		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Feminino	945	36,2%	954	53,6%	1.899	43,2%
Masculino	992	37,9%	585	32,6%	1.577	35,8%
Não informado	677	25,9%	246	13,8%	923	21,0%
Total Geral	2.614	100,0%	1.785	100,0%	4.399	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018

A maior incidência quanto a faixa etária dos beneficiários está na faixa de 60 anos ou mais.

Tabela 107: Faixa etária dos beneficiários do BPC por tipo de benefício recebido

Faixa etária	BPC Pessoa com Deficiência		BPC Idoso		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	41	1,6%		0,0%	41	0,9%
De 6 a 11 anos	83	3,2%		0,0%	83	1,8%
De 12 a 17 anos	90	3,4%		0,0%	90	1,9%
De 18 a 29 anos	163	6,2%		0,0%	163	3,5%
De 30 a 59 anos	502	19,2%		0,0%	502	11,0%
De 60 anos ou mais	200	7,7%	1.785	100,0%	1.985	47,6%
Não informado	1.535	58,7%		0,0%	1.535	33,2%
Total Geral	2.614	100,0%	1.785	100,0%	4.399	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018

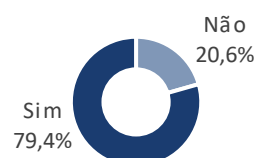
¹⁴ <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>

Do total dos beneficiários, 79,4% estão cadastrados no CadÚnico.

Tabela 108: Situação no CadÚnico do beneficiário do BPC

CADÚNICO	BPC Pessoa com Deficiência		BPC Idoso		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não	507	19,4%	399	22,4%	906	20,6%
Sim	2.107	80,6%	1.386	77,6%	3.493	79,4%
Total Geral	2.614	100,0%	1.785	100,0%	4.399	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018



Duas regiões têm o maior percentual de beneficiados, são elas: Passagem de Areia e Bela Parnamirim, cada uma com mais de 16%.

Tabela 109: Localidade de residência dos beneficiários do BPC

Região	Quant.	(%)
Passagem de Areia	731	16,7%
Bela Parnamirim	737	16,6%
Monte Castelo	589	13,7%
Liberdade	570	12,9%
Vale do Sol	465	10,4%
Nova Parnamirim	373	8,7%
Parque Industrial	293	6,8%
Litoral	164	3,8%
Moita Verde	97	2,1%
Localidade Desconhecida	380	8,3%
Total Geral	4.399	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018

• Programa Bolsa Família

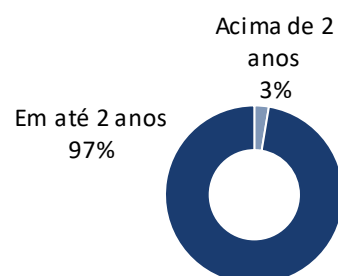
É um programa do Governo Federal de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres ou extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. Tem como finalidade garantir a sobrevivência dessas famílias, além do acesso à rede serviços públicos nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Com relação as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, a maioria delas está com o cadastro atualizado, conforme prerrogativas da Portaria nº 231, de 26 de agosto de 2010, que menciona atualização no Cadastro Único em até 2 anos, podendo ocorrer o bloqueio do benefício, caso não houver atualização dentro do período mencionado. Todavia, cerca de 3% das famílias beneficiárias estão com a atualização cadastral superior à 2 anos.

Tabela 110: Período de atualização cadastral

Período de atualização cadastral	Famílias que recebem o PBF	%
Acima de 2 anos	274	2,6%
Em até 2 anos	10.198	97,4%
Total	10.472	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



As demais informações do **PBF** serão apresentadas **nos próximos capítulos**, pois trata-se de indicadores sociais por território da política da assistência social, objetivando correlacionar com outras as bases de dados, de modo a identificar as vulnerabilidades e demandas sociais por território.

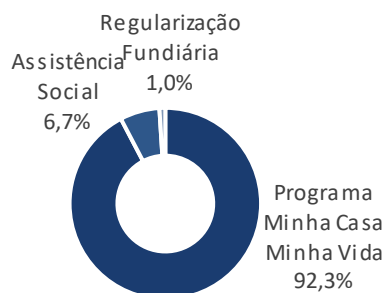
11.4 HABITAÇÃO

Com relação as demandas habitacionais registradas na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SEHAB, teve-se o total de 1.614 famílias na lista de espera, e a principal demanda é o Programa Minha Casa Minha Vida, 92,3%.

Tabela 111: Demandas habitacionais - 2018 - Benefícios a serem concedidos

Resposta	Total	(%)
Programa Minha Casa Minha Vida	1.490	92,3%
Assistência Social	108	6,7%
Regularização Fundiária	16	1,0%
Total Geral	1.614	100,0%

Fonte: SEMAS, 2018



11.5 INDICADORES POR TERRITÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Alguns indicadores já foram apresentados anteriormente, dentro dos serviços tipificados na NOB-SUAS, da Assistência Social. A seguir, serão apresentados os resultados por território considerando o total de famílias e pessoas residentes em cada região, de modo a visualizar quais destas apresentam as maiores taxas de vulnerabilidade social e demandas dos serviços socioassistenciais.

11.5.1 Famílias acompanhadas no PAIF

Em média 2% das famílias do município são acompanhadas no PAIF. A Região com o maior indicador é Liberdade com 5,2%, uma diferença entre o menor e o maior indicador por região de quase dez vezes (9,4).

Tabela 112: Percentual de famílias acompanhadas no PAIF por domicílios na região

Região Geográfica	Total de domicílios	Média de famílias acompanhadas no ano de 2018	%	Menor Valor	Média	Maior Valor
Monte Castelo	17.395	85	0,5%	Monte Castelo	2,0%	0,5%
Nova Parnamirim	6.593	62	0,9%	Município		2,0%
Moita Verde	5.716	63	1,1%	Liberdade		5,2%
Parque Industrial	7.238	112	1,5%			
Litoral	2.173	35	1,6%			
Passagem de Areia	6.916	182	2,6%			
Vale do Sol	4.581	171	3,7%			
Bela Parnamirim	7.670	375	4,9%			
Liberdade	2.047	106	5,2%			
Município	60.329	1.191	2,0%			

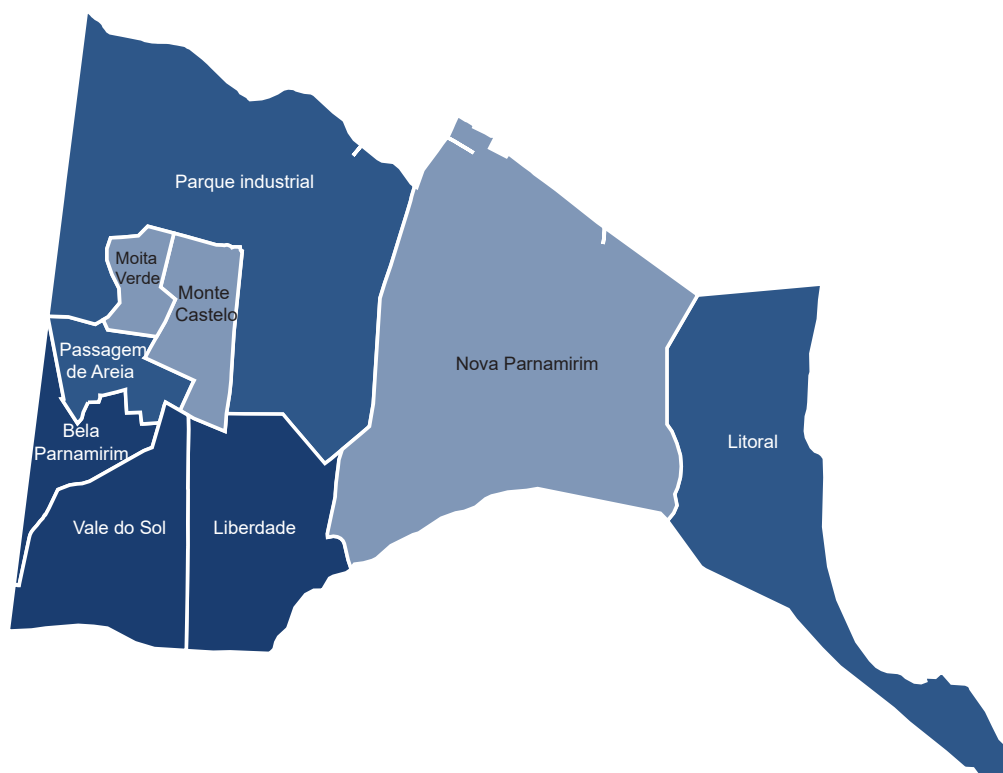
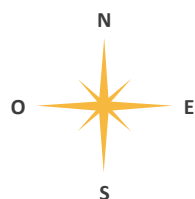
**Diferença:
9,4 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SEMAS, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



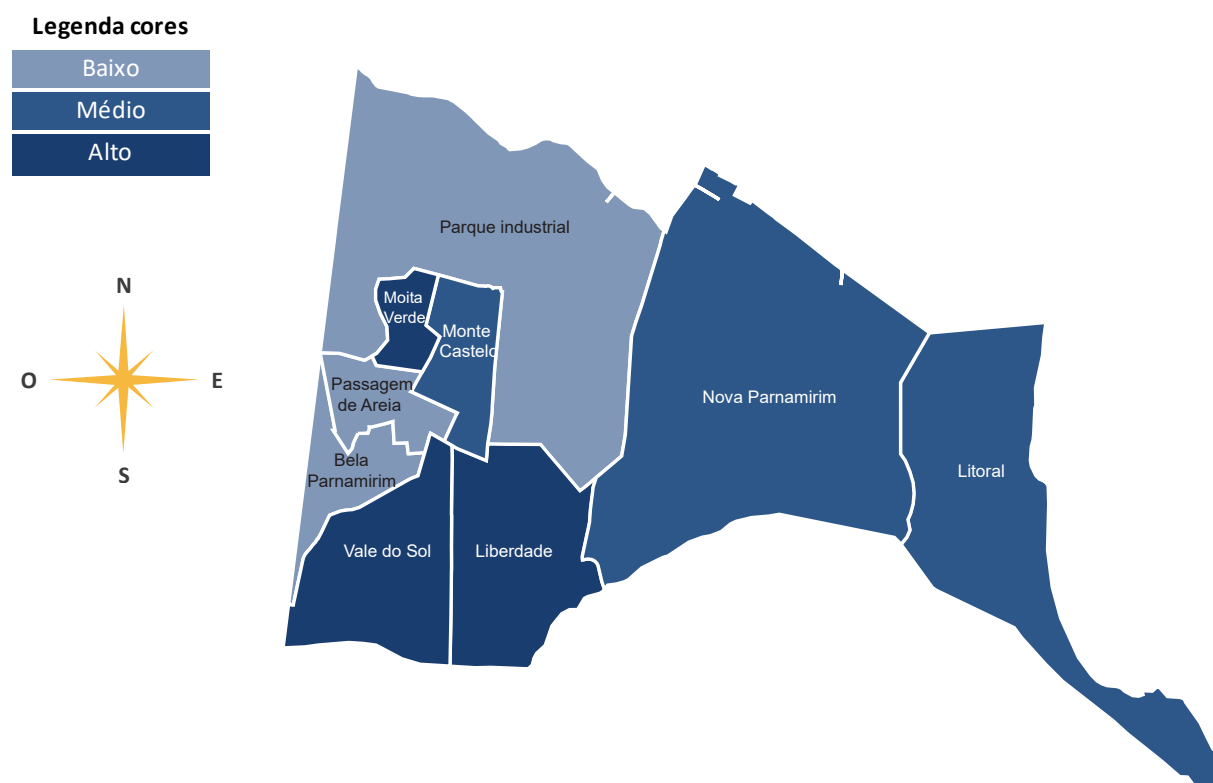
11.5.2 Famílias acompanhadas no PAIF que possuem crianças e adolescentes

No que diz respeito às famílias acompanhadas no PAIF, 69,4% delas possuem crianças ou adolescentes. A região com a maior percentual é a Liberdade com 88,7%.

Tabela 113: Percentual de famílias acompanhadas no PAIF com crianças e adolescentes por domicílios na região

Região Geográfica	Média de famílias acompanhadas no ano de 2018	Total de famílias acompanhadas no PAIF que possuem crianças e adolescentes	%	Menor Valor	Bela Parnamirim	52,0%
				Média	Município	69,4%
				Maior Valor	Liberdade	88,7%
Bela Parnamirim	375	195	52,0%	Diferença: 0,7 vezes É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
Parque Industrial	112	69	61,6%			
Passagem de Areia	182	124	68,1%			
Litoral	35	25	71,4%			
Nova Parnamirim	62	49	79,0%			
Monte Castelo	85	68	80,0%			
Moita Verde	63	52	82,5%			
Vale do Sol	171	150	87,7%			
Liberdade	106	94	88,7%			
Município	1.191	826	69,4%			

Fonte: SEMAS, 2018



11.5.3 Famílias acompanhadas no PAIF que possuem idosos

Quanto a pessoa idosa, 15,4% das famílias acompanhadas no PAIF possuem idosos. A região com a maior percentual é Parque Industrial com 28,6 % das famílias acompanhadas com idosos.

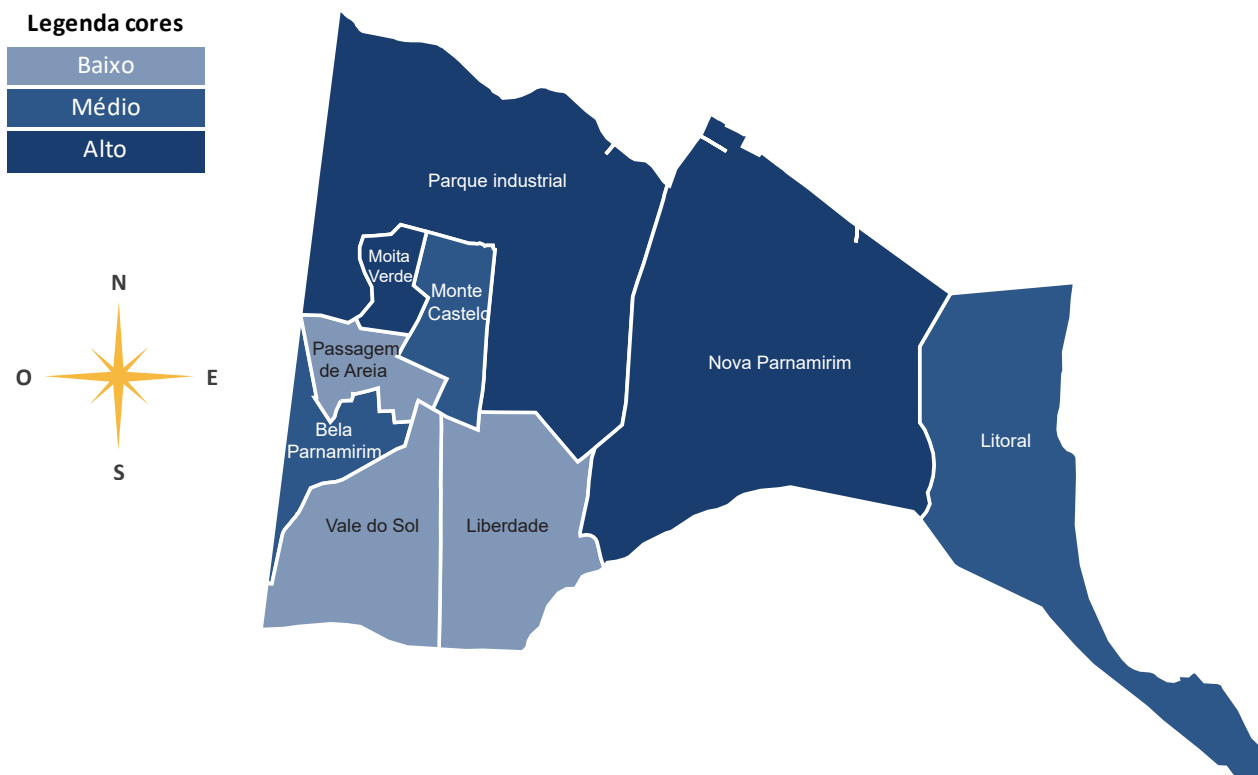
Tabela 114: Percentual de famílias acompanhadas no PAIF com idosos por domicílios na região

Região Geográfica	Média de famílias acompanhadas no ano de 2018	Total de famílias acompanhadas no PAIF que possuem idosos	%	Menor Valor	Passagem de Areia	7,7%
				Média	Município	15,4%
				Maior Valor	Parque Industrial	28,6%
Passagem de Areia	182	14	7,7%			
Liberdade	106	12	11,3%			
Vale do Sol	171	21	12,3%			
Monte Castelo	85	12	14,1%			
Bela Parnamirim	375	63	16,8%			
Litoral	35	6	17,1%			
Moita Verde	63	11	17,5%			
Nova Parnamirim	62	13	21,0%			
Parque Industrial	112	32	28,6%			
Município	1.191	184	15,4%			

**Diferença:
2,7 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SEMAS, 2018



11.5.4 Crianças e adolescentes no SCFV

Aproximadamente 3% da população de 0 a 17 anos estão no SCFV. A região que tem o maior percentual de crianças e adolescentes participando do serviço é a Litoral, com 8,5%

Tabela 115: Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos acompanhadas no SCFV por região

Região Geográfica	Total da população de 0 a 17 anos	De 0 a 17 anos em SCFV	%
Nova Parnamirim	13.067	78	0,6%
Parque Industrial	7.049	113	1,6%
Bela Parnamirim	9.075	204	2,2%
Liberdade	6.734	158	2,3%
Passagem de Areia	7.871	197	2,5%
Monte Castelo	5.672	147	2,6%
Moita Verde	2.509	115	4,6%
Vale do Sol	5.041	389	7,7%
Litoral	2.047	174	8,5%
Município	59.065	1.575	2,7%

Menor Valor

Média

Maior Valor

Nova Parnamirim	0,6%
Município	2,7%
Litoral	8,5%

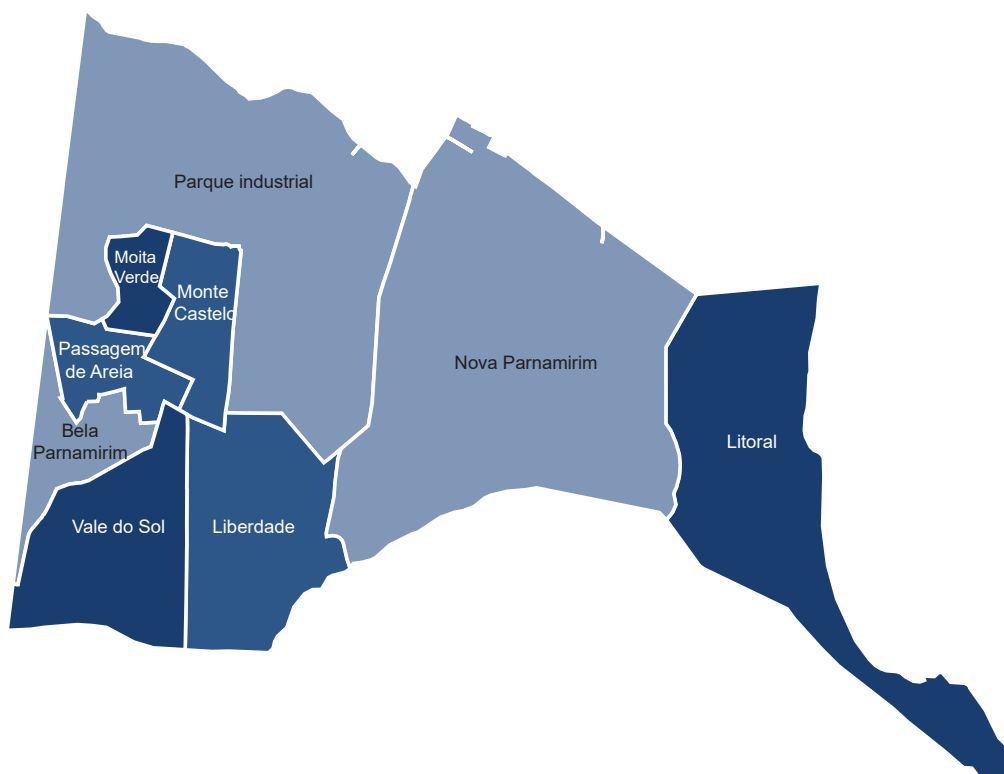
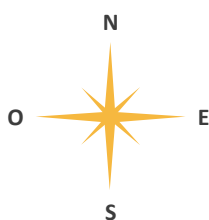
**Diferença:
13,2 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SEMAS, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



11.5.5 Idosos no SCFV

No geral 4,2% dos idosos são atendidos no SCFV. A região com o maior indicador é a Bela Parnamirim com 9,3%.

Tabela 116: Percentual de idosos no SCFV por região

Região Geográfica	Total da população de 60 anos ou mais	60 anos ou mais em SCFV	(%)
Nova Parnamirim	3.810	12	0,3%
Monte Castelo	1.720	28	1,6%
Liberdade	1.708	40	2,3%
Parque Industrial	1.660	62	3,7%
Moita Verde	430	26	6,0%
Litoral	553	42	7,6%
Passagem de Areia	1.725	138	8,0%
Vale do Sol	1.289	110	8,5%
Bela Parnamirim	1.693	158	9,3%
Município	14.588	616	4,2%

Menor Valor	Nova Parnamirim	0,3%
Média	Município	4,2%
Maior Valor	Bela Parnamirim	9,3%

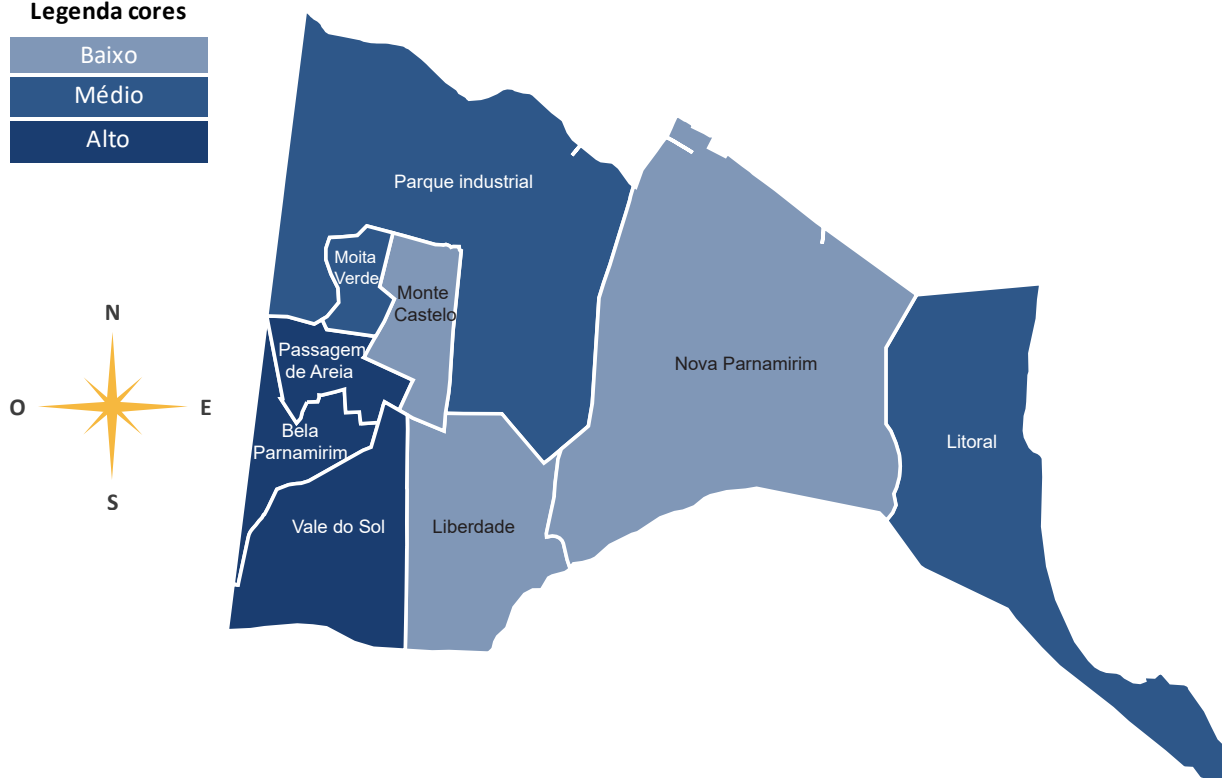
**Diferença:
30 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SEMAS, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



11.5.6 Situação prioritária no SCFV

Em média 47,9% das pessoas atendidas no SCFV, considerando idosos e crianças e adolescentes, estão em situação prioritária. A região com o maior percentual é a Litoral com 59,0% e a menor é a Moita Verde com 28,4% em situação prioritária.

Tabela 117: Situação Prioritária no SCFV

Região Geográfica	Total atendido no SCFV	Em situação prioritária	%
Moita Verde	141	40	28,4%
Passagem de Areia	336	133	39,6%
Nova Parnamirim	80	36	45,0%
Vale do Sol	492	230	46,7%
Liberdade	198	97	49,0%
Bela Parnamirim	358	181	50,6%
Parque Industrial	168	92	54,8%
Monte Castelo	176	101	57,4%
Litoral	217	128	59,0%
Município	2.166	1.038	47,9%

Menor Valor: Moita Verde, 28,4%

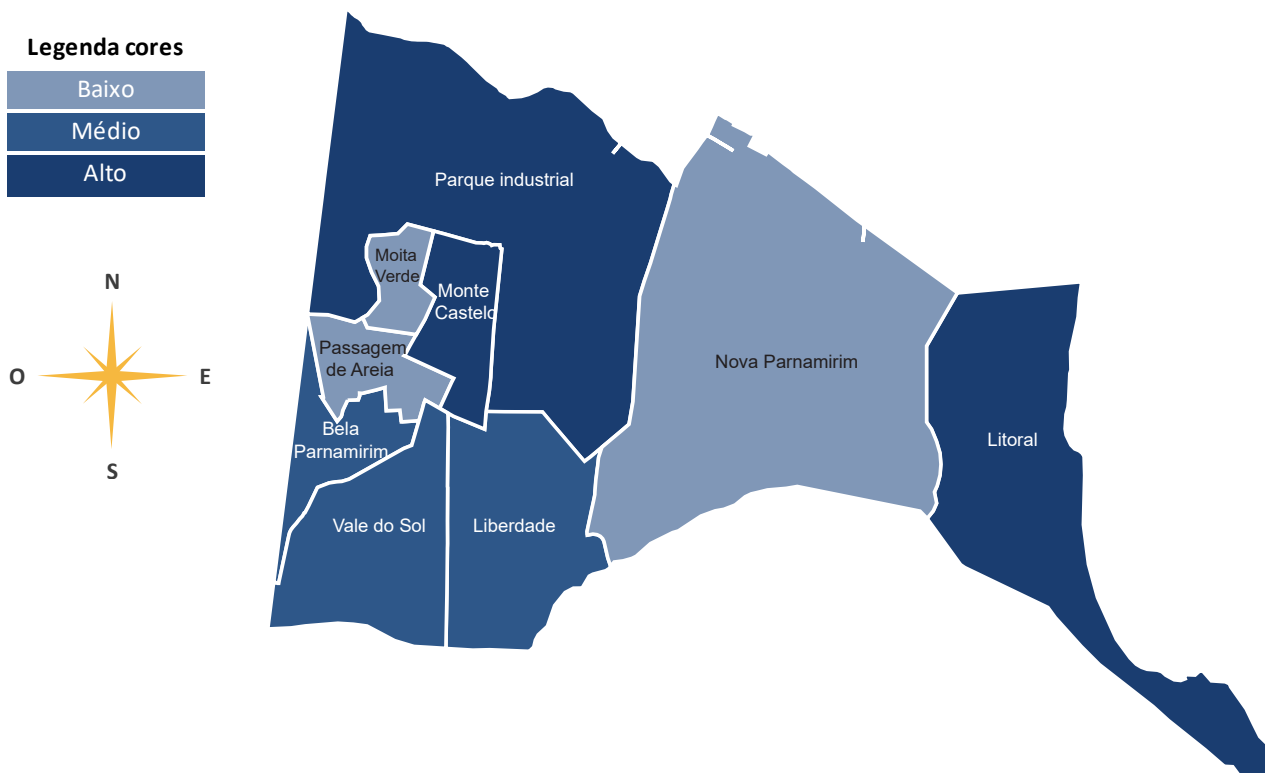
Média: Município, 47,9%

Maior Valor: Litoral, 59,0%

Diferença: 1,1 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SEMAS, 2018



11.5.7 Crianças, adolescentes e idosos no SCFV com vivência de violência e/ou negligência

Em média 21,5% das crianças e adolescentes ou idosos no SCFV estão em situação de violência ou negligência. A Região com o maior percentual é a Monte Castelo, 36,9%.

Tabela 118: Percentual de Crianças, adolescentes e idosos no SCFV com vivência de violência e/ou negligência

Região Geográfica	Total atendido no SCFV	Crianças, adolescentes e idosos	%
Litoral	217	20	9,2%
Moita Verde	141	16	11,3%
Parque Industrial	168	22	13,1%
Liberdade	198	36	18,2%
Passagem de Areia	336	77	22,9%
Vale do Sol	492	114	23,2%
Bela Parnamirim	358	91	25,4%
Nova Parnamirim	80	24	30,0%
Monte Castelo	176	65	36,9%
Município	2166	465	21,5%

Menor Valor

Média

Maior Valor

Litoral

9,2

Município

21,5

Monte Castelo

36,9

Diferença:

3 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

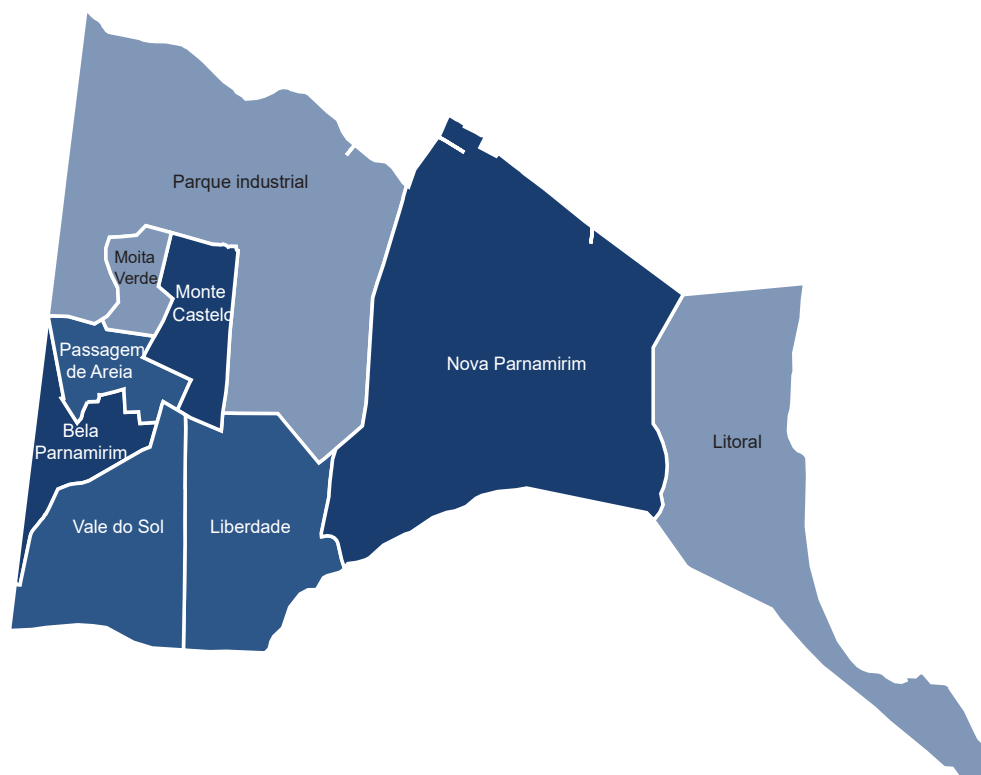
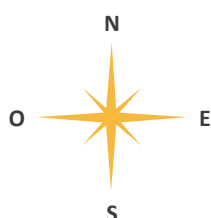
Fonte: SEMAS, 2018

Legenda cores

Baixo

Médio

Alto



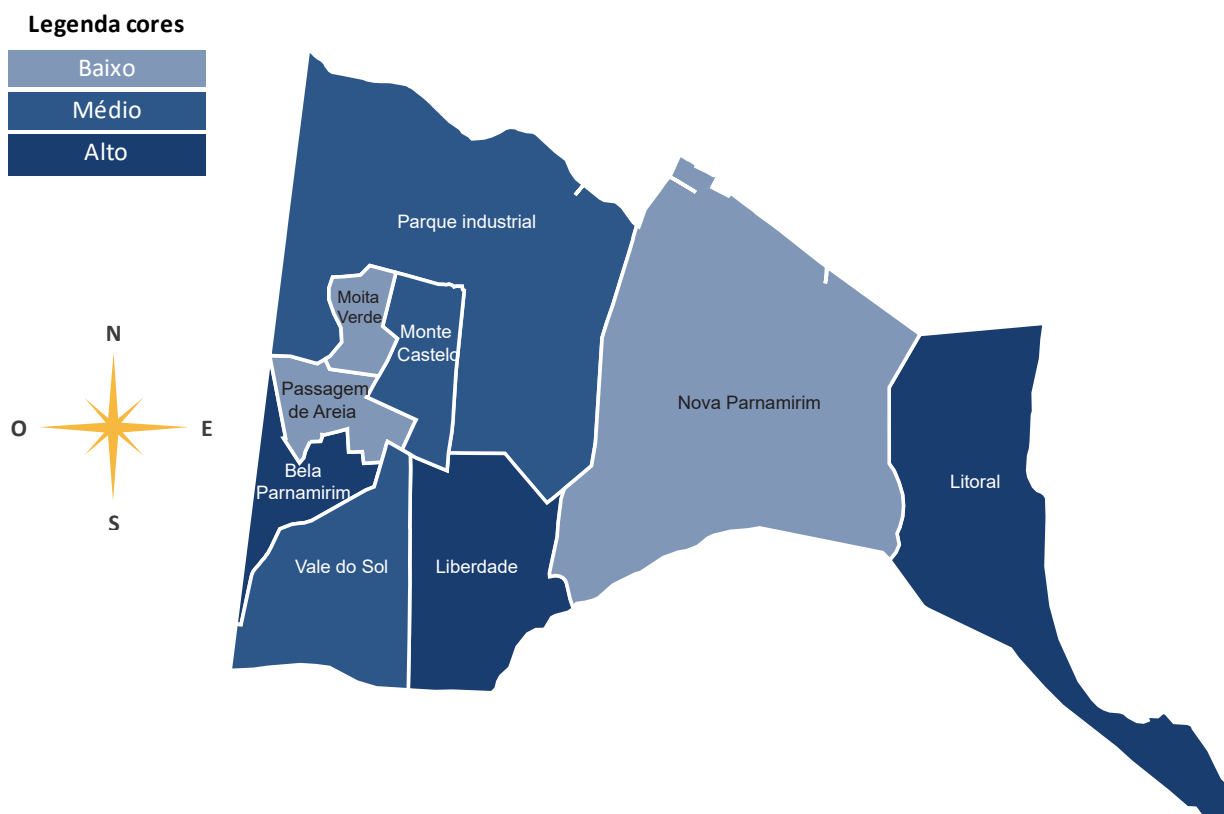
11.5.8 Crianças e adolescentes no SCFV em trabalho infantil

Em média 7,9% das crianças e adolescentes no SCFV estão em TI. A Região com o maior percentual é a do Litoral, 21,8%.

Tabela 119: Percentual de crianças e adolescentes atendidos no SCFV em trabalho infantil

Região Geográfica	De 0 a 17 anos em SCFV	Trabalho infantil	%	Menor Valor	Passagem de Areia	2,5%
Passagem de Areia	197	5	2,5%	Média	Município	7,9%
Nova Parnamirim	78	2	2,6%	Maior Valor	Litoral	21,8
Moita Verde	115	4	3,5%	Diferença: 7,7 vezes		
Monte Castelo	147	6	4,1%			
Parque Industrial	113	5	4,4%	É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
Vale do Sol	389	21	5,4%			
Bela Parnamirim	204	19	9,3%			
Liberdade	158	25	15,8%			
Litoral	174	38	21,8%			
Município	1575	125	7,9%			

Fonte: SEMAS, 2018



11.5.9 Trabalho Infantil

Em média 0,7% das crianças e adolescentes do município estão em situação de trabalho infantil, conforme dados do CadÚnico. A Região com o maior percentual é a do Vale do Sol com 1,2%.

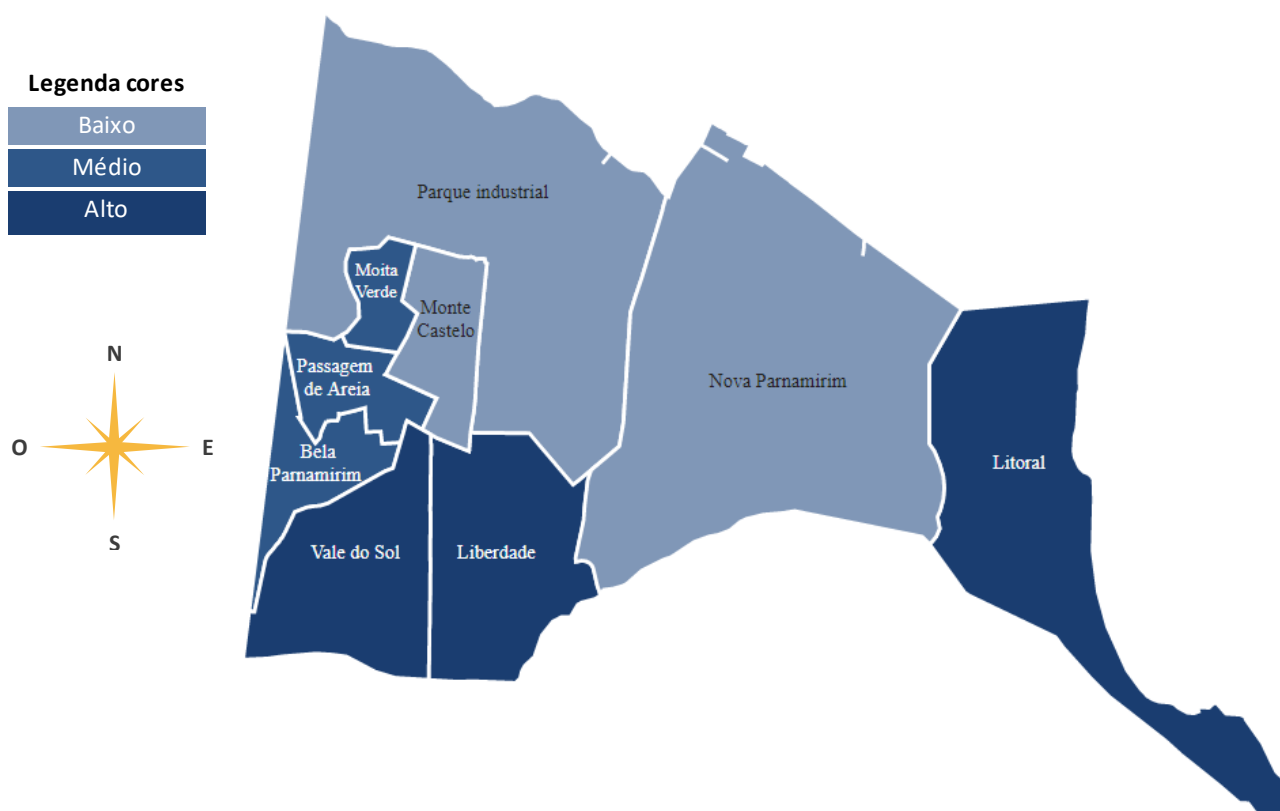
Tabela 120: Crianças e adolescentes no CadÚnico em situação de trabalho infantil

Região Geográfica	De 0 a 17 anos	Trabalho infantil	%	Menor Valor	Nova Parnamirim	0,2%
				Média	Município	0,7%
				Maior Valor	Vale do Sol	1,6%
Nova Parnamirim	13.067	25	0,2%			
Parque Industrial	7.049	30	0,4%			
Monte Castelo	5.672	32	0,6%			
Moita Verde	2.509	20	0,8%			
Bela Parnamirim	9.075	75	0,8%			
Passagem de Areia	7.871	69	0,9%			
Liberdade	6.734	68	1,0%			
Litoral	2.047	39	1,9%			
Vale do Sol	5.041	82	1,6%			
Município	59.065	440	0,7%			

**Diferença:
7 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2018.



11.5.10 Pessoa Idosa beneficiária do Benefício da Prestação Continuada - BPC

Do total de pessoas idosas com 65 anos ou mais beneficiárias do BPC é de 1.785, o que corresponde à 18,9% da população desta faixa etária do município.

Tabela 121: Pessoa Idosa beneficiária do Benefício da Prestação Continuada - BPC

Região Geográfica	Pessoa idosa com 65 anos ou mais	Pessoa idosa beneficiária	%
Nova Parnamirim	2.331	184	7,9%
Parque Industrial	1.100	146	13,3%
Moita Verde	281	41	14,6%
Vale do Sol	828	154	18,6%
Monte Castelo	1.172	243	20,7%
Liberdade	1.141	245	21,5%
Bela Parnamirim	1.088	249	22,9%
Litoral	372	96	25,8%
Passagem de Areia	1.147	303	26,4%
Não informado	-	124	-
Total Geral	9.460	1.785	18,9%

Menor Valor

Média

Maior Valor

Nova Parnamirim

7,9%

Município

18,9%

Passagem de Areia

26,4%

**Diferença:
2,34 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

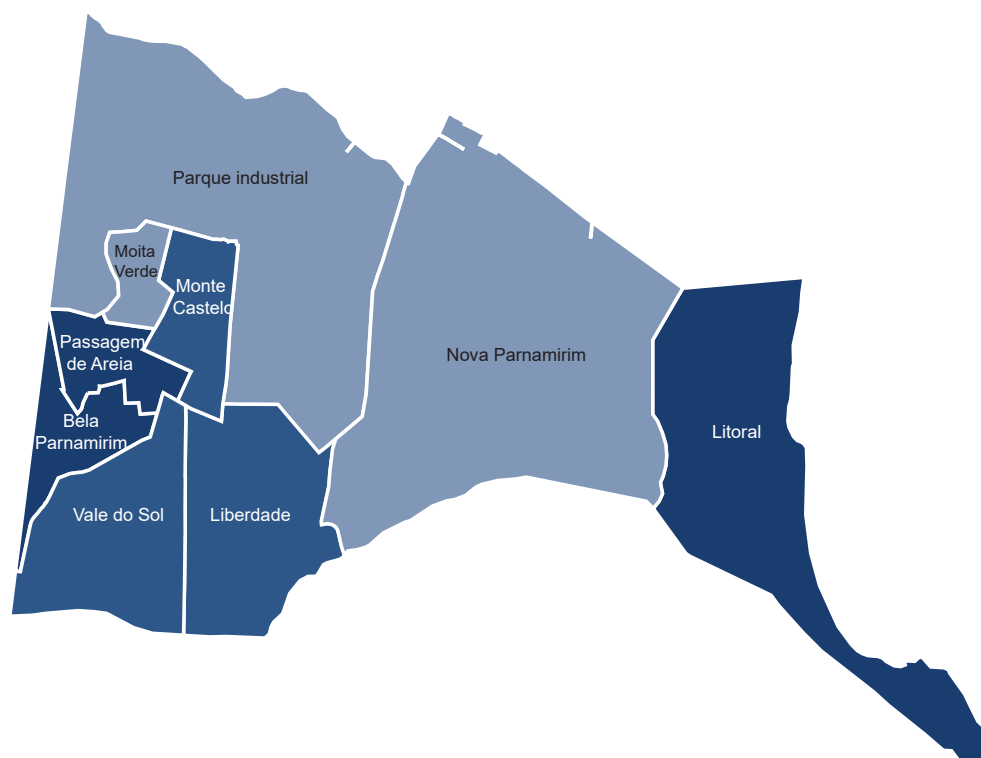
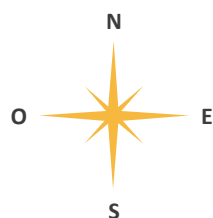
Fonte: SEMAS, 2018

Legenda cores

Baixo

Médio

Alto



11.5.11 Famílias acompanhadas no PAEFI

O percentual de famílias do município acompanhadas no PAEFI é de 0,6%, sendo que a região do Liberdade apresenta o maior percentual 2,0%, considerando a população residente da região.

Tabela 122: Percentual de famílias acompanhadas no PAEFI

Região Geográfica	Total de domicílios	Famílias acompanhadas no ano de 2018	%
Monte Castelo	17.395	27	0,2%
Parque Industrial	7.238	15	0,2%
Moita Verde	5.716	12	0,2%
Nova Parnamirim	6.593	28	0,4%
Passagem de Areia	6.916	57	0,8%
Litoral	2.173	20	0,9%
Bela Parnamirim	7.670	74	1,0%
Vale do Sol	4.581	50	1,1%
Liberdade	2.047	40	2,0%
Local desconhecido	-	16	-
Total Geral	60.329	339	0,6%

Menor Valor	Monte Castelo	0,2%
Média	Município	0,6%
Maior Valor	Liberdade	2,0%

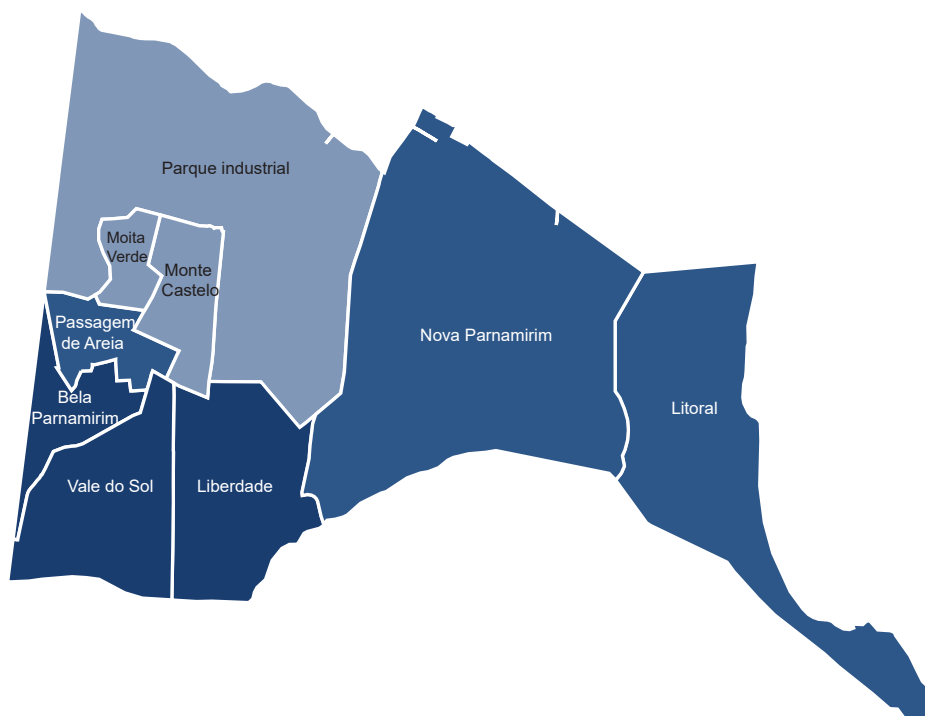
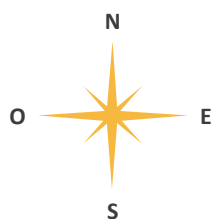
Diferença:
11,6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SEMAS, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



11.5.12 Pessoas acompanhadas no PAEFI

O percentual de pessoas acompanhadas no PAEFI é de 0,5%, sendo que a região do Vale do Sol tem o maior percentual (1,1%).

Tabela 123: Percentual de pessoas acompanhadas no PAEFI por total de pessoas na região

Região Geográfica	População do Município	Pessoas acompanhadas	%
Parque Industrial	24.984	37	0,1%
Nova Parnamirim	53.730	82	0,2%
Monte Castelo	19.457	83	0,4%
Moita Verde	7.537	36	0,5%
Liberdade	22.534	128	0,6%
Passagem de Areia	24.344	182	0,7%
Bela Parnamirim	26.883	222	0,8%
Litoral	6.730	65	1,0%
Vale do Sol	16.257	171	1,1%
Não informado	-	29	-
Total Geral	202.456	1.035	0,5%

Menor Valor	Parque Industrial	0,1%
Média	Município	0,5%
Maior Valor	Vale do Sol	1,1%

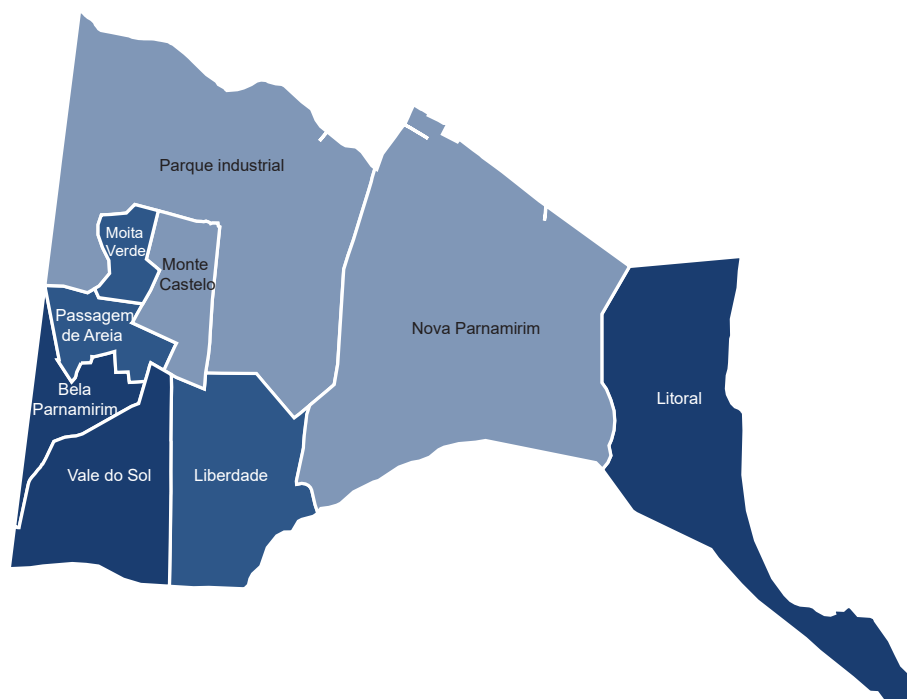
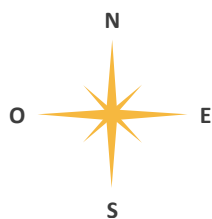
**Diferença:
10 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2019.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



11.5.13 Pessoas de 0 a 17 anos acompanhadas no PAEFI por total de notificações no conselho tutelar.

Se compararmos o público de atendimento do PAEFI de 0 a 17 anos com as notificações do CT, em média poder-se-ia afirmar que 40,9% das notificações do CT são atendidas pelo PAEFI. Sendo o menor bairro com esse percentual a Nova Parnamirim, com 8,2% e o maior a Bela Parnamirim, com 68,2%.

Tabela 124: Percentual de pessoas de 0 a 17 acompanhadas no PAEFI por total de notificações no CT na região

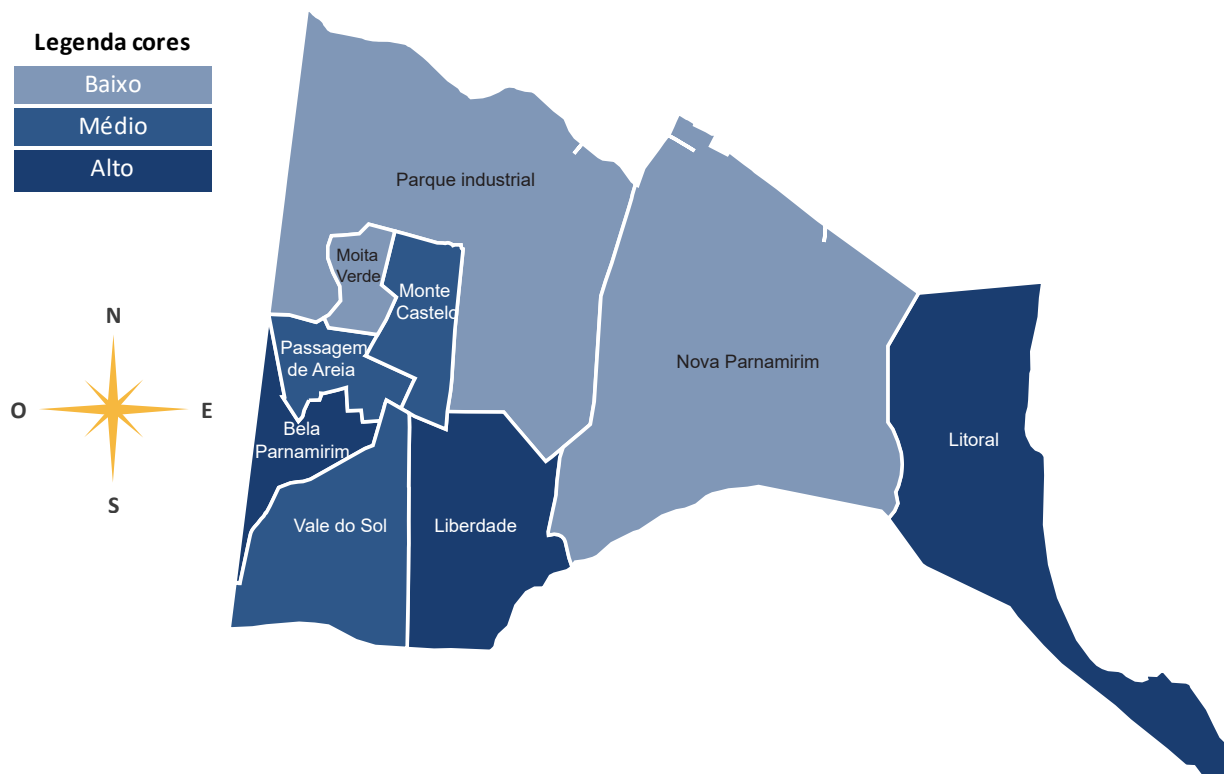
Região Geográfica	Notificações no CT	Pessoas acompanhadas 0 a 17 anos	%
Nova Parnamirim	231	19	8,2%
Parque Industrial	60	12	20,0%
Moita Verde	39	13	33,3%
Monte Castelo	67	24	35,8%
Passagem de Areia	124	64	51,6%
Vale do Sol	119	70	58,8%
Liberdade	80	49	61,3%
Litoral	40	26	65,0%
Bela Parnamirim	129	88	68,2%
Não informado	22	8	-
Município	911	373	40,9%

Menor Valor	Nova Parnamirim	8,2%
Média	Município	40,9%
Maior Valor	Bela Parnamirim	68,2%

Diferença: 7,3 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SEMAS, 2018



11.5.14 Taxa de MSE de 12 a 17 anos

O município não chega a ter 1 adolescente a cada mil em MSE (0,6). E três regiões não apresentam nenhum adolescente em cumprimento de MSE (Litoral, Parque Industrial e Vale do Sol). As regiões com maior indicador são Moita Verde e Bela Parnamirim (1,2).

Tabela 125: Adolescentes em MSE por habitantes de 12 a 17 anos

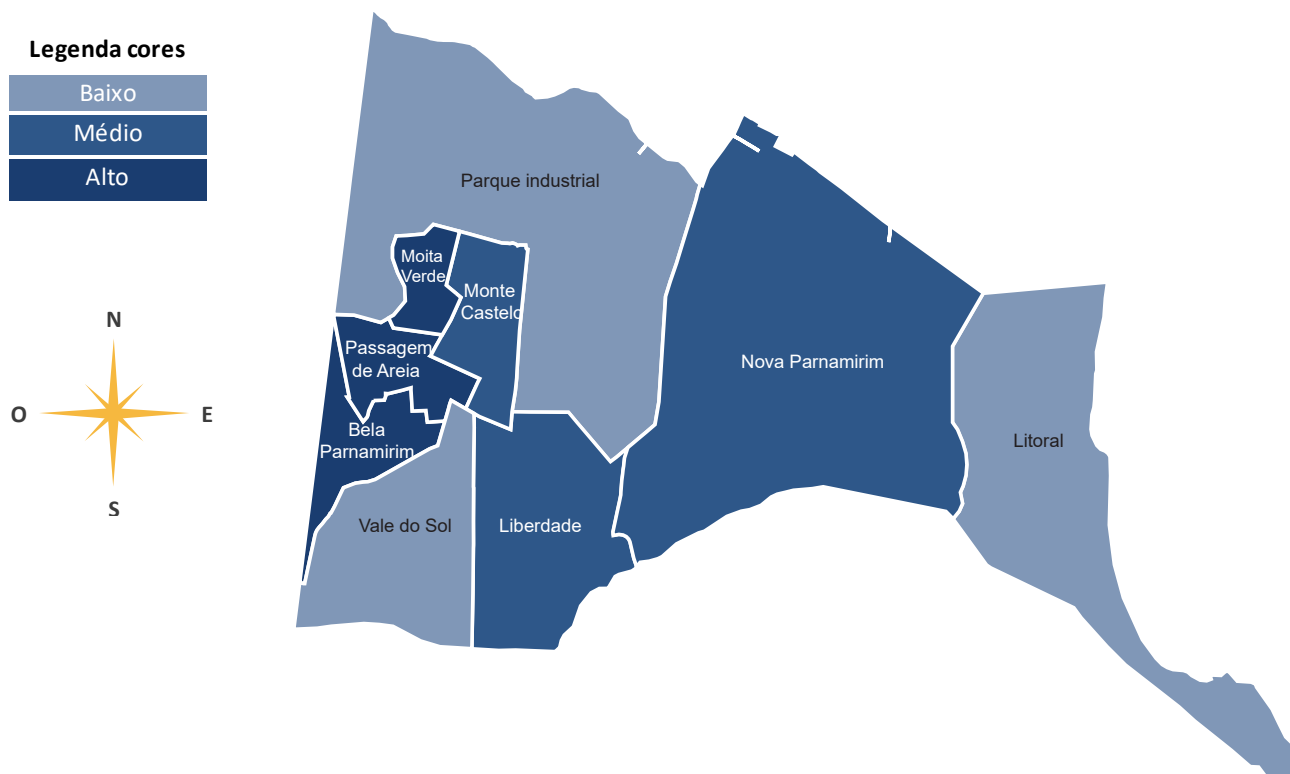
Região Geográfica	Total da população entre 12 e 17 anos	Adolescentes	Taxa
Litoral	753	-	0,0
Parque Industrial	2.527	-	0,0
Vale do Sol	1.766	-	0,0
Liberdade	2.448	1	0,4
Monte Castelo	2.171	1	0,5
Nova Parnamirim	4.761	3	0,6
Passagem de Areia	2.879	2	0,7
Moita Verde	849	1	1,2
Bela Parnamirim	3.363	4	1,2
Município	21.517	12	0,6

Menor Valor	Liberdade	0,4
Média	Município	0,6
Maior Valor	Moita Verde e Bela Parnamirim	1,2

**Diferença:
2 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SEMAS, 2018



11.5.15 Taxa de MSE de 18 a 21 anos

Entre 18 a 21 anos que cumprem MSE o município tem 37 jovens, que geram uma taxa de cumprimento nesta faixa etária de 2,5 a cada mil jovens. Entre a Região Geográfica com a menor taxa 0,8 (Nova Parnamirim) e a com a maior taxa 4,7 (Bela Parnamirim) a diferença é de aproximadamente de 5 vezes.

Tabela 126: Adolescentes em MSE por habitantes de 18 a 21 anos

Região Geográfica	Total de adolescentes de 18 a 21 anos	Adolescentes	Taxa
Nova Parnamirim	3.994	3	0,8
Parque Industrial	1.770	2	1,1
Liberdade	1.654	3	1,8
Moita Verde	483	1	2,1
Litoral	445	1	2,2
Vale do Sol	1.181	3	2,5
Monte Castelo	1.557	4	2,6
Passagem de Areia	1.879	5	2,7
Bela Parnamirim	2.117	10	4,7
Local desconhecido	-	5	-
Município	14.635	37	2,5

Menor Valor	Nova Parnamirim	0,8
Média	Município	2,5
Maior Valor	Bela Parnamirim	4,7

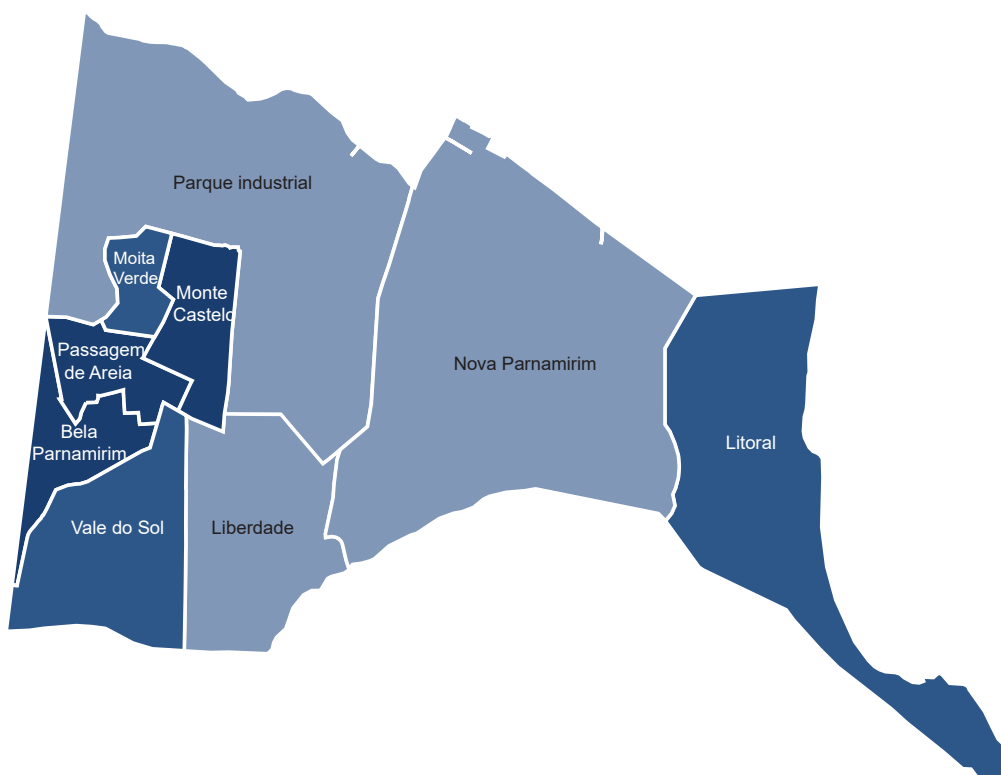
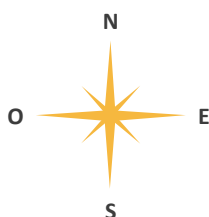
**Diferença:
4,8 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SEMAS, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



11.5.16 Famílias cadastradas no CadÚnico

São 27.327 famílias cadastradas¹⁵ no CadÚnico dos 60.329 domicílios do município. Fazendo uma analogia e considerando que cada família seja um domicílio, na comparação tem-se que 45,3% do total de domicílios no município estão cadastrados no CadÚnico. Sendo que a Região Geográfica Vale do Sol tem 86,0% de domicílios cadastrados e Nova Parnamirim 13,5%, uma diferença entre elas de mais de 5 vezes (5,3).

Tabela 127: Taxa de famílias cadastradas no Cadastro Único a cada mil domicílios na Região Geográfica

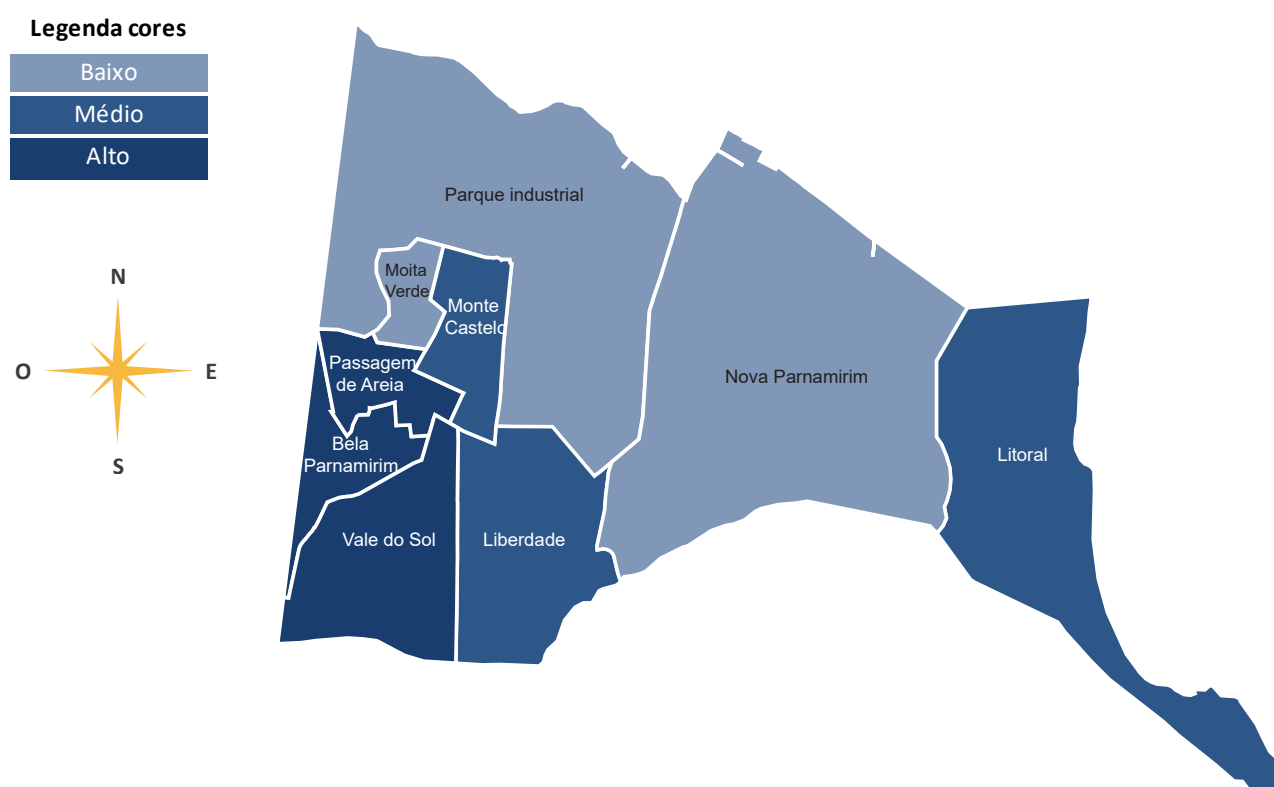
Região Geográfica	Total de Domicílios	Total de Famílias	%
Nova Parnamirim	17.395	2.357	13,5%
Parque Industrial	7.238	1.869	25,8%
Moita Verde	2.173	790	36,4%
Litoral	2.047	1.023	50,0%
Monte Castelo	5.716	2.865	50,1%
Liberdade	6.593	3.590	54,5%
Passagem de Areia	6.916	4.959	71,7%
Bela Parnamirim	7.670	5.910	77,1%
Vale do Sol	4.581	3.939	86,0%
Não informado	-	25	-
Município	60.329	27.327	45,3%

Menor Valor	Nova Parnamirim	13,5%
Média	Município	45,3%
Maior Valor	Vale do Sol	86,0%

**Diferença:
5,3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2019.



¹⁵ Para análise da base de dados extraída no Consulta, Seleção e Extração de Informações do CADÚNICO (CECAD), foram consideradas as famílias e pessoas cujo cadastro foi atualizado em até dois anos, considerando a data de referência de extração do dia 02/07/2019.

11.5.17 Famílias com renda per capita até R\$ 89,00 no CadÚnico

São 27.327 famílias cadastrados no CadÚnico 9.371 tem renda per capita até R\$ 89,00, um percentual de 34,3% no total do CadÚnico. A Região Geográfica com o maior percentual é a Bela Parnamirim, com 38,9% e a com menor percentual é a o Parque Industrial com 25,9%. A diferença entre elas é de 0,5 vezes.

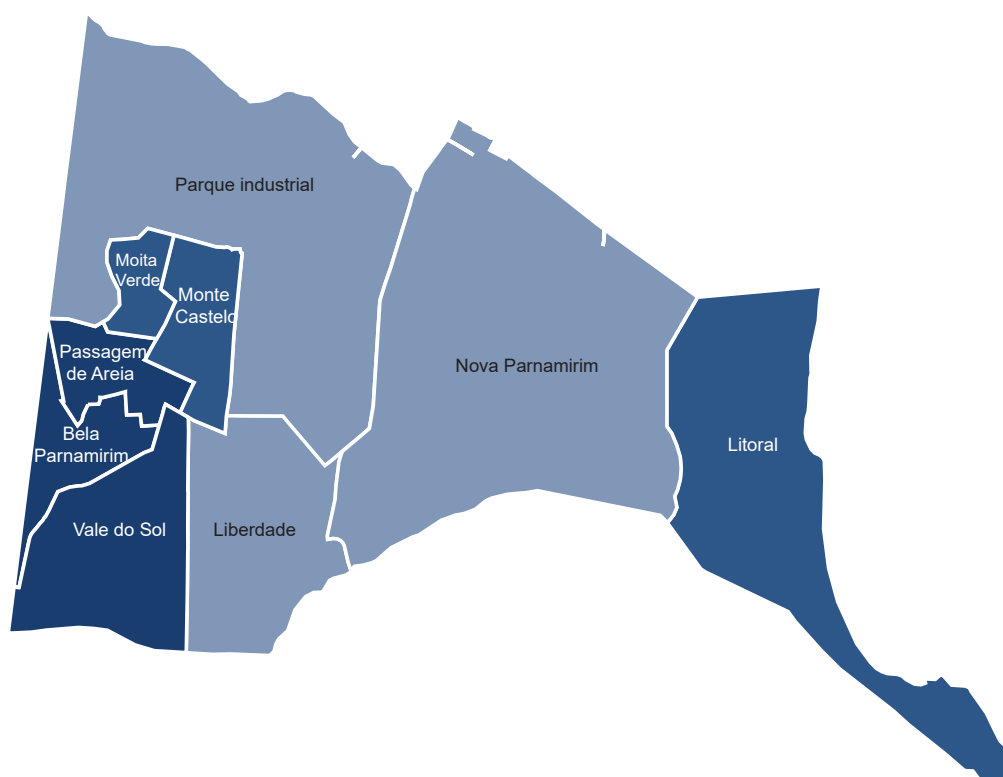
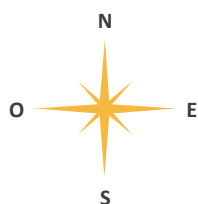
Tabela 128: Famílias cadastradas com renda per capita até R\$ 89,00

Região Geográfica	Famílias cadastradas	Famílias cadastradas com renda per capita até R\$ 89	%	Menor Valor	Parque Industrial	25,9%
				Média	Município	34,3%
				Maior Valor	Bela Parnamirim	38,9%
Parque Industrial	1.869	485	25,9%	Diferença: 0,5 vezes É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
Nova Parnamirim	2.357	714	30,3%			
Liberdade	3.590	1.127	31,4%			
Moita Verde	790	254	32,2%			
Monte Castelo	2.865	945	33,0%			
Litoral	1.023	348	34,0%			
Passagem de Areia	4.959	1.762	35,5%			
Vale do Sol	3.939	1.427	36,2%			
Bela Parnamirim	5.910	2.300	38,9%			
Não informado	25	9	-			
Município	27.327	9.371	34,3%			

Fonte: CECAD, 2019.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



11.5.18 Famílias com renda per capita entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00 no CadÚnico

São 27.327 famílias cadastrados no CadÚnico 3.907 tem renda per capita entre R\$ 89,00 até R\$ 178,00, um percentual de 14,3% no total do CadÚnico. A Região Geográfica com o maior percentual é a Litoral, com 15,2% e a com menor percentual é a Passagem de Areia com 14,0%. A diferença entre elas é de 0,1 vezes.

Tabela 129: Famílias com cadastro atualizado e renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00

Região Geográfica	Famílias cadastradas	Famílias cadastradas com renda entre R\$89,01 até R\$178,00	%	Menor Valor	Passagem de Areia	14,0%
Passagem de Areia	4.959	696	14,0%	Média	Município	14,3%
Monte Castelo	2.865	406	14,2%	Maior Valor	Litoral	15,2%
Bela Parnamirim	5.910	838	14,2%			
Nova Parnamirim	2.357	336	14,3%			
Liberdade	3.590	512	14,3%			
Vale do Sol	3.939	567	14,4%			
Parque Industrial	1.869	276	14,8%			
Moita Verde	790	119	15,1%			
Litoral	1.023	155	15,2%			
Não informado	25	2	-			
Município	27.327	3.907	14,3%			

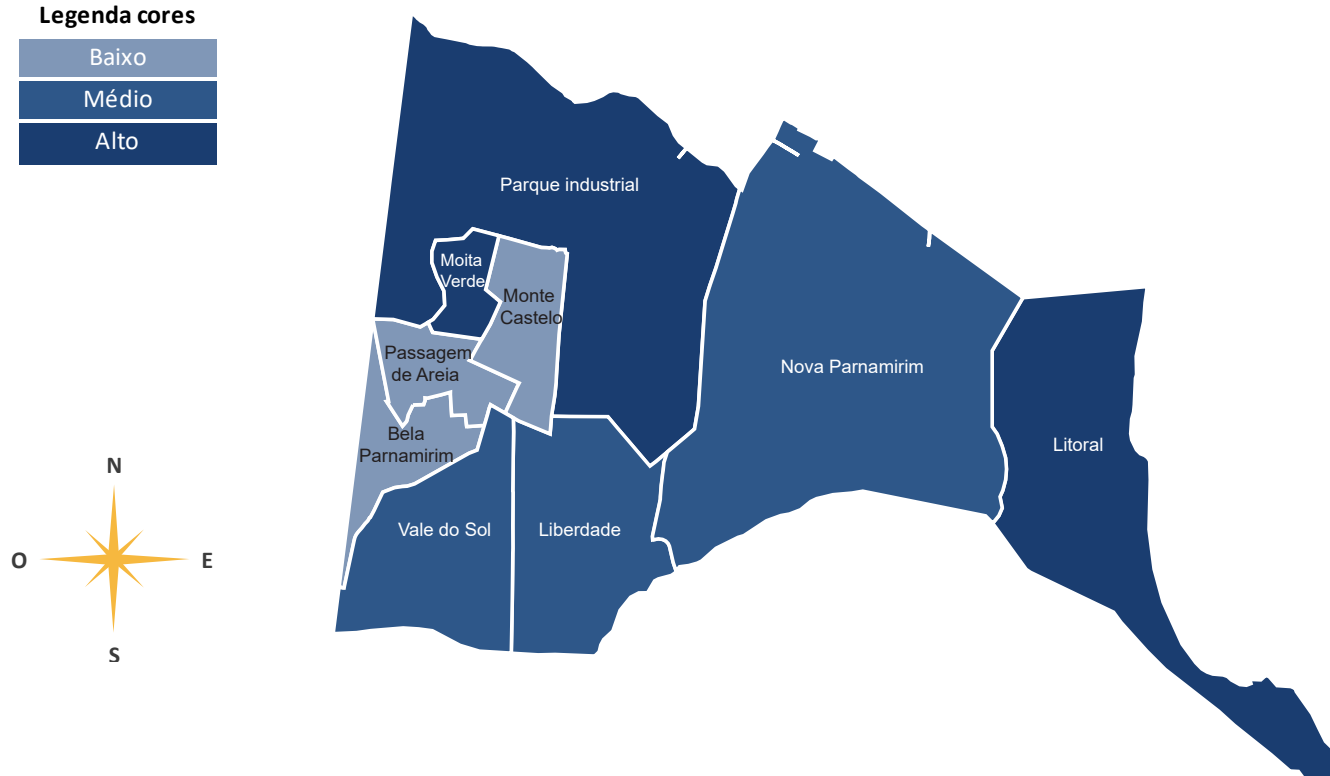
**Diferença:
0,1 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2019.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



11.5.19 Famílias com renda per capita entre R\$ 178,01 e ½ SM no CadÚnico

São 27.327 famílias cadastrados no CadÚnico, destas, 7.953 tem renda per capita entre R\$178,01 até 1/2 S.M., um percentual de 29,1% no total do CadÚnico. A Região Geográfica com o maior percentual é o Parque Industrial, com 31,6% e a com menor percentual é o Monte Castelo com 27,9%. A diferença entre elas é de 0,1 vezes.

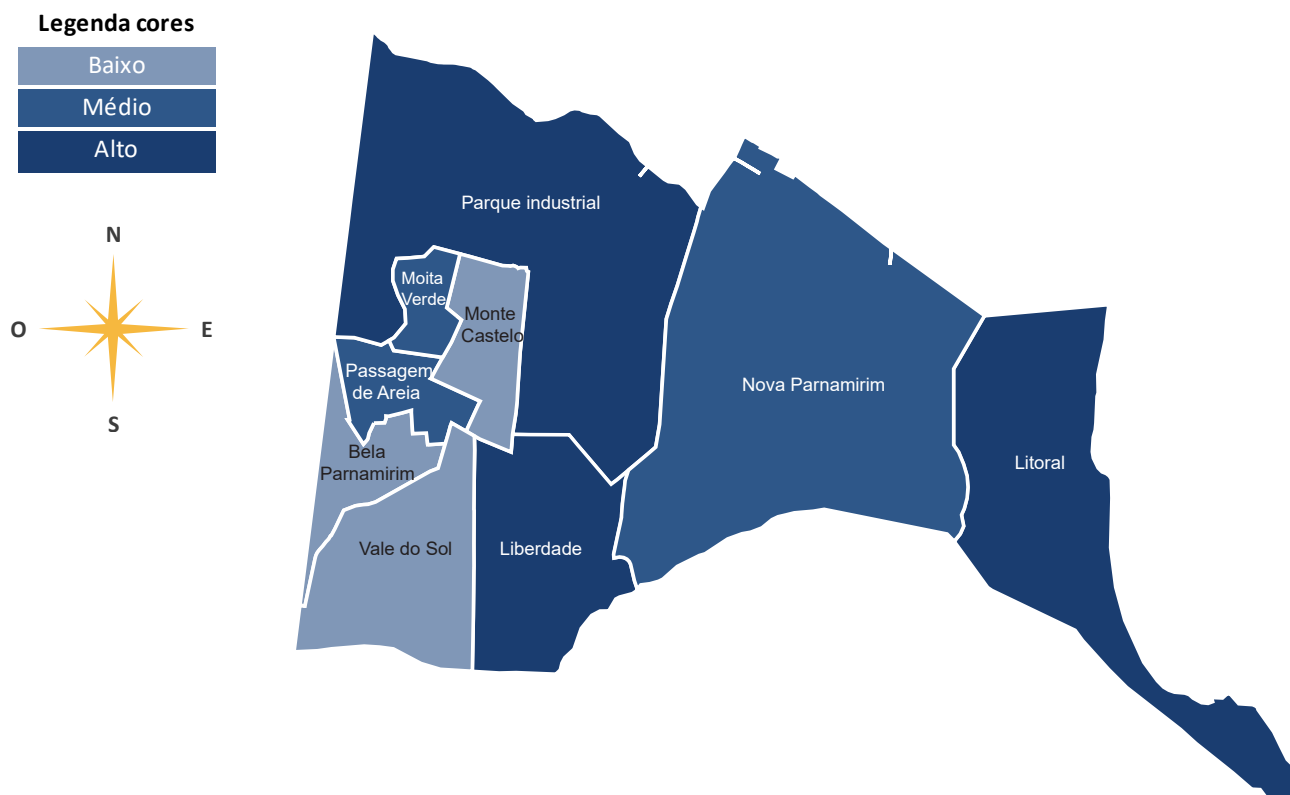
Tabela 130: Famílias com cadastro atualizado e renda per capita entre R\$ 178,01 e 1/2 SM

Região Geográfica	Famílias cadastradas	Famílias cadastradas com renda entre R\$178,01 até 1/2 S.M.	%	Menor Valor	Monte Castelo	27,9%
				Média	Município	29,1%
				Mayor Valor	Parque Industrial	31,6%
Monte Castelo	2.865	800	27,9%			
Vale do Sol	3.939	1.105	28,1%			
Bela Parnamirim	5.910	1.667	28,2%			
Passagem de Areia	4.959	1.430	28,8%			
Nova Parnamirim	2.357	702	29,8%			
Moita Verde	790	237	30,0%			
Liberdade	3.590	1.098	30,6%			
Litoral	1.023	316	30,9%			
Parque Industrial	1.869	590	31,6%			
Não informado	25	8	-			
Município	27.327	7.953	29,1%			

**Diferença:
0,1 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2019.



11.5.20 Famílias com renda per capita acima de ½ SM no CadÚnico

São 27.327 famílias cadastradas no CadÚnico 6.096 tem renda per capita superior 1/2 S.M., um percentual de 22,3% no total do CadÚnico. A Região Geográfica com o maior percentual é o Parque Industrial, com 27,7% e a com menor percentual é o Bela Parnamirim com 18,7%. A diferença entre elas é de 0,5 vezes.

Tabela 131: Famílias cadastradas com renda per capita acima de ½ SM

Região Geográfica	Famílias cadastradas	Famílias cadastradas com renda acima de 1/2 SM	%
Bela Parnamirim	5.910	1.105	18,7%
Litoral	1.023	204	19,9%
Vale do Sol	3.939	840	21,3%
Passagem de Areia	4.959	1.071	21,6%
Moita Verde	790	180	22,8%
Liberdade	3.590	853	23,8%
Monte Castelo	2.865	714	24,9%
Nova Parnamirim	2.357	605	25,7%
Parque Industrial	1.869	518	27,7%
Não informado	25	6	-
Município	27.327	6.096	22,3%

Menor Valor	Bela Parnamirim	18,7%
Média	Município	22,3%
Maior Valor	Parque Industrial	27,7%

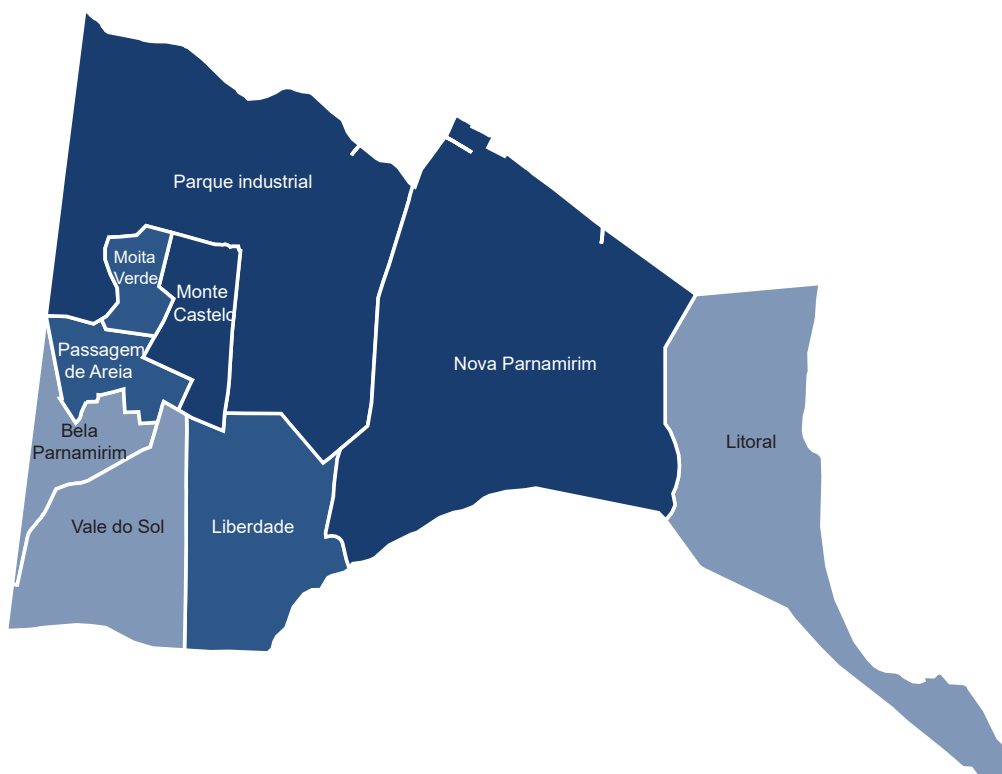
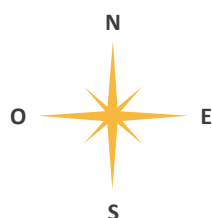
**Diferença:
0,5 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2019.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



11.5.21 Famílias no CadÚnico beneficiárias do PBF

São 27.327 famílias cadastradas no CadÚnico e 10.198 delas recebem o PBF, um percentual de 37,3% no total do CadÚnico. A Região Geográfica com o maior percentual é a Bela Parnamirim, com 41,5% e a com menor percentual é o Parque Industrial 30,0%. A diferença entre elas é de 0,4 vezes.

Tabela 132: Famílias beneficiadas pelo PBF com cadastro atualizado no CadÚnico

Região Geográfica	Famílias cadastradas	Famílias que recebem PBF	%	Menor Valor	Parque Industrial	30,0%
				Média	Município	37,3%
				Maior Valor	Bela Parnamirim	41,5%
Parque Industrial	1869	560	30,0%			
Nova Parnamirim	2357	749	31,8%			
Liberdade	3590	1.240	34,5%			
Monte Castelo	2865	1.021	35,6%			
Litoral	1023	379	37,0%			
Moita Verde	790	294	37,2%			
Passagem de Areia	4959	1.941	39,1%			
Vale do Sol	3939	1.555	39,5%			
Bela Parnamirim	5910	2.450	41,5%			
Não informado	25	9	-			
Município	27.327	10.198	37,3%			

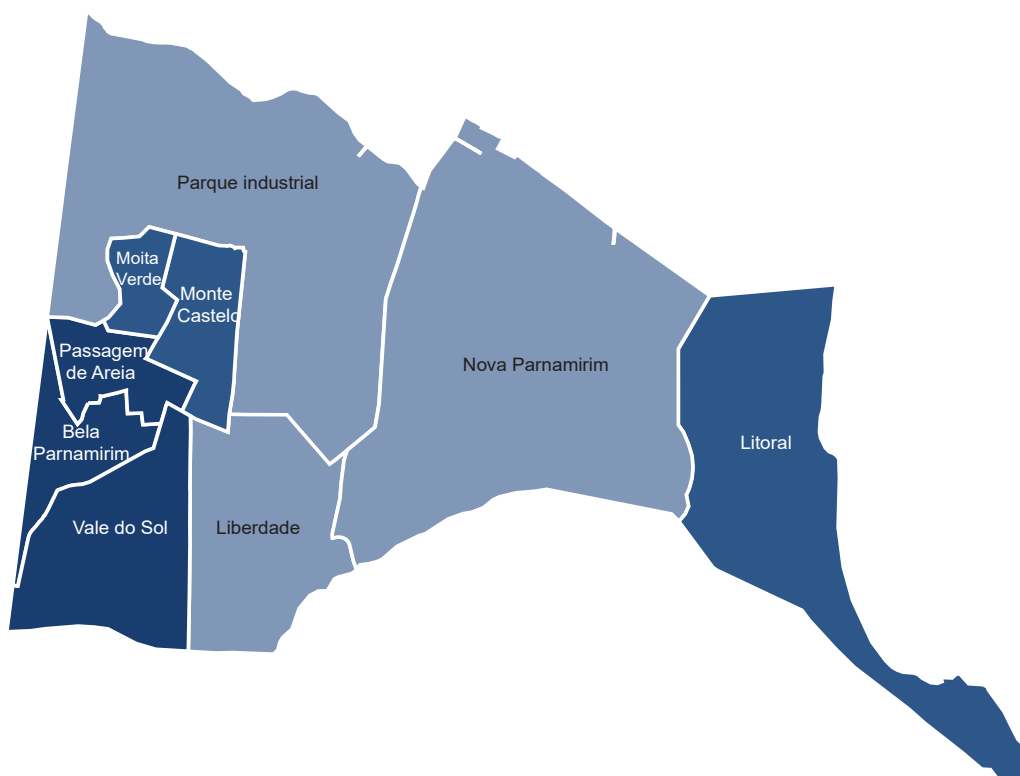
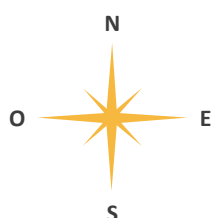
**Diferença:
0,4 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2019.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



11.5.22 Pessoas no CadÚnico beneficiárias do PBF

O percentual de pessoas beneficiadas no PBF com cadastro atualizado dentro do **CadÚnico** é de 44,4%. A Região Geográfica com a maior percentual é a Bela Parnamirim, com 48,9% das pessoas cadastradas recebendo PBF. A Região Geográfica com o menor percentual é o Parque Industrial com 36,5%. A diferença entre elas é de 0,3 vezes.

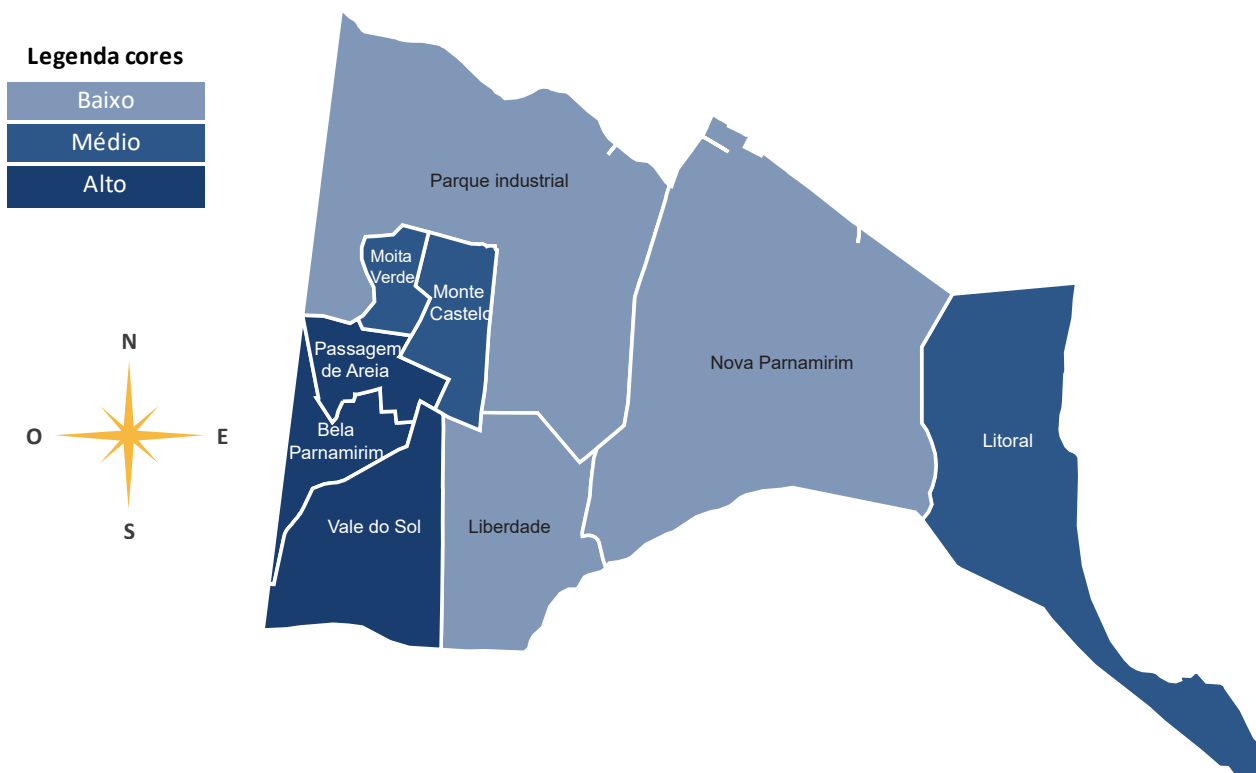
Tabela 133: Pessoas beneficiárias pelo PBF com cadastro atualizado no CadÚnico

Região Geográfica	Pessoas cadastradas	Pessoas que recebem PBF	%	Menor Valor	Parque Industrial	36,5%
				Média	Município	44,4%
				Maior Valor	Bela Parnamirim	48,9%
Parque Industrial	4934	1.800	36,5%			
Nova Parnamirim	6279	2.458	39,1%			
Liberdade	9686	3.953	40,8%			
Monte Castelo	7299	3.019	41,4%			
Moita Verde	2222	964	43,4%			
Litoral	2863	1.281	44,7%			
Passagem de Areia	13453	6.227	46,3%			
Vale do Sol	11245	5.297	47,1%			
Bela Parnamirim	16575	8.108	48,9%			
Não informado	58	20	-			
Município	74.614	33.127	44,4%			

**Diferença:
0,3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2019.



11.5.23 Famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 não beneficiárias do PBF

Considera-se famílias em situação de extrema pobreza aquelas cuja renda familiar per capita é até R\$ 89,00. Nesta perspectiva, uma das condicionalidades do PBF é beneficiar aquelas que se encontram nesta situação. Ao analisar as famílias com cadastro atualizado no CadÚnico, cerca de 22,7% delas encontram-se em extrema pobreza e não recebem o benefício. Quando analisamos por território, a Região Geográfica Nova Parnamirim tem 27,6% das famílias nesta condição.

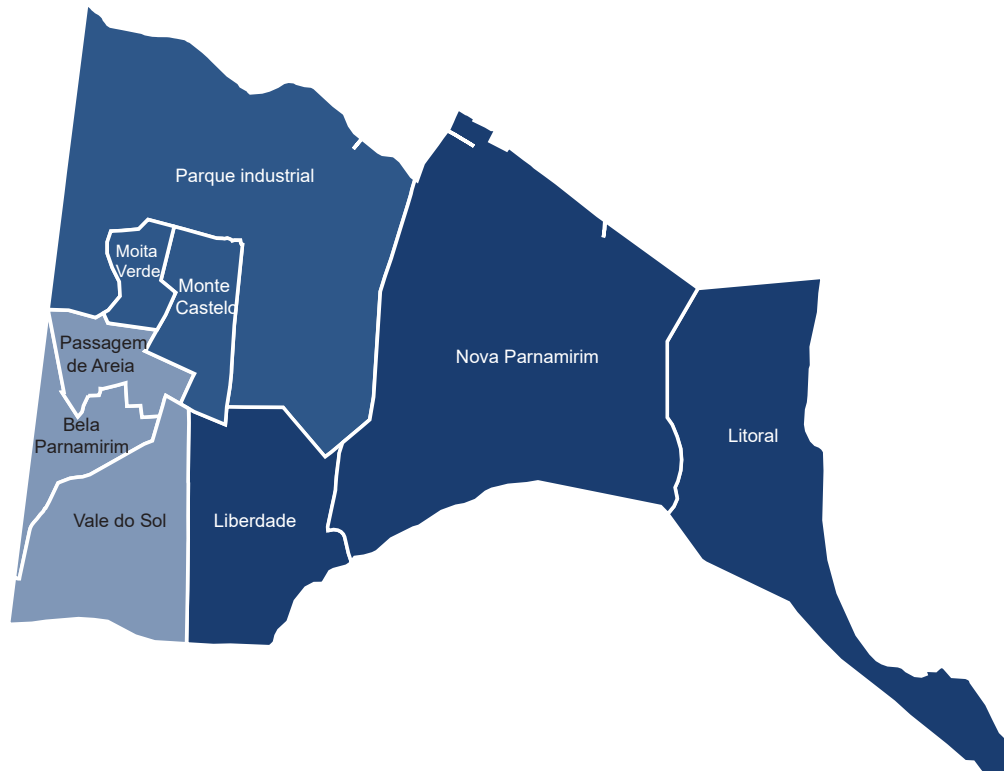
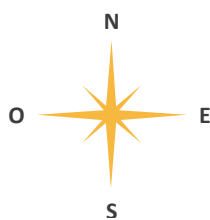
Tabela 134: Famílias com cadastro atualizado e perfil de beneficiário do PBF

Região Geográfica	Famílias cadastradas com renda per capita de até R\$ 89,00	Famílias que NÃO recebem o benefício	%	Menor Valor	Passagem de Areia	20,3%
				Média	Município	22,7%
				Maior Valor	Nova Parnamirim	27,6%
Passagem de Areia	1.762	358	20,3%	Diferença: 0,4 vezes É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
Vale do Sol	1.427	307	21,5%			
Bela Parnamirim	2.300	508	22,1%			
Parque Industrial	485	111	22,9%			
Moita Verde	254	59	23,2%			
Monte Castelo	945	225	23,8%			
Liberdade	1.127	271	24,0%			
Litoral	348	88	25,3%			
Nova Parnamirim	714	197	27,6%			
Não informado	9	3	-			
Município	9.371	2.127	22,7%			

Fonte: CECAD, 2019.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



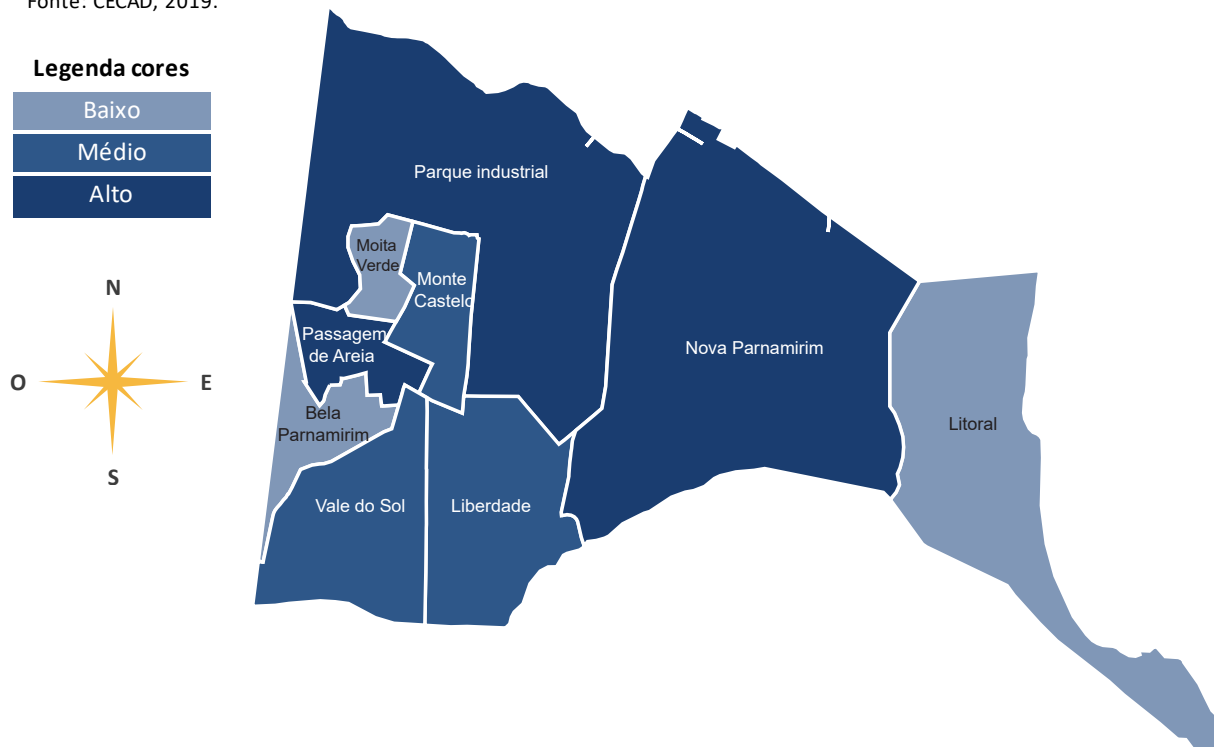
11.5.24 Famílias com renda per capita de R\$ 89,00 até R\$ 178,00 com crianças e adolescentes, não beneficiárias do PBF

Considera-se famílias em situação de pobreza aquelas cuja renda familiar per capita é de R\$ 89,00 até R\$ 178,00. Nesta perspectiva, uma das condicionalidades do PBF é beneficiar aquelas que se encontram nesta situação de pobreza, desde que tenham como membros familiares crianças, adolescentes ou gestantes. Ao analisar as famílias com cadastro atualizado no CadÚnico, cerca de 24,4% delas encontram-se nesta situação e não recebem o benefício. Quando analisamos por território, a Região Geográfica do Parque Industrial é a que apresenta o maior percentual 29,1%

Tabela 135: Famílias com cadastro atualizado e perfil de beneficiário do PBF - Renda per capita entre R\$ 89,01 até R\$ 178 e com crianças e adolescentes

Região Geográfica	Famílias cadastradas com renda per capita de até R\$ 89,00 até R\$ 178,00	Famílias que NÃO recebem o benefício	%	Menor Valor	Moita Verde	17,8%
				Média	Município	24,4%
				Maior Valor	Parque Industrial	29,1%
Moita Verde	90	16	17,8%	Diferença: 0,6 vezes É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
Litoral	117	25	21,4%			
Bela Parnamirim	645	148	22,9%			
Monte Castelo	298	69	23,2%			
Vale do Sol	450	110	24,4%			
Liberdade	391	97	24,8%			
Passagem de Areia	509	131	25,7%			
Nova Parnamirim	243	65	26,7%			
Parque Industrial	199	58	29,1%			
Não informado	2	-	-			
Município	2.944	719	24,4%			

Fonte: CECAD, 2019.



11.5.25 Famílias com perfil de beneficiário do PBF que não recebem o benefício

De um modo geral, considerando os critérios de pobreza e extrema pobreza, cerca de 23,1% das famílias cadastradas no CadÚnico que se encontram nestas condicionalidades não recebem o benefício. Destaque para a Região Geográfica do Nova Parnamirim com 27,4%.

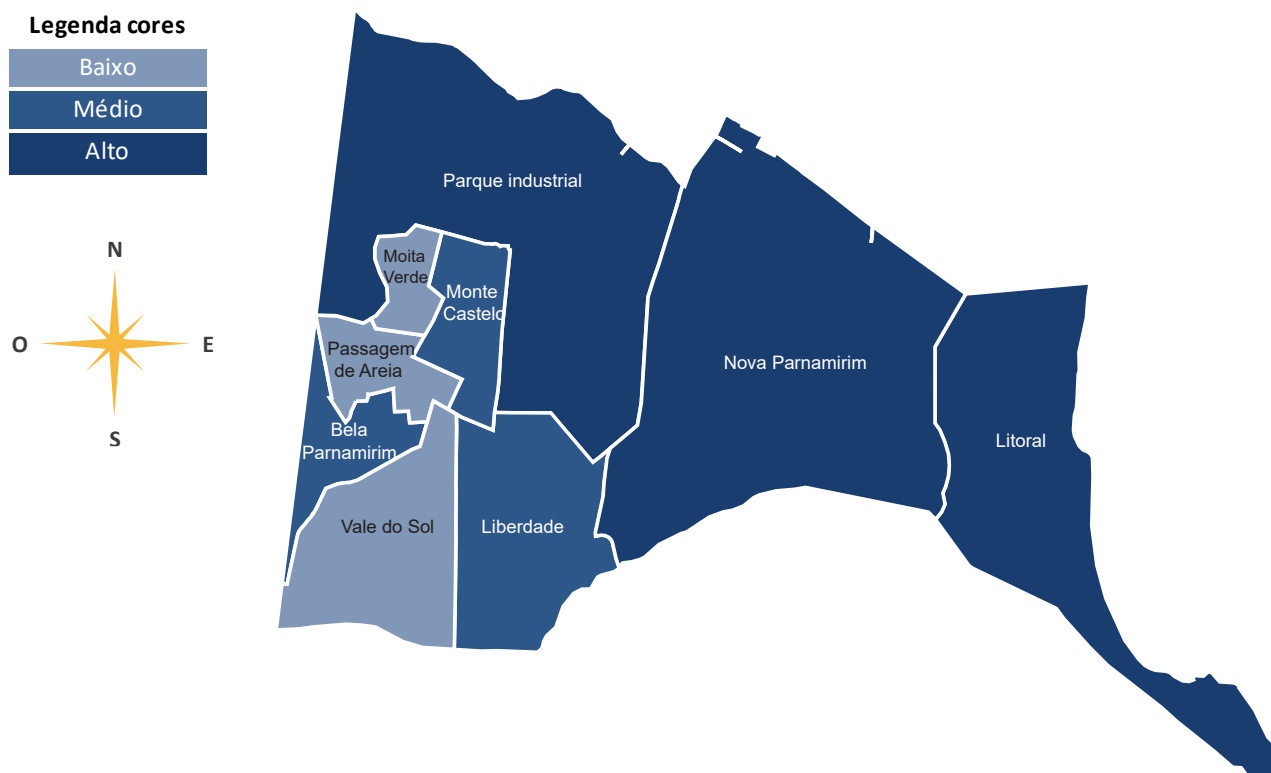
Tabela 136: Famílias com cadastro atualizado e perfil de beneficiário do PBF que não recebem o benefício

Região Geográfica	Famílias cadastradas com perfil de beneficiário do PBF	Famílias que NÃO recebem o benefício	%	Menor Valor	Passagem de Areia	21,5%
Passagem de Areia	2.271	489	21,5%	Média	Município	23,1%
Moita Verde	344	75	21,8%		Nova Parnamirim	27,4%
Vale do Sol	1.877	417	22,2%	Maior Valor		
Bela Parnamirim	2.945	656	22,3%			
Monte Castelo	1.243	294	23,7%			
Liberdade	1.518	368	24,2%			
Litoral	465	113	24,3%			
Parque Industrial	684	169	24,7%			
Nova Parnamirim	957	262	27,4%			
Não informado	11	3	-			
Município	12.315	2.846	23,1%			

**Diferença:
0,3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2019.



11.5.26 Famílias beneficiárias do PBF que não atendem os critérios do programa

Do total de 10.198 famílias que recebem o PBF 7,1% delas não tem perfil. O maior percentual está na Região Geográfica Moita verde, na qual 8,5% dos que recebem, não tem perfil.

Tabela 137: Famílias beneficiárias do PBF que não atendem as condicionalidades do programa

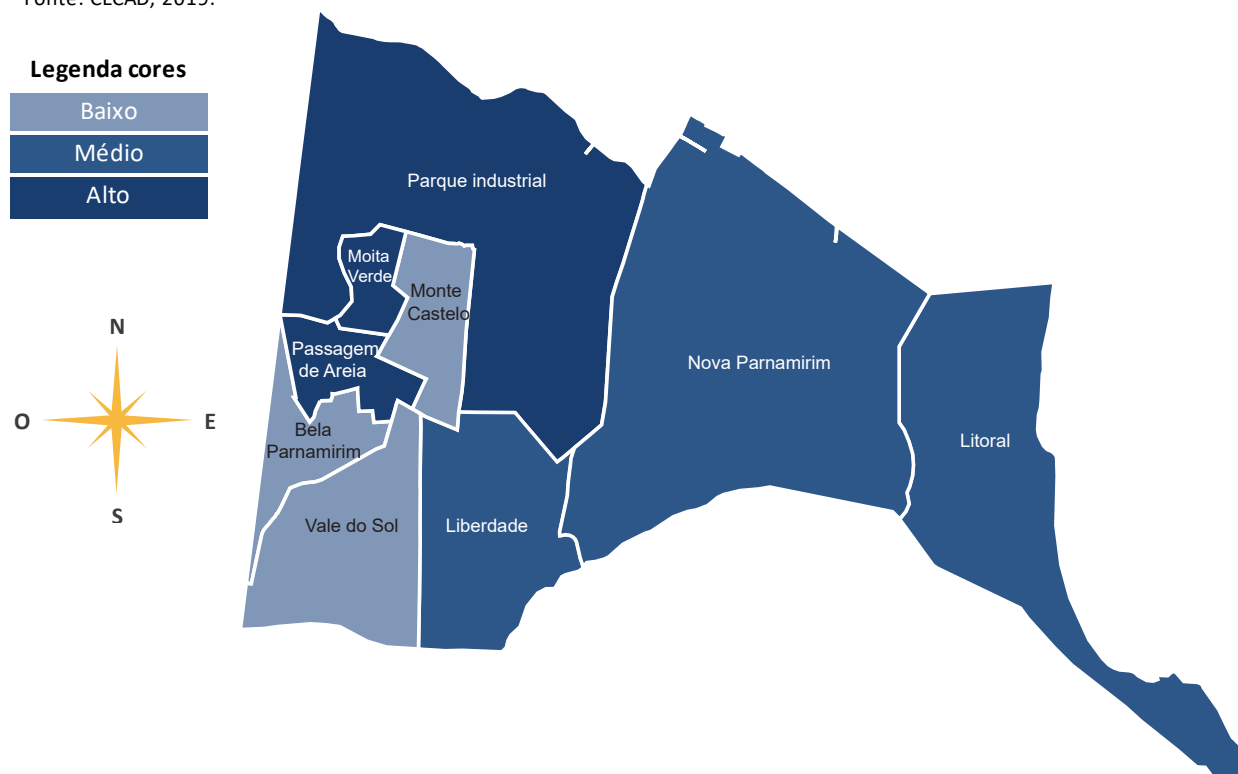
Região Geográfica	Famílias que recebem PBF	Famílias que RECEBEM o PBF sem perfil	%
Vale do Sol	1.555	95	6,1%
Bela Parnamirim	2.450	161	6,6%
Monte Castelo	1.021	72	7,1%
Litoral	379	27	7,1%
Nova Parnamirim	749	54	7,2%
Liberdade	1.240	90	7,3%
Parque Industrial	560	45	8,0%
Passagem de Areia	1.941	159	8,2%
Moita Verde	294	25	8,5%
Não informado	9	1	-
Município	10.198	729	7,1%

Menor Valor	Vale do Sol	6,1%
Média	Município	7,1%
Maior Valor	Moita Verde	8,5%

**Diferença:
0,4 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CECAD, 2019.



11.6 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES POR TERRITÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tabela 138: Mapa social dos indicadores da Assistência Social

		Famílias acompanhadas no PAIF	Crianças e adolescentes no SCFV	Idosos no SCFV	Situação prioritária no SCFV	Crianças e adolescentes no CadÚnico em situação de trabalho infantil	Famílias acompanhadas no PAFEI	Pessoas de 0 a 17 anos acompanhadas no PAFEI por total de notificações no conselho tutelar	Taxa de MSE de 12 a 17 anos	Taxa de MSE de 18 a 21 anos	Famílias cadastradas no CADÚnico	Famílias com renda per capita até R\$ 89,00 no CADÚnico	Famílias com renda per capita entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00 no CADÚnico	Famílias com renda per capita entre R\$ 178,01 e ½ SM no CADÚnico	Famílias no CADÚNICO beneficiárias do PBF	Famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 não beneficiárias do PBF	Famílias com renda per capita de R\$ 89,00 até R\$ 178,00 com crianças e adolescentes, não beneficiárias do PBF	Famílias com perfil de beneficiário do PBF que não recebem o benefício	Famílias beneficiárias do PBF que não atendem os critérios do programa	Total
	Região / Parâmetro	>3,70	>4,60	>8,00	>54,80	>1,00	>1,00	>61,30	>0,70	>2,60	>71,70	>35,50	>14,80	>30,60	>39,10	>22,70	>25,70	>24,30	>8,00	
	Nova Parnamirim	0,90%	0,60%	0,30%	45,00%	0,20%	0,40%	8,20%	0,6	0,8	13,50%	30,30%	14,30%	29,80%	31,80%	27,60%	26,70%	27,40%	7,20%	2
	Monte Castelo	0,50%	2,60%	1,60%	57,40%	0,60%	0,20%	35,80%	0,5	2,6	50,10%	33,00%	14,20%	27,90%	35,60%	23,80%	23,20%	23,70%	7,10%	3
	Moita Verde	1,10%	4,60%	6,00%	28,40%	0,80%	0,20%	33,30%	1,2	2,1	36,40%	32,20%	15,10%	30,00%	37,20%	23,20%	17,80%	21,80%	8,50%	4
	Parque Industrial	1,50%	1,60%	3,70%	54,80%	0,40%	0,20%	20,00%	0	1,1	25,80%	25,90%	14,80%	31,60%	30,00%	22,90%	29,10%	24,70%	8,00%	6
	Liberdade	5,20%	2,30%	2,30%	49,00%	1,00%	2,00%	61,30%	0,4	1,8	54,50%	31,40%	14,30%	30,60%	34,50%	24,00%	24,80%	24,20%	7,30%	6
	Vale do Sol	3,70%	7,70%	8,50%	46,70%	1,60%	1,10%	58,80%	0	2,5	86,00%	36,20%	14,40%	28,10%	39,50%	21,50%	24,40%	22,20%	6,10%	8
	Litoral	1,60%	8,50%	7,60%	59,00%	1,90%	0,90%	65,00%	0	2,2	50,00%	34,00%	15,20%	30,90%	37,00%	25,30%	21,40%	24,30%	7,10%	8
	Passagem de Areia	2,60%	2,50%	8,00%	39,60%	0,90%	0,80%	51,60%	0,7	2,7	71,70%	35,50%	14,00%	28,80%	39,10%	20,30%	25,70%	21,50%	8,20%	8
	Bela Parnamirim	4,90%	2,20%	9,30%	50,60%	0,80%	1,00%	68,20%	1,2	4,7	77,10%	38,90%	14,20%	28,20%	41,50%	22,10%	22,90%	22,30%	6,60%	9
	Média geral do Município	2,00%	2,70%	4,20%	47,90%	0,70%	0,60%	40,90%	0,6	2,5	45,30%	34,30%	14,30%	29,10%	37,30%	22,70%	24,40%	23,10%	7,10%	-

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2018.

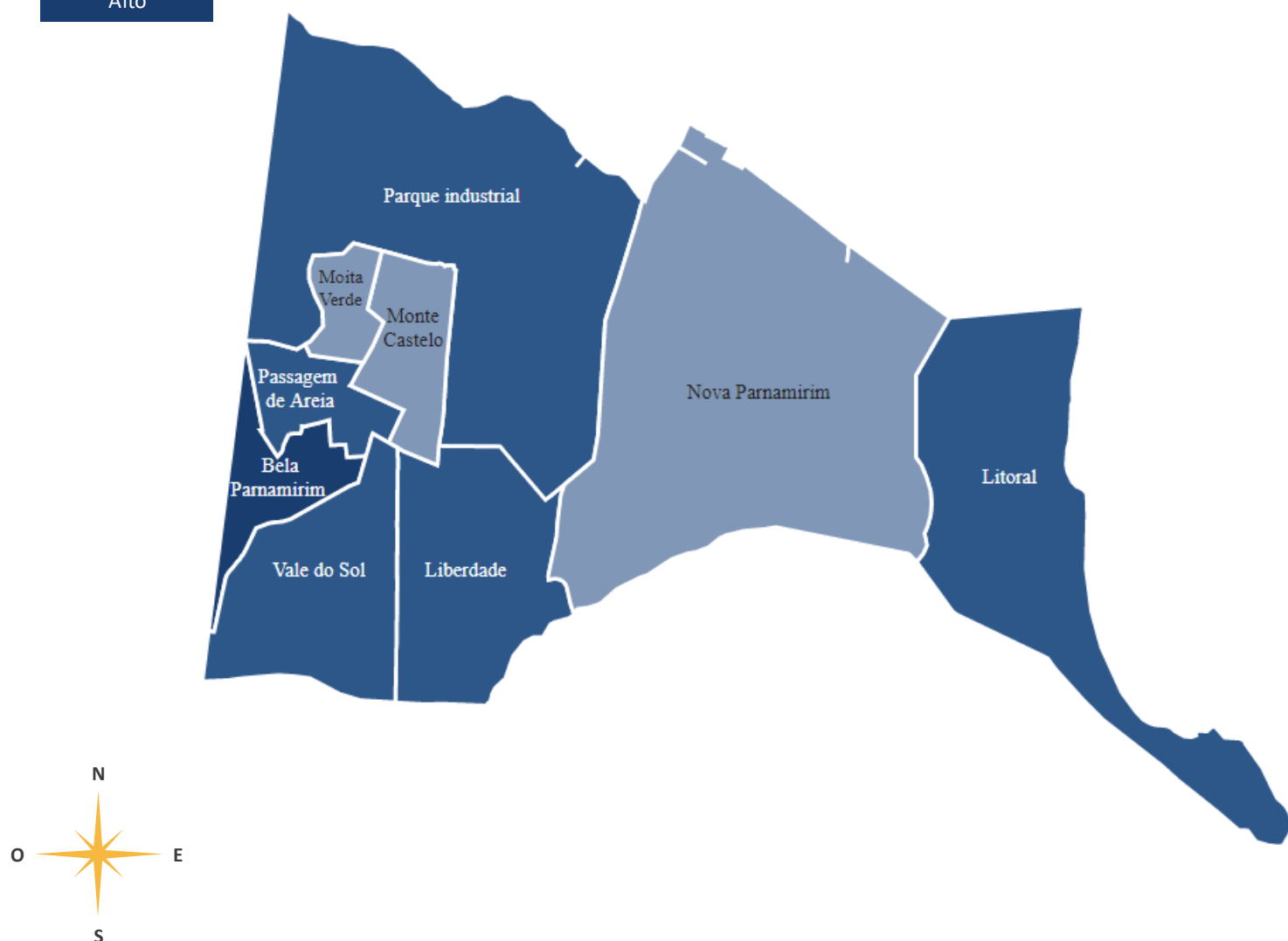
Nota: O parâmetro é o valor cuja classificação do indicador é considerado como alto, ou seja, como ruim.

O mapa social demonstrado na Tabela 138, apresenta os indicadores por território da Assistência Social com destaque para as regiões cuja taxa está em pior situação (Alto). Tais regiões foram contabilizadas na somatória dos indicadores, de modo a identificar quais delas estão mais críticas ou mais vulneráveis dentro deste eixo.

Sendo assim, a região mais vulnerável foi a do Bela Parnamirim, que teve 9 indicadores classificados como alto.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



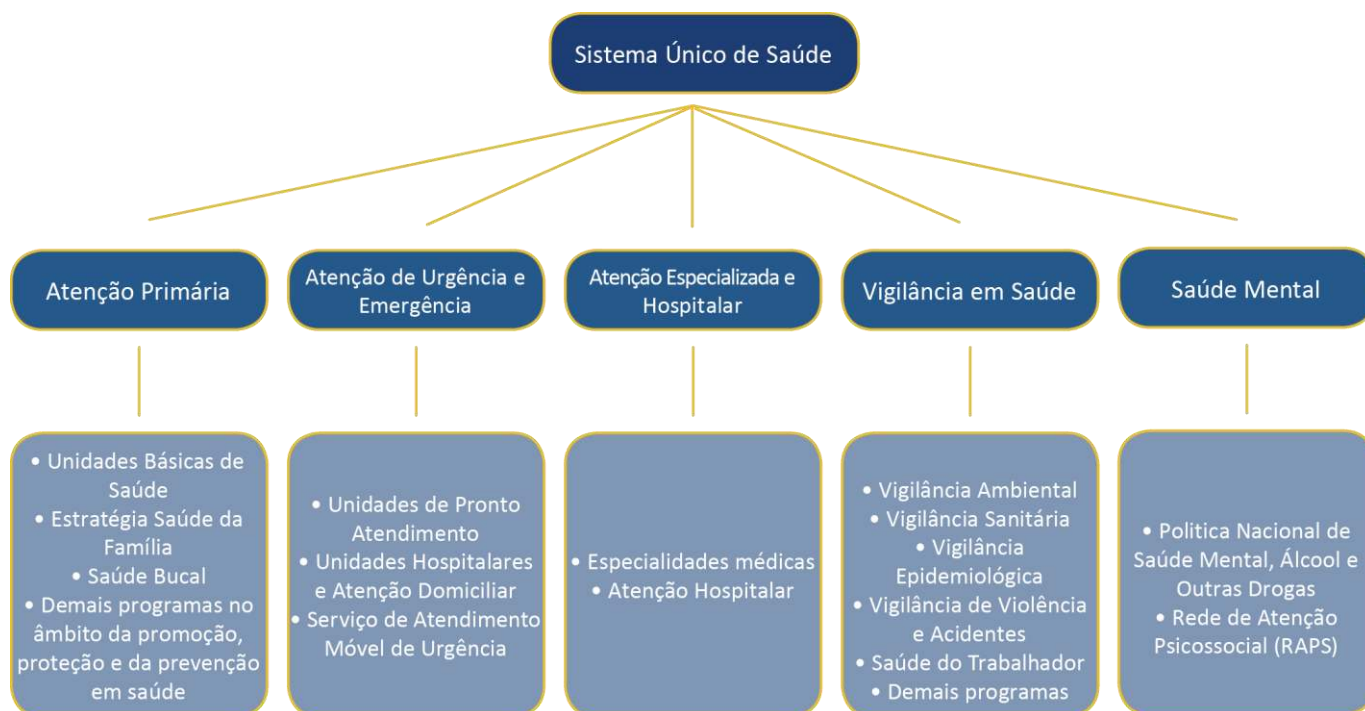
PARTE IV

12. POLÍTICA NACIONAL DA SAÚDE

O Sistema Único de Saúde - SUS foi criado pela Lei nº 8.080/1990 para efetivação do princípio Constitucional da saúde como política pública – enquanto direito de todos e dever do Estado – de acordo com as diretrizes e princípios previstos no artigo 198 e seguintes da Constituição Federal, dentre os quais destacam-se a universalidade de acesso, a integralidade e igualdade de assistência, a participação da comunidade, a descentralização, regionalização e integração dos serviços de saúde a todos os que dela necessitarem, como competência comum das três esferas de governo federal, estadual/distrital e municipal.

A rede que compõe o SUS é ampla e abrange ações e serviços com foco na qualidade de vida, na promoção da saúde e prevenção de doenças, conforme a representação do fluxograma abaixo.

Fluxograma da política nacional de saúde



12.1 POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) foi instituída pela Resolução CNS nº 588/2028 e está alicerçada no direito à proteção da saúde, compreende o processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, e de processos e práticas relativos à vigilância epidemiológica, sanitária, saúde ambiental e saúde do trabalhador. Visa o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública – incluindo a regulação, intervenção e atuação em condicionantes e determinantes da saúde – para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças.

A gestão municipal dos bancos de dados epidemiológicos nacionais - com destaque ao de nascidos vivos (SINASC), de mortalidade (SIM) e o de agravos de notificação (SINAN) – garantem o acompanhamento do perfil de saúde e epidemiológico do município de modo global, e não apenas dos usuários do SUS. Assim, as informações abaixo se propõem a complementar e a traçar o perfil dos dados apresentados na forma de indicadores sociais do direito à vida e saúde.

12.1.1 Sistema de Informação Sobre Nascidos Vivos - SINASC

O SINASC foi implantado a partir de 1990 com o objetivo de reunir dados sobre os nascimentos informados em todo o território nacional, o qual contempla uma série de variáveis, dentre as quais destaca-se a duração da gestação, o peso do recém-nascido, a idade da mãe, o local de ocorrência e o tipo do parto. A partir de sua criação foi possível conhecer o perfil de nascidos vivos, identificar situações de risco, subsidiar o desenvolvimento de ações voltadas ao atendimento às gestantes e aos recém-nascidos, calcular indicadores como percentual de partos cesáreos, percentual de prematuridade, de baixo peso, dentre outros.

Assim, as informações do SINASC serão utilizadas para traçar um perfil da mãe, e posteriormente será apresentado o perfil dos nascidos vivos com fatores de risco com base nos dados da pesquisa realizada

Primeiramente é importante esclarecer que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como gravidez na adolescência a idade de 10 a 19 anos. Todavia, para fins do diagnóstico será apresentado as duas faixas etárias: do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 12 a 17 anos e da OMS.

No eixo do Direito à VIDA E SAÚDE, considerou-se para o cálculo dos indicadores, as informações extraídas do Conselho Tutelar, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010 (IBGE), da Secretaria Municipal de Saúde e DATASUS. No Conselho Tutelar foram considerados todos os registros de atendimento classificados como violação ao direito à vida e saúde, ocorridas no ano de referência do diagnóstico.

Todos os sistemas são retroalimentados, o que significa que independentemente do local em que é registrado o dado, é feita a referência da localidade de residência do paciente, permitindo que os Municípios tenham o controle de natalidade, mortalidade e de agravo de sua população.

Seguindo o critério do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA o município teve 4,8% de nascidos vivos de mães entre 12 e 17 anos.

Tabela 139: Faixa etária segundo ECA das mães de nascidos vivos de 2018

Tipo	Total	(%)	
De 12 a 17 anos	189	4,8%	
Maior de 18 anos	3.748	95,2%	
Total Geral	3.937	100,0%	

Fonte: SINASC, 2018

Seguindo o critério da OMS o município teve 11,2% de nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos.

Tabela 140: Faixa etária segundo a OMS das mães de nascidos vivos de 2018

Tipo	Total	(%)	
De 10 a 19 anos	439	11,2%	
De 20 a 34 anos	2.810	71,4%	
Mais de 35 anos	688	17,5%	
Total Geral	3.937	100,0%	

Fonte: SINASC, 2018

O Estado civil das mães de nascidos vivos era na maioria casadas 41,15 seguido de união Estável 36,6%.

Tabela 141: Estado civil das mães de nascidos vivos de 2018

Estado civil	Quant.	(%)	
Casada	1.619	41,1%	
União Estável	1.439	36,6%	
Solteira	799	20,3%	
Divorciada	36	0,9%	
Viúva	9	0,2%	
Não informado	35	0,9%	
Total Geral	3.937	100,0%	

Fonte: SINASC, 2018

Sobre a escolaridade das mães dos nascidos vivos, 45,1% tinham Ensino Médio, e outros 23,9% Ensino Superior Completo.

Tabela 142: Escolaridade das mães de nascidos vivos de 2018

Escolaridade	Quant.	(%)	
Sem escolaridade	16	0,4%	
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	116	2,9%	■
Ensino Fundamental (Anos Finais)	794	20,2%	■
Ensino Médio	1.774	45,1%	■
Superior Incompleto	272	6,9%	■
Superior Completo	940	23,9%	■
Não informado	25	0,6%	
Total Geral	3.937	100,0%	

Fonte: SINASC, 2018

O principal fator de risco no município na gravidez é o número de pré-natais insuficientes, que atingiu em 2018, 32,1% dos nascidos vivos.

Tabela 143: Fatores de Risco das mães de nascidos vivos de 2018

Fatores de Risco	Nascidos Vivos	Quant. em Risco	(%)	
Pré-Natal Insuficiente	3.937	1.265	32,1%	■
Risco Baixo Peso	3.937	353	9,0%	■
Prematuridade	3.937	483	12,3%	■
Anomalia Congênita	3.937	46	1,2%	
APGAR 5° Minuto menor que 7	3.937	39	1,0%	
Baixa Escolaridade	3.937	561	14,2%	■
Gravidez Múltipla	3.937	106	2,7%	■
Parto em Domicílio	3.937	5	0,1%	

Fonte: SINASC, 2018

Sobre a quantidade de fatores de risco, 52,2% das mães não apresentaram nenhum fator de risco na gravidez, enquanto 30,3% apresentou um fator de risco significando a maioria.

Tabela 144: Quantidade de fatores de risco das mães de nascidos vivos de 2018

Quantidade de fatores de risco	Total	(%)	
Nenhum fator de risco	2.056	52,2%	■
Um fator de risco	1.193	30,3%	■
Dois fatores de risco	457	11,6%	■
Três fatores de risco	177	4,5%	■
Quatro fatores de risco	50	1,3%	
Cinco fatores de risco	4	0,1%	
Total Geral	3.937	100,0%	

Fonte: SINASC, 2018

Sobre número de filhos das mães de nascidos vivos, 39,8% não tinham nenhum filho.

Tabela 145: Número de filhos das mães de nascidos vivos de 2018

Número de Filhos	Quant.	(%)	
Nenhum	1.565	39,8%	
1	1.275	32,4%	
2	500	12,7%	
3	198	5,0%	
4	58	1,5%	
5 ou mais	64	1,6%	
Não informado	277	7,0%	
Total Geral	3.937	100,0%	

Fonte: SINASC, 2018

O total de semanas gestacionais, 83,7% dos nascidos vivos tiveram de 37 a 41 semanas gestacionais

Tabela 146: Total de semanas gestacionais das mães de nascidos vivos de 2018

Motivo	Total	(%)	
Menos de 22 semanas	3	0,1%	
De 22 a 27 semanas	18	0,5%	
De 28 a 31 semanas	34	0,9%	
De 32 a 36 semanas	428	10,9%	
De 37 a 41 semanas	3.294	83,7%	
42 semanas ou mais	99	2,5%	
Não informado	61	1,5%	
Total Geral	3.937	100,0%	

Fonte: SINASC, 2018

Sobre a gestação das mães de nascidos vivos tem-se que 97,1% dos nascidos vivos eram de gestações única.

Tabela 147: Tipo de gestação das mães de nascidos vivos de 2018

Tipo	Total	(%)	
Única	3.821	97,1%	
Dupla	103	2,6%	
Tripla ou mais	3	0,1%	
Não informado	10	0,3%	
Total Geral	3.937	100,0%	

Fonte: SINASC, 2018

Quanto ao tipo de parto dos nascidos vivos, tem-se que 69,1% dos nascidos vivos nasceram de cesárea.

Tabela 148: Tipo de parto das mães de nascidos vivos de 2018

Tipo	Total	(%)	
Cesário	2.722	69,1%	
Vaginal	1.208	30,7%	
Não informado	7	0,2%	
Total Geral	3.937	100,0%	

Fonte: SINASC, 2018

12.1.2 Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

O SIM é a base de dados de mortalidade oficial do país, com finalidade de reunir dados quantitativos e qualitativos sobre os óbitos ocorridos. A partir de sua criação foi possível a captação e reunião das informações sobre mortalidade, de forma abrangente e padronizada, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública.

Quanto ao sexo das pessoas que vieram a óbito tem-se que 58,3% dos óbitos foram do sexo masculino.

Tabela 149: Sexo das pessoas que vieram a óbito em 2018

Sexo	Quant.	(%)	
Feminino	475	41,5%	
Masculino	667	58,3%	
Não informado	2	0,2%	
Total Geral	1.144	100,0%	

Fonte: SIM, 2018

A maior concentração de óbitos é na faixa etária de 60 anos ou mais, 57,8%.

Tabela 150: Faixa etária das pessoas que vieram a óbito em 2018

Faixa etária	Quant.	(%)	
Fetal	31	2,7%	
De 0 a 6 dias	17	1,5%	
De 7 a 27 dias	11	1,0%	
De 28 dias a 1 ano	15	1,3%	
De 1 a 5 anos	11	1,0%	
De 6 a 11 anos	6	0,5%	
De 12 a 17 anos	24	2,1%	
De 18 a 29 anos	90	7,9%	
De 30 a 59 anos	277	24,2%	
De 60 anos ou mais	661	57,8%	
Não informado	1	0,1%	
Total Geral	1.144	100,0%	

Fonte: SIM, 2018

As duas raças que prevaleceram nas notificações confirmadas foram a Parda (49,7%) e a Branca (37,8%).

Tabela 151: Raça/Cor das pessoas que vieram a óbito em 2018

Raça Cor	Quant.	(%)	
Parda	569	49,7%	
Branca	433	37,8%	
Negra	50	4,4%	
Amarela	1	0,1%	
Indígena	1	0,1%	
Não informado	90	7,9%	
Total Geral	1.144	100,0%	

Fonte: SIM, 2018

Um grande percentual, 31,5% não teve a escolaridade informada. Dos que tiveram, 23,3% tinham ensino fundamental nos anos iniciais.

Tabela 152: Escolaridade das pessoas que vieram a óbito em 2018

Escolaridade	Quant.	(%)	
Sem escolaridade	207	18,1%	
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	267	23,3%	
Ensino Fundamental (Anos Finais)	125	10,9%	
Ensino Médio	121	10,6%	
Superior Incompleto	15	1,3%	
Superior Completo	49	4,3%	
Não informado	360	31,5%	
Total Geral	1.144	100,0%	

Fonte: SIM, 2018

Sobre morte de pessoas por causas externas, tem-se que 15,2% dos óbitos foram por causas externas.

Tabela 153: Morte por causas externas das pessoas que vieram a óbito em 2018

Sexo	Quant.	(%)	
Não	970	84,8%	
Sim	174	15,2%	
Total Geral	1.144	100,0%	

Fonte: SIM, 2018

Entre a faixa etária de 12 a 29, aproximadamente 75% dos óbitos ocorrem por causas externas.

Tabela 154: Percentual de mortes por causa externa dentro de cada faixa etária que registrou óbito

Faixa etária	Total de óbitos	Óbito por causa externa	(%)
Fetal	31	-	0,0%
De 0 a 6 dias	17	-	0,0%
De 7 a 27 dias	11	-	0,0%
De 28 dias a 1 ano	15	1	6,7%
De 1 a 5 anos	11	2	18,2%
De 6 a 11 anos	6	-	0,0%
De 12 a 17 anos	24	18	75,0%
De 18 a 29 anos	90	68	75,6%
De 30 a 59 anos	277	64	23,1%
De 60 anos ou mais	661	21	3,2%
Não informado	1	-	0,0%
Total Geral	1.144	174	15,2%

Fonte: SIM, 2018

O principal Código Internacional de Doenças (CID) associado as mortes por causas externas são agressões representando 62,6% do total das 174.

Tabela 155: CID associado as mortes por causas externa

CID	Total	(%)	
Agressões	109	62,6%	
Acidentes	43	24,7%	
Lesões autoprovocadas intencionalmente	11	6,3%	
Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada	9	5,2%	
Complicações de assistência médica e cirúrgica	2	1,1%	
Total Geral	174	100,0%	

Fonte: SIM, 2018

6,3% dos óbitos por causas externas foram autoprovocadas, ou seja, suicídio.

Tabela 156: Morte autoprovocada entre as pessoas que vieram a óbito em 2018

Sexo	Quant.	(%)	
Não	163	93,7%	
Sim	11	6,3%	
Total Geral	174	100,0%	

Fonte: SIM, 2018

12.1.3 Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)

O SINAN é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria de Consolidação n. 4, de 28 de setembro de 2017, anexo V – capítulo I), mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua Região Geográfica. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. É, portanto, um instrumento relevante para auxiliar no planejamento da saúde, definir prioridades de intervenção, além de permitir que seja avaliado o impacto das intervenções.

A seguir serão apresentadas as notificações registradas no SINAN referente aos agravos do ano de 2018 por faixa etária.

Entre 0 e 5 anos (primeira infância) a exposição a outras forças mecânicas animadas e às não especificadas representa 35,9% das notificações. As violências, representam 19,4% das notificações. Vale observar ainda que se somarmos a sífilis congênita com os casos de contato ou exposição ao vírus HIV representam 16,5% dos casos notificados nesta faixa etária

Tabela 157: Notificações de agravo na faixa etária de 0 a 5 anos

Descrição CID	De 0 a 5 anos	(%)	
Exposição a outras forças mecânicas animadas e às não especificadas	37	35,9%	
Contato com animais ou plantas venenosos, sem especificação	22	21,4%	
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	20	19,4%	
Sífilis congênita não especificada	13	12,6%	
Contato com e exposição ao vírus da imunodeficiência humana [HIV]	4	3,9%	
Tuberculose respiratória, não especificada, sem menção de confirmação bacteriológica ou histológica	2	1,9%	
Varicela [Catapora]	2	1,9%	
Leishmaniose visceral	1	1,0%	
Outras febres virais especificadas transmitidas por mosquitos	1	1,0%	
Efeitos adversos de outras vacinas e substâncias biológicas e as não especificadas	1	1,0%	
Total Geral	103	100,0%	

Fonte: SINAN, 2018.

Entre 6 e 11 anos a Violência doméstica, sexual e/ou outras violências representa 45,5% das notificações.

Tabela 158: Notificações de agravo na faixa etária de 6 a 11 anos

Descrição CID	De 6 a 11 anos	(%)	
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	40	45,5%	
Exposição a outras forças mecânicas animadas e às não especificadas	35	39,8%	
Contato com animais ou plantas venenosos, sem especificação	6	6,8%	
Varicela [Catapora]	5	5,7%	
Tuberculose respiratória, não especificada, sem menção de confirmação bacteriológica ou histológica	1	1,1%	
Meningite não especificada	1	1,1%	
Total Geral	88	100,0%	

Fonte: SINAN, 2018.

Entre 12 a 17 anos (adolescentes) a violência doméstica, sexual e/ou outras violências representa 62,0% das notificações.

Tabela 159: Notificações de agravo na faixa etária de 12 a 17 anos

Descrição CID	De 12 a 17 anos	(%)	
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	80	62,0%	
Exposição a outras forças mecânicas animadas e às não especificadas	21	16,3%	
Contato com animais ou plantas venenosos, sem especificação	16	12,4%	
Sífilis complicando a gravidez, o parto e o puerpério	4	3,1%	
Sífilis não especificada	2	1,6%	
Hepatite viral não especificada	2	1,6%	
Varicela [Catapora]	2	1,6%	
Efeito tóxico de substância não especificada	2	1,6%	
Total Geral	129	100,0%	

Fonte: SINAN, 2018.

Entre 18 a 29 anos a exposição a outras forças mecânicas animadas e às não especificadas representa 22,6% das notificações.

Tabela 160: Notificações de agravo na faixa etária de 18 a 29 anos

Descrição CID	De 18 a 29 anos	(%)	
Exposição a outras forças mecânicas animadas e às não especificadas	80	22,6%	
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	68	19,2%	
Sífilis não especificada	57	16,1%	
Contato com animais ou plantas venenosos, sem especificação	47	13,3%	
	41	11,6%	
Sífilis complicando a gravidez, o parto e o puerpério	31	8,8%	
Doença pelo vírus da imunodeficiência humana [HIV] não especificada	10	2,8%	
Varicela [Catapora]	4	1,1%	
Estado de infecção assintomática pelo vírus da imunodeficiência humana [HIV]	4	1,1%	
Hepatite viral não especificada	2	0,6%	
Efeito tóxico de substância não especificada	2	0,6%	
Contato com e exposição a doença transmissível não especificada	2	0,6%	
Leishmaniose visceral	2	0,6%	
Hanseníase [lepra] não especificada	1	0,3%	
Circunstância relativa às condições de trabalho	1	0,3%	
Doenças causadas por protozoários complicando a gravidez, o parto e o puerpério	1	0,3%	
Outras febres virais especificadas transmitidas por mosquitos	1	0,3%	
Total Geral	354	100,0%	

Fonte: SINAN, 2018.

Entre 30 a 59 anos a exposição a outras forças mecânicas animadas e às não especificadas representa 33,0% das notificações.

Tabela 161: Notificações de agravo na faixa etária de 30 a 59 anos

Descrição CID	De 30 a 59 anos	(%)	
Exposição a outras forças mecânicas animadas e às não especificadas	158	33,0%	
Contato com animais ou plantas venenosos, sem especificação	91	19,0%	
Tuberculose respiratória, não especificada, sem menção de confirmação bacteriológica ou histológica	59	12,3%	
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	53	11,1%	
Sífilis não especificada	42	8,8%	
Doença pelo vírus da imunodeficiência humana [HIV] não especificada	28	5,8%	
Hepatite viral não especificada	14	2,9%	
Sífilis complicando a gravidez, o parto e o puerpério	8	1,7%	
Hanseníase [lepra] não especificada	6	1,3%	
Contato com e exposição a doença transmissível não especificada	5	1,0%	
Efeito tóxico de substância não especificada	4	0,8%	
Estado de infecção assintomática pelo vírus da imunodeficiência humana [HIV]	3	0,6%	
Doenças causadas por protozoários complicando a gravidez, o parto e o puerpério	2	0,4%	
Meningite não especificada	2	0,4%	
Varicela [Catapora]	1	0,2%	
Circunstância relativa às condições de trabalho	1	0,2%	
Outras febres virais especificadas transmitidas por mosquitos	1	0,2%	
Outras febres hemorrágicas especificadas por vírus	1	0,2%	
Total Geral	479	100,0%	

Fonte: SINAN, 2018.

Nas pessoas com 60 anos ou mais a exposição a outras forças mecânicas animadas e às não especificadas representa 39,5% das notificações.

Descrição CID	De 60 anos ou mais	(%)	
Exposição a outras forças mecânicas animadas e às não especificadas	58	39,5%	
Contato com animais ou plantas venenosos, sem especificação	29	19,7%	
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	16	10,9%	
Tuberculose respiratória, não especificada, sem menção de confirmação bacteriológica ou histológica	13	8,8%	
Sífilis não especificada	9	6,1%	
Sífilis complicando a gravidez, o parto e o puerpério	6	4,1%	
Doença pelo vírus da imunodeficiência humana [HIV] não especificada	4	2,7%	
Hepatite viral não especificada	4	2,7%	
Circunstância relativa às condições de trabalho	3	2,0%	
Efeito tóxico de substância não especificada	2	1,4%	
Hanseníase [lepra] não especificada	1	0,7%	
Doenças causadas por protozoários complicando a gravidez, o parto e o puerpério	1	0,7%	
Secreção uretral	1	0,7%	
Total Geral	147	100,0%	

Fonte: SINAN, 2018.

Após analisar por faixa etária, algumas notificações ganham destaque como o HIV, com 53 notificações confirmadas, e ocorrendo principalmente na faixa etária de 30 a 59 anos (58,3%).

A Sífilis teve-se 179 notificações confirmadas e se sobressaiu na faixa etária de 18 a 29 anos (50,3%). E, por último, as violências, as quais esteve presente em todas as faixas etárias, de forma mais expressiva entre 12 e 17 anos, representando 28,9% das notificações.

Tabela 162: Notificações por faixa etária de HIV, Sífilis e Violências

Faixa etária	HIV		Sífilis		Violências	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	4	7,5%	13	7,3%	20	7,2%
De 6 a 11 anos		0,0%		0,0%	40	14,4%
De 12 a 17 anos		0,0%	6	3,4%	80	28,9%
De 18 a 29 anos	14	26,4%	90	50,3%	68	24,5%
De 30 a 59 anos	31	58,5%	55	30,7%	53	19,1%
De 60 anos ou mais	4	7,5%	15	8,4%	16	5,8%
Total Geral	53	100,0%	179	100,0%	277	100,0%

Fonte: SINAN, 2018.

12.1.4 Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN)

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) é uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e constitui-se como estratégia essencial para a atenção nutricional no SUS, ou seja, para organização e gestão dos cuidados em alimentação e nutrição na Rede de Atenção à Saúde. Essa organização deverá ser iniciada pelo reconhecimento da situação alimentar e nutricional de toda população adstrita aos serviços e às equipes de Atenção Básica. (Ministério da Saúde, 2015).

Instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 6º, a VAN, como parte da Vigilância em Saúde, baseia-se na descrição contínua e na predição de tendências das condições de alimentação e nutrição da população e seus fatores determinantes.

Tem um papel importantíssimo no planejamento da atenção nutricional e das ações relacionadas à promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável e à qualidade e regulação dos alimentos, apoiando os profissionais de saúde no diagnóstico local e oportuno dos agravos alimentares e nutricionais e no levantamento de marcadores de consumo alimentar que possam identificar fatores de risco ou proteção.

A expansão das ações de VAN ocorreu a partir de 2004, quando o Ministério da Saúde passou a recomendar que o Sisvan fosse utilizado para o acompanhamento do estado nutricional de indivíduos em todas as fases do curso da vida (crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes). Essa recomendação foi intensificada em oficinas macrorregionais e com a implantação da primeira versão informatizada do sistema. Com o intuito de aprimorar as funcionalidades do Sisvan, facilitando seu uso em nível local e o registro dos acompanhamentos, foi desenvolvido o Sisvan Web, uma versão on-line do sistema lançado em 2008. Nessa versão, houve a incorporação das curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a inclusão de ferramentas para a avaliação de marcadores de consumo alimentar para todas as fases do curso da vida.

Considerando a importância do SISVAN para controle das informações nutricionais da população, a seguir são apresentados os dados de estado nutricional da população de Parnamirim, por grupo etário.

Com relação às informações nutricionais das crianças acompanhadas no município, a tabela 163 traz a comparação entre município, estado e Brasil, mostrando que o perfil nutricional deles é bem próximo, sendo a maioria (em média 88% nas três esferas) com perfil de Peso Adequado ou Eutrófico.

Tabela 163: Comparação do estado nutricional das crianças acompanhadas por município, estado e país

Região	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Município	13	0,8%	32	2,0%	1406	89,1%	127	8,0%	1.578
Rio Grande do Norte	773	0,8%	2.164	2,2%	84.014	87,0%	9.599	9,9%	96.550
Brasil	64.668	1,3%	143.180	2,8%	4.491.384	88,4%	379.080	7,5%	5.078.312

Fonte: SISVAN, 2018.

Olhando a informação por estabelecimento de saúde tem-se algumas que se destacaram, sendo:

- A UBS Emaús III Parque Das Orquídeas Wilson Moreira Meneze teve 12,5% das 8 crianças acompanhadas com peso muito baixo para a idade;
- A UBS Nova Vida II Parque De Exposições II teve 23,8% das 21 crianças acompanhadas com peso elevado para a idade.

Tabela 164: Estado nutricional das crianças acompanhadas por estabelecimento de saúde

Estabelecimento de Saúde	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
PSF Rosa Dos Ventos Eq. 01	0	-	0	-	9	81,8%	2	18,2%	11
PSF Rosa Dos Ventos Eq. 21	0	-	1	8,3%	11	91,7%	0	-	12
UBS Bela Parnamirim	0	-	4	3,3%	109	88,6%	10	8,1%	123
UBS Boa Esperança Teodomiro Barbosa Da Silva	0	-	0	-	13	92,9%	1	7,1%	14
UBS Cajupiranga Francisco Fernandes Pimenta	2	3,9%	0	-	46	90,2%	3	5,9%	51
UBS Centro	1	10,0%	0	-	9	90,0%	0	-	10
UBS Cohabinal	0	-	0	-	3	75,0%	1	25,0%	4
UBS De Pium Nalva Maria De Oliveira Bezerra	1	1,7%	1	1,7%	51	85,0%	7	11,7%	60
UBS Emaús I Prof. Clovis Gonçalves Dos Santos	1	3,7%	2	7,4%	24	88,9%	0	-	27
UBS Emaús II Parque Industrial Dr. Vulpiano Cavalcante	0	-	2	5,1%	36	92,3%	1	2,6%	39
UBS Emaús III Parque Das Orquídeas Wilson Moreira Meneze	1	12,5%	0	-	7	87,5%	0	-	8
UBS Jardim Das Nações Coophab Dr. Ernani Rosado	1	4,8%	0	-	19	90,5%	1	4,8%	21
UBS Jardim Planalto Dr Antônio Ferreira	0	-	1	2,0%	41	83,7%	7	14,3%	49
UBS Liberdade Francisco Gomes Da Silva	1	0,5%	3	1,5%	184	92,0%	12	6,0%	200
UBS Monte Castelo I Enf. Marcelino Agostinho Costa	0	-	1	2,4%	38	92,7%	2	4,9%	41
UBS Monte Castelo II Jockey Club Dr. André Nunes De Aquino	1	1,6%	2	3,2%	57	90,5%	3	4,8%	63
UBS Nova Esperança II Ernesto Monteiro Da Rocha	2	2,2%	4	4,4%	75	82,4%	10	11,0%	91
UBS Nova Esperança I Dr Marcondes Bezerra	1	0,7%	5	3,4%	131	87,9%	12	8,1%	149
UBS Nova Parnamirim I Suzete Cavalcante	0	-	0	-	11	84,6%	2	15,4%	13
UBS Nova Parnamirim II Enf. Joao Dias	0	-	0	-	35	94,6%	2	5,4%	37
UBS Nova Parnamirim III Cidade Verde Elba Carvalho De Li	0	-	0	-	3	100,0%	0	-	3
UBS Nova Vida II Parque De Exposições II	0	-	0	-	16	76,2%	5	23,8%	21
UBS Passagem De Areia I Dr. Silvino Lamartine	0	-	1	0,8%	116	89,2%	13	10,0%	130
UBS Pirangi Do Norte	0	-	2	4,8%	39	92,9%	1	2,4%	42
UBS Primavera Maria Gorete De Souza Rebouças	0	-	0	-	20	87,0%	3	13,0%	23
UBS Rosa Dos Ventos	0	-	1	2,1%	45	93,8%	2	4,2%	48
UBS Santa Tereza Armando Alvares Padilha	1	0,8%	0	-	108	86,4%	16	12,8%	125
UBS Santos Reis Dr Mario Medeiros	0	-	1	3,2%	28	90,3%	2	6,5%	31
UBS Vale Do Sol Reginaldo Fernandes De Oliveira	0	-	0	-	40	95,2%	2	4,8%	42
UBS Vida Nova I Parque De Exposições I	0	-	1	3,6%	24	85,7%	3	10,7%	28
Unidade De Pronto Atendimento Marcelino De Almeida Neto	0	-	0	-	5	100,0%	0	-	5
Usb Passagem De Areia II Rosa Fernandes Da Silva	0	-	0	-	53	93,0%	4	7,0%	57
Município	13	0,8%	32	2,0%	1406	89,1%	127	8,0%	1.578

Fonte: SISVAN, 2018.

No que diz respeito aos adolescentes acompanhados no município, ao comparar os percentuais do município com a média do estado e do país, percebe-se que o perfil nutricional é bem próximo, sendo a maioria (em média 67% nas três esferas) com perfil adequado. Vale observar que a magreza acentuada do município de Parnamirim teve um percentual de 0,5% acima da média do estado e país, com 1,4% dos adolescentes acompanhados nesta situação.

Tabela 165: Comparação do estado nutricional dos adolescentes acompanhados por município, estado e país

Região	Magreza acentuada		Magreza		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade		Obesidade Grave		Total
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Município	24	1,4%	60	3,5%	1153	67,0%	315	18,3%	149	8,7%	20	1,2%	1.721
RN	934	0,9%	3.012	2,8%	71.683	66,0%	21.875	20,1%	9.369	8,6%	1.741	1,6%	108.614
Brasil	49.139	0,9%	152.538	2,9%	3.621.401	68,5%	979.377	18,5%	402.712	7,6%	83.507	1,6%	5.288.674

Fonte: SISVAN, 2018.

Olhando a informação por estabelecimento de saúde tem-se algumas que se destacaram, sendo:

- A UBS Nova Parnamirim I Suzete Cavalcante teve 9,5% dos 21 adolescentes acompanhados em situação de magreza acentuada;
- A PSF Rosa Dos Ventos Eq. 01 teve 12,5% dos 16 adolescentes acompanhados em situação de obesidade grave e 18,8% em situação de obesidade.

Tabela 166: Estado nutricional dos adolescentes acompanhados por estabelecimento de saúde

Estabelecimento de Saúde	Magreza acentuada		Magreza		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade		Obesidade Grave		Total
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
PSF Rosa Dos Ventos Eq. 01	0	-	1	6,3%	8	50,0%	2	12,5%	3	18,8%	2	12,5%	16
PSF Rosa Dos Ventos Eq. 21	0	-	1	11,1%	6	66,7%	1	11,1%	1	11,1%	0	-	9
UBS Bela Parnamirim	4	2,9%	8	5,8%	99	72,3%	17	12,4%	8	5,8%	1	0,7%	137
UBS Boa Esperança Teodomiro Barbosa Da Silva	0	-	0	-	8	53,3%	6	40,0%	1	6,7%	0	-	15
UBS Cajupiranga Francisco Fernandes Pimenta	0	-	3	3,9%	45	57,7%	21	26,9%	7	9,0%	2	2,6%	78
UBS Centro	0	-	0	-	15	71,4%	4	19,1%	2	9,5%	0	-	21
UBS Cohabinal	0	-	0	-	9	56,3%	6	37,5%	1	6,3%	0	-	16
UBS De Pium Nalva Maria De Oliveira Bezerra	1	2,8%	0	-	20	55,6%	10	27,8%	5	13,9%	0	-	36
UBS Emaús I Prof. Clovis Gonçalves Dos Santos	0	-	2	4,9%	25	61,0%	8	19,5%	5	12,2%	1	2,4%	41
UBS Emaús II Parque Industrial Dr. Vulpiano Cavalcante	1	2,3%	1	2,3%	29	65,9%	9	20,5%	4	9,1%	0	-	44
UBS Emaús III Parque Das Orquídeas	0	-	1	20,0%	2	40,0%	2	40,0%	0	-	0	-	5
UBS Jardim Das Nações Coophab Dr. Ernani Rosado	0	-	1	5,6%	13	72,2%	4	22,2%	0	-	0	-	18
UBS Jardim Planalto Dr Antônio Ferreira	1	1,7%	1	1,7%	39	66,1%	9	15,3%	6	10,2%	3	5,1%	59
UBS Liberdade Francisco Gomes Da Silva	3	1,2%	8	3,3%	164	67,8%	43	17,8%	21	8,7%	3	1,2%	242
UBS Monte Castelo I Enf. Marcelino Agostinho Costa	1	2,1%	1	2,1%	32	66,7%	9	18,8%	5	10,4%	0	-	48
UBS Monte Castelo II Jockey Club	1	1,3%	0	-	48	62,3%	19	24,7%	8	10,4%	1	1,3%	77
UBS Nova Esperança II Ernesto Monteiro Da Rocha	3	3,3%	4	4,4%	62	68,1%	17	18,7%	5	5,5%	0	-	91
UBS Nova Esperança I Dr Marcondes Bezerra	2	1,2%	6	3,6%	113	67,3%	30	17,9%	17	10,1%	0	-	168
UBS Nova Parnamirim I Suzete Cavalcante	2	9,5%	0	-	11	52,4%	5	23,8%	2	9,5%	1	4,8%	21
UBS Nova Parnamirim II Enf. Joao Dias	0	-	0	-	31	66,0%	9	19,2%	7	14,9%	0	-	47
UBS Nova Parnamirim III Cidade Verde Elba Carvalho De Li	0	-	1	25,0%	3	75,0%	0	-	0	-	0	-	4
UBS Nova Vida II Parque De Exposições II	0	-	0	-	16	76,2%	2	9,5%	2	9,5%	1	4,8%	21
UBS Passagem De Areia I Dr. Silvino Lamartine	0	-	4	3,6%	83	74,8%	15	13,5%	8	7,2%	1	0,9%	111
UBS Pirangi Do Norte	0	-	0	-	24	82,8%	5	17,2%	0	-	0	-	29
UBS Primavera Maria Gorete De Souza Rebouças	0	-	1	4,6%	17	77,3%	2	9,1%	2	9,1%	0	-	22
UBS Rosa Dos Ventos	0	-	2	4,6%	31	70,5%	7	15,9%	4	9,1%	0	-	44
UBS Santa Tereza Armando Alvares Padilha	3	2,5%	6	5,0%	88	73,3%	12	10,0%	11	9,2%	0	-	120
UBS Santos Reis Dr Mario Medeiros	0	-	2	7,7%	19	73,1%	4	15,4%	1	3,9%	0	-	26
UBS Vale Do Sol Reginaldo Fernandes De Oliveira	1	2,6%	3	7,7%	20	51,3%	12	30,8%	1	2,6%	2	5,1%	39
UBS Vida Nova I Parque De Exposições I	0	-	0	-	25	71,4%	8	22,9%	1	2,9%	1	2,9%	35
Unidade De P. Atendimento Marcelino De Almeida Neto	0	-	0	-	4	80,0%	1	20,0%	0	-	0	-	5
UBS Passagem De Areia II Rosa Fernandes Da Silva	1	1,3%	3	4,0%	44	57,9%	16	21,1%	11	14,5%	1	1,3%	76
Município	24	1,4%	60	3,5%	1153	67,0%	315	18,3%	149	8,7%	20	1,2%	1.721

Fonte: SISVAN, 2018.

A seguir são apresentados os dados de estado nutricional dos adultos acompanhados no município. A tabela a seguir revela que o perfil nutricional dos adultos no município tem um percentual muito baixo em adequado, 27,9%, quando no Brasil este percentual é de 35,6%. Esta diferença revela ainda que outras categorias que envolvem obesidade se destacam, como é o caso da Obesidade Grau I que tem 23,0% dos adultos nesta categoria, e no Brasil este percentual é de 17,9%.

Tabela 167: Comparação do estado nutricional dos adultos acompanhados por município, estado e país

Região	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade Grau I		Obesidade Grau II		Obesidade Grau III		Total
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Município	90	2,1%	1191	27,9%	1510	35,4%	983	23,0%	371	8,7%	123	2,9%	4.270
RN	6210	2,1%	93.187	31,6%	106.130	36,0%	59.019	20,0%	21.352	7,3%	8.643	2,9%	294.541
Brasil	351.009	2,4%	5.158.274	35,6%	5.028.550	34,7%	2.593.977	17,9%	928.342	6,4%	414.744	2,9%	14.474.896

Fonte: SISVAN, 2018.

Por fim, apresenta-se o perfil nutricional dos idosos. Seguindo a mesma tendência do perfil nutricional dos adultos, o índice de sobrepeso dos idosos de Parnamirim estão acima da taxa do estado do Rio Grande do Norte, bem como do País, com 56,5% dos idosos acompanhados em situação de sobrepeso.

Tabela 168: Comparação do estado nutricional dos idosos acompanhados por município, estado e país

Região	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Total
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Município	18	7,8%	83	35,8%	131	56,5%	232
RN	2204	11,1%	7.094	35,7%	10.590	53,3%	19.888
Brasil	298.708	12,5%	877.801	36,6%	1.219.810	50,9%	2.396.319

Fonte: SISVAN, 2018.

12.2 POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

A Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), no âmbito do SUS, foi instituída pela Portaria de Consolidação MS nº 2/2017 a qual estabelece, dentre outros assuntos, diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS). O Sistema de Informações Hospitalares (SIH) é a ferramenta que registra todos os atendimentos provenientes de internações hospitalares que foram financiadas pelo SUS.

Nesta perspectiva, ao analisar os dados de internações que ocorreu no ano de 2018, a taxa de internação a cada mil habitantes do município é de 43,4.

Total da População	202.456
Total de internações	8.786
Taxa de internação por 1.000 habitantes	43,4

Mais de 50% das internações ocorrem por três causas: gravidez, parto e puerpério (31,4%), neoplasias [tumores] (10,4%) e por lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (10,3%).

O sexo feminino representa 61,8% das internações e a faixa etária de 30 a 59 anos representa 37,8%.

Tabela 169: Sexo

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	5.432	61,8%
Masculino	3.354	38,2%
Total Geral	8.786	100,0%

Fonte: SIH, 2018.

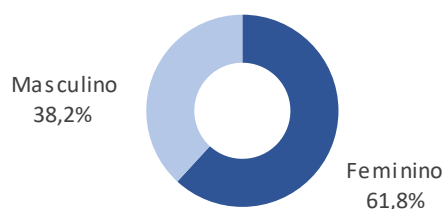
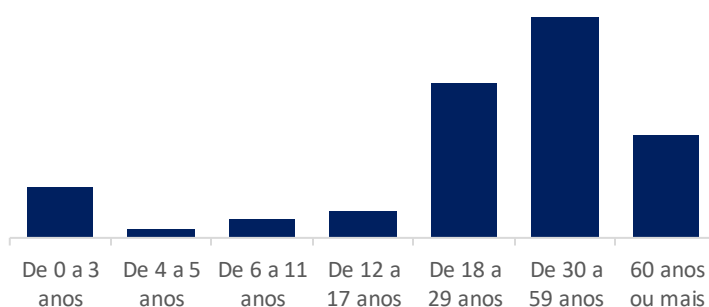


Tabela 170: Faixa etária

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	765	8,7%
De 4 a 5 anos	124	1,4%
De 6 a 11 anos	289	3,3%
De 12 a 17 anos	402	4,6%
De 18 a 29 anos	2.338	26,6%
De 30 a 59 anos	3.319	37,8%
60 anos ou mais	1.549	17,6%
Total Geral	8.786	100,0%

Fonte: SIH, 2018.



Ao considerar a análise acerca das doenças que ocasionaram a internação, tem-se as doenças do aparelho digestivo como a mais representativa com 7,3%, seguida das doenças relacionadas ao aparelho respiratório que representou 6,5% dos motivos de internação.

Tabela 171: Motivo das internações

Capítulo CID 10	Total de internações	(%)
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	2.759	31,4%
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	917	10,4%
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	906	10,3%
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	643	7,3%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	567	6,5%
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	438	5,0%
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	424	4,8%
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	343	3,9%
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	333	3,8%
Capítulo XVI - Algumas afecções originadas no período perinatal	267	3,0%
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	264	3,0%
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	221	2,5%
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	156	1,8%
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	137	1,6%
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	116	1,3%
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	112	1,3%
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	64	0,7%
Capítulo XVII - Malformações congênicas, deformidades e anomalias cromossômicas	64	0,7%
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	37	0,4%
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastoide	18	0,2%
Total Geral	8.786	100,0%

Fonte: SIH, 2018.

A seguir, será apresentado o perfil das internações por grupo social: criança, adolescente, mulher, homem e idoso.

- Criança**

A taxa de internação a cada mil crianças é de 31,4, sendo que 50% das internações ocorrem por afecções originadas no período perinatal (22,7%), doenças infecciosas e parasitárias (13,9%) e por doenças do aparelho respiratório (13,8%).

O sexo masculino representa 59,1% das internações e a faixa etária de 0 a 3 anos representa 64,9%.

População de crianças	37.548
Internação Criança	1.178
Taxa de internação por 1.000 habitantes	31,4

Tabela 172: Sexo das crianças

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	482	40,9%
Masculino	696	59,1%
Total Geral	1.178	100,0%

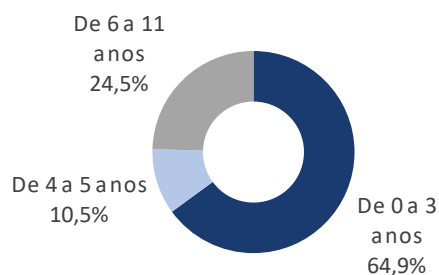
Fonte: SIH, 2018.



Tabela 173: Faixa etária das crianças

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	765	64,9%
De 4 a 5 anos	124	10,5%
De 6 a 11 anos	289	24,5%
Total Geral	1.178	100,0%

Fonte: SIH, 2018.

**Tabela 174: Motivo das internações de crianças**

Capítulo CID 10	Internação Criança	(%)
Capítulo XVI - Algumas afecções originadas no período perinatal	267	22,7%
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	164	13,9%
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	162	13,8%
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	110	9,3%
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	97	8,2%
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	88	7,5%
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	80	6,8%
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	59	5,0%
Capítulo XVII - Malformações congênicas, deformidades e anomalias cromossômicas	43	3,7%
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	30	2,5%
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	28	2,4%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	17	1,4%
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	13	1,1%
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	7	0,6%
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	7	0,6%
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastoide	2	0,2%
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	2	0,2%
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	1	0,1%
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	1	0,1%
Total Geral	1.178	100,0%

Fonte: SIH, 2018.

- **Adolescente**

A taxa de internação a cada mil adolescentes é de 18,7, quase 50% das internações ocorrem por gravidez, parto e puerpério (47,3%), seguida de Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (10,9%) e por doenças do aparelho digestivo (7,2%).

O sexo feminino representa 64,2% das internações na adolescência.

População de Adolescente	21.517
Internação Adolescente	402
Taxa de internação por 1.000 habitantes	18,7

Tabela 175: Sexo dos adolescentes

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	258	64,2%
Masculino	144	35,8%
Total Geral	402	100,0%

Fonte: SIH, 2018.

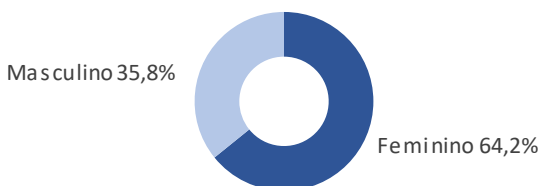


Tabela 176: Motivo das internações de adolescentes

Capítulo CID 10	Internação Adolescente	(%)
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	190	47,3%
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	44	10,9%
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	29	7,2%
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	19	4,7%
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	19	4,7%
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	18	4,5%
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	18	4,5%
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	18	4,5%
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	10	2,5%
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	8	2,0%
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	6	1,5%
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	5	1,2%
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	5	1,2%
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	4	1,0%
Capítulo XVII - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	3	0,7%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	2	0,5%
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	2	0,5%
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1	0,2%
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	1	0,2%
Total Geral	402	100,0%

Fonte: SIH, 2018.

- **Mulher**

A taxa de internação a cada mil mulheres é de 37,6, sendo que mais de 60% das internações ocorrem por gravidez, parto e puerpério (64,8%).

População de mulheres	105.461
Internações Mulher	3.964
Taxa de internação por 1.000 habitantes	37,6

Tabela 177: Motivo das internações de mulheres

Capítulo CID 10	Internações Mulher	(%)
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	2.568	64,8%
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	316	8,0%
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	204	5,1%
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	165	4,2%
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	131	3,3%
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	113	2,9%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	80	2,0%
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	64	1,6%
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	63	1,6%
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	57	1,4%
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	42	1,1%
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	41	1,0%
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	34	0,9%
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	29	0,7%
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	27	0,7%
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	14	0,4%
Capítulo XVII - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	10	0,3%
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	4	0,1%
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	2	0,1%
Total Geral	3.964	100,0%

Fonte: SIH, 2018.

Tabela 178: Faixa etária das mulheres

Faixa etária	Quant.	(%)
30 a 59 anos	2.050	51,7%
De 18 a 29 anos	1.914	48,3%
Total Geral	3.964	100,0%

Fonte: SIH, 2018.



- **Homem**

A taxa de internação a cada mil homens é de 17,5, sendo que 50% das internações ocorrem por lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (29,2%), transtornos mentais e comportamentais (11,1%) e por doenças do aparelho digestivo (10,5%). A faixa etária de 30 a 59 anos representa 75,0%.

População de homem	96.995
Internação Homem	1.693
Taxa de internação por 1.000 habitantes	17,5

Tabela 179: Motivo das internações de homens

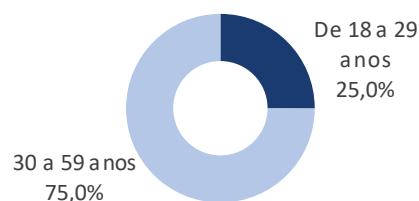
Capítulo CID 10	Internação Homem	(%)
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	495	29,2%
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	188	11,1%
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	177	10,5%
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	164	9,7%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	135	8,0%
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	121	7,1%
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	89	5,3%
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	71	4,2%
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	64	3,8%
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	59	3,5%
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	43	2,5%
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	31	1,8%
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	15	0,9%
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	13	0,8%
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	11	0,6%
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	7	0,4%
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	5	0,3%
Capítulo XVII - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	5	0,3%
Total Geral	1.693	100,0%

Fonte: SIH, 2018.

Tabela 180: Faixa etária dos homens

Faixa etária	Quant.	(%)
De 18 a 29 anos	424	25,0%
30 a 59 anos	1.269	75,0%
Total Geral	1.693	100,0%

Fonte: SIH, 2018.



- **Pessoa idosa**

A taxa de internação a cada mil idosos é de 106,2, e mais de 40% das internações ocorrem por neoplasias [tumores] (23,2%) e doenças do aparelho circulatório (21,5%).

O sexo masculino representa 53,0% das internações entre os idosos.

População de idoso	14.588
Internações Idoso	1.549
Taxa de internação por 1.000 habitantes	106,2

Tabela 181: Motivo das internações de idosos

Capítulo CID 10	Internações Idoso	(%)
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	359	23,2%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	333	21,5%
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	174	11,2%
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	136	8,8%
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	104	6,7%
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	73	4,7%
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	71	4,6%
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	60	3,9%
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	58	3,7%
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	53	3,4%
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	46	3,0%
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	18	1,2%
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	18	1,2%
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	14	0,9%
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	14	0,9%
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	13	0,8%
Capítulo XVII - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	3	0,2%
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	2	0,1%
Total Geral	1.549	100,0%

Fonte: SIH, 2018.

Tabela 182: Sexo dos idosos

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	728	47,0%
Masculino	821	53,0%
Total Geral	1.549	100,0%

Fonte: SIH, 2018.



12.3 POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

No que tange sobre a política nacional sobre a saúde mental, álcool e outras drogas, essa política compreende ações estratégias e diretrizes voltadas para a assistência e atendimento de pessoas com necessidade de tratamento e cuidados específicos em saúde mental, abrangendo distúrbios mentais - como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar, transtorno obsessivo-compulsivo - e transtornos devido ao uso e dependência de substâncias psicoativas como álcool e outras drogas.

Tal política preconiza a assistência segura, eficaz e humanizada aos indivíduos que dela necessitem, com base na integração e participação social, no fortalecimento da autonomia, e no protagonismo do indivíduo, por meio do atendimento em pontos de atenção formados a partir da Rede de Atenção Psicossocial.

Quanto aos dados coletados sobre o perfil da população e os atendimentos, temos:

Entre os atendidos 26,1% não tinham informação de sexo, e dos que tinham 42,4% eram do sexo feminino.

Tabela 183: Sexo das pessoas atendidas no CAPS

Sexo	Quant.	(%)	
Feminino	490	42,4%	
Masculino	363	31,4%	
Não informado	302	26,1%	
Total Geral	1.155	100,0%	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2018.

Do total atendidos, 26,1% estão no CAPS Infante Juvenil, ou seja, são crianças, adolescentes ou jovens.

Tabela 184: Total de atendidos por CAPS

Região Geográfica	Quant.	(%)	
CAPS II	853	73,9%	
CAPS INFANTE-JUVENIL	302	26,1%	
Total Geral	1.155	100,0%	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2018.

- **Internações em decorrência do uso de álcool ou drogas**

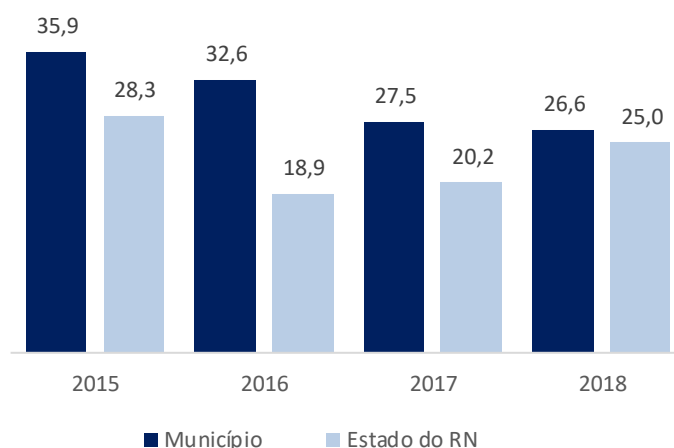
Comparando a taxa total de internamentos por álcool e droga, percebe-se que o município tem uma taxa maior que a do estado. Porém também se percebe que a taxa do município vem decrescendo, saindo de 35,9 internamentos por 100 mil habitantes em 2015 para 25,0.

Tabela 185: Histórico de internações no município de álcool e drogas (F10 e F19 no CID 10)

Ano	Município	Projeção populacional	Taxa por 100.000 habitantes
2015	87	242.384	35,9
2016	81	248.623	32,6
2017	70	254.709	27,5
2018	68	255.793	26,6

Ano	Estado do RN	Projeção populacional	Taxa por 100.000 habitantes
2015	973	3.442.175	28,3
2016	657	3.474.998	18,9
2017	710	3.507.003	20,2
2018	871	3.479.010	25,0

Fonte: SIH.



O histórico de internamento de álcool e drogas saiu de 87 casos em 2015 para 68 casos em 2018. O Sexo masculino representava em 2015 um total de 72,4% dos casos de internação, e em 2019 esse percentual subiu para 97,1%.

12.4 INDICADORES POR TERRITÓRIO DA SAÚDE

Alguns indicadores já foram apresentados anteriormente referente as demandas da saúde. A seguir, serão apresentados os resultados por território considerando o total de famílias e pessoas residentes em cada região, de modo a visualizar quais destas apresentam as maiores taxas de atendimento e demandas sociais.

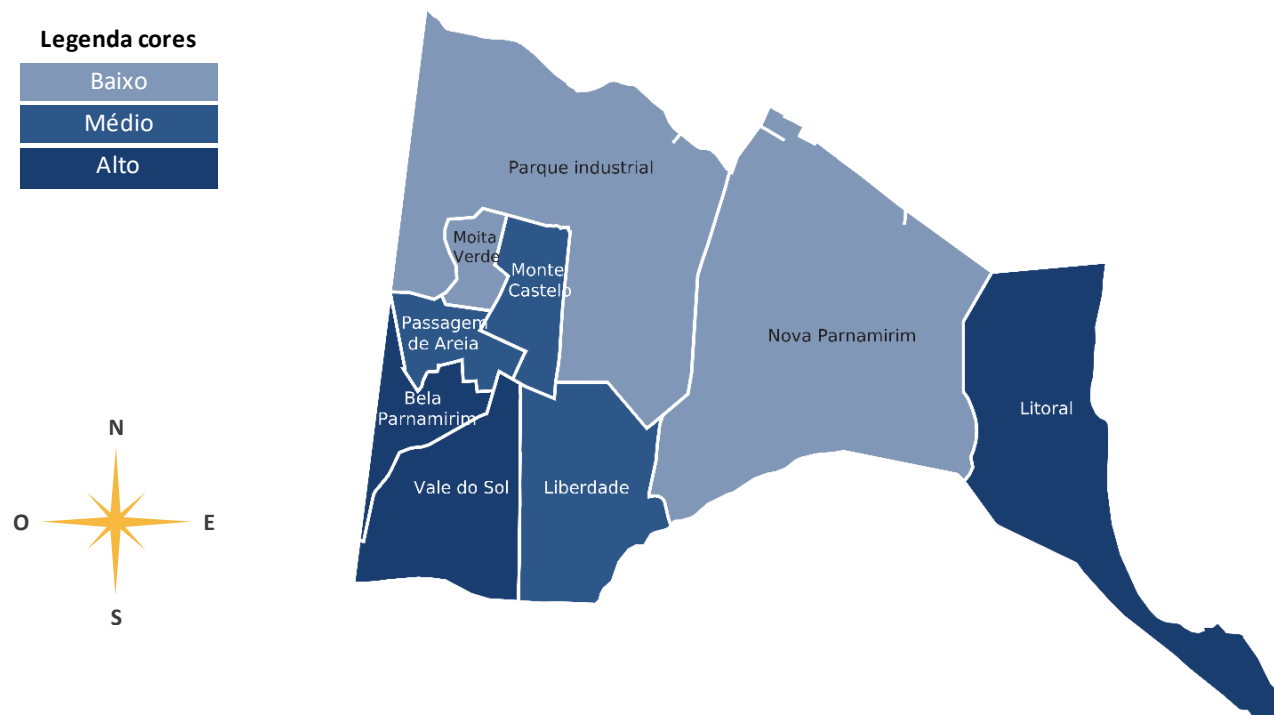
12.4.1 Taxa de natalidade

A taxa de natalidade no município é de 19,4 nascidos vivos a cada mil habitantes. A maior taxa está na Região Geográfica Vale do Sol, com 23,1 nascidos vivos a cada mil habitantes e a menor taxa na Região Geográfica de Nova Parnamirim 6,0. A diferença é de 2,8 vezes.

Tabela 186: Taxa de Natalidade

Regiões	Nascidos Vivos	População Total	Taxa	Menor Valor	Nova Parnamirim	6,0
				Média	Município	19,4
				Maior Valor	Vale do Sol	23,1
Nova Parnamirim	322	53.730	6,0	Diferença: 2,8 vezes É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões		
Parque Industrial	189	24.984	7,6			
Moita Verde	77	7.537	10,2			
Liberdade	314	22.534	13,9			
Monte Castelo	285	19.457	14,6			
Passagem de Areia	433	24.344	17,8			
Bela Parnamirim	488	26.883	18,2			
Litoral	138	6.730	20,5			
Vale do Sol	375	16.257	23,1			
Não informado	1.316	-	-			
Município	3.937	202.456	19,4			

Fonte: SINASC, 2018.



12.4.2 Percentual de baixo peso ao nascer

No indicador de percentual de baixo peso ao nascer, do total de 3.937 nascidos vivos, 353 nasceram com baixo peso o que representa uma média no município de 9%. A diferença entre a Região Geográfica Moita Verde com o menor 5,2% e a Região Geográfica Nova Parnamirim com o maior valor 10,2% a diferença é de 1 vezes.

Tabela 187: Percentual de Baixo Peso ao Nascer

Regiões	Baixo Peso	Nascidos Vivos	%
Moita Verde	4	77	5,2%
Litoral	9	138	6,5%
Monte Castelo	20	285	7,0%
Liberdade	29	314	9,2%
Bela Parnamirim	46	488	9,4%
Passagem de Areia	43	433	9,9%
Parque Industrial	19	189	10,1%
Vale do Sol	38	375	10,1%
Nova Parnamirim	33	322	10,2%
Não informado	112	1.316	-
Município	353	3.937	9,0%

Menor Valor

Média

Maior Valor

Moita Verde

5,2%

Município

9,0%

Nova Parnamirim

10,2%

Diferença:

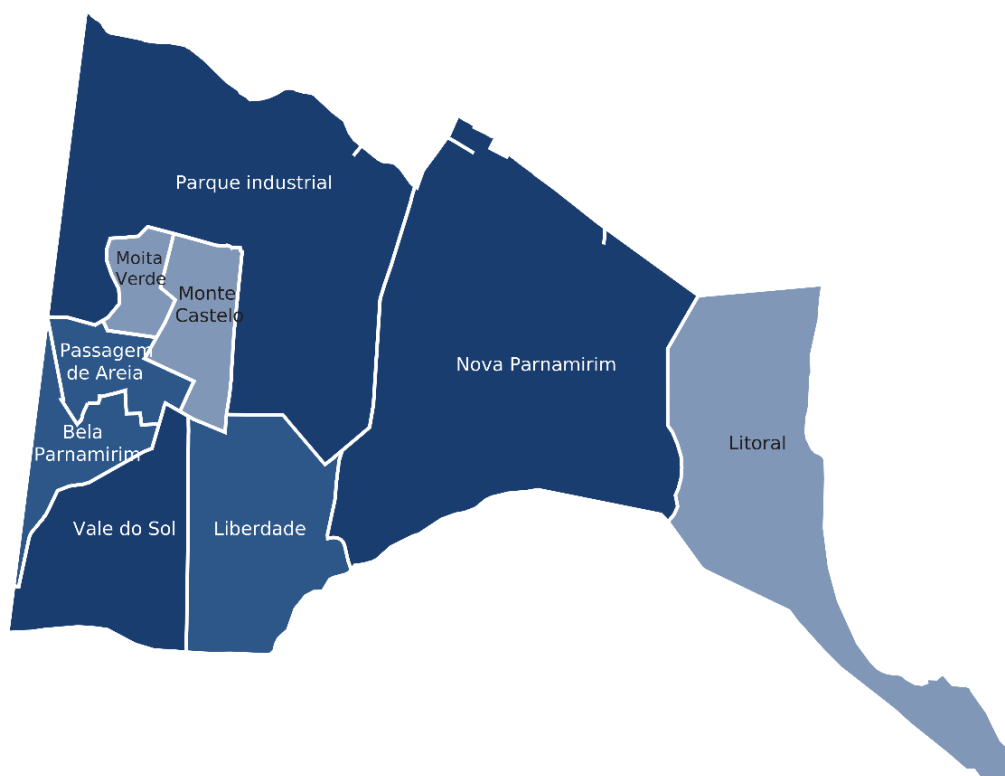
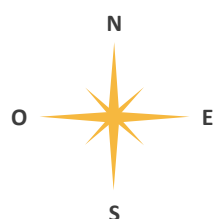
1 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SINASC

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



12.4.3 Percentual de gestante com pré-natal insuficiente

Do total de 3.937 nascidos vivos, temos que 1.265 nasceram com pré-natal insuficiente, o que representa 32,1% do total, sendo o menor valor na Região Geográfica Parque Industrial com 29,1% e o maior valor na Região Geográfica Vale do Sol com 46,1%.

Tabela 188: Percentual de Gestante com Pré-Natal Insuficiente

Regiões	Pré-natal Insuficiente	Nascidos Vivos	%
Parque Industrial	55	189	29,1%
Moita Verde	24	77	31,2%
Monte Castelo	94	285	33%
Passagem de Areia	145	433	33,5%
Liberdade	113	314	36%
Litoral	52	138	37,7%
Bela Parnamirim	187	488	38,3%
Nova Parnamirim	131	322	40,7%
Vale do Sol	173	375	46,1%
Não informado	291	1.316	-
Município	1.265	3.937	32,1%

Menor Valor	Parque Industrial	29,1%
Média	Município	32,1%
Maior Valor	Vale do Sol	46,1%

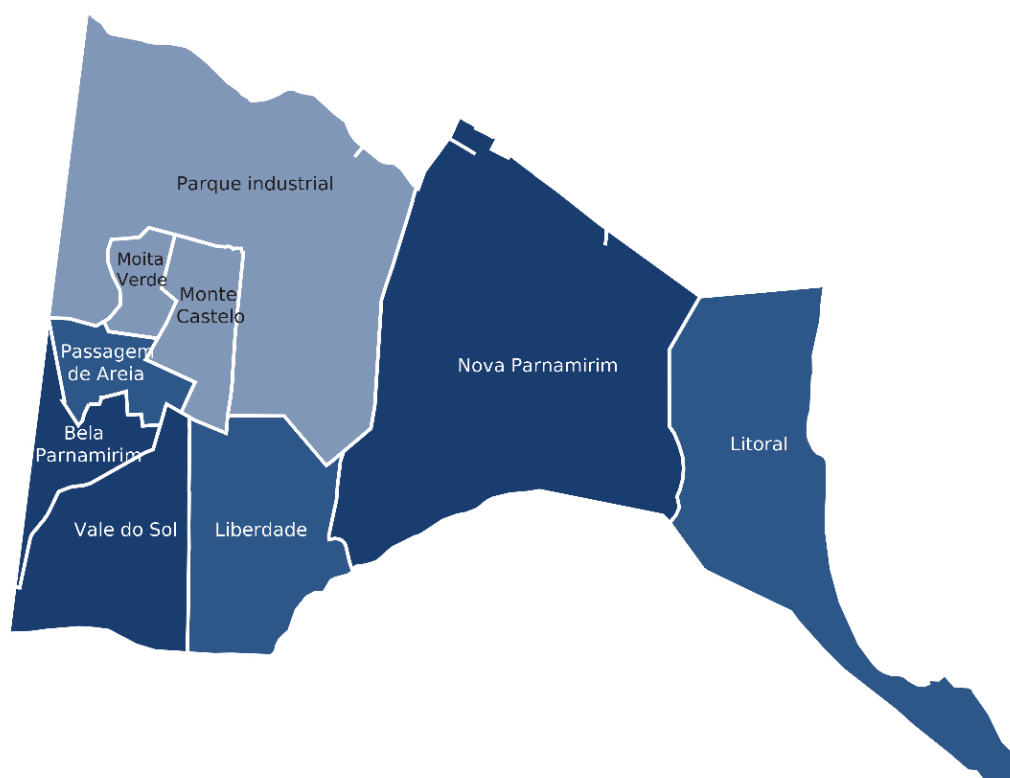
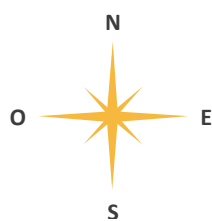
**Diferença:
0,6 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SINASC, 2018.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



12.4.4 Percentual de gravidez na adolescência

Foram registrados 439 casos de gravidez na adolescência (segundo critério da OMS) na faixa etária da população feminina de 10 a 19 anos.

Tabela 189: Percentual de Gravidez na Adolescência

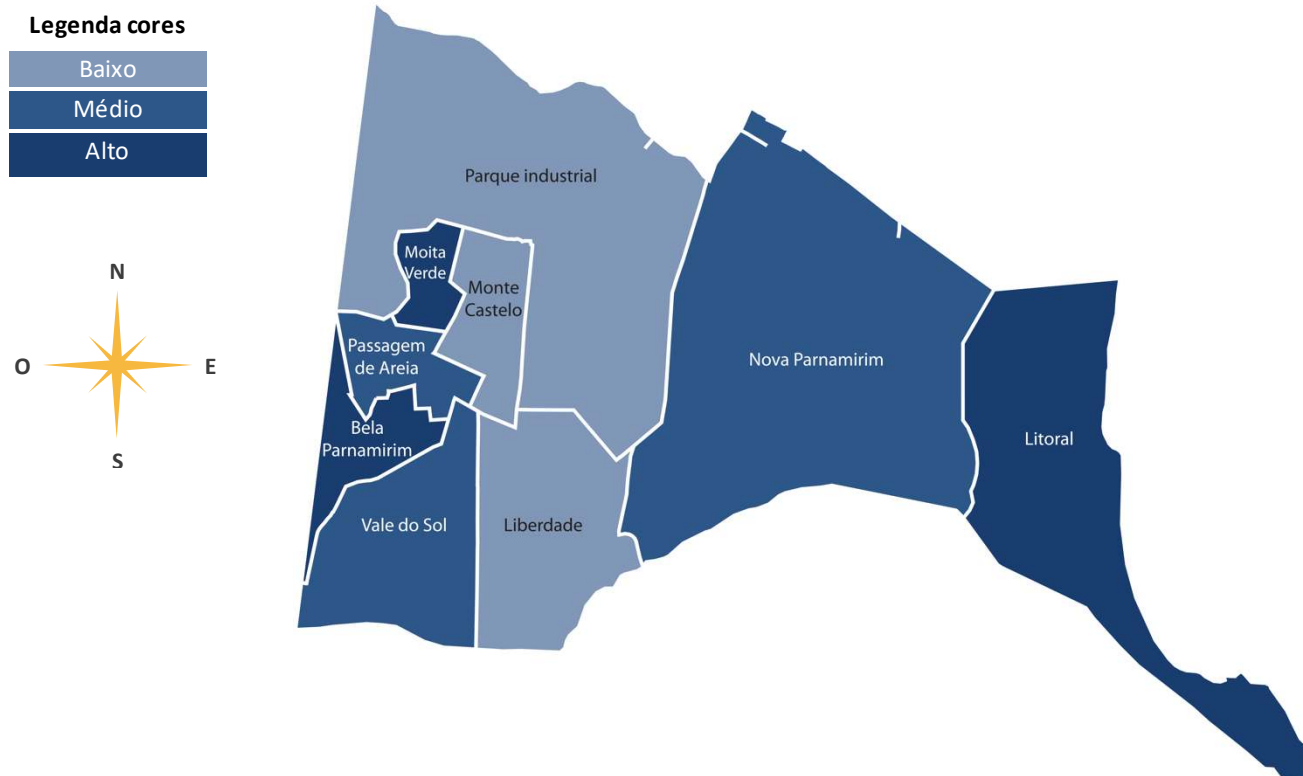
Regiões	Grávidas Adolescentes (10 a 19 anos)	Nascidos Vivos	%
Liberdade	37	314	11,8%
Parque Industrial	23	189	12,2%
Monte Castelo	43	285	15,1%
Vale do Sol	60	375	16%
Nova Parnamirim	53	322	16,5%
Passagem de Areia	75	433	17,3%
Litoral	24	138	17,4%
Bela Parnamirim	88	488	18%
Moita Verde	15	77	19,5%
Não informado	21	1.316	-
Município	439	3.937	11,2%

Menor Valor	Liberdade	11,8%
Média	Município	11,2%
Maior Valor	Moita Verde	19,5%

**Diferença:
0,7 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SINASC, 2018.



12.4.5 Percentual de nascidos vivos com anomalias congêntas

No indicador de nascidos vivos com anomalias congêntas, do total de 3.937 nascidos vivos, foram registrados 46 casos de nascidos vivos com anomalia congênita. A média no município é de 1,2%. O maior valor encontra-se na Região Geográfica de Nova Parnamirim com 2,5%.

Tabela 190: Percentual de Nascidos Vivos com Anomalias Congêntas

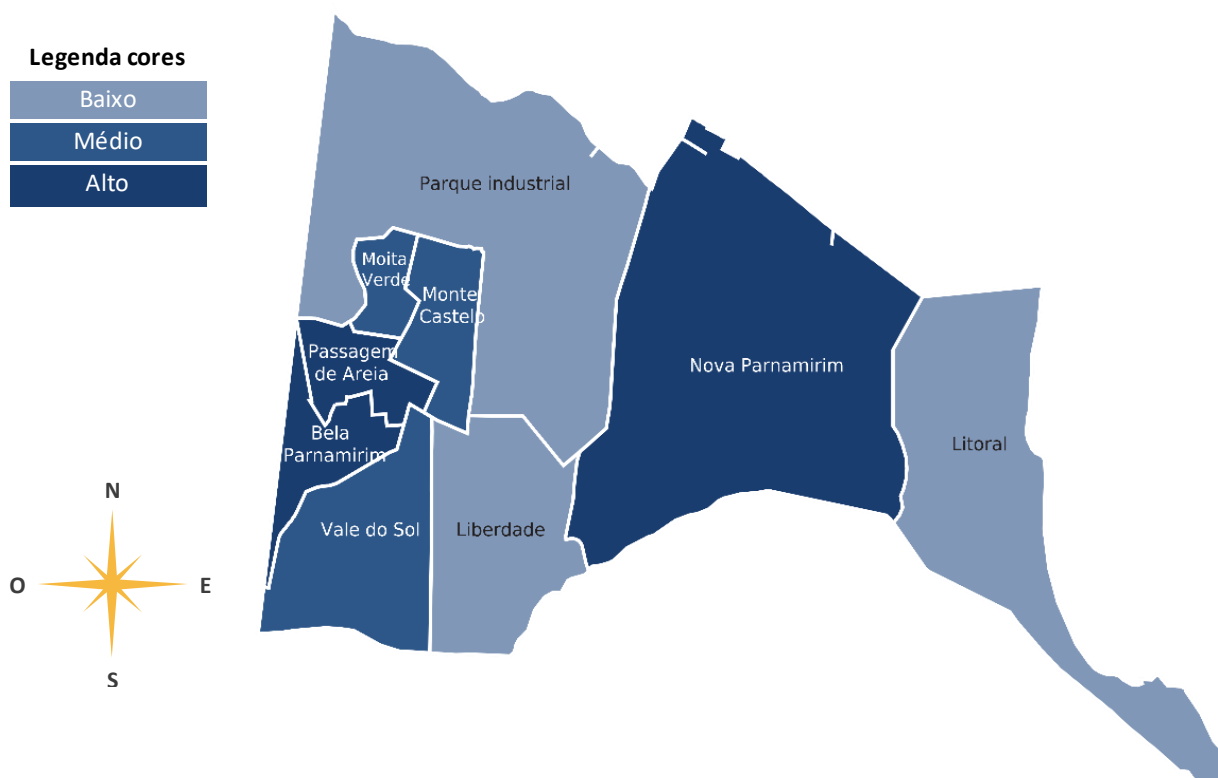
Regiões	Obs. Anomalia Congênita	Nascidos Vivos	%
Parque Industrial	1	189	0,5%
Litoral	1	138	0,7%
Liberdade	3	314	1%
Monte Castelo	3	285	1,1%
Moita Verde	1	77	1,3%
Vale do Sol	5	375	1,3%
Bela Parnamirim	8	488	1,6%
Passagem de Areia	8	433	1,8%
Nova Parnamirim	8	322	2,5%
Não informado	8	1.316	-
Município	46	3.937	1,2%

Menor Valor	Parque Industrial	0,5%
Média	Município	1,2%
Maior Valor	Nova Parnamirim	2,5%

**Diferença:
4,0 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SINASC, 2018.



12.4.6 Taxa de mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil teve uma média de 12,4 óbitos a cada mil crianças e adolescentes. O maior valor encontra-se na Região Geográfica Passagem de Areia com 18,5.

Tabela 191: Taxa de Mortalidade Infantil

Regiões	Óbitos de menores de 1 ano	Nascidos Vivos	Taxa
Moita Verde	0	77	0
Monte Castelo	1	285	3,5
Bela Parnamirim	2	488	4,1
Litoral	1	138	7,2
Parque Industrial	2	189	10,6
Liberdade	4	314	12,7
Vale do Sol	5	375	13,3
Nova Parnamirim	5	322	15,5
Passagem de Areia	8	433	18,5
Não informado	21	1.316	-
Município	49	3.937	12,4

Menor Valor

Média

Maior Valor

Monte Castelo	3,5
Município	12,4
Passagem de Areia	18,5

**Diferença:
4,3 vezes**

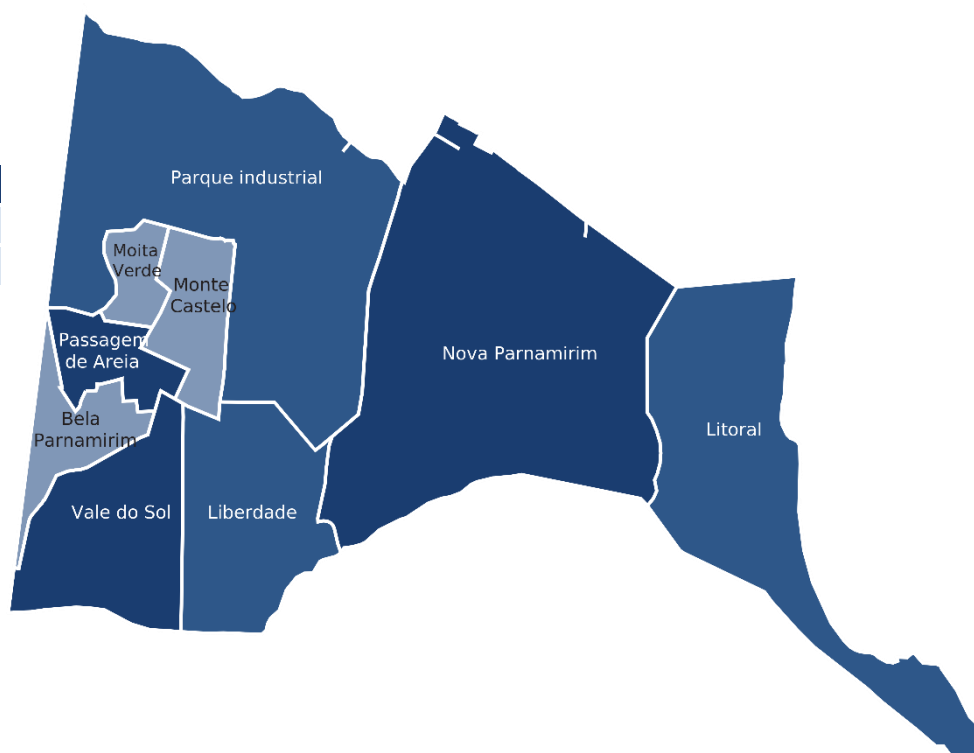
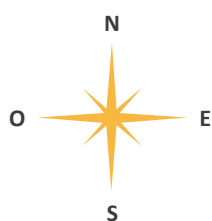
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SIM, 2018.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto

Mortalidade Infantil	
Brasil	11,8
RN	12,3



12.4.7 Taxa de mortalidade infantil neonatal tardia

Com relação à taxa de mortalidade infantil neonatal tardia, no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM). Liberdade possui 6,4, o maior valor, já Passagem de Areia tem o menor, 2,3, enquanto a média do município é 3,3. A diferença entre o maior e o menor valor para o município é 1,8, o que resulta em uma desigualdade entre as regiões pequena

Tabela 192: Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal Tardia

Regiões	Óbitos de menores 7 a 27 dias de vida	Nascidos Vivos	Taxa
Litoral	0	138	0
Bela Parnamirim	0	488	0
Moita Verde	0	77	0
Passagem de Areia	1	433	2,3
Nova Parnamirim	1	322	3,1
Monte Castelo	1	285	3,5
Parque Industrial	1	189	5,3
Vale do Sol	2	375	5,3
Liberdade	2	314	6,4
Não informado	5	1.316	-
Município	13	3.937	3,3

Menor Valor	Passagem de Areia	2,3
Média	Município	3,3
Maior Valor	Liberdade	6,4

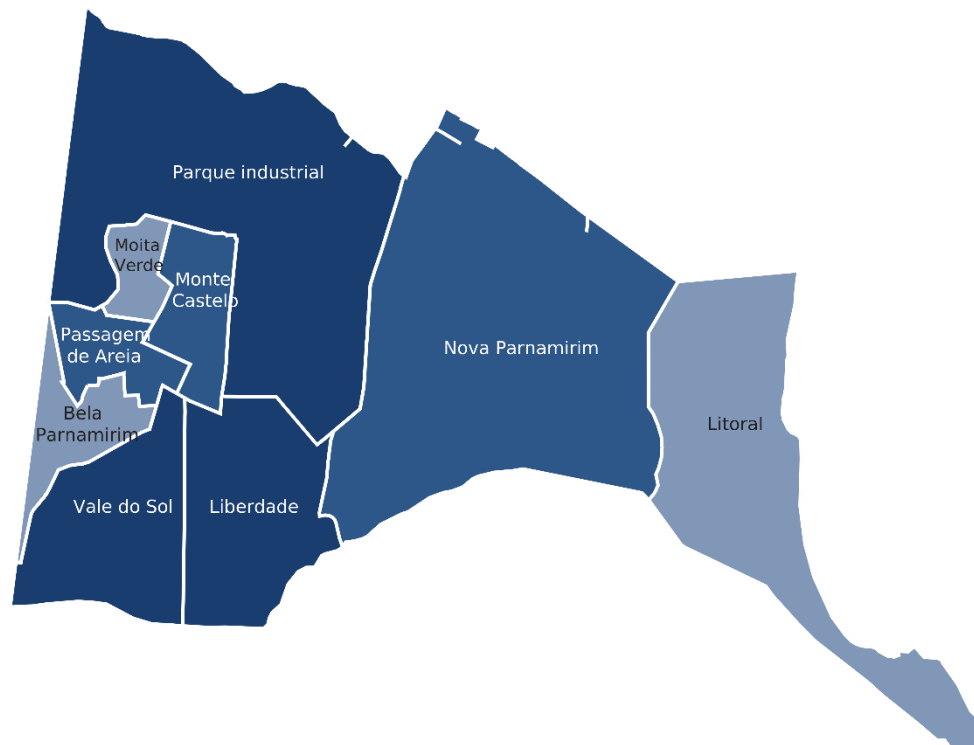
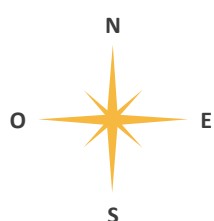
**Diferença:
1,8 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SIM, 2018.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



12.4.8 Taxa de mortalidade infantil neonatal precoce

Com relação à taxa de mortalidade infantil neonatal precoce, no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM). Vale do Sol possui 8, o maior valor, já Bela Parnamirim tem o menor, 2, enquanto a média do município é 5,3. A diferença entre o maior e o menor valor para o município é 3, considerada uma desigualdade relativamente grande

Tabela 193: Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal Precoce

Regiões	Óbitos de menores 6 dias de vida	Nascidos Vivos	Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal Precoce
Moita Verde	0	77	0,0
Monte Castelo	0	285	0,0
Bela Parnamirim	1	488	2,0
Nova Parnamirim	1	322	3,1
Passagem de Areia	2	433	4,6
Parque Industrial	1	189	5,3
Liberdade	2	314	6,4
Litoral	1	138	7,2
Vale do Sol	3	375	8,0
Não informado	10	1.316	-
Município	21	3.937	5,3

Menor Valor	Bela Parnamirim	2,0
Média	Município	5,3
Maior Valor	Vale do Sol	8,0

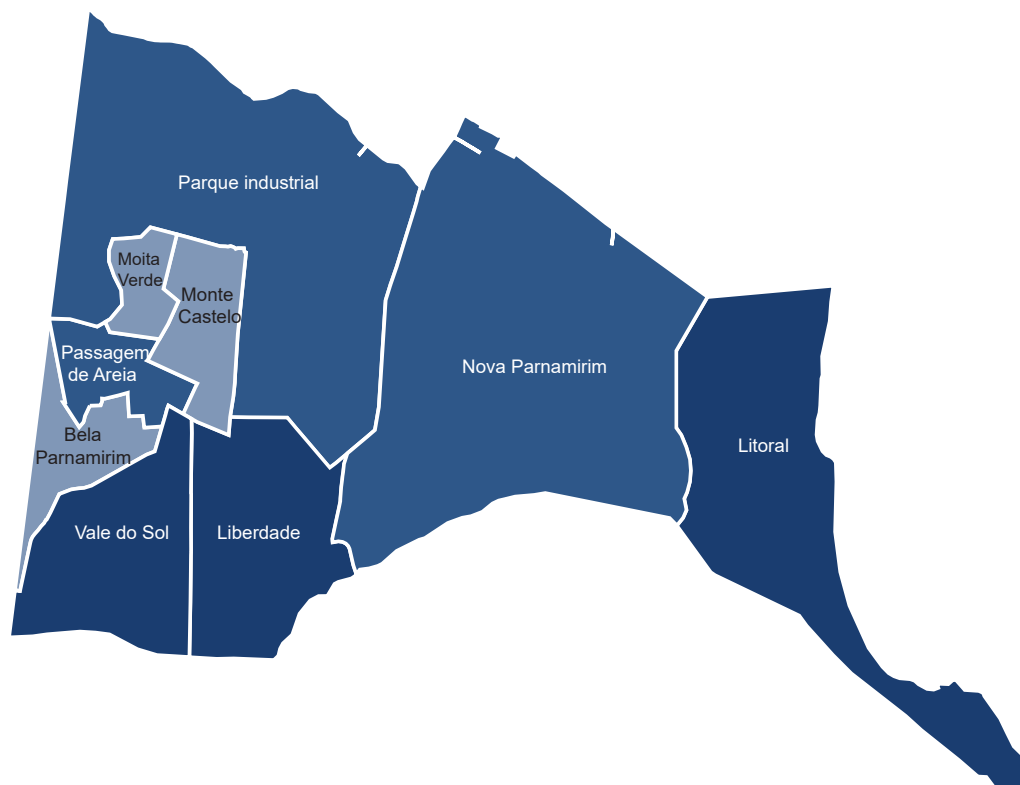
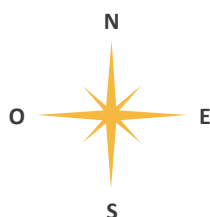
**Diferença:
3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte:SIM,2018.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



12.4.9 Taxa de mortalidade na adolescência

A taxa de mortalidade na adolescência foi de 1,1 óbitos a cada mil adolescentes. O município registrou o maior valor na Região Geográfica Litoral com 4,0.

Tabela 194: Taxa de Mortalidade na Adolescência

Regiões	Óbitos de 12 a 17 anos	População de 12 a 17 anos	Taxa
Parque Industrial	0	2.527	0,0
Passagem de Areia	0	2.879	0,0
Liberdade	0	2.448	0,0
Vale do Sol	1	1.766	0,6
Nova Parnamirim	3	4.761	0,6
Monte Castelo	2	2.171	0,9
Bela Parnamirim	5	3.363	1,5
Moita Verde	2	849	2,4
Litoral	3	753	4,0
Não informado	8	-	-
Município	24	21.517	1,1

Menor Valor	Vale do Sol	0,6
Média	Município	1,1
Maior Valor	Litoral	4,0

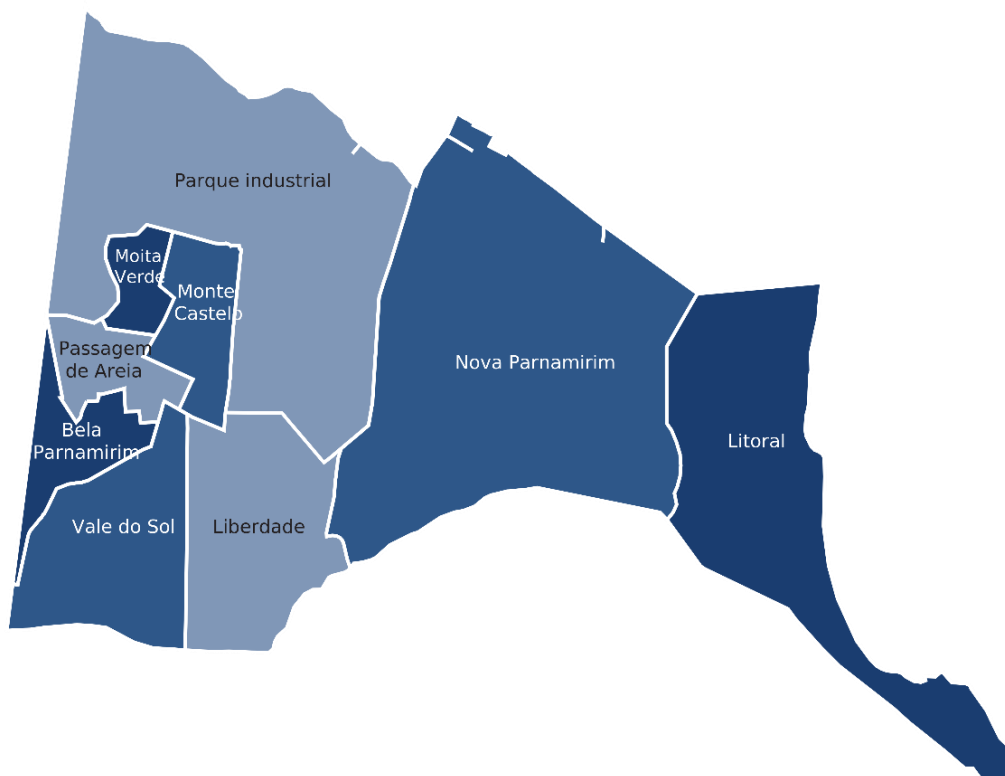
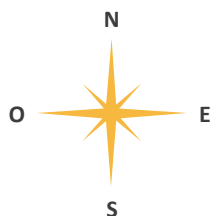
**Diferença:
5,6 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SIM, 2018.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



12.4.10 Taxa de mortalidade por causas externas

Do total da população foram registrados 174 óbitos sofridos por causas externas, representando uma taxa de 0,9 no município, cujo maior valor se encontra na Região Geográfica Litoral com 1,0.

Tabela 195: Taxa de mortalidade por causas externas

Regiões	Óbitos por causas externas	População Total	Taxa
Parque Industrial	7	24.984	0,3
Nova Parnamirim	20	53.730	0,4
Liberdade	12	22.534	0,5
Vale do Sol	10	16.257	0,6
Moita Verde	5	7.537	0,7
Passagem de Areia	18	24.344	0,7
Monte Castelo	18	19.457	0,9
Bela Parnamirim	25	26.883	0,9
Litoral	7	6.730	1,0
Não informado	52	-	-
Município	174	202.456	0,9

Menor Valor	Parque Industrial	0,3
Média	Município	0,9
Maior Valor	Litoral	1,0

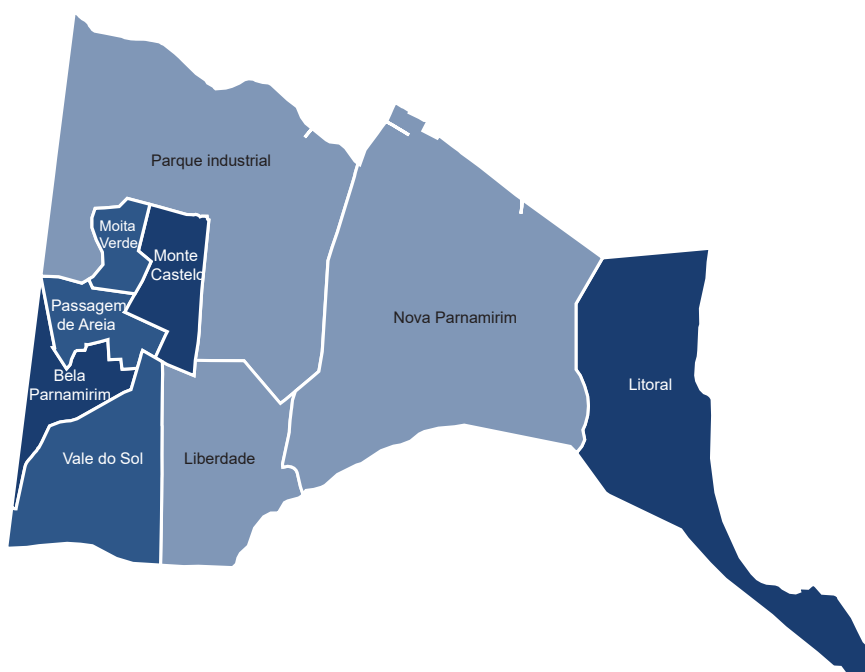
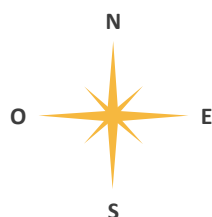
**Diferença:
2,3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte:SIM, 2018.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



12.4.11: Taxa de mortalidade na juventude

A taxa de mortalidade de na juventude foi de 1,9 óbitos a cada mil jovens. O maior valor se apresenta na Região Geográfica Bela Parnamirim com 2,7.

Tabela 196: Taxa de Mortalidade na Juventude

Regiões	Óbitos de 18 a 29 anos	População de 18 a 29 anos	Taxa
Nova Parnamirim	7	13.596	0,5
Parque Industrial	3	5.648	0,5
Moita Verde	1	1.618	0,6
Vale do Sol	3	3.869	0,8
Liberdade	7	5.263	1,3
Monte Castelo	8	4.605	1,7
Passagem de Areia	11	5.794	1,9
Litoral	3	1.457	2,1
Bela Parnamirim	17	6.245	2,7
Não informado	30	-	-
Município	90	48.095	1,9

Menor Valor	Nova Parnamirim	0,5
Média	Município	1,9
Maior Valor	Bela Parnamirim	2,7

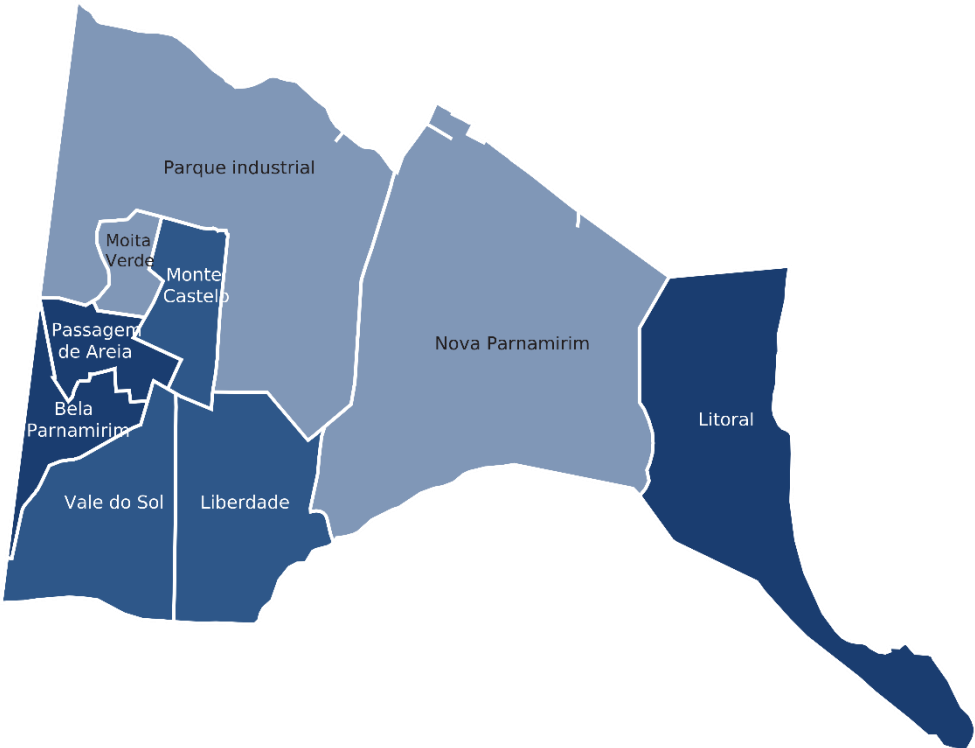
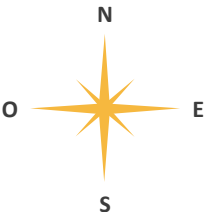
Diferença:
4,4 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte:SIM

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



12.4.12 Taxa de mortalidade de adultos

A taxa de mortalidade na faixa etária de 30 a 59 anos foi de 3,4 a cada mil adultos. O maior valor se apresenta na Região Geográfica Vale do Sol com 26 casos que representou uma taxa de 4,3 a cada mil habitantes da região.

Tabela 197: Taxa de Mortalidade de Adultos

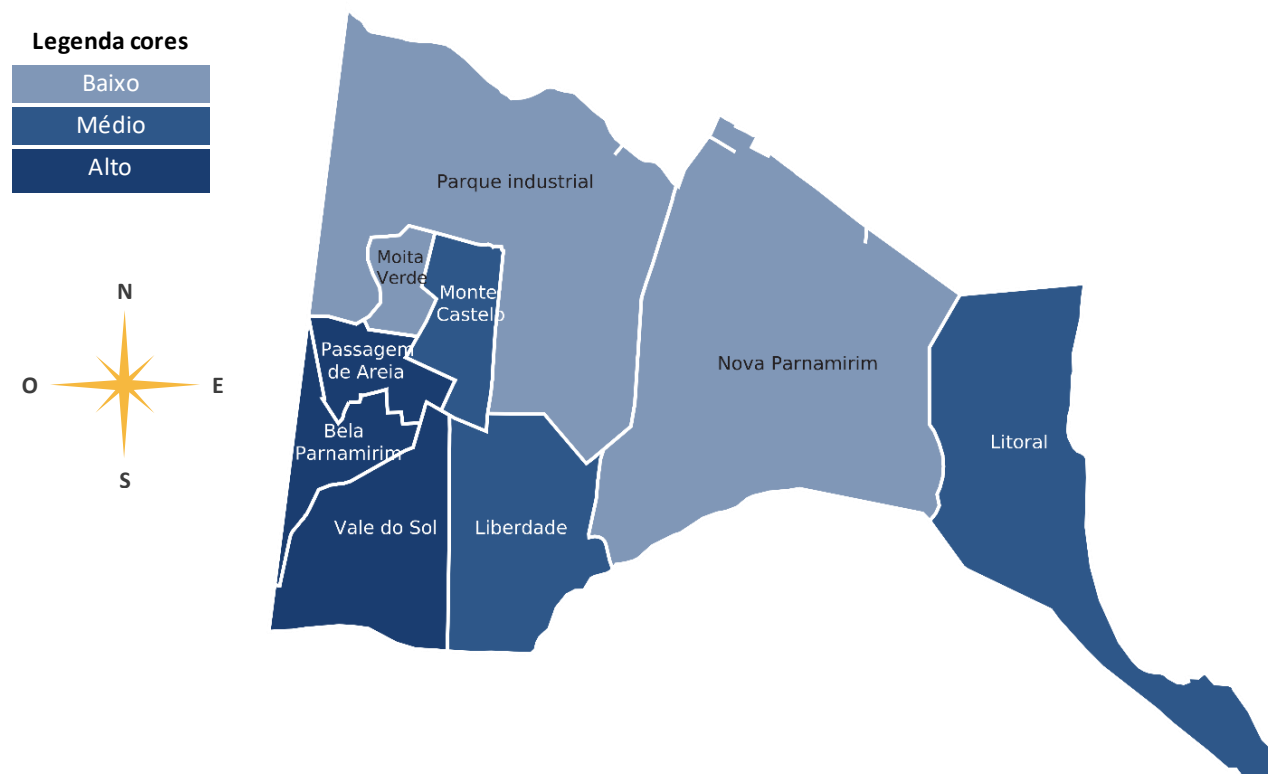
Regiões	Óbitos de 30 a 59 anos	População de 30 a 59 anos	Taxa
Nova Parnamirim	24	23.257	1,0
Moita Verde	4	2.980	1,3
Parque Industrial	15	10.624	1,4
Liberdade	15	8.829	1,7
Litoral	5	2.550	2,0
Monte Castelo	15	7.460	2,0
Passagem de Areia	22	8.954	2,5
Bela Parnamirim	25	9.870	2,5
Vale do Sol	26	6.058	4,3
Não informado	126	-	-
Município	277	80.582	3,4

Menor Valor	Nova Parnamirim	1,0
Média	Município	3,4
Maior Valor	Vale do Sol	4,3

**Diferença:
3,3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte:SIM



12.4.13 Taxa de mortalidade de idosos

A taxa de mortalidade da população de 60 anos ou mais foi de 45,3 óbitos a cada mil idosos. O maior valor se encontra na Região Geográfica Vale do Sol com 44 casos a cada mil idosos residentes na região.

Tabela 198: Taxa de mortalidade de idosos

Regiões	Óbitos de 60 anos ou mais	População de 60 anos ou mais	Taxa
Nova Parnamirim	46	3.810	12,1
Parque Industrial	24	1.660	14,5
Litoral	11	553	19,9
Monte Castelo	45	1.720	26,2
Liberdade	49	1.708	28,7
Passagem de Areia	52	1.725	30,1
Moita Verde	14	430	32,6
Bela Parnamirim	57	1.693	33,7
Vale do Sol	44	1.289	34,1
Não informado	319	-	-
Município	661	14.588	45,3

Menor Valor	Nova Parnamirim	12,1
Média	Município	45,3
Maior Valor	Vale do Sol	34,1

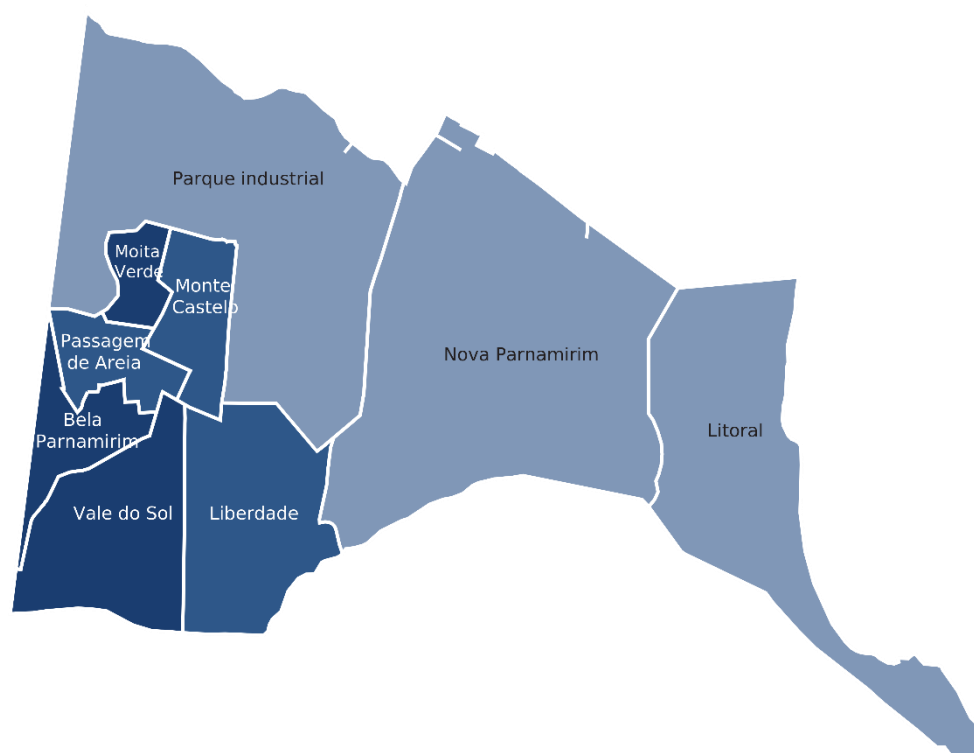
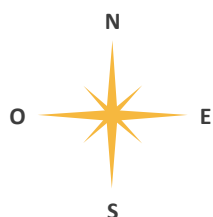
Diferença:
1,8 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SIM, 2018.

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



12.4.14 Pessoas Atendidas no Centro de Atendimento Psicossocial

A cada mil habitantes 5,7 são atendidos no CAPS. A Região Geográfica com a maior taxa é a Litoral, com 13,7 atendidos a cada mil residentes da Região Geográfica. A diferença entre a Região Geográfica Nova Parnamirim com a menor taxa (0,2) é a Região Geográfica Litoral, chega a mais de 67 vezes (67,5).

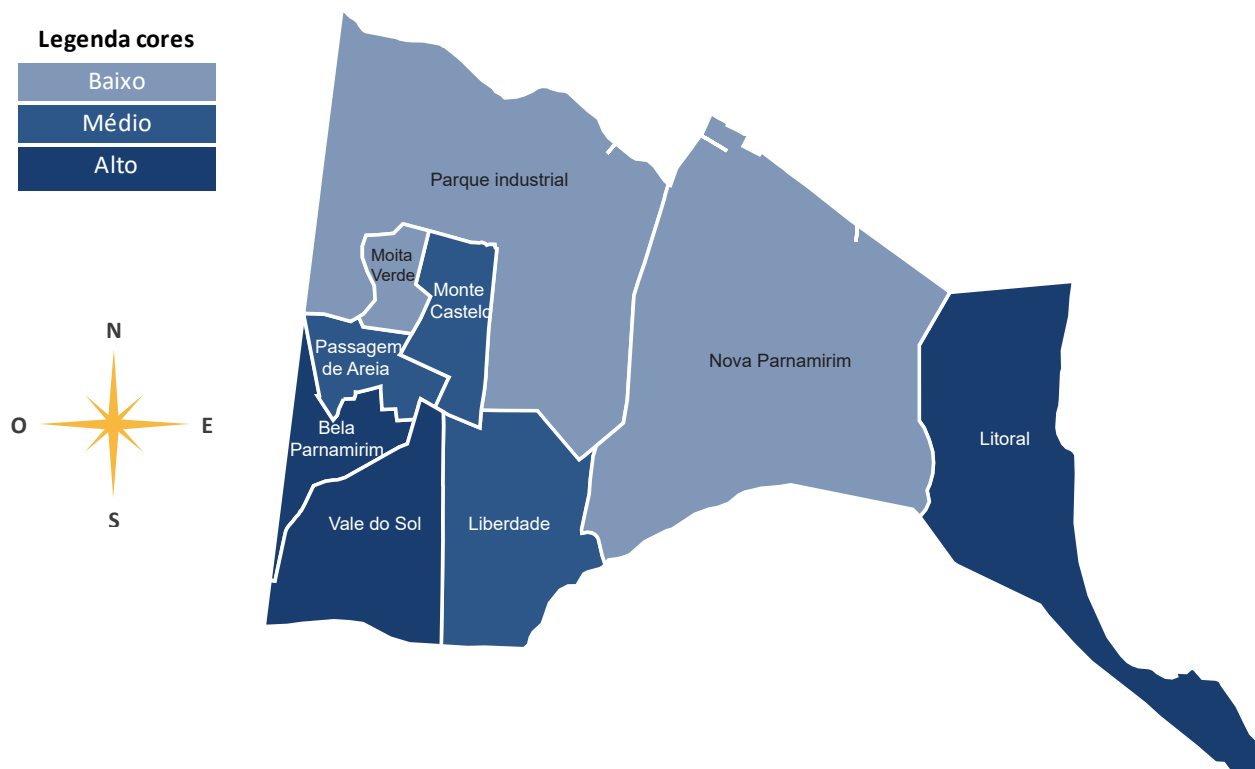
Tabela 199: Indicador de atendimento do CAPS na população geral

Região	Total da População	Atendidos	Taxa	Menor Valor	Nova Parnamirim	0,2
				Média	Município	5,7
				Maior Valor	Litoral	13,7
Nova Parnamirim	53.730	10	0,2			
Parque Industrial	24.984	51	2,0			
Moita Verde	7.537	26	3,4			
Liberdade	22.534	90	4,0			
Monte Castelo	19.457	131	6,7			
Passagem de Areia	24.344	248	10,2			
Bela Parnamirim	26.883	301	11,2			
Vale do Sol	16.257	188	11,6			
Litoral	6.730	92	13,7			
Não informado	-	18	-			
Município	202.456	1.155	5,7			

Diferença:
67,5 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: SEMAS, 2018



12.5 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES POR TERRITÓRIO DA SAÚDE

Tabela 200: Mapa social dos indicadores da Saúde

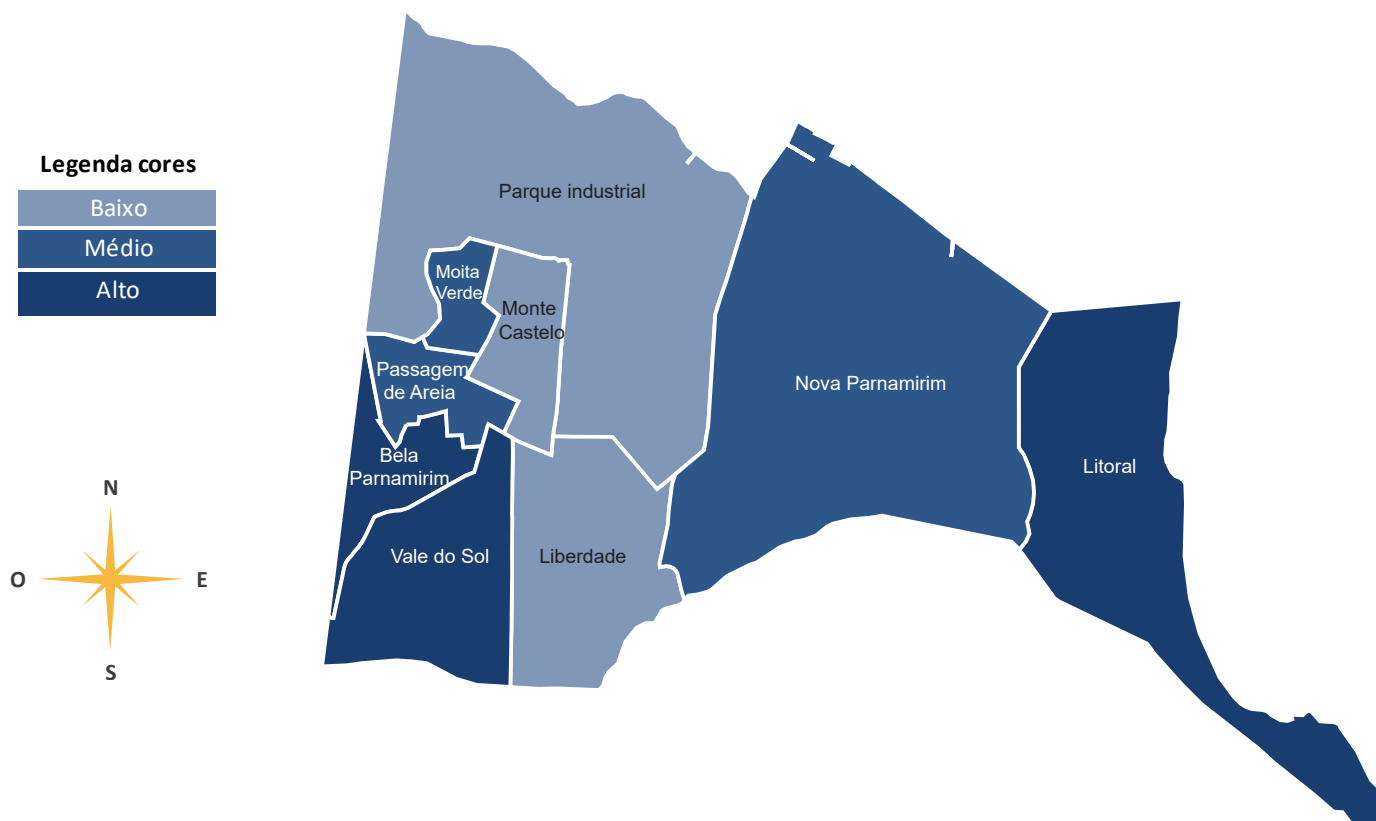
		Percentual de baixo peso ao nascer	Percentual de gestante com pré-natal insuficiente	Percentual de gravidez na adolescência	Percentual de nascidos vivos com anomalias congênitas	Taxa de mortalidade infantil	Taxa de mortalidade infantil neonatal tardia	Taxa de mortalidade infantil neonatal precoce	Taxa de mortalidade na adolescência	Taxa de mortalidade por causas externas	Taxa de mortalidade na juventude	Taxa de mortalidade de adultos	Taxa de mortalidade de idosos	Pessoas Atendidas no Centro de Atendimento Psicossocial	Total
	Região / Parâmetro	>10,10	>38,30	>17,40	>1,60	>13,30	>5,30	>7,20	>1,50	>0,90	>1,90	>2,50	>32,60	>11,20	
	Monte Castelo	7,00%	33,00%	15,10%	1,10%	3,5	3,5	0	0,9	0,9	1,7	2	26,2	6,7	1
	Parque Industrial	10,10%	29,10%	12,20%	0,50%	10,6	5,3	5,3	0	0,3	0,5	1,4	14,5	2	2
	Liberdade	9,20%	36,00%	11,80%	1,00%	12,7	6,4	6,4	0	0,5	1,3	1,7	28,7	4	2
	Moita Verde	5,20%	31,20%	19,50%	1,30%	0	0	0	2,4	0,7	0,6	1,3	32,6	3,4	3
	Nova Parnamirim	10,20%	40,70%	16,50%	2,50%	15,5	3,1	3,1	0,6	0,4	0,5	1	12,1	0,2	4
	Passagem de Areia	9,90%	33,50%	17,30%	1,80%	18,5	2,3	4,6	0	0,7	1,9	2,5	30,1	10,2	4
	Litoral	6,50%	37,70%	17,40%	0,70%	7,2	0	7,2	4	1	2,1	2	19,9	13,7	6
	Vale do Sol	10,10%	46,10%	16,00%	1,30%	13,3	5,3	8	0,6	0,6	0,8	4,3	34,1	11,6	8
	Bela Parnamirim	9,40%	38,30%	18,00%	1,60%	4,1	0	2	1,5	0,9	2,7	2,5	33,7	11,2	9
	Média do Município	9,00%	32,10%	11,20%	1,20%	12,4	3,3	5,3	1,1	0,9	1,9	3,4	45,3	5,7	13

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Nota: O parâmetro é o valor cuja classificação do indicador é considerado como alto, ou seja, como ruim.

O mapa social apresentado na Tabela 200, apresenta os indicadores por território da Saúde com destaque para as regiões cuja taxa está em pior situação (Alto). Tais regiões foram contabilizadas na somatória dos indicadores, de modo a identificar quais delas estão mais críticas ou mais vulneráveis dentro deste eixo.

Sendo assim, a região mais vulnerável foi a do Bela Parnamirim, que teve 9 indicadores classificados como alto, seguida da região Vale do Sol, que teve 8 indicadores.



13. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

13.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

A promulgação da Constituição Federal de 1988, e posteriormente a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 são dois marcos legais importantes para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, ao inserir no ordenamento jurídico brasileiro aspectos do princípio da proteção integral, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direito, dotados de prioridade absoluta em virtude de sua condição de desenvolvimento enquanto pessoa.

Tal doutrina encontra respaldo legal em três importantes artigos, o Artigo 227, da Constituição da República Federativa do Brasil e Artigos 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente que atribui como dever tríplice do estado, da família e da sociedade garantir a tais indivíduos seus direitos fundamentais já expressamente garantidos pelos Artigos 5º e 6º da Constituição - necessários para sua sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral - além de protegê-los de forma especial, ou seja, através da criação de dispositivos legais especiais.

Em termos práticos significa que crianças e adolescentes gozam das prioridades e das primazias dos atendimentos previstos em Lei no que se refere à sua proteção, incluindo o socorro em quaisquer circunstâncias; à precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; à preferência na formulação e na execução das políticas, por meio da destinação privilegiada de recursos com fins de promoção, defesa a proteção à infância e à juventude.

Dentre tais direitos fundamentais, expressamente previstos no Artigo 227 da Constituição, e aprofundando-se na temática deste volume – de que trata do eixo de direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer – e perquirindo a legislação vigente no País, observa-se que a educação é direito basilar do indivíduo, taxada pelo Artigo 6º da Constituição Federal como direito fundamental social inerente ao indivíduo e posteriormente atribuída pelo Artigo 205, do mesmo dispositivo legal, como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em 1996 foi aprovada a Lei nº 9.394/1996, chama Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instrumento normativo que regulamenta o sistema educacional, de caráter público ou privado, no Brasil, compreendendo a educação básica ao ensino superior. Tal Lei reforça o texto constitucional e estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Além disso trata das modalidades que perpassam os níveis educacionais, quais sejam: a educação especial, que assegura aos educandos com necessidades especiais o acesso à educação, preferencialmente na rede regular de ensino, atendidas suas limitações; a educação à distância; a educação de formação profissional e

tecnológica; a educação de jovens e adultos; e a educação indígena.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assevera que, para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino (art. 5º, § 5º), podendo organizar-se de diferentes formas para garantir o processo de aprendizagem (art. 23).

Sem dúvidas, a família é importante para a formação da criança e do adolescente, pois é nela que se inicia o processo de desenvolvimento individual, emocional, intelectual e de preparação para o futuro do ser humano, tendo a escola o papel contribuir neste processo de formação e desenvolvimento, pois é no âmbito escolar em que é reforçado o aprendizado de noções de socialização e respeito ao próximo, do exercício da cidadania e do convívio com as diferenças e com as adversidades. A escola é parte integrante do processo de educação, e não se limita ao aprendizado e cognição, tendo por objetivo a construção, elaboração e formulação de conhecimentos que convergem para a formação da pessoa humana, também em valores, comportamentos e atitudes.

É certo de que família, sociedade e escola devem trabalhar em conjunto e que compete aos pais ou responsáveis legais a obrigatoriedade de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino, zelando por sua frequência, conforme preceitua o artigo 55 do ECA, assim como a escola deve priorizar a inclusão dos pais e responsáveis na rotina educacional de seus filhos. Prevê ainda o Estatuto, através do artigo 56, que a escola tem a obrigatoriedade de comunicar ao Conselho Tutelar - órgão responsável por atuar e zela pela defesa, proteção e cumprimento dos direitos da criança e adolescente – os casos que envolvem maus tratos ou qualquer forma de violação de direito; infrequência ou evasão escolar; e elevados níveis de repetência.

Ainda dentro deste eixo de direito e no que tange ao processo educacional, o Estatuto também prevê que sejam asseguradas condições educacionais de modo a respeitar os valores culturais, artísticos e históricos e que seja garantida a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura (artigo 58). Da mesma forma, o artigo 59 estabelece que sejam estimulados e facilitadas a destinação de recursos e espaços públicos – tanto da união, Estado e Município – para a promoção de práticas e atividades culturais, esportivas e de lazer para a infância e juventude.

O município de Parnamirim apresenta os seguintes dados quanto à política de educação.

13.2 CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico de âmbito nacional, que por sua abrangência, é o principal instrumento de coleta e fonte de informações educacionais, cujos dados são fornecidos pelas escolas, públicas e privadas, da rede de ensino municipal e estadual, abrangendo a educação básica, regular, especial, de jovens e adultos (EJA) e profissional.

A partir dos dados do Censo é possível montar um panorama da educação, pois são sistematizados desde o número de matrículas, até informações de rendimento, do espaço físico e infraestrutura das escolas, do transporte de alunos, alimentação, das funções docentes, outros.

13.1.1 Matrículas dos educandos

O município possui 58.290 matriculados, conforme indica a tabela 201 sendo que as matrículas em sua maioria, encontram-se na rede municipal de ensino com 50,4% do total de matriculados.

Tabela 201: Total de Matriculados por rede de ensino em 2018

Rede	Matriculados	(%)	
Municipal	29.368	50,4%	
Privada	18.831	32,3%	
Estadual	9.180	15,7%	
Federal	911	1,6%	
Total	58.290	100,0%	

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar)

A faixa etária com o maior percentual de matriculados é a de 6 a 14 anos, representando 58,9% do total.

Tabela 202: Faixa etária dos matriculados

Faixa	Matriculados	(%)	
0 a 3	1.851	3,2%	
4 a 5	5.118	8,8%	
6 a 14	34.348	58,9%	
15 a 17	10.291	17,7%	
18 a 21	4.553	7,8%	
Maior que 22	2.129	3,7%	
Total	58.290	100,0%	

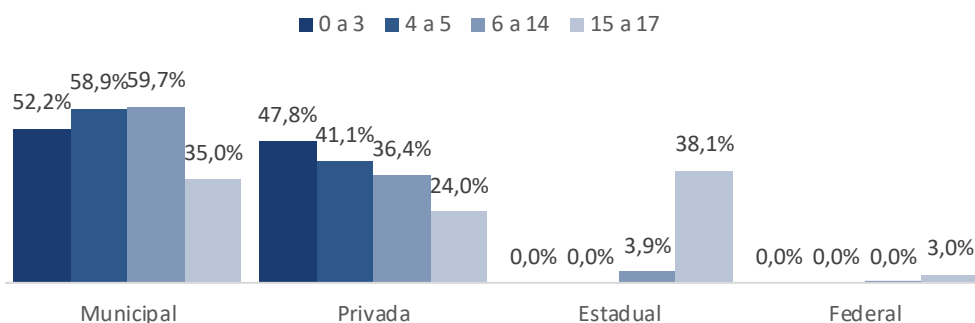
Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar)

Percebe-se que, em se tratando da rede privada, ela é mais atuante nas faixas etárias da educação infantil de 0 a 5 anos.

Tabela 203: Matriculados de 0 a 17 anos por rede de ensino em 2018

Rede	0 a 3		4 a 5		6 a 14		15 a 17		0 a 17	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Municipal	966	52,2%	3.017	58,9%	20.505	59,7%	3.601	35,0%	28.089	54,4%
Privada	885	47,8%	2.101	41,1%	12.515	36,4%	2.468	24,0%	17.969	34,8%
Estadual		0,0%		0,0%	1.326	3,9%	3.917	38,1%	5.243	10,2%
Federal		0,0%		0,0%	2	0,0%	305	3,0%	307	0,6%
Total	1.851	100,0%	5.118	100,0%	34.348	100,0%	10.291	100,0%	51.608'	100,0%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar)



Observando algumas características dos matriculados de 0 a 17 anos tem-se que 9,9% utiliza transportes escolar, 2,7% tem indicação de alguma deficiência ou transtorno, outros 12,4% estão em período integral, apenas 0,5% em escolas rurais e 11,7% em turmas diferenciadas.

Tabela 204: Características dos matriculados de 0 a 17 anos em 2018

Característica	Quant.	Total	(%)	
Matriculados de 0 a 17 anos que utilizam transporte escolar	5.098	51.608	9,9%	
Matriculados de 0 a 17 anos com indicação de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (cegueira)	1.368	51.608	2,7%	
Matriculados de 0 a 17 anos em período integral*	6.374	51.608	12,4%	
Matriculados de 0 a 17 anos em escolas rurais	264	51.608	0,5%	
Matriculados de 0 a 17 anos em turmas com atendimento diferenciado**	6.036	51.608	11,7%	

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar)

*Tempo de permanência na escola igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, calculado somando-se a duração da escolarização com a duração da atividade complementar (INEP, 2016).

**Atividade complementar e Atendimento Educacional Especializado (ESCOLA ESTADUAL)

No total de matriculados 12,4% estão em período integral, conforme definição do INEP (Tempo de permanência na escola igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, calculado somando-se a duração da escolarização com a duração da atividade complementar). O maior percentual de integral está entre 15 a 17 anos com 14,1%.

Tabela 205: Matriculados de 0 a 17 anos por faixa etária em 2018

Rede	Matriculados no Integral	Matriculados	(%)	
De 0 a 3 anos	122	1.851	6,6%	
De 4 a 5 anos	112	5.118	2,2%	
De 6 a 14 anos	4.688	34.348	13,6%	
De 15 a 17 anos	1.452	10.291	14,1%	
Total	6.374	51.608	12,4%	

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar)

Nota: Tempo de permanência na escola igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, calculado somando-se a duração da escolarização com a duração da atividade complementar (INEP, 2016).

• Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

O resultado do IDEB dos Anos Finais no último ano foi de 3,6 nas escolas públicas do município, sendo na rede municipal um pouco maior, 3,6, enquanto na estadual foi de 3,5.

Tabela 206: Resultado do IDEB

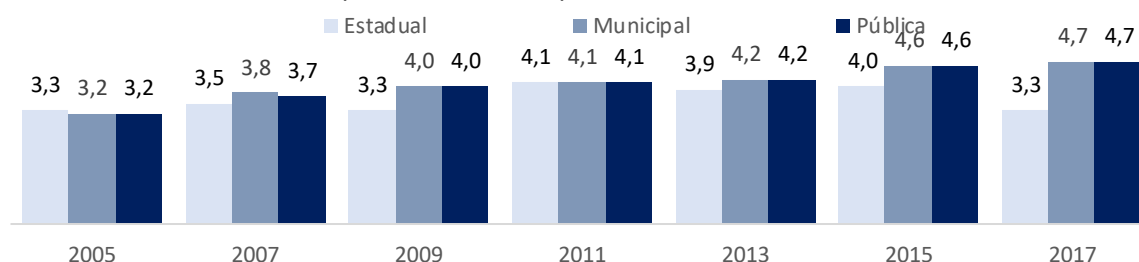
Parnamirim (RN)		Resultados do IDEB						
Etapa	Rede	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Anos Finais	Estadual	2,9	2,7	3,0	3,1	3,6	3,2	3,5
	Municipal	2,9	3,5	3,2	3,2	3,3	3,5	3,6
	Pública	2,9	3,2	3,2	3,2	3,4	3,4	3,6
Anos Iniciais	Estadual	3,3	3,5	3,3	4,1	3,9	4,0	3,3
	Municipal	3,2	3,8	4,0	4,1	4,2	4,6	4,7
	Pública	3,2	3,7	4,0	4,1	4,2	4,6	4,7
Ensino Médio*	Pública	-	-	-	-	-	-	3,4
	Federal	-	-	-	-	-	-	5,3
	Estadual	-	-	-	-	-	-	3,1

Fonte: IDEB.

*Nota: O resultado do IDEB por município na etapa de Ensino Médio, só está disponível a partir do ano de 2017.

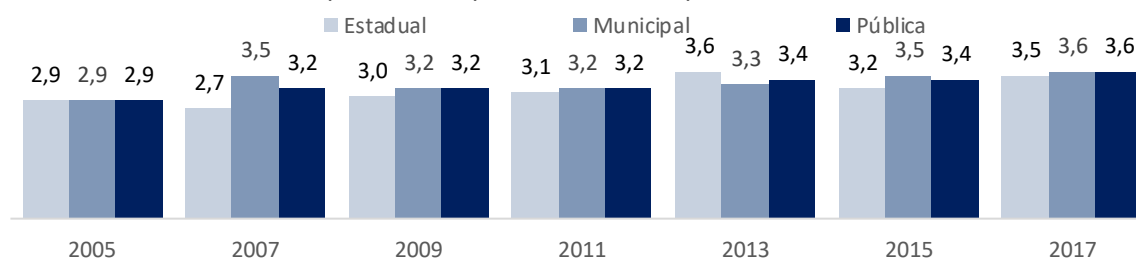
• Anos iniciais

O resultado do IDEB dos Anos Iniciais no último ano foi de 4,7 nas escolas públicas do município, sendo na rede municipal maior, 4,7, enquanto na estadual foi de 3,3.



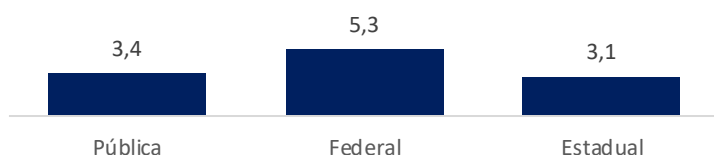
• Anos finais

O resultado do IDEB dos Anos Finais no último ano foi de 3,6 nas escolas públicas do município, sendo na rede municipal 3,6 um pouco maior, enquanto a estadual foi de 3,5.



• Ensino Médio

O resultado do IDEB no Ensino Médio no último ano foi de 3,4 nas escolas públicas do município, sendo na rede federal maior, 5,3, enquanto na estadual foi de 3,1.



- **Informações Sobre Esporte, Cultura e Lazer**

O acesso ao esporte e a cultura é um preceito e um direito fundamental positivado pela Constituição Federal de 1988 (Artigo 217), cujo conceito de cidadania e de desenvolvimento humano contempla além dos processos sociais, o processo educativo, esportivo e cultural. No âmbito da criança e do adolescente o Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigos 4º, 53-59, 99 e 124) possui papel vital na reiteração destes preceitos, equiparando e integrando o esporte a cultura à outros direitos fundamentais, e articulando-os enquanto política pública como a educação, à saúde, à profissionalização, à proteção no trabalho, dentre outros.

Nesse mesmo sentido, organismos internacionais reforçam a importância da cultura, da expressão, do esporte e da educação física, individual ou em grupo, para o desenvolvimento de competências pessoas e coletivas, no resgate de princípios e valores, e para o enfrentamento de problemáticas sociais como desigualdade, preconceito, de saúde, drogadição, violência, desemprego e de educação.

Ao longo dos anos o esporte foi ganhando espaço como política pública e tratado como questão e dever do Estado, com destaque a efetivação da Política Nacional do Esporte, tendo como diretriz a democratização do seu acesso, sua intersetorialidade e articulação com as demais políticas públicas (como educação e saúde), e da formação de uma rede de cooperação entre todas as esferas de governo, da sociedade civil e entidades públicas e privadas. A Política preconiza ainda as manifestações esportiva, ao qual inclui o Desporto Educacional, Desporto de Participação e Desporto de Rendimento.

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo por base o regime de colaboração entre União, estados e municípios, com ênfase na municipalização, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social, articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, a descentralização, a intersetorialidade e a multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer. (Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado. Brasília: Ministério do Esporte, 2009, p. 53)

A Cultura, por sua vez, ganha destaque no País com a publicação da Lei Rouanet¹⁶ Lei nº 8.313/1991, que traça as diretrizes para a cultura nacional, tendo como base o exercício dos direitos culturais, o livre acesso, e à promoção, a proteção e valorização das expressões culturais nacional. Por meio dessa lei também foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com o objetivo de ampliar o acesso à cultura e a produção cultural em todas as regiões; de apoiar, valorizar e difundir as manifestações artísticas brasileiras; proteger e preservar a expressão e patrimônio cultural; e estimular a produção cultural como geradora de renda, emprego e desenvolvimento para o país. Três mecanismos fazem parte do Programa: o Incentivo à Cultura, o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico

¹⁶ Lei Rouanet nº 8.313/1991

(Ficarts), com destaque ao primeiro, que traz a possibilidade de pessoas físicas ou jurídicas direcionarem uma parte do seu Imposto de Renda devido para ações culturais.

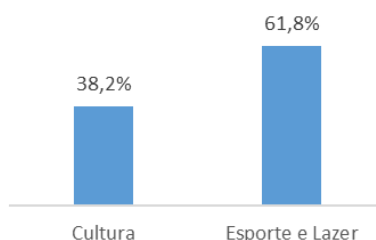
O acesso ao esporte, cultura e lazer são direitos previstos e é dever do estado proporcionar o acesso, estimular e promover atividades e a participação do público. Esse direito, visa o pleno desenvolvimento e gera envolvimento nas comunidades. Em Parnamirim são 34 tipos de projetos ofertados para 81.889 pessoas.

Com relação aos projetos ofertados pelo município de Parnamirim, 61,8% referem-se as atividades voltadas à área do esporte e lazer e 38,2% da cultura.

Tabela 207: Projetos ofertados por área

Área	Quant.	(%)
Cultura	13	38,2%
Esporte e Lazer	21	61,8%
Total Geral	34	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2019



Tanto os projetos da cultura como do esporte e lazer foram classificados da seguinte maneira conforme as duas tabelas abaixo: Projetos contínuos e sistemáticos - aqueles que ocorrem durante 3 meses ou mais, no ano; e os Projetos pontuais, que são os eventos ou ações que ocorrem num período inferior a 3 meses, durante o ano. Neste sentido, dos 34 projetos ofertados em Parnamirim, 73,5% são pontuais, os quais atenderam 79.293 pessoas.

Tabela 208: Total de projetos ofertados

Tipo de projeto	Total de projetos ofertados	%
Projetos contínuos e sistemáticos	9	26,5%
Projetos pontuais	25	73,5%
Total	34	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2019

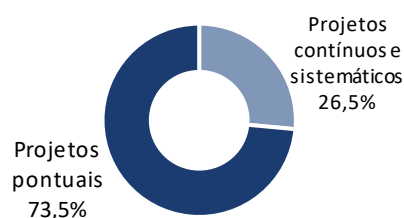


Tabela 209: Pessoas atendidas

Tipo de projeto	Pessoas atendidas	%
Projetos contínuos e sistemáticos	2.606	3,2%
Projetos pontuais	79.293	96,8%
Total	81.899	100,0%

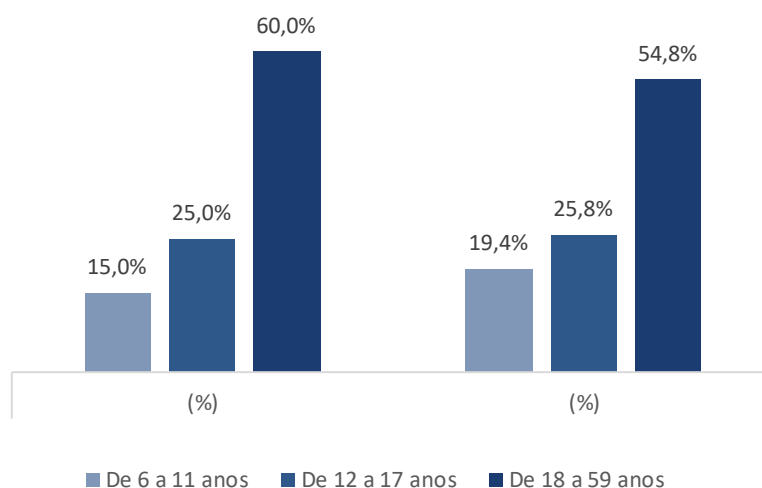
Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2019

Ao analisar os projetos ofertados por faixa etária, percebe-se que tanto os projetos da cultura como do esporte e lazer atendem o público adulto (pessoas de 18 a 59 anos). Na cultura, 60,0% dos projetos ofertados compreendem esse público e no esporte, 54,8%. Vale destacar que nenhum dos projetos apareceu a população idosa participando.

Tabela 210: Projetos ofertados por faixa etária

Área	Cultura		Esporte		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 6 a 11 anos	3	15,0%	6	19,4%	9	17,6%
De 12 a 17 anos	5	25,0%	8	25,8%	13	25,5%
De 18 a 59 anos	12	60,0%	17	54,8%	29	56,9%
Total Geral	20	-	31	-	51	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2019



13.3 INDICADORES POR TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO

13.3.1 Índices de Analfabetismo

Sobre o analfabetismo, a taxa dos munícipes em 2010 com 10 anos ou mais analfabetos era de 7,6%, ou seja, 92,4% (IBGE, 2010) dos munícipes com 10 anos ou mais eram alfabetizados.

Tabela 211: Taxas de alfabetização e analfabetismo da população com 10 anos ou mais

Taxa	Brasil	Rio Grande do Norte	Parnamirim (RN)
Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)	91,0%	82,6%	92,4%
Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)	9,0%	17,4%	7,6%

Fonte: IBGE, 2010.

A seguir a tabela mostra por faixa etária a taxa de alfabetização e de analfabetismo da população com 5 anos ou mais do município. As menores taxas de alfabetização estão nos extremos das faixas etárias, entre 5 e 9 anos tem-se 69,4% alfabetizados e com 60 anos ou mais tem-se 72,5%.

Tabela 212: Taxas de alfabetização e analfabetismo por faixa etária

Faixa etária	Taxa de alfabetização	Taxa de analfabetismo
5 a 9 anos	69,4%	30,6%
10 a 14 anos	95,6%	4,4%
15 anos	97,5%	2,5%
16 anos	97,6%	2,4%
17 anos	97,6%	2,5%
18 anos	97,6%	2,4%
19 anos	98,2%	1,9%
20 a 29 anos	97,2%	2,8%
30 a 39 anos	94,6%	5,4%
40 a 49 anos	91,0%	9,0%
50 a 59 anos	86,5%	13,5%
60 anos ou mais	72,5%	27,6%
Total	90,5%	9,5%

Fonte: IBGE, 2010.

13.3.2 Rendimento Escolar

Observando por etapa de ensino tem-se:

- No EF a aprovação é maior nas três esferas nos anos iniciais e a reprovação do município e do estado nos AF é maior que a do Brasil (16% e 17%), respectivamente;
- Percebe-se um abandono no município, no EM menor que o do BR e do Estado. Porém a aprovação é menor. O indicador maior no EM se concentra na reprovação: 18% dos alunos reprovaram em 2018 no EM, sendo que no BR o percentual é de 11%.

Tabela 213: Taxas de aprovação por etapa de ensino

Região	Taxa de Aprovação			
	Total Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Parnamirim	88%	93%	82%	77%
Rio Grande do Norte	86%	91%	79%	76%
Brasil	92%	94%	88%	83%

Fonte: Censo Escolar, 2018.

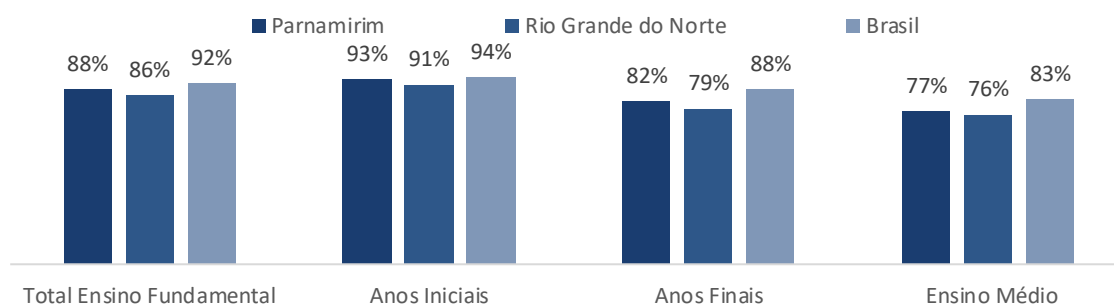


Tabela 214: Taxas de reprovação por etapa de ensino

Região	Taxa de Reprovação			
	Total Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Parnamirim	11%	6%	16%	18%
Rio Grande do Norte	12%	8%	17%	16%
Brasil	7%	5%	10%	11%

Fonte: Censo Escolar, 2018.

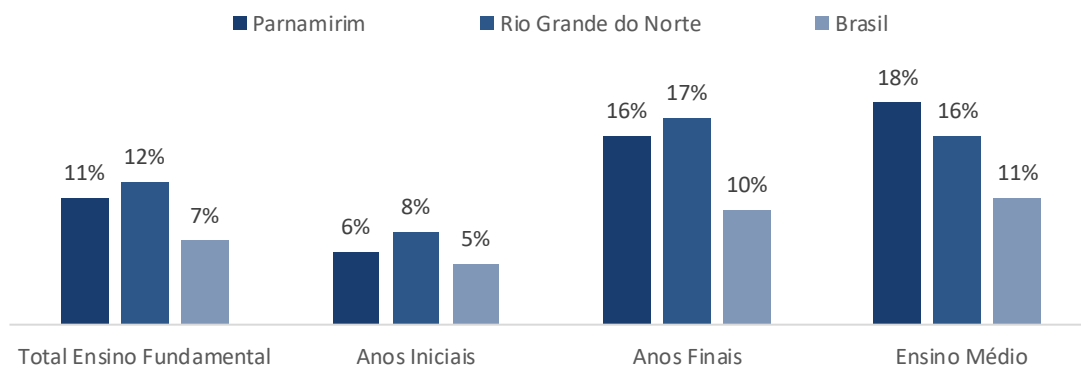
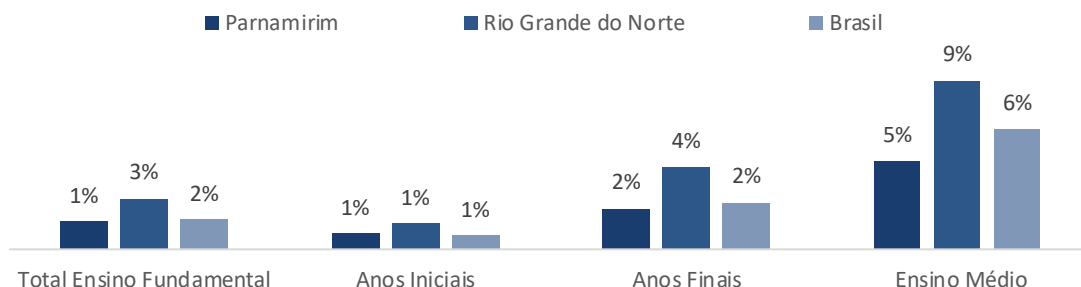


Tabela 215: Taxas de abandono por etapa de ensino

Região	Taxa de Abandono			
	Total Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Parnamirim	1%	1%	2%	5%
Rio Grande do Norte	3%	1%	4%	9%
Brasil	2%	1%	2%	6%

Fonte: Censo Escolar, 2018.



Comparando as redes, a privada sempre tem em todas as etapas um desempenho melhor na aprovação. Seu abandono é muito baixo, de apenas 1% no EM, enquanto na rede Estadual chega a 6%. A rede estadual do município se destaca com os altos indicadores de reprovação. Em todas as etapas ultrapassa 20%, chegando nos AF a 27% de alunos reprovados em 2018.

Tabela 216: Rendimento escolar no ano de 2018 no município, comparando rede de ensino

Rede	Taxa de Aprovação				Taxa de Reprovação				Taxa de Abandono			
	Total EF	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total EF	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total EF	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Federal	-	-	-	86%	-	-	-	14%	-	-	-	1%
Estadual	70%	75%	69%	71%	26%	24%	27%	23%	4%	1%	5%	6%
Municipal	84%	90%	77%	-	14%	9%	21%	-	2%	1%	3%	-
Privada	98%	99%	96%	93%	2%	1%	4%	6%	0%	0%	0%	1%
Total	88%	93%	82%	77%	11%	6%	16%	18%	1%	1%	2%	5%

Fonte: Censo Escolar, 2018.

13.3.3 Distorção Escolar

A rede privada tem a menor distorção idade/ano, se comparado com as outras redes. Os Anos Finais e o Ensino Médio estadual têm uma distorção em média de 45%.

Tabela 217: Distorção 2018 nas etapas

Rede	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Federal	-	-	27,6
Estadual	31,2	47,9	44,7
Municipal	15,6	43,6	-
Privada	3,6	7,1	8,2
Total	11,0	32,1	34,5

Fonte: INEP, 2018.

Percebe-se pelo mapa de calor que os anos iniciais têm menor distorção, isso vai aumentando conforme os anos escolares aumentam, isso também acontece na rede privada que tem os menores índices de distorção.

Tabela 218: Distorção 2018 por ano no Ensino Fundamental

Rede	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Estadual	0	5,9	11,5	41,6	50	60,4	49,6	43,6	42,6
Municipal	1,9	3,4	4,6	27,3	31,2	48,7	42,3	41,1	38,6
Privada	2,5	3,1	3,6	4,2	4,6	5,8	7,2	7,8	7,7
Total	2,1	3,3	4,3	19,6	21,6	37	32,2	29,5	27,7

Fonte: INEP, 2018.

Novamente a rede privada tem a menor distorção, porem destaque aqui também para a rede federal, que tem melhor desempenho na distorção idade/ano do que a rede estadual.

Tabela 219: Distorção 2018 por ano no Ensino Médio

Rede	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Federal	25,7	32,3	27,6	24,1
Estadual	49	44,2	36,6	-
Privada	8,9	8,7	6,6	-
Total	38,9	34,2	27,7	24,1

Fonte: INEP, 2018.

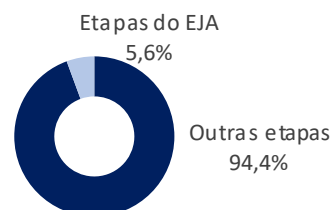
13.3.4 Educação de Jovens e Adultos – EJA

Do total de educandos matriculados, 5,6% estão em etapas da EJA.

Tabela 220: Total de matrículas da EJA com relação as demais etapas de ensino

Tipo de matrícula	Matrículas EJA	(%)
Outras etapas	55.018	94,4%
Etapas da EJA	3.272	5,6%
Total Geral	58.290	100,0%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar)

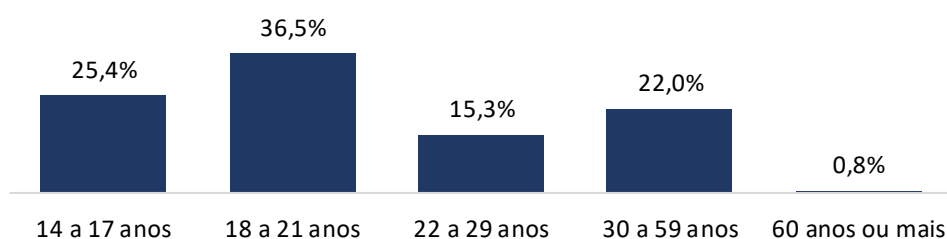


Do total de 3.272 educandos matriculados, 36,5% tem entre 18 e 21 anos.

Tabela 221: Idade dos educandos matriculados na EJA

Idade dos matriculados no EJA	Matrículas EJA	(%)
14 a 17 anos	832	25,4%
18 a 21 anos	1.193	36,5%
22 a 29 anos	501	15,3%
30 a 59 anos	721	22,0%
60 anos ou mais	25	0,8%
Total matriculados EJA	3.272	100,0%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar)



A maioria dos que estão na EJA são do sexo masculino (52,1%).

Tabela 222: Sexo dos educandos matriculados na EJA

Sexo dos matriculados no EJA	Matrículas EJA	(%)
Masculino	1.704	52,1%
Feminino	1.568	47,9%
Total Geral	3.272	100,0%

Fonte: Censo Escolar, 2018 (Preliminar)



13.3.5 Cobertura da Educação Infantil

Esse Indicador considera o número de nascidos vivos, por ano, a partir de 2010 no município. Para conhecer a realidade de cobertura de atendimento em creches e pré-escolas, o Indicador cruza a quantidade de nascidos vivos com os dados do Censo Escolar em seu município, observando as matrículas públicas e privadas de crianças com idade entre 0 e 5 anos. Assim, é possível estimar a realidade da cobertura total existente no município e sinalizar o desafio a ser superado na Educação Infantil.

Para estimar o atendimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação - PNE, buscou-se como base os dados de nascidos vivos do município, tendo como fonte de dados, o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS). Com o histórico de nascidos vivos calculou-se a média de nascidos vivos de 5 anos e este valor serve de base para estimar o número aproximados de vagas que o município deveria ofertar, seguindo os seguintes parâmetros:

- **Vagas de creche:** Considerando que as vagas de creche atendem crianças de 0 a 3 anos, estima-se que seriam necessárias pelos menos 3,5 vezes o número médio de nascidos vivos do município equivalente em vagas:
- **Vagas de pré-escola:** Considerando que as vagas de pré-escola atendem crianças de 4 a 5 anos, estima-se que seriam necessárias pelos menos 2 vezes o número médio de nascidos vivos do município equivalente em vagas:

Tabela 223: Total de nascidos vivos de Parnamirim

Município	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Total de nascidos vivos em Parnamirim/RN	4.025	4.149	3.811	3.898	3.937	3.964

Fonte: SINASC.

Considerando a média de 3.964 nascidos vivos nos últimos 5 anos, ao aplicar a fórmula conforme descrito anteriormente, tem-se uma estimativa de 13.874 crianças de 0 a 3 anos e 7.928 de 4 a 5 anos.

Demanda de creche (0 a 3 anos)	Demanda de pré-escola (4 a 5 anos)
Vagas para creche = $3,5 * \text{Média de nascidos vivos}$	Vagas para pré-escola = $2 * \text{Média de nascidos vivos}$
Total: 13.874	Total: 7.928

Estimando o número de crianças de 0 a 3 anos no município através da média de nascidos vivos dos últimos 5 anos multiplicado por 3,5 se obtém aproximadamente o número de vagas que seriam necessários no município de creche. Assim tem-se um total necessário de vagas de 13.874 e são ofertadas no município segundo o CENSO na Etapa 1 (Creche) 3.410 vagas, chegando a atender 24,6% da população necessária. Não atingindo a Meta 1 do PNE por 50%.

No que diz respeito ao número de crianças de 4 a 5 anos no município, por meio da média de nascidos vivos dos últimos 5 anos multiplicado por 2 se obtém aproximadamente o número de vagas que seriam necessários no município de pré-escola. Assim tem-se um total necessário de vagas de 7.928 e são ofertadas no município segundo o CENSO na Etapa 2 (pré-escola) 5.583 vagas, chegando a atender 70,4% da população necessária. Não atingindo a Meta 1 do PNE por 100%.

Tabela 224: Cobertura de creche e pré-escola

Faixa etária	Cobertura de atendimento de creche (De 0 a 3 anos)	Cobertura de atendimento de pré-escola (De 4 a 5 anos)
Matriculados	3.410	5.583
Estimativa de população	13.874	7.928
Percentual	24,6%	70,4%

13.3.6 Violação ao Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Quanto a notificações de violação ao direito à educação, cultura, esporte e ao lazer à população de 0 a 17 anos, o menor valor se encontra na região do Litoral com 0,5 (1) e o maior valor na região do Vale do Sol com 3,6 (18).

Tabela 225: Notificações de Violação ao Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer a população de 0 a 17 anos

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	Notificações	Taxa (1.000 hab.)
Litoral	2.047	1	0,5
Parque Industrial	7.049	8	1,1
Monte Castelo	5.672	10	1,8
Bela Parnamirim	9.075	19	2,1
Liberdade	6.734	15	2,2
Moita Verde	2.509	7	2,8
Passagem de Areia	7.871	27	3,4
Nova Parnamirim	13.067	45	3,4
Vale do Sol	5.041	18	3,6
Não informado	-	1	-
Município	59.065	151	2,6

Menor Valor	Litoral	0,5
Média	Município	2,6
Maior Valor	Vale do Sol	3,6

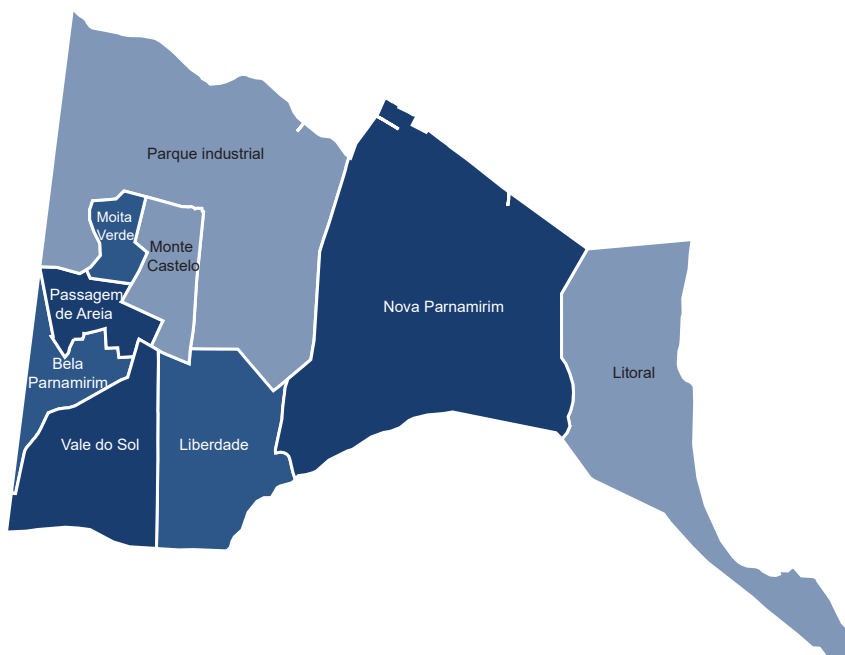
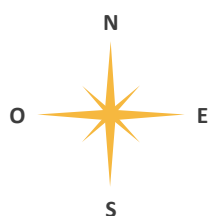
**Diferença:
6,2 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte:CT, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



Feminino	79	52,3%
Masculino	72	47,7%
Não informado	0	0,0%
Total	151	100,0%
De 0 a 5 anos	33	21,9%
De 6 a 11 anos	48	31,8%
De 12 a 17 anos	59	39,1%
Não informado	11	7,3%
Total	151	100,0%

13.3.7 Taxa de Evasão ou Infrequência Escolar

Foram 72 notificações de Evasão ou Infrequência escolar em 2018 no município. A taxa média do município é de 1,8 casos a cada mil crianças e adolescentes. A maior taxa é da Região Geográfica Passagem de Areia (2,7), 1,3 vezes maior que a menor taxa diferente de zero (1,2) da Região Geográfica Bela Parnamirim.

Tabela 226: Taxa de Evasão ou Infrequência Escolar

Região Geográfica	População de 6 a 17 anos	Notificações	Taxa
Litoral	1.426	0	0,0
Bela Parnamirim	6.462	8	1,2
Monte Castelo	3.971	5	1,3
Nova Parnamirim	8.982	12	1,3
Parque Industrial	4.862	8	1,6
Liberdade	4.731	10	2,1
Moita Verde	1.710	4	2,3
Vale do Sol	3.472	9	2,6
Passagem de Areia	5.489	15	2,7
Não informado	-	1	-
Município	41.105	72	1,8

Menor Valor	Bela Parnamirim	1,2
Média	Município	1,8
Maior Valor	Passagem de Areia	2,7

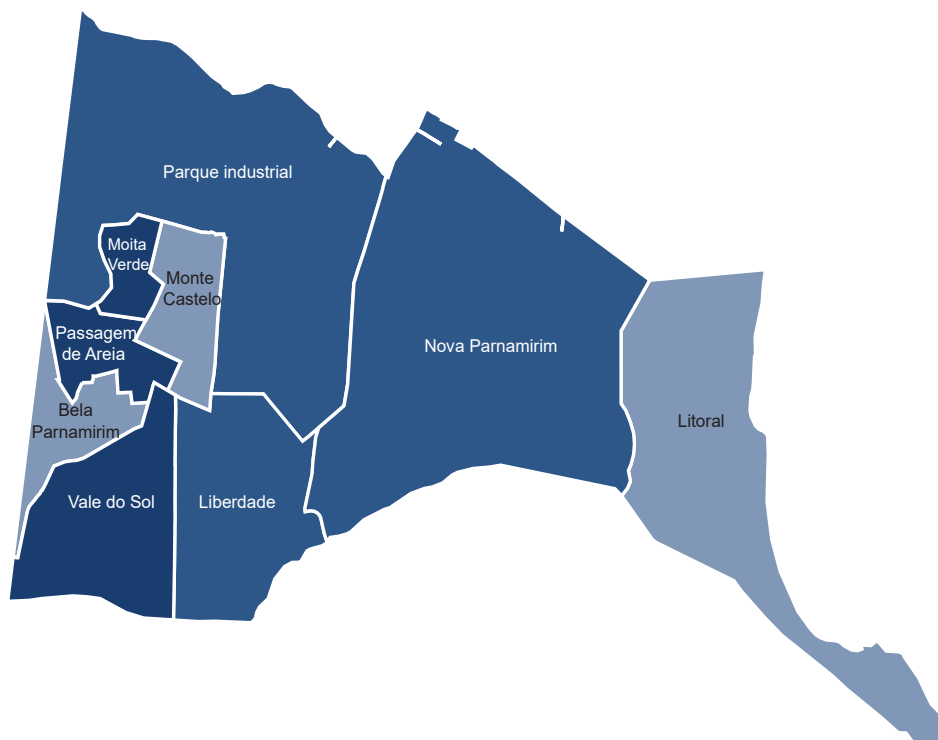
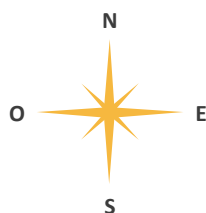
**Diferença:
1,3 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CT, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



Feminino	33	45,8%
Masculino	39	54,2%
Não informado	0	0,0%
Total	72	100,0%
De 0 a 5 anos	6	8,3%
De 6 a 11 anos	18	25,0%
De 12 a 17 anos	40	55,6%
Não informado	8	11,1%
Total	72	100,0%

PARTE V

14. VIOLAÇÕES DE DIREITO

Com relação à violação de direito, considerou-se para o cálculo dos indicadores, as informações extraídas do Conselho Tutelar, e da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte, a qual forneceu os dados dos boletins de ocorrência registrados nas delegacias do município.

A sintetização dos dados dos atendimentos do Conselho Tutelar baseou-se na classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia).

Além dos dados do Conselho Tutelar e da Segurança Pública, serão apresentadas as informações dos registros de violência do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN da Secretaria Municipal de Saúde e o do CREAS, que apesar de já ter os dados apresentados no capítulo 11.1.2, quando abordado os atendimentos da Proteção Social Especial, se faz importante destacar neste capítulo pois é um equipamento que trabalha com as demandas de violações de direito.

De modo geral, a violação de direito é toda e qualquer situação que ameace ou viole os direitos da criança ou do adolescente, do idoso, da família, da mulher ou de qualquer cidadão inserido em meio à sociedade e comunidade em que vive, em decorrência da ação ou omissão de terceiros, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento. Desta forma, a não efetivação dos direitos básicos: “a vida e a saúde; liberdade, respeito e a dignidade; direito a convivência familiar e comunitária; direito a educação, cultura, esporte e ao lazer; direito a profissionalização e a proteção ao trabalho” (ECA, 1990) chama-se violação dos direitos.

Entre as violações de direito em que trataremos neste capítulo, apresentamos dados referentes a violações de direito à criança e ao adolescente por faixa etária e sexo, sendo extraídos da fonte do Conselho Tutelar que absorve as notificações com este perfil.

Quanto aos dados fornecidos pela Segurança Pública do município, os dados serão apresentados sem especificação do perfil, pois não foi disponibilizada essa informação para que fosse possível analisar o perfil das violências registradas nos boletins de ocorrência, por grupo social.

A seguir será detalhado as informações por equipamento, antes da apresentação dos indicadores sociais por território.

14.1 CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar é órgão não jurisdicional, estabelecido por Lei Municipal, eletivo, com atributos de permanência, autonomia, e objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, a ser acionado sempre que for identificadas situações de abuso, ameaça ou risco contra eles. Suas atribuições e competência de atuação estão disciplinadas no ECA, o qual compreende a aplicação de medida protetiva as crianças e adolescentes (artigo 101) e aos pais e responsáveis (artigo 129).

14.2 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

Conforme já mencionado em capítulos anteriores, O CREAS tem como público alvo famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

A seguir será apresentado os dados de outra perspectiva, haja visto que os dados do CREAS já foram abordados anteriormente. Na tabela a seguir apresenta-se um quadro comparativo das notificações de violência registrados no Conselho Tutelar.

Considerou-se na análise as seguintes violências: Violência física; Violência Sexual; Violência Psicológica; Negligência/Abandono, e Trabalho Infantil. É importante destacar que em cada base de dados, foi contabilizado apenas os casos de violência mencionado anteriormente.

As principais violências de crianças e adolescentes acompanhadas no PAEFI são a violência psicológica e violência sexual. Já no Conselho Tutelar as principais notificações trata-se de negligência e violência física.

Vale observar ainda, que o total de casos notificados no CT é de quase quatro vezes maior que do CREAS.

Tabela 227: Comparativo registros de violência contra criança e adolescente

Motivo	CREAS		Conselho Tutelar	
	Total	(%)	Total	(%)
Violência Psicológica	24	21,4%	68	16,6%
Negligência / Abandono	46	41,1%	212	51,7%
Violência Física	22	19,6%	101	24,6%
Violência Sexual	35	31,3%	72	17,6%
Trabalho Infantil	1	0,9%	3	0,7%
Total Geral*	112	-	410	-

Fonte: CREAS/CT, 2018.

Nota: *Uma pessoa pode sofrer mais de uma violência, por isso o percentual não soma 100%.

14.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO (SINAN)

Com relação aos dados do SINAN referente às notificações de violência, a seguir serão apresentadas as taxas por sexo e faixa etária.

Em 2018 teve-se 277 notificações de violência registradas no SINAN. Com relação ao tipo de violência, só foi possível extrair da base de dados do Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, que disponibilizou até o presente momento apenas as informações do ano de 2017. Todavia, o detalhamento das violações utilizando como base de dados o período de 2017 contribuirá na análise, haja visto que as notificações de 2017 foram similares às de 2018, de modo que em 2017 teve-se 281 notificações de violência no SINAN.

De um modo geral, ao calcularmos a taxa de notificação por sexo, percebe-se que o sexo feminino é o mais afetado, com uma taxa de 2 mulheres a cada mil, que sofre algum tipo de violência.

Vale ressaltar, que tais informações referem-se aos dados registrados no SINAN e que há uma grande parcela de casos em que não ocorre o registro da violação.

Tabela 228: Notificação de violência por sexo

Sexo	População	Notificações de violência	Taxa (1.000 hab.)
Feminino	105.461	211	2,0
Masculino	96.995	66	0,7
Total Geral	202.456	277	1,4

Fonte: SINAN, 2018.

Ao analisar as notificações por faixa etária, percebe-se que a maior taxa está na população de crianças e adolescentes (De 0 a 17 anos) que representou uma taxa 2,4 crianças e adolescentes a cada mil. Os idosos ficaram com a segunda maior taxa de violências registradas no SINAN, de modo que a cada mil idosos, um notifica situação de violência, na Secretaria Municipal de Saúde.

Faixa etária	População	Notificações de violência	Taxa (1.000 hab.)
De 0 a 17 anos	59.091	140	2,4
De 18 a 59 anos	128.765	121	0,9
De 60 anos ou mais	14.600	16	1,1
Total Geral	202456	277	1,4

Fonte: SINAN, 2018.

Com relação ao tipo de violência, como já mencionado anteriormente, utilizou-se a base de dados do SINAN -Net, do ano de 2017. Entre as principais violências registradas, a violência física foi a mais representativa, em que 60,5% das pessoas atendidas sofreram tal violência. A violência psicológica foi a segunda maior notificação, com 34,5%. Vale destacar o alto índice de lesão autoprovocada, no qual atingiu 22,8%.

Tabela 229: Registros de violência no SINAN.

Tipo de violência	Quantidade	%	
Violência física	170	60,5%	
Violência psicológica	97	34,5%	
Lesão autoprovocada	64	22,8%	
Violência sexual	43	15,3%	
Negligência	37	13,2%	
Total	281	-	

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.

Nota: Uma pessoa pode ter mais de uma violação de direito, por essa razão o percentual é referenciado pelo total de pessoas que sofreram violência registradas no SINAN no ano de referência.

Com relação à lesão autoprovocada, quando observado por faixa etária, os maiores casos registrados são da faixa etária 30 a 59 anos, que representa 42,2%. Outra informação a ser observada é a faixa etária de 10 a 19, que se somarmos, o percentual chega a 31,3% dos casos de lesão autoprovocada notificadas.

Tabela 230: Lesão autoprovocada por faixa etária.

Faixa etária	Quantidade	%
De 0 a 5 anos	0	0,0%
De 10 a 14 anos	4	6,3%
De 15 a 19 anos	16	25,0%
De 20 a 29 anos	16	25,0%
De 30 a 59 anos	27	42,2%
De 60 anos ou mais	1	1,6%
Total	64	100,0%

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.

14.4 DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL

A Polícia Civil é o órgão vinculado a segurança pública, cuja atribuição é garantir a ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, assim como a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança na prevenção e contenção da criminalidade e da violência, do controle e posse de armas, além de administrar o serviço penitenciário.

Sua principal função é prevenir, reprimir e investigar crimes. Atuam por meio das delegacias, unidades policiais utilizadas como base e administração de operações policiais, investigação e atendimento e registro de ocorrências. Possui unidades especializadas, como no caso da delegacia de proteção à mulher, criança, adolescentes e idosos, dentre outros.

15.4 INDICADORES DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR TERRITÓRIO

A seguir serão apresentados os indicadores de violação de direito, considerando as seguintes fontes de dados:

- Conselho Tutelar: Para as notificações de violência contra criança e adolescente;
- Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte: Dados sobre as violações de direito registradas nas delegacias de Parnamirim. No entanto, como a base de dado disponibilizada pela secretaria não tinha informação do perfil das vítimas, não foi possível analisar os tipos de violência registrada por grupo social, como por exemplo, mulher, idoso e pessoa com deficiência, apresentando somente os dados gerais do município por tipo de violação.
- CREAS: Para poder apresentar o total de violência contra gênero e pessoa idosa, utilizou-se como fonte de informação os casos de violência acompanhadas no CREAS;

15.4.1 Violências contra a criança e adolescente registradas no Conselho Tutelar - CT

No total foram 911 notificações no CT de violações de direito, gerando uma taxa de 15,4 de crianças ou adolescentes com o direito violado a cada mil. A Região Geográfica com a maior taxa é a Vale do Sol, que registrou 23,6 notificações a cada mil crianças e adolescentes.

Tabela 231: Violência contra a criança e o adolescente no Conselho Tutelar

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	Notificações	Taxa
Parque Industrial	7.049	60	8,5
Monte Castelo	5.672	67	11,8
Liberdade	6.734	80	11,9
Bela Parnamirim	9.075	129	14,2
Moita Verde	2.509	39	15,5
Passagem de Areia	7.871	124	15,8
Nova Parnamirim	13.067	231	17,7
Litoral	2.047	40	19,5
Vale do Sol	5.041	119	23,6
Não informado	-	22	-
Município	59.065	911	15,4

Menor Valor	Parque Industrial	8,5
Média	Município	15,4
Maior Valor	Vale do Sol	23,6

**Diferença:
1,8 vezes**

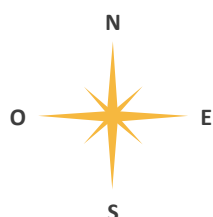
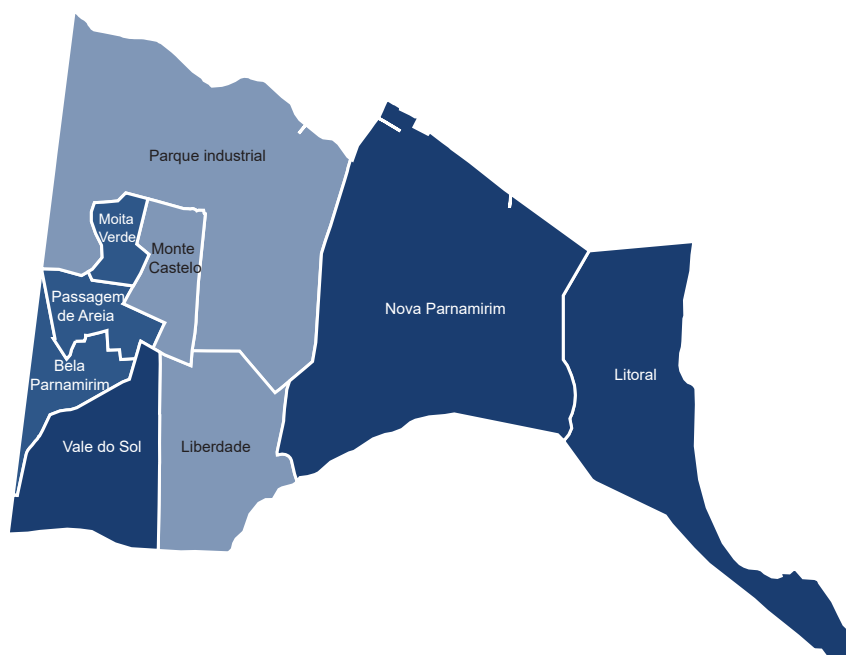
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CT, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto

Feminino	486	53,3%
Masculino	410	45,0%
Não informado	15	1,6%
Total	911	100,0%
De 0 a 5 anos	233	25,6%
De 6 a 11 anos	273	30,0%
De 12 a 17 anos	309	33,9%
Não informado	96	10,5%
Total	911	100,0%



Sobre o agente violador, na maioria das vezes o direito foi violado por falta, omissão ou abuso dos pais, responsável ou de sua convivência (62,7%).

Tabela 232: Agente violador

Agente violador	Quant	%	
Direitos ameaçados ou violados por falta, omissão ou abuso dos pais, responsável ou de sua convivência	571	62,7%	
Direitos ameaçados ou violados em razão de sua própria conduta	127	13,9%	
Direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado	116	12,7%	
Fato informativo	85	9,3%	
Não informado	40	4,4%	
Outros	35	3,8%	
Total Geral	911	-	

Fonte: CT, 2018.

Nota: Um fato comunicado pode ter mais de um agente violador.

Três categorias são os mais notificados dentro do CT, são eles: negligência (22,2%); violência de qualquer natureza contra criança ou adolescente (16,5%); e, dificuldade ou inadequação de convívio familiar (13,5%).

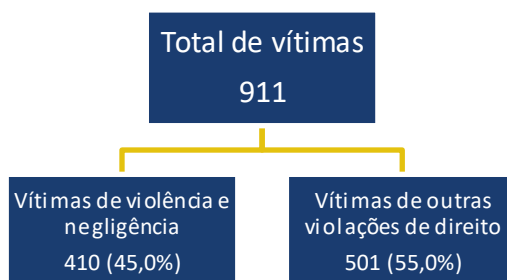
Tabela 233: Categoria dos fatos comunicados no Conselho Tutelar

Categorias dos fatos	Quant.	%
Negligência	202	22,2%
Violência de qualquer natureza contra criança ou adolescente	150	16,5%
Dificuldade ou inadequação de convívio familiar	123	13,5%
Ausência, inadequação ou inacessibilidade de serviço público	89	9,8%
Fato informativo	85	9,3%
Atos contra a dignidade sexual de crianças ou adolescente	72	7,9%
Evasão escolar	50	5,5%
Não informado	40	4,4%
Outros	35	3,8%
Desvio ou má conduta da criança ou adolescente	28	3,1%
Infrequência, defasagem ou impermanência no sistema escolar	22	2,4%
Negação ou restrição de direitos à liberdade, respeito e cidadania	21	2,3%
Prática de atos infracionais por criança ou adolescente	18	2,0%
Entrega ou abandono de incapaz	13	1,4%
Outras condutas praticadas por criança ou adolescente não especificadas anteriormente	5	0,5%
Tentativa de suicídio	5	0,5%
Desvio de conduta dos pais ou responsáveis	4	0,4%
Discriminação ou <i>bullying</i>	4	0,4%
Crianças ou adolescentes vítimas de fatos criminosos	2	0,2%
Trabalho Infantil	1	0,1%
Total Geral	911	-

Fonte: CT, 2018

Nota: Uma criança ou adolescente pode ter sofrido mais de uma violação de direito / fato comunicado.

Quando analisado as questões das violências (negligência, violência física, sexual, psicológica, ou trabalho infantil, temos o seguinte cenário:



O principal fato comunicado na Violência de qualquer natureza contra criança ou adolescente é a negligência ou abandono com 51,7% das notificações. Em seguida, está a violência física com 24,6%.

Tabela 234: Principais violências registradas no Conselho Tutelar

Tipo de violência	Quant.	%
Negligência ou abandono	212	51,7%
Violência física	101	24,6%
Violência Sexual	72	17,6%
Violência Psicológica	68	16,6%
Total Geral	410	-

Fonte: CT, 2018.

Nota: Uma criança ou adolescente pode ter sofrido mais de uma violação de direito / fato comunicado.

15.4.2 Taxa de Negligência/Abandono de criança e adolescente

Foram 212 notificações de negligência/abandono em 2018 no município. A taxa média do município é de 3,6 casos a cada mil crianças e adolescentes. A maior taxa é da Região Geográfica Vale do Sol (7,3) o que significa 3,6 vezes maior que a menor taxa (1,6) da Região Geográfica Parque Industrial.

Tabela 235: Taxa de Negligência/Abandono

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	Notificações	Taxa
Parque Industrial	7.049	11	1,6
Liberdade	6.734	15	2,2
Nova Parnamirim	13.067	36	2,8
Monte Castelo	5.672	18	3,2
Bela Parnamirim	9.075	34	3,7
Litoral	2.047	8	3,9
Passagem de Areia	7.871	38	4,8
Moita Verde	2.509	15	6,0
Vale do Sol	5.041	37	7,3
Não informado	-	0	-
Município	59.065	212	3,6

Menor Valor

Média

Maior Valor

Parque Industrial

1,6

Município

3,6

Vale do Sol

7,3

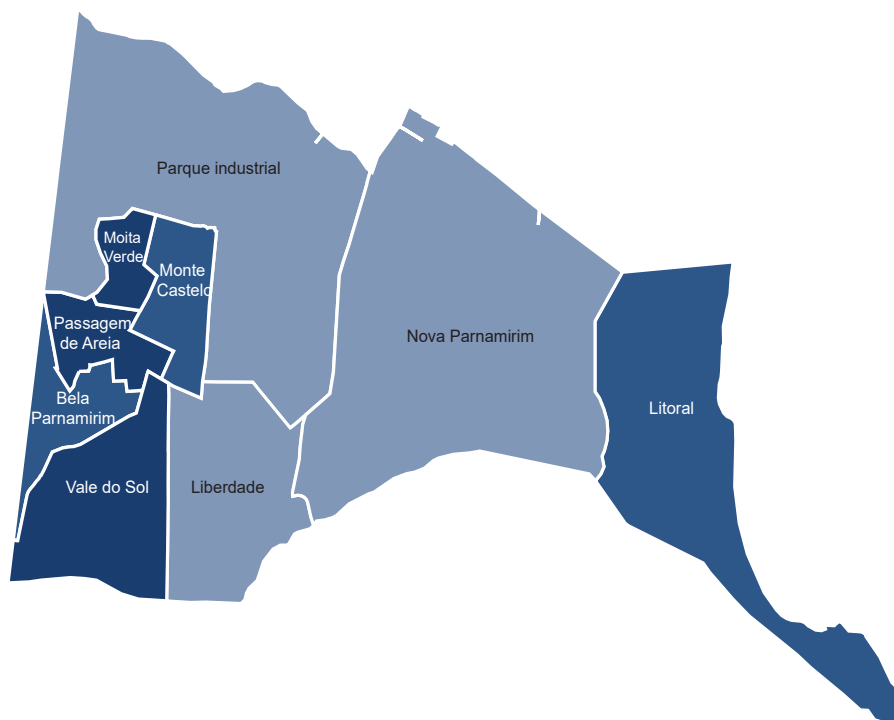
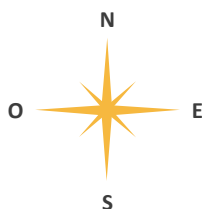
**Diferença:
3,6 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CT, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



Feminino	119	56,1%
Masculino	93	43,9%
Não informado	0	0,0%
Total	212	100,0%
De 0 a 5 anos	68	32,1%
De 6 a 11 anos	71	33,5%
De 12 a 17 anos	57	26,9%
Não informado	16	7,5%
Total	212	100,0%

15.4.3 Taxa de Violência Física contra criança e adolescente

Foram 101 notificações de violência física em 2018 no município. A taxa média do município é de 1,7 casos a cada mil crianças e adolescentes. A maior taxa é da Região Geográfica Vale do Sol (2,8), 8,3 vezes maior que a menor taxa (0,3) da Região Geográfica Parque industrial.

Tabela 236: Taxa de Violência Física

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	Notificações	Taxa
Parque Industrial	7.049	2	0,3
Moita Verde	2.509	3	1,2
Bela Parnamirim	9.075	14	1,5
Monte Castelo	5.672	10	1,8
Passagem de Areia	7.871	14	1,8
Nova Parnamirim	13.067	24	1,8
Litoral	2.047	4	2,0
Liberdade	6.734	15	2,2
Vale do Sol	5.041	14	2,8
Não informado	-	1	-
Município	59.065	101	1,7

Menor Valor	Parque Industrial	0,3
Média	Município	1,7
Maior Valor	Vale do Sol	2,8

**Diferença:
8,3 vezes**

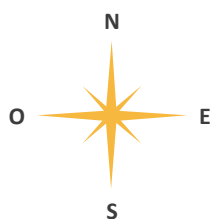
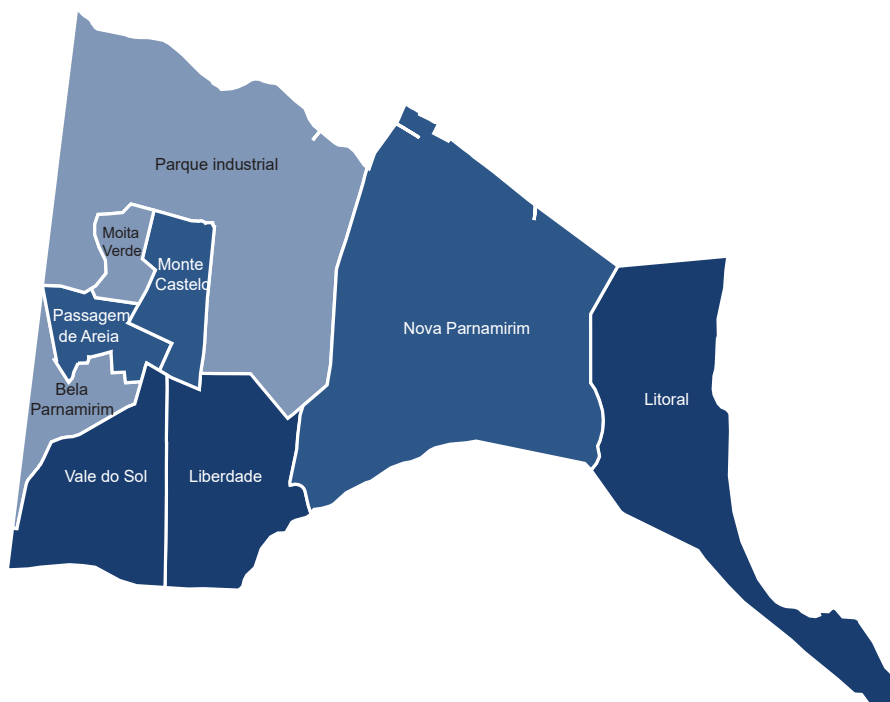
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CT, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto

Feminino	55	54,5%
Masculino	44	43,6%
Não informado	2	2,0%
Total	101	100,0%
De 0 a 5 anos	32	31,7%
De 6 a 11 anos	27	26,7%
De 12 a 17 anos	29	28,7%
Não informado	13	12,9%
Total	101	100,0%



15.4.4 Taxa de Violência Sexual contra criança e adolescente

Foram 72 notificações de violência sexual em 2018 no município. A taxa média do município é de 1,2 caso a cada mil crianças e adolescentes. A maior taxa é da Região Geográfica Litoral (2,4), e 2,4 vezes maior que a menor taxa (0,7) das regiões Nova Parnamirim e Parque Industrial.

Tabela 237: Taxa de Violência Sexual

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	Notificações	Taxa
Nova Parnamirim	13.067	9	0,7
Parque Industrial	7.049	5	0,7
Passagem de Areia	7.871	8	1,0
Liberdade	6.734	7	1,0
Vale do Sol	5.041	6	1,2
Moita Verde	2.509	3	1,2
Monte Castelo	5.672	9	1,6
Bela Parnamirim	9.075	19	2,1
Litoral	2.047	5	2,4
Não informado	-	1	-
Município	59.065	72	1,2

Menor Valor	Nova Parnamirim e Parque Industrial	0,7
Média	Município	1,2
Maior Valor	Litoral	2,4

**Diferença:
2,4 vezes**

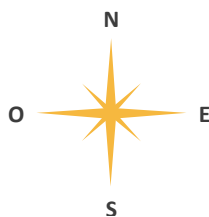
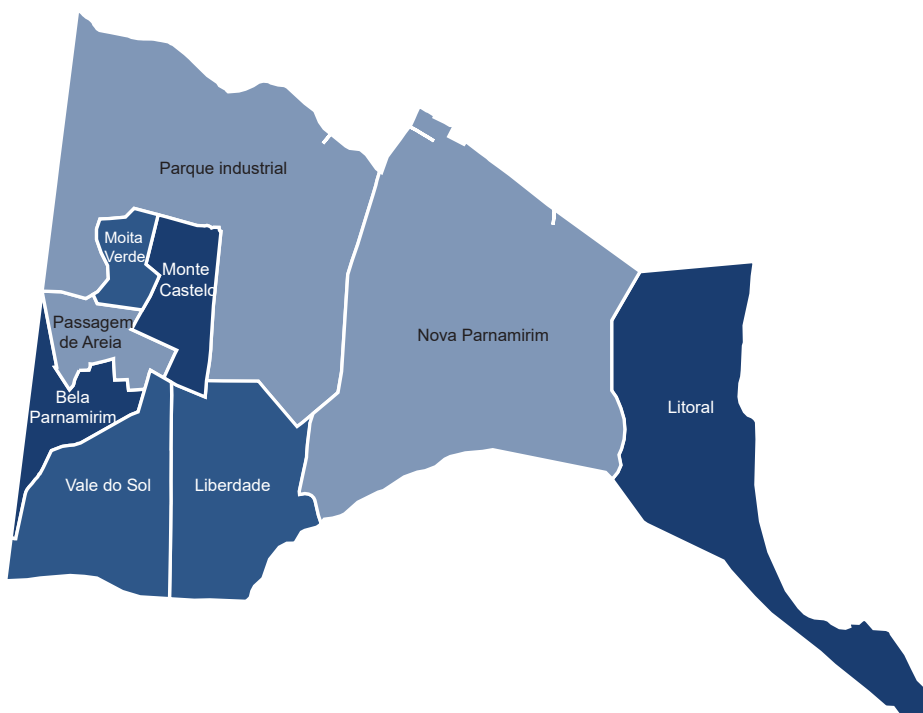
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CT, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto

Feminino	59	81,9%
Masculino	13	18,1%
Não informado	0	0,0%
Total	72	100,0%
De 0 a 5 anos	10	13,9%
De 6 a 11 anos	24	33,3%
De 12 a 17 anos	36	50,0%
Não informado	2	2,8%
Total	72	100,0%



15.5.5 Taxa de Violência Psicológica contra criança e adolescente

Foram 68 notificações de violência psicológica em 2018 no município. A taxa média do município é de 1,2 caso a cada mil crianças e adolescentes. A maior taxa é da Região Geográfica Bela Parnamirim (2,0) é 19 vezes maior que a menor taxa (0,1) da Região Geográfica Parque Industrial.

Tabela 238: Taxa de notificação de violação de direito à criança e ao adolescente registrados no Conselho Tutelar

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	Notificações	Taxa
Parque Industrial	7.049	1	0,1
Litoral	2.047	1	0,5
Nova Parnamirim	13.067	8	0,6
Liberdade	6.734	5	0,7
Moita Verde	2.509	2	0,8
Vale do Sol	5.041	8	1,6
Passagem de Areia	7.871	13	1,7
Monte Castelo	5.672	11	1,9
Bela Parnamirim	9.075	18	2,0
Não informado	-	1	-
Município	59.065	68	1,2

Menor Valor

Média

Maior Valor

Parque Industrial	0,1
Município	1,2
Bela Parnamirim	2,0

**Diferença:
19 vezes**

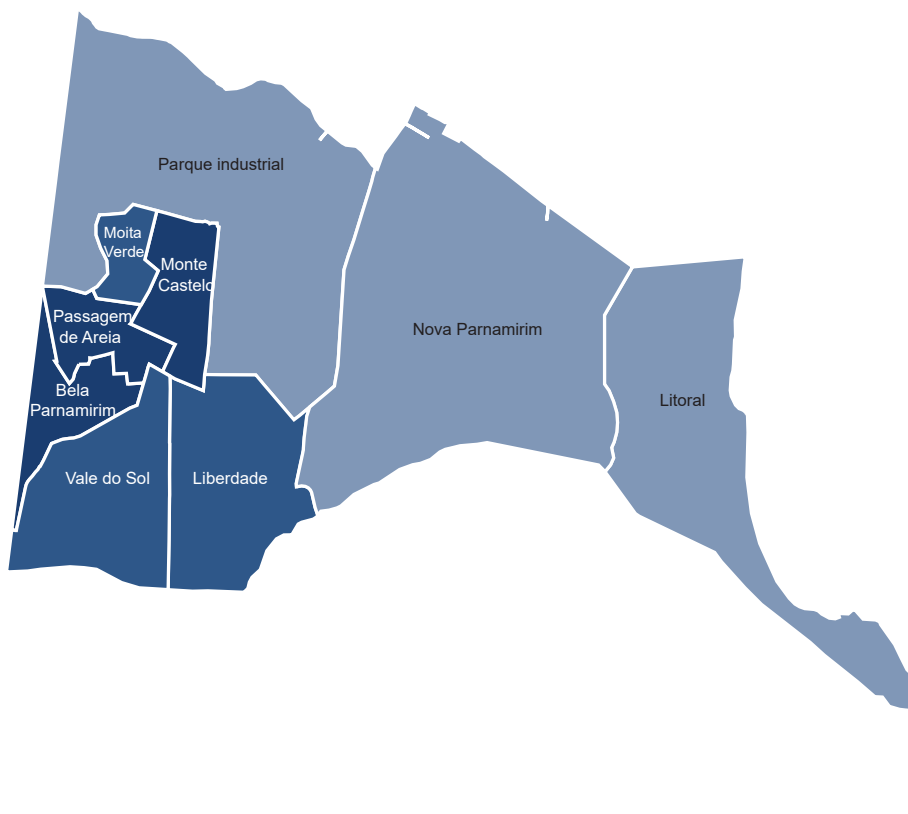
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CT, 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto

Feminino	34	50,0%
Masculino	33	48,5%
Não informado	1	1,5%
Total	68	100,0%
De 0 a 5 anos	17	25,0%
De 6 a 11 anos	18	26,5%
De 12 a 17 anos	28	41,2%
Não informado	5	7,4%
Total	68	100,0%



15.5.6 Violência contra a mulher acompanhadas no CREAS

Em média a cada mil mulheres de 18 a 59 anos do município 1 é acompanhada no PAEFI por algum motivo de violência sofrida. A Região com o maior indicador é a Vale do Sol com uma taxa de 3,5 mulheres a cada mil.

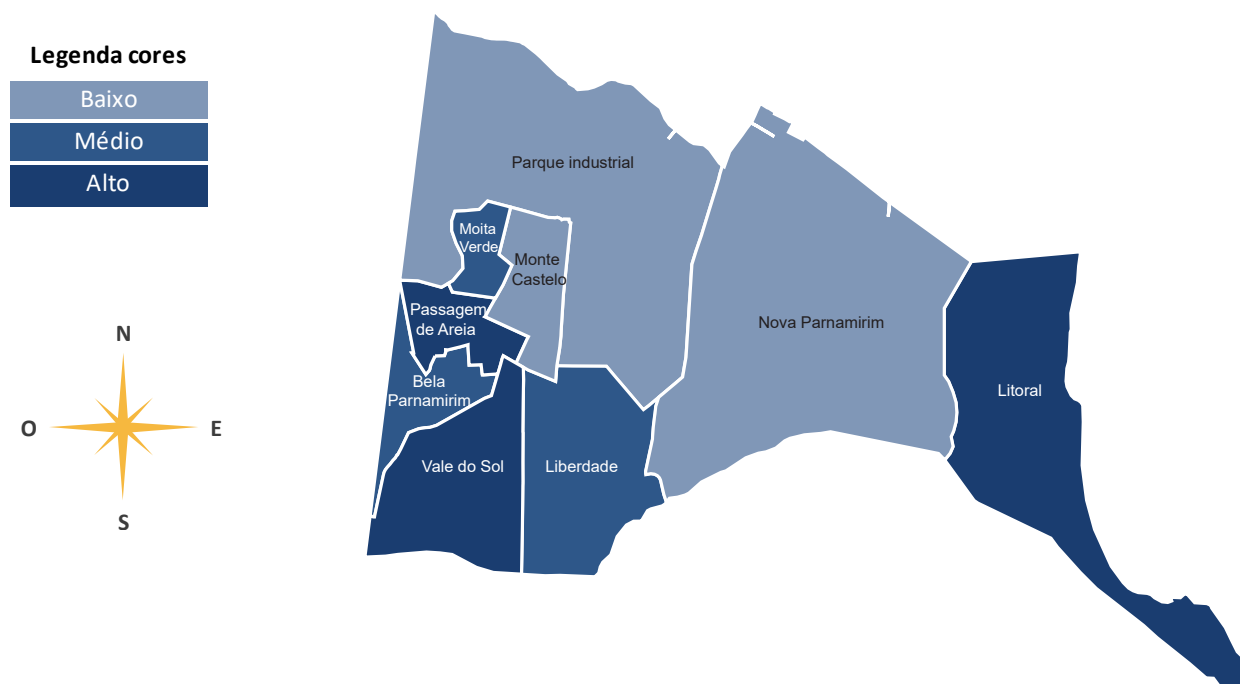
Tabela 239: Indicador de vítimas por mil habitantes da Região Geográfica

Região	População Feminina de 18 a 59 anos	Total de violências	Taxa	Menor Valor	Monte Castelo	0,3
				Média	Município	1,0
				Maior Valor	Vale do Sol	3,5
Monte Castelo	6.290	2	0,3			
Parque Industrial	8.338	3	0,4			
Nova Parnamirim	20.257	8	0,4			
Moita Verde	2.381	1	0,4			
Liberdade	7.210	7	1,0			
Bela Parnamirim	8.380	10	1,2			
Passagem de Areia	7.683	11	1,4			
Litoral	2.064	4	1,9			
Vale do Sol	5.097	18	3,5			
Não informado	-	2	-			
Município	67.700	66	1,0			

Diferença:
10,6 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CREAS, 2018.



Tipo de violência	Quant.	%
Violência doméstica	41	62,1%
Violência psicológica	28	42,4%
Violência física	25	37,9%
Negligência ou abandono	8	12,1%
Violência patrimonial	8	12,1%
Violência sexual	5	7,6%

*Nota uma pessoa pode ter sofrido mais de uma violência.

15.5.7 Violências contra a pessoa idosa acompanhadas no CREAS

Em média a cada mil idosos do município 2 pessoas são acompanhadas no PAEFI por algum motivo de violência sofrida. A Região com o maior indicador é a Litoral com uma taxa de 7,2 idosos a cada mil.

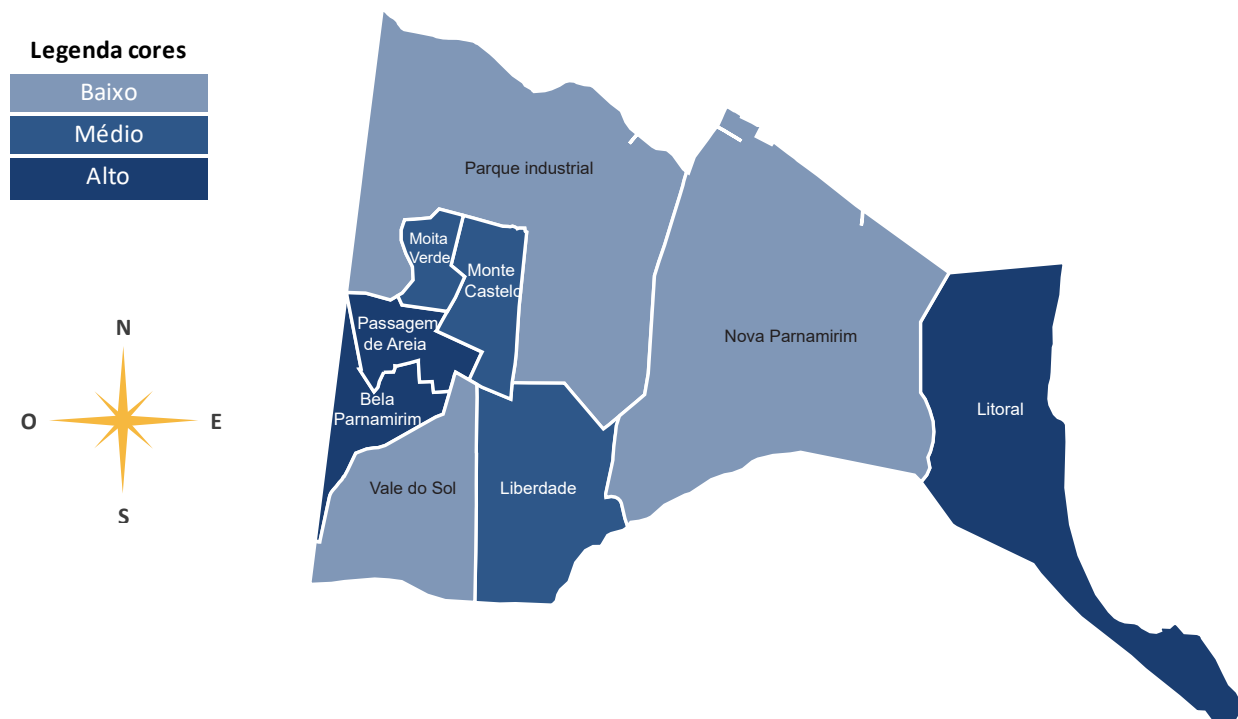
Tabela 240: Indicador de vítimas idosos por mil habitantes da Região Geográfica

Região Geográfica	População de 60 anos ou mais	Total de violências	Taxa	Menor Valor	Nova Parnamirim	0,5
				Média	Município	2,0
				Maior Valor	Litoral	7,2
Parque Industrial	1.660	0	0,0			
Nova Parnamirim	3.810	2	0,5			
Vale do Sol	1.289	2	1,6			
Moita Verde	430	1	2,3			
Monte Castelo	1.720	4	2,3			
Liberdade	1.708	4	2,3			
Bela Parnamirim	1.693	4	2,4			
Passagem de Areia	1.725	8	4,6			
Litoral	553	4	7,2			
Município	14.588	29	2,0			

**Diferença:
13,4 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: CREAS, 2018.



Tipo de violência	Quant.	%
Negligência ou abandono	21	72,4%
Maus Tratos	5	17,2%
Violência física	4	13,8%
Violência psicológica	4	13,8%
Violência sexual - abuso	1	3,4%

*Nota uma pessoa pode ter sofrido mais de uma violência.

15.5.8 Violações registradas nas delegacias da Polícia Civil

Ponderando o número de vítimas pela população total de cada Região Geográfica, ainda, a Região Geográfica Litoral continua com a maior taxa, de 199 vítimas a cada mil habitantes. A Região Geográfica com a menor taxa é a Nova Parnamirim, com apenas 3,3 vítimas a cada mil habitantes, uma diferença entre elas de quase 60 vezes.

Tabela 241: Indicador de vítimas por mil habitantes da Região Geográfica

Região Geográfica	População total	Vítimas	Taxa	Menor Valor	Nova Parnamirim	3,3
				Média	Município	30,3
				Maior Valor	Litoral	199,1
Nova Parnamirim	53.730	178	3,3			
Moita Verde	7.537	116	15,4			
Liberdade	22.534	451	20,0			
Parque Industrial	24.984	562	22,5			
Passagem de Areia	24.344	778	32,0			
Bela Parnamirim	26.883	977	36,3			
Vale do Sol	16.257	651	40,0			
Monte Castelo	19.457	962	49,4			
Litoral	6.730	1.340	199,1			
Não informado	-	123	-			
Município	202.456	6.138	30,3			

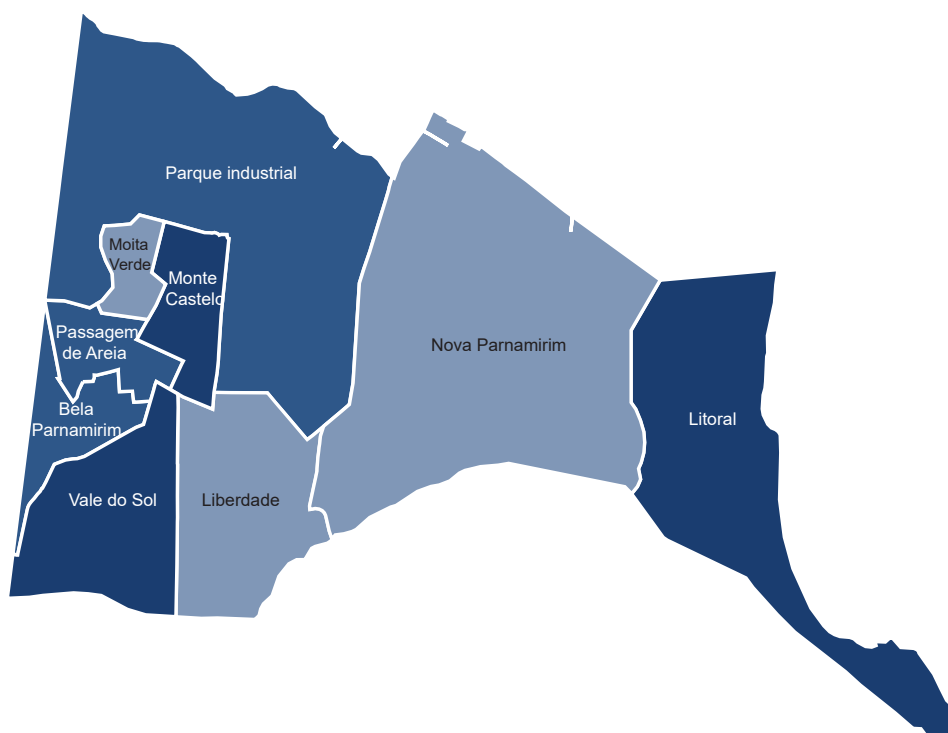
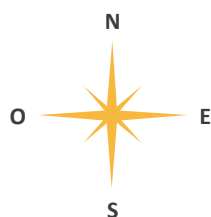
Diferença:
59,3 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



Foram 6.138 vítimas no município durante o ano de 2018, sendo que 27,6% delas foram vítimas de roubo, e outras 12,3% de perturbação do sossego alheio.

Tabela 242: Fato comunicado no Boletim de Ocorrência das Delegacias do Município

Fato	Quant.	%	
Roubo	1.696	27,6%	
Perturbação do sossego alheio	753	12,3%	
Lesão corporal	731	11,9%	
Pessoa Em Atitude Suspeita	731	11,9%	
Ameaça	660	10,8%	
Invasão	253	4,1%	
Furto	174	2,8%	
Disparo De Arma De Fogo	157	2,6%	
Entorpecentes E Drogas Afins	146	2,4%	
Atrito Verbal	132	2,2%	
Vias De Fato	124	2,0%	
Tentativa De Roubo	122	2,0%	
Arrombamento	101	1,6%	
Dano / Depredação	96	1,6%	
Porte Ilegal De Arma	47	0,8%	
Tentativa De Suicídio	25	0,4%	
Outros com menos de 20 registros cada	190	0,4%	
Total Geral	6.138	100,0%	

Fonte: Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP
Ocorrências registradas e atendidas em 2018

15.5.9 Violência Física registrada nas delegacias de Parnamirim

Foram registrados 879 casos de vítimas de violência física, gerando uma taxa média de 4,34 vítimas a cada mil pessoas do município. A Região Geográfica com o maior indicador é a Litoral com uma taxa de 29 vítimas a cada mil pessoas. Uma diferença de 72 vezes se comparado com Nova Parnamirim que apresentou uma taxa de 0,4 vítimas a cada mil pessoas residentes.

Tabela 243: Violência física registrada nas Delegacias do Município

Região Geográfica	População total	Vítimas	Taxa	Menor Valor	Nova Parnamirim	0,4
				Média	Município	4,34
				Maior Valor	Litoral	29,1
Nova Parnamirim	53.730	21	0,4			
Parque Industrial	24.984	49	2,0			
Liberdade	22.534	64	2,8			
Moita Verde	7.537	25	3,3			
Monte Castelo	19.457	112	5,8			
Bela Parnamirim	26.883	155	5,8			
Passagem de Areia	24.344	142	5,8			
Vale do Sol	16.257	96	5,9			
Litoral	6.730	196	29,1			
Não informado	-	19	-			
Município	202.456	879	4,34			

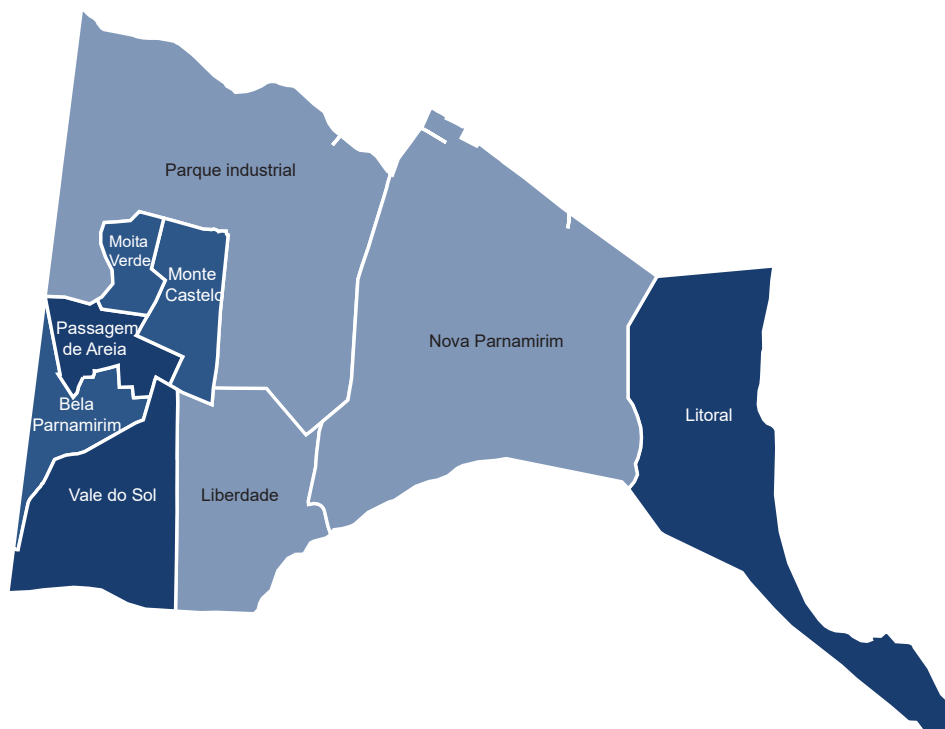
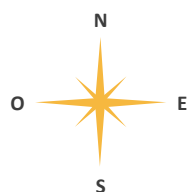
**Diferença:
72 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP
Ocorrências registradas e atendidas em 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



15.5.10 Taxa geral de Violência Psicológica registradas na Segurança Pública

Foram registrados 675 casos de vítimas de violência psicológica, gerando uma taxa média de 3,3 vítimas a cada mil pessoas do município. A Região Geográfica com o maior indicador é a Litoral com uma taxa de 21 vítimas a cada mil pessoas. Uma diferença de 69,6 vezes se comparado com Nova Parnamirim que apresentou uma taxa de 0,3 vítimas a cada mil pessoas residentes.

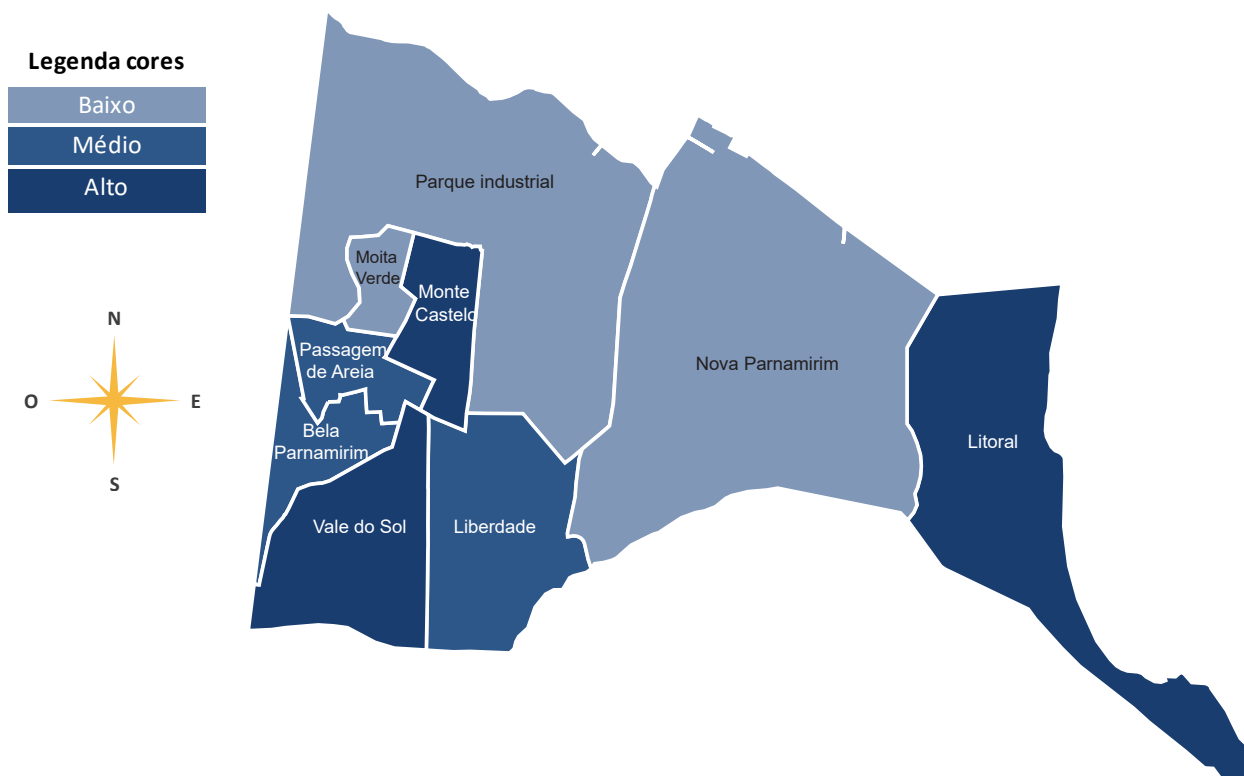
Tabela 244: Violência Psicológica registrada nas Delegacias do Município

Região Geográfica	População total	Vítimas	Taxa	Menor Valor	Nova Parnamirim	0,3
				Média	Município	3,3
				Maior Valor	Litoral	21,2
Nova Parnamirim	53.730	17	0,3			
Parque Industrial	24.984	40	1,6			
Moita Verde	22.534	14	1,9			
Liberdade	7.537	62	2,8			
Passagem de Areia	19.457	94	3,9			
Bela Parnamirim	26.883	120	4,5			
Vale do Sol	24.344	73	4,5			
Monte Castelo	16.257	100	5,1			
Litoral	6.730	143	21,2			
Não informado	-	12	-			
Município	202.456	675	3,3			

**Diferença:
69,6 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP
Ocorrências registradas e atendidas em 2018



15.5.11 Taxa geral de Violência ou Abuso Sexual registradas na Segurança Pública

Foram registrados 31 casos de vítimas de violência ou abuso sexual, gerando uma taxa média de 0,15 vítimas a cada mil pessoas do município. A Região Geográfica com o maior indicador novamente é a Litoral com uma taxa de 1,19 vítimas a cada mil pessoas. Uma diferença de quase 30 vezes se comparado com a menor taxa diferente de zero registrada em Passagem de Areia (apenas um caso) que apresentou uma taxa de 0,04 vítimas a cada mil pessoas residentes.

Tabela 245: Taxa geral de violência ou abuso sexual

Região Geográfica	População total	Vítimas	Taxa
Moita Verde	7.537		0,00
Nova Parnamirim	53.730		0,00
Passagem de Areia	24.344	1	0,04
Parque Industrial	24.984	2	0,08
Liberdade	22.534	3	0,13
Bela Parnamirim	26.883	5	0,19
Vale do Sol	16.257	4	0,25
Monte Castelo	19.457	7	0,36
Litoral	6.730	8	1,19
Não informado	-	1	-
Município	202.456	31	0,15

Menor Valor	Passagem de Areia	0,04
Média	Município	0,15
Maior Valor	Litoral	1,19

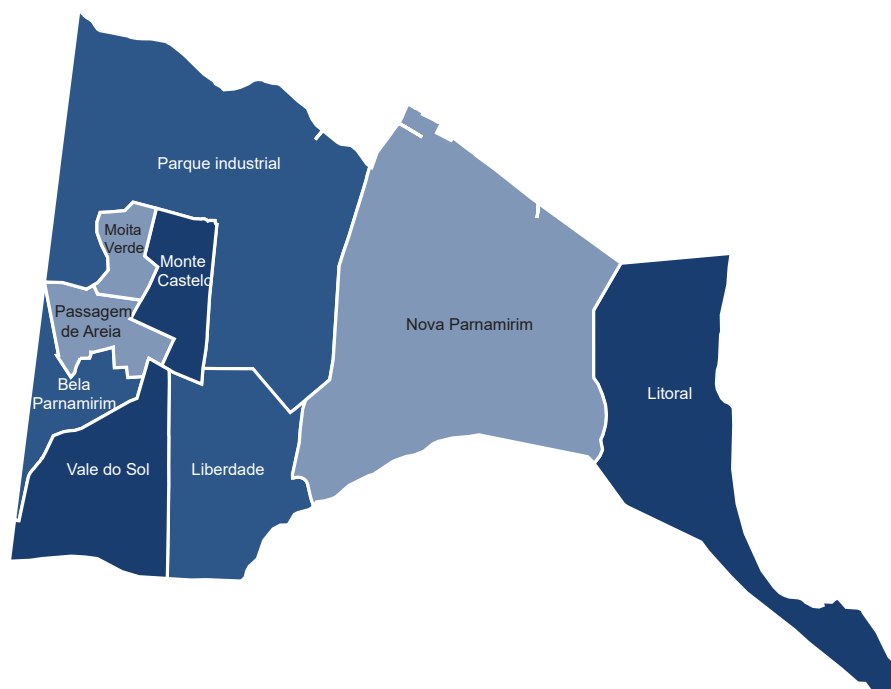
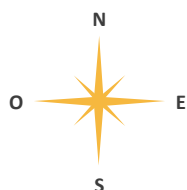
Diferença:
28,7 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP
Ocorrências registradas e atendidas em 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



15.5.12 Taxa geral de Conflito Familiar

Foram registrados 131 casos de situações de conflito familiar, gerando uma taxa média de 2,2 casos a cada mil pessoas do município. A Região Geográfica com o maior indicador novamente é a Litoral com uma taxa de 7,8 vítimas a cada mil pessoas.

Tabela 246: Taxa geral de Conflito Familiar

Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	Notificações	Taxa
Moita Verde	2.509	0	0,0
Bela Parnamirim	9.075	2	0,2
Liberdade	6.734	2	0,3
Monte Castelo	5.672	5	0,9
Passagem de Areia	7.871	7	0,9
Vale do Sol	5.041	10	2,0
Parque Industrial	7.049	17	2,4
Nova Parnamirim	13.067	65	5,0
Litoral	2.047	16	7,8
Não informado	-	7	-
Município	59.065	131	2,2

Menor Valor

Média

Maior Valor

Bela Parnamirim	0,2
Município	2,2
Litoral	7,8

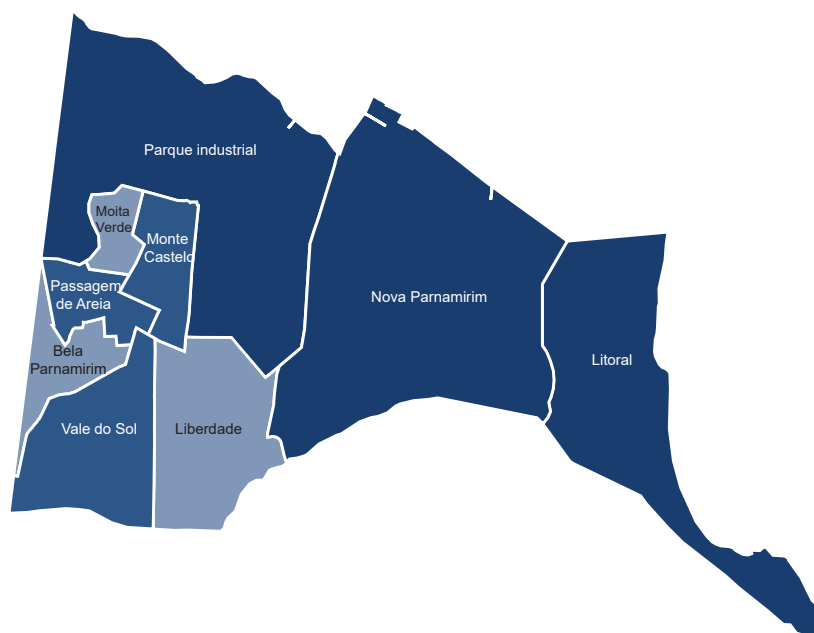
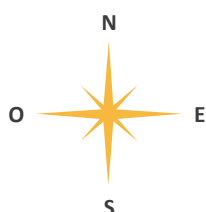
**Diferença:
38 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP
Ocorrências registradas e atendidas em 2018

Legenda cores

Baixo
Médio
Alto



Feminino	77	58,8%
Masculino	53	40,5%
Não informado	1	0,8%
Total	131	100,0%
De 0 a 5 anos	24	18,3%
De 6 a 11 anos	46	35,1%
De 12 a 17 anos	44	33,6%
Não informado	17	13,0%
Total	131	100,0%

15.5.13 Taxa de violência letal intencional registrada na Segurança Pública

Ponderando o número de vítimas pela população total de cada região, a região geográfica Litoral apresenta um indicador de 178 mortes violentas a cada 100 mil habitantes da região. Uma taxa 47 vezes maior do que a taxa da região de Nova Parnamirim, com 3,7 mortes a cada cem mil habitantes.

Tabela 247: Taxa de violência letal intencional

Região Geográfica	População total	Mortes	Taxa (100.000 hab.)
Nova Parnamirim	53.730	2	3,7
Vale do Sol	16.257	3	18,5
Parque Industrial	24.984	7	28
Moita Verde	7.537	3	39,8
Liberdade	22.534	10	44,4
Passagem de Areia	24.344	13	53,4
Monte Castelo	19.457	11	56,5
Bela Parnamirim	26.883	21	78,1
Litoral	6.730	12	178,3
Outros municípios	-	22	-
Município	202.456	109	53,8

Menor Valor

Média

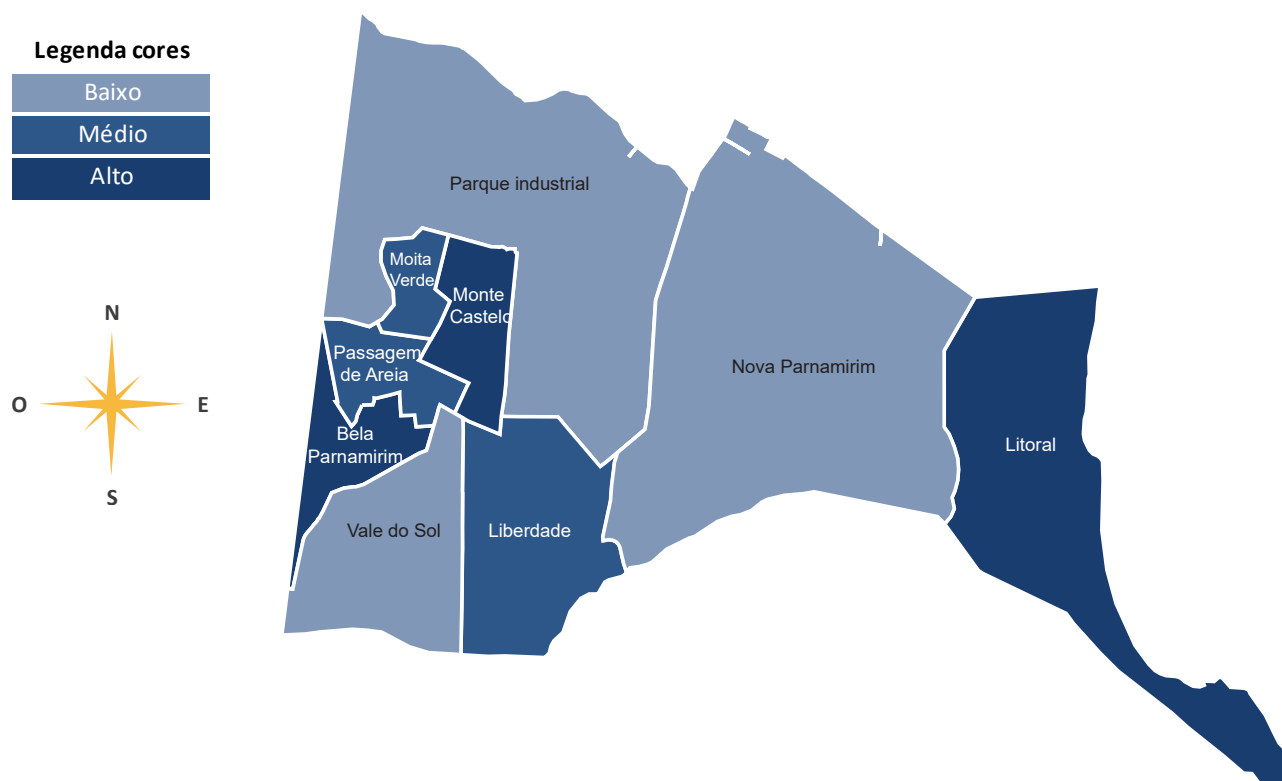
Maior Valor

Nova Parnamirim	3,7
Município	53,8
Litoral	178,3

**Diferença:
47 vezes**

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP
Ocorrências registradas e atendidas em 2018.



Foram 109 casos de morte, sendo que 71,6% destes foram homicídio doloso.

Tabela 248: Tipo de morte registrada no Boletim de Ocorrência da delegacia

Tipo de morte	Quant.	(%)
Homicídio doloso	78	71,6%
Intervenção policial	16	14,7%
Lesão corporal seguida de morte	11	10,1%
Latrocínio	4	3,7%
Total Geral	109	100,0%

Fonte: Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP.
Ocorrências registradas e atendidas em 2018

Em 98,2% dos casos de morte violentas, as vítimas foram do sexo masculino. Em relação a faixa etária 53,2% tinham entre 18 e 29 anos. Em relação a Etnia, 74,3% das mortes fizeram vítimas pessoas pardas.

Tabela 249: Sexo da vítima de morte registrada no Boletim de Ocorrência da delegacia

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	107	98,2%
Feminino	2	1,8%
Total Geral	109	100,0%

Fonte: Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP.
Ocorrências registradas e atendidas em 2018

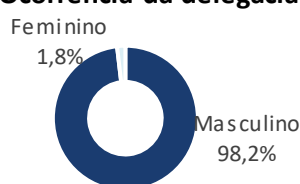


Tabela 250: Faixa etária da vítima de morte registrada no Boletim de Ocorrência da delegacia

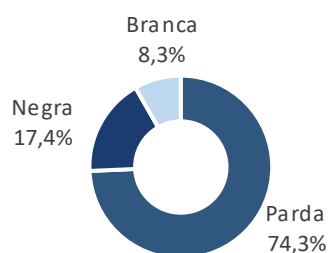
Faixa etária	Quant.	(%)
De 12 a 17 anos	17	15,6%
De 18 a 29 anos	58	53,2%
De 30 a 59 anos	31	28,4%
De 60 anos ou mais	1	0,9%
Não informado	2	1,8%
Total Geral	109	100,0%

Fonte: Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP.
Ocorrências registradas e atendidas em 2018

Tabela 251: Etnia da vítima de morte registrada no Boletim de Ocorrência da delegacia

Etnia	Quant.	(%)
Parda	81	74,3%
Negra	19	17,4%
Branca	9	8,3%
Total Geral	109	100,0%

Fonte: Fonte: Delegacia Virtual da Polícia Civil / CIOSP.
Ocorrências registradas e atendidas em 2018



15.4 MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DE VIOLÊNCIA POR TERRITÓRIO

Tabela 252: Mapa social dos indicadores de violência

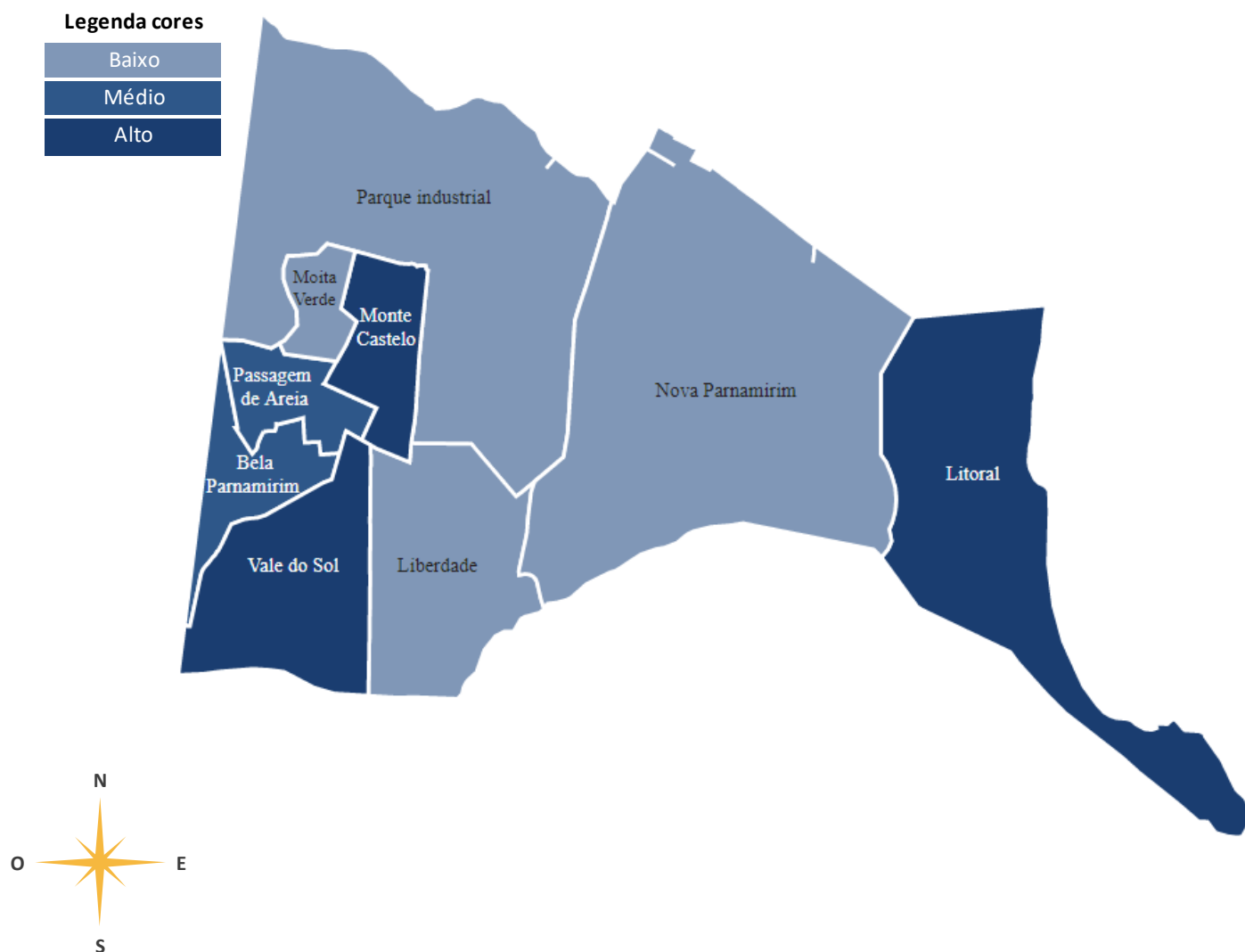
		Violências contra a criança e adolescente registradas no Conselho Tutelar - CT	Taxa de Negligência/Abandono de criança e adolescente	Taxa de Violência Física contra criança e adolescente	Taxa de Violência Sexual contra criança e adolescente	Taxa de Violência Psicológica contra criança e adolescente	Trabalho Infantil	Violências contra a mulher acompanhadas no CREAS	Violências contra a pessoa idosa acompanhadas no CREAS	Violências registradas nas delegacias de Parnamirim	Violência Física registrada nas delegacias de Parnamirim	Taxa geral de Violência Psicológica registradas na Segurança Pública	Taxa geral de Violência ou Abuso Sexual registradas na Segurança Pública	Taxa geral de Conflito Familiar	Taxa de violência letal intencional registrada na Segurança Pública	Total
	Região / Parâmetro	>17,70	>4,80	>2,00	>1,60	>1,70	>1,00	>1,40	>2,40	>40,00	>5,80	>4,50	>0,25	>2,40	>56,50	
	Parque Industrial	8,50	1,60	0,30	0,70	0,10	0,40%	0,40	0,00	22,50	2,00	1,60	0,08	2,40	28,00	1
	Moita Verde	15,50	6,00	1,20	1,20	0,80	0,80%	0,40	2,30	15,40	3,30	1,90	0,00	0,00	39,80	1
	Liberdade	11,90	2,20	2,20	1,00	0,70	1,00%	1,00	2,30	20,00	2,80	2,80	0,13	0,30	44,40	2
	Nova Parnamirim	17,70	2,80	1,80	0,70	0,60	0,20%	0,40	0,50	3,30	0,40	0,30	0,00	5,00	3,70	2
	Passagem de Areia	15,80	4,80	1,80	1,00	1,70	0,90%	1,40	4,60	32,00	5,80	3,90	0,04	0,90	53,40	5
	Bela Parnamirim	14,20	3,70	1,50	2,10	2,00	0,80%	1,20	2,40	36,30	5,80	4,50	0,19	0,20	78,10	6
	Monte Castelo	11,80	3,20	1,80	1,60	1,90	0,60%	0,30	2,30	49,40	5,80	5,10	0,36	0,90	56,50	7
	Vale do Sol	23,60	7,30	2,80	1,20	1,60	1,60%	3,50	1,60	40,00	5,90	4,50	0,25	2,00	18,50	9
	Litoral	19,50	3,90	2,00	2,40	0,50	1,90%	1,90	7,20	199,10	29,10	21,20	1,19	7,80	178,30	12
	Média do Município	15,40	3,60	1,70	1,20	1,20	0,70%	1,00	2,00	30,30	4,34	3,30	0,15	2,20	53,80	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Nota: O parâmetro é o valor cuja classificação do indicador é considerado como alto, ou seja, como ruim.

O mapa social apresentado na Tabela 252, apresenta os indicadores por território das violências com destaque para as regiões cuja taxa está em pior situação (Alto). Tais regiões foram contabilizadas na somatória dos indicadores, de modo a identificar quais delas estão mais críticas ou mais vulneráveis dentro deste eixo.

Sendo assim, a região mais vulnerável foi a Litoral, que teve 12 indicadores classificados como alto, seguida da região Vale do Sol que teve 9 indicadores.



PARTE VI

15. PESQUISA EM PROFUNDIDADE COM MORADORES, LÍDERES E INFLUENCIADORES DAS COMUNIDADES LOCAIS

Também fez parte deste estudo a aplicação de pesquisa qualitativa em profundidade - por meio de uma roda de conversa com moradores, técnicos, líderes e influenciadores das comunidades locais - com objetivo de investigar e construir um panorama geral sobre as problemáticas, desafios, fragilidades e oportunidades de cada região na perspectiva dos moradores.

A escolha da metodologia¹⁷, do formato e do instrumental da pesquisa, propõe estimular os atores locais a participar do processo de construção do Diagnóstico, por meio do diálogo colaborativo e da análise conjunta da realidade e das prioridades locais, para subsídio do planejamento e execução das políticas públicas. Isto porque as percepções e vivências dos moradores ou das pessoas que atuam em programas, projetos ou equipamentos de atendimento é primordial para entender a dinâmica local, pois vivenciam diariamente o cotidiano dos territórios.

Ao total foram 9 grupos, organizados conforme a divisão territorial para fins de Diagnóstico, cujos participantes - líderes, usuários, influenciadores, membros residentes das comunidades, professores, enfermeiros e técnicos atuantes nos demais equipamentos do território - foram selecionados pelos técnicos e coordenadores dos CRAS, local onde foi realizado. Por este motivo, é importante ressaltar que o perfil e a leitura aqui expostos dos serviços, grupos prioritários ou das regiões são baseados na vivência e nas falas dos representantes comunitários, e não em dados ou informações estatísticas.

O roteiro da entrevista foi estruturado em três partes distintas. Na Parte I foram realizadas perguntas com objetivo de identificar o perfil socioterritorial das famílias, na segunda parte o foco foi a percepção em relação a temas sociais de grupos específicos (criança, adolescente, idosos, pessoa com deficiência, mulher) e, por último, na Parte III, foram realizadas perguntas com objetivo de investigar a percepção da comunidade em relação as políticas públicas. Para fins de compilação e análise dos dados os resultados serão apresentados de três formas distintas: primeiro por território, depois por grupo prioritário e, por último, por macro tema das áreas de atuação do poder público.

¹⁷ Utilizou-se como metodologia de pesquisa o critério de investigação qualitativo, cuja amostragem em relação ao número de grupos e de entrevistados não é o foco principal, em virtude do cunho essencialmente valorativo desta abordagem, que se preocupa em estudar e compreender de modo subjetivo as particularidades e experiências individuais que traçam a visão de mundo dos entrevistados em relação aos pontos pesquisados (MINAYO, 2004). A justificativa da escolha desta metodologia fundamenta-se no objetivo proposto: o de conhecer a realidade social da comunidade, todavia sem limitar-se aos números e dados quantitativos e nem contrapor-se a eles, mas como forma de complementar e enriquecer este estudo, uma vez que este método permite ao pesquisador adentrar no mundo vivido pelos sujeitos, para que a partir de seus discursos possa compreender os sentimentos, valores, ideologias e motivações que o permeiam.

15.1 AS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DE CADA GRUPO PRIORITÁRIO

Olhar para os problemas sociais na perspectiva de cada grupo prioritário compreende observar as condições de vida identificando e entendendo os elementos que determinam e expressam a ocorrência de ameaças e violações de direitos. Compreende ainda buscar a identificação das principais deficiências do Sistema de Garantia de Direitos e da rede de atendimento municipal de cada grupo.

Assim, para falar de cada grupo, inicialmente se faz necessário traçar um panorama geral das famílias no território. É possível desenhar Parnamirim, por meio da fala dos técnicos e das comunidades locais que participaram das rodas de conversa, como um Município nordestino da região metropolitana de Natal, ainda em crescimento, cujas famílias são caracterizadas por serem numerosas, com baixa escolaridade e capacitação profissional, e por terem como fonte de renda atividades não formalizadas.

A mobilidade urbana, com a falta de integração das linhas de ônibus, que acarretam na dificuldade, demora e no alto custo para locomover-se no Município, assim como o baixo número de indústrias e de empregos formais e a falta de capacitação da mão de obra, contribuem para o desemprego e o trabalho informal, sendo o programa bolsa família uma fonte importante na renda domiciliar, principalmente nas famílias de mães solas (que as vezes é a única fonte). A falta de fonte de renda por sua vez acaba por desencadear outras problemáticas sociais que estão interligadas, como a vulnerabilidade social, falta de segurança pública, drogadição, dentre outras.

Criança e Adolescente

Das formas de violações de direito contra criança e adolescente, a vulnerabilidade socioeconômica é a mais evidenciada. Está presente em praticamente todas as comunidades, e possui relação com a problemática de falta de emprego e renda.

Ao longo das conversas são expostas situações de vulnerabilidade extrema, incluindo relatos de crianças e adolescentes cuja principal refeição (“quando não é a única”) é feita na escola ou no serviço de convivência familiar e comunitária, “quando não estão separando uma quentinha para levar para a mãe”.

Essa situação de extrema pobreza também contribui para o trabalho infantil, já que para auxiliar no sustento da família, muitas crianças e adolescentes são obrigadas a sujeitar-se ao trabalho informal, muitas vezes nas ruas, “esmolando, vendendo alguma coisa ou trabalhando no pesado”. Em alguns casos não conseguem concluir os cursos oferecidos no CRAS, ou até mesmo participar do SCFV, assim como se ausentam do ambiente escolar, ainda que temporariamente, em função de sua realidade

e estrutura social, pois têm que trabalhar “fazer uma faxina, um bico, vender alguma coisa pra sobreviver”.

[...] “nós, enquanto assistentes sociais, que trabalhamos contra o trabalho infantil, a gente tem que ouvir e ver isso de mãos atadas [...]. Estamos vendo que é uma questão de sobrevivência”.

É possível perceber uma estrutura parecida nos arranjos familiares das situações de risco e vulnerabilidade mais críticas - a ausência ou distância da figura paterna em grande parte dos casos - o que facilita o pensar estratégias de como trabalhar as necessidades dessas famílias, nos seus moldes reais.

A drogadição também é uma preocupação constante, já que o tráfico de drogas é um atrativo “tentador” e um meio rápido de conseguir dinheiro, principalmente para adolescentes que “têm vontade de ter as coisas, mas a família não tem dinheiro nem pra comer, quanto mais para comprar um tênis”.

O acesso à educação, às atividades de esporte e cultura e a capacitação profissional são citadas como forma de combater a inserção do jovem no tráfico, na criminalidade e no combate ao trabalho infantil. Além do serviço de convivência, o Município oferece poucas atividades deste tipo que não são suficientes para atender a demanda. O voluntariado é muito presente nas comunidades, mas os voluntários esbarram em dificuldades como locais e equipamentos, que poderia ser suprida pelo poder público.

“precisamos ocupar a mente dessas crianças, para que futuramente elas não se percam. Não só das crianças, mas dos adolescentes, e de adultos que não têm o que fazer”.

A inversão de valores, a falta de limite e a dificuldade dos pais em impor esses limites e educar os filhos, também é apontado como um desafio da família contemporânea, principalmente em famílias desestruturadas. “família desestruturada, tem filho desestruturado. Pra gente estruturar essas famílias, precisa de políticas públicas somadas as características ancestrais da base familiar e de valores.”

Nas rodas de conversa fica evidente a importância da orientação e do planejamento familiar com a presença de toda a família permitindo que os jovens possam refletir sobre o que querem para o futuro, seus sonhos, a profissão que querem seguir, o que é constituir família, quais as consequências de ter um filho, dentre outros temas pertinentes. Entendem que esta também é uma oportunidade de fortalecer as histórias e vínculos familiares, de reconhecer o papel dos pais, das mães ou pais solos, daqueles que têm dificuldades na criação de seus filhos, não só para seu reconhecimento e gratidão, mas como forma de exemplo e reflexão para a fomentação da quebra do ciclo geracional de repetição.

Pessoa com deficiência

As pessoas com deficiência são amparadas por leis – com destaque ao Estatuto da Pessoa com Deficiência - a qual estabelece normas e direitos. Tal legislação possibilita-lhes o direito de serem incluídos socialmente, como parte integrante do processo de construção de uma sociedade mais justa. Para isto, devem superar as barreiras estruturais e sociais no acesso a espaços físicos (que muitas vezes não estão preparados para recebe-los), assim como na elaboração e implementação de políticas públicas sociais, que precisam ser pensadas para alcança-los.

É certo que este é um grande desafio e que há um longo caminho a ser percorrido, pois, a questão da deficiência está inserida no cenário de amplas desigualdades sociais existentes no país, que se expressam, entre outros aspectos, pelas características precárias do mercado de trabalho e pelas debilidades de infraestrutura em áreas básicas, como Educação, Saúde, Habitação e Transporte.

A realidade de Parnamirim – constatada sob a perspectiva das rodas de conversas – é de que alguns CRAS, equipamentos de caráter público, destinados a atender pessoa com deficiência (pois este é um de seus grupos prioritários) ainda não estão equipados e adequados para recepciona-los. Chega a ser irônico que a Administração Pública não cumpra os regulamentos por ela aprovados.

Além disso, o trabalho com esse grupo ainda é um desafio a ser pensado pelos coordenadores e técnicos, em como alcança-los e fazê-los aderir aos serviços de forma contínua.

Negro

Em Parnamirim, como em qualquer outro município brasileiro, há a diversidade de etnia e raça da população, com a presença do negro como herança social. Em seu território há a presença de uma comunidade quilombola na Região Moita Verde, onde moram inúmeras famílias.

Temas como a desigualdade socio racial e preconceito foram abordados em todas as rodas de conversa, todavia, no Moita Verde foi a região em que este tema foi mais explorado. A comunidade comenta que o preconceito ainda existe, que é real e precisa ser combatido.

“menina, a gente sabe a realidade do Brasil né? Se tiver uma galeguinha lá e um preto, claro que é a galeguinha que vai ser chamada [...] em todo o canto é assim, e aqui não ia ser diferente”

Comentam que têm conquistado seu espaço ao longo dos últimos anos, com a oferta de serviços dentro de sua comunidade, e que continuam unidos na busca pelo reconhecimento de seu espaço, no combate ao preconceito e ao racismo, e na inclusão social. Ressaltam a importância de terem membros preenchendo cargos públicos como representantes dos interesses de sua comunidade, como acontece na coordenação de igualdade racial do Município “É gente da gente [...] a gente é que sabe o que a gente passa [...] é totalmente diferente do que colocar alguém que não faz parte de terreiro, não faz parte do quilombo, não faz nada, uma pessoa que não conhece a realidade”.

Mulher

No Brasil, a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), propõe o reconhecimento e o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco decorrentes da exposição à violência, exploração, negligência, dentre outras violações de direitos, assim como de questões relacionadas ao ciclo geracional, das relações sociais, da dinâmica dos territórios, e da qualidade do acesso a trabalho, renda e serviços. A vulnerabilidade de gênero é um fenômeno social e cultural que permeia a sociedade brasileira em diferentes segmentos: econômico, social, trabalhista e familiar.

Nas rodas de conversas ficou evidenciado o perfil da mulher residente em Parnamirim como usuárias do CRAS, genitoras de famílias numerosas, com baixa escolaridade, a quem é atribuída a responsabilidade pela criação e educação dos filhos.

A falta de vagas em educação infantil é uma das principais problemáticas sociais, além do histórico cultural, que impacta na condição da mulher tornar-se dona de casa e dedicar-se exclusivamente a rotina familiar. A falta de empregos formais e os salários baixos também contribuem para tal realidade, já que muitas delas alegam que ao colocar “na ponta do lápis, vale mais a pena ficar em casa para cuidar dos filhos e da casa”. Nesse viés, muitas mulheres acabam dependentes de seus companheiros e têm repetindo ciclos geracionais.

Esta também é o dilema e a realidade encontrada por muitas mães solas, sejam as que vivem sozinhas ou que moram com seus pais. Os motivos para serem mães solas são os mais diversos, e compreendem desde a ausência do companheiro por estar cumprindo pena privativa de liberdade, ou por ter sido abandonada ainda na gestação ou já com filhos. Ter um filho já é um grande desafio, e fazer isso sozinha, sem o apoio de um companheiro para dividir as tarefas é ainda mais difícil.

“conheço mães solas que perderam a força de sair de casa, porque quando pensam no deslocamento, levar o filho, se vai, o lanche que tem pra levar, fica em casa. Conheço gente nessa situação que está com depressão, que não consegue sair do fundo do poço”.

A violência doméstica e familiar é um problema social ocultado sob os muros domiciliares, e assombra a realidade de muitas dessas mulheres. Geralmente são cometidas pelos companheiros, maridos, namorados, amantes, ou seja, por aquela pessoa com a qual a mulher mantém uma relação afetiva conjugal, e em muitas situações alcança também os filhos. É um sofrimento silencioso, pois muitas delas “sofrem caladas”, por ter medo de fazer a denúncia.

“aqui as mulheres são completamente submissas, por conta da educação”

Os técnicos pontuam que um grande desafio no enfrentamento da violência contra a mulher em Parnamirim é a efetivação e a consolidação de uma política social de atendimento em todas as pontas, já que muitas mulheres são vulneráveis e dependentes econômica e emocionalmente do agressor, principalmente quando têm filhos, e por isso “estão presas”. Pontuam ainda que esta, infelizmente, também é a realidade de muitas mulheres que, mesmo não sendo vítimas de violência, estão de alguma forma “presas” em uma relação por estas mesmas dependências.

“eu acho que não funciona [política de violência contra a mulher]. Existe muita divulgação, existe sim, são orientados os meios [...] ela vai pra todos os meios que podia ir, mas ela volta [para perto do agressor] por que depende dele [...]”

Neste contexto, os técnicos dos CRAS vêm desenvolvendo trabalhos em seus territórios com grupos específicos para mulheres, em que são realizadas dinâmicas para a socialização de suas experiências, para o resgate da autoestima, do amor próprio, a introjeção de sonhos e perspectiva de futuro, a educação, ensino e capacitação de atividades que possam gerar emprego e renda. Nesses grupos também é trabalhado o encorajamento para que busquem sua independência financeira e emocional como forma de colocar fim as situações de violência, seja através da denúncia ou para buscar um novo recomeço.

Os técnicos também relatam que, geralmente as mulheres chegam ali para buscar alguma coisa, ou porque estão atravessando uma situação difícil, uma dor, um conflito, ou porque querem aprender alguma coisa ou uma oportunidade para mudar de vida. Muitas também chegam ao CRAS através de outras mulheres, suas amigas, parentes ou vizinhas, ou de seus filhos, que frequentam o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, e assim acabam conhecendo os serviços que são direcionados para elas.

Apesar do esforço e do trabalho que vem sendo desenvolvido, fica a reflexão de que a transformação social da realidade da mulher em Parnamirim ainda é um grande desafio, já que além

dos aspectos socio culturais e geracionais que a mulher ocupa no seio social, ainda existem fatores contribuem para agravar esta problemática. A escassez de empregos formais, a baixa escolaridade e a falta de capacitação profissional, a maternidade (em muitas vezes cedo, ainda na adolescência) são alguns desses aspectos que precisam ser combatidos.

O que se percebe nas rodas de conversa, é que dos grupos prioritários (criança, adolescente, mulher, idoso e pessoa com deficiência), a problemática social sob a perspectiva da mulher é o menos comentado, já que muitas pessoas – incluindo as próprias mulheres – estão tão acostumadas com essa realidade social (de desigualdade) que acham “normal” e não enxergam como uma situação a ser combatida.

Idoso

A formulação de políticas públicas para o envelhecimento é um grande desafio para o País e, em especial, para os municípios. Parnamirim não foge desta realidade e apresenta ainda muitos obstáculos que precisam ser vencidos para tornar realidade os princípios e objetivos estabelecidos no Estatuto do Idoso.

“eu queria só é que fosse cumprido o que tem na Lei [...] só bastava cumprir o que tem”.

O Estatuto diz que o poder público e a família têm a obrigação de garantir ao idoso, com absoluta prioridade, os direitos assegurados à pessoa humana. Todavia, na prática ainda existem inúmeros desafios a serem vencidos, e Parnamirim, assim como outros municípios, enfrenta o envelhecimento da população sem o acompanhamento e ampliação das políticas que garantem o acesso e a efetivação de seus direitos.

A família - apontada pelo Estatuto como responsáveis em prover alimentação e auxiliar no sustento e segurança do idoso – muitas vezes é a o principal agente violador de seus direitos. Dentre as principais violações foram apontadas pelas comunidades a violência doméstica familiar como sendo as mais frequente, as quais incluem maus tratos, violência física, psicológica, abandono e negligência. Também são apontadas a violência financeira ou patrimonial; o preconceito, discriminação e falta de respeito; vulnerabilidade econômica; problemas de saúde e fragilidade nos serviços de saúde; e a falta ou lacunas nos serviços públicos voltados para educação, cultura esporte e lazer do idoso.

Além disso, também é pontuado que a sociedade “parece caminhar para trás”, pois o idoso não é mais visto com o mesmo respeito de antigamente, hoje “quando não têm mais serventia são abandonados pelas famílias”. Existem várias formas de abandono, a física é apenas uma delas, há o

abandono econômico-financeiro e a psicoemocional. Neste último, a consequência e o adoecimento são da mente, que pode evoluir quadros de depressão, muito comum nesta idade.

O CRAS tem um papel importante na política do idoso, em trabalhar na prevenção e no fortalecimento de vínculos com a família e na promoção da qualidade de vida. Praticamente todos os equipamentos oferecem algum tipo de serviço ou grupo voltado para a terceira idade ou para o lazer com atividades como bingo, passeios e dança. As coordenadoras comentam que têm boa adesão, mas que a logística de deslocamento atrapalha um pouco, em virtude da limitação física, e que a disponibilização de transporte seria primordial para aumentar a demanda. "O que atrapalha o idoso a ter lazer, é ter que tomar conta do neto, é o filho que se apropria do carro do idoso [...]"

A falta de emprego e renda é assinalada como uma problemática em todo o território. Em algumas famílias a principal fonte de renda é a aposentadoria do idoso, e é comum o recebimento de inúmeras queixas de violência econômica por parte da família, que acaba por privar o idoso de administrar sua renda. Além disso também é frequente a denúncia de assédio por parte de instituições financeiras e de empréstimos consignados (descontado em folha de pagamento) irregulares, realizados por operações fraudulentas ou por membros da própria família, como filhos ou netos, mas sem a autorização ou conhecimento do idoso.

“o cartão é o inimigo do idoso”

Percebe-se, que o que é comum a todos – aqueles que possuem renda e os que não possuem – é a angústia de pensar no futuro, o sentimento de solidão, o receio de ficar sozinho e de não ter quem os cuide. Vêm para os grupos porque precisam conversar, necessitam de companhia, e no CRAS são ouvidos e acolhidos.

No âmbito da saúde, além da fila de espera por médico, consultas especializadas e exames, há também a falta (insuficiência) de atendimento de saúde mental e de sessões de fisioterapia. Os técnicos pontuam da necessidade de ampliar a equipe de atendimento domiciliar, pois existem idosos que não tem condições de deslocar-se para serem atendidos nas unidades de saúde (para curativos, etc). Delineiam que o perfil epidemiológico do idoso é caracterizado por problemas de saúde crônicos, disfunções orgânicas ou decorrente do cotidiano, como a queda.

“A maior demanda do idosos é queda, e isso pode ser prevenido”

Complementam ainda que é preciso trabalhar de forma preventiva, ampliando o serviço de saúde e bem estar para a terceira idade com a prática de atividade física.

“pode parecer aumento do gasto de dinheiro, mas não é não! É economia”

15.2 AS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

O diagnóstico é um processo contínuo de descoberta da realidade e dos problemas sociais do município com objetivo de traçar estratégias de atuação eficazes para cada área de atuação. O processo de transformação social é um trabalho desafiador, cujo sucesso dependerá, em grande medida, da energia e da dedicação de cada ator envolvido, mas também da capacidade de ação conjunta e de interligar-se enquanto rede de atendimento, pois apesar de atuar em diferentes frentes, possuem o mesmo público e objetivo. Destaca um dos técnicos:

“O público da saúde é o público da assistência social, e é o público da educação, enfim não tem outro objetivo. Se os idosos estão lá e a assistência social está junto é porque nós podemos fazer um trabalho junto. Se as crianças estão na escola e nós estamos aqui no SCFV, é o mesmo público, e o objetivo é o mesmo. Então se nós juntássemos, se a gente tivesse maior conhecimento em políticas públicas, estar juntos e dar as mãos, aí venceríamos essas situações dos profissionais que hoje estão e amanhã não estão [...] dar continuidade ao trabalho”

De modo geral – considerando a fala dos técnicos que participaram das rodas de conversas – a rede de atendimento demonstra estar engajada. Muitos fazem além do que se espera e de sua competência: tiram do próprio bolso para fazer “acontecer” e contornar os percalços e entraves da máquina pública. É notório que nas regiões e nos equipamentos com uma boa liderança, o engajamento é ainda mais forte, motivado pela empatia e pela vontade de fazer o bem pelo próximo.

“Nós fazemos não enquanto profissional, mas enquanto ser humano”

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- O desemprego e a falta de renda contribuem para que grande parte das famílias tenha o Programa Bolsa Família como fonte de renda;
- Grande número de famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Equipamentos do CRAS territorialmente localizados distante da população demandatória do serviço, ou com barreiras de acesso para idoso ou pessoa com deficiência (Nova Parnamirim);
- Os técnicos atuantes na região percebem que ainda há falta de informação quanto aos benefícios socioassistenciais, principalmente em relação ao BPC e as pessoas com deficiência. Muitos têm receio de trabalhar e perder o benefício (que não é cancelado e sim suspenso enquanto a pessoa com deficiência estiver em uma vaga de trabalho a ela direcionada);
- O CRAS tem papel fundamental na rotina de muitas famílias, pois além do trabalho no fortalecimento do vínculo familiar e acompanhamento de famílias em situação de

vulnerabilidade social e econômica, também fomenta e capacita os usuários para a geração de renda em atividades autônomas, como a confecção de bolos, bombons, artesanato, dentre outros;

- A violência doméstica é uma problemática por questões geracionais e culturais (a mulher de Parnamirim aprendeu a ser submissa), sociais (ela é dependente economicamente). A política existe, é bem desenhada, mas na prática não é resolutive, pois os encaminhamentos e atendimentos não dão conta de quebrar esse ciclo de dependência financeira;
- Divergência sobre a competência (assistência ou saúde) para disponibilizar o benefício eventual e de óculos, cuja consequência é a falta de acesso do usuário aos benefícios "a professora tirou do próprio bolso, levou meu menino na loja pra fazer os óculos"

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA PÚBLICA

- A mobilidade urbana e alto custo da passagem do transporte público (que não é integrado) contribuem para o desemprego e baixa renda;
- Infraestrutura urbana precária, com falta de saneamento básico, de coleta e tratamento de esgoto e de lixo, e com baixa infraestrutura de drenagem e de pavimentação, favorecem a contaminação e a proliferação de mosquitos e bichos que transmitem doenças, mau cheiro, enchentes, dentre outros problemas sociais;
- A desigualdade social e a falta de renda contribuem para o aumento da criminalidade e do tráfico de drogas, principalmente entre jovens e adolescentes;
- Situações de violências (física, psicológica, sexual, econômica) - principalmente a violência doméstica familiar que é escondida sob os muros domiciliares – vivenciada principalmente pelos indivíduos dos grupos de risco, como crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência;
- O conflito entre facções é uma realidade que assombra não só o Município como um todo, mas está presente em algumas Regiões (Parque Industrial, Bela Parnamirim, Nova Parnamirim)) que são divididas, cuja população vive sob o aspecto do medo;
- Falta de manutenção a locais e equipamentos públicos como praças, campos de futebol, prédios que poderiam estar sendo utilizados e aproveitados pelas comunidades;
- Tem regiões de extrema vulnerabilidade social, com área descoberta na saúde, e famílias longes do CRAS;

SAÚDE

- A precariedade da infraestrutura urbana que acarreta na proliferação de animais e mosquitos e contribuem para a propagação de doenças e agravos em saúde pública;
- Fila de espera para atendimento médico de consultas de rotina, consultas especializadas, odontologia a realização de exames e de cirurgia;
- Falta de médicos;
- Escassez de vagas nos serviços complementares em saúde, como fonoaudiologia, fisioterapia, nutrição, psicologia, dentre outros;
- Fila de espera para atendimento e acompanhamento em saúde mental;
- Falta de programas e projetos que fomentem o bem estar, com estímulo da prática de esporte e de atividade física, principalmente para crianças, adolescentes e idosos;
- Territórios com população descoberta na atenção básica;

EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

- Falta de vaga em educação infantil e falta de vaga em período integral;
- Falta de participação das famílias na rotina educacional dos filhos;
- Infrequência e evasão escolar, muitos deles relacionados por trabalho infantil;
- Falta de projetos e da oferta de atividades de contraturno escolar de cultura, esporte, lazer e capacitação profissional;
- Na região do parque industrial há a escola com maior IDEB do Rio Grande do Norte;
- Precisa melhorar, e dar a manutenção necessária e consertar escolas, ginásios, campos e praças utilizadas para a prática de atividades físicas;
- Falta de professor auxiliar nas salas de aula para alunos com deficiência;
- Salas de aula com pessoa com deficiência que comportam mais de 25 alunos, contrariando a recomendação do Ministério da Educação;

- Falta de vaga integral em educação infantil. Hoje muitas das vagas oferecidas são a partir de 2 anos de idade em período único (ou manhã ou tarde). A comunidade e os técnicos comentam que em virtude da alta fila de espera (e pela pressão da Promotoria em diminuir esta lista), as vagas integrais passaram a ser parciais, o que para a comunidade ficou ruim, principalmente para as famílias que precisam trabalhar;

- Uma das escolas da Região do Monte Castelo tem oferecido aulas de reforço em horário de contraturno para alunos em situação de defasagem, com adesão dos alunos e aprovação dos pais e responsáveis;

PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

- Alto número de vulnerabilidade econômica e de famílias de baixa renda, em virtude do baixo número de empregos formais;

“a gente sabe que emprego não tem pra todo mundo, o mercado tem uma determinada quantidade de vagas e existe uma demanda muito maior de pessoas pra atender”

“quando você tem um pai e uma mãe que tem de onde tirar o seu sustento, eles vão ter condições melhores de enfrentar os desafios que o mundo trás”

- Salários baixos e o alto custo com o transporte público e a demora para locomover-se no Município, contribui para o desemprego e a baixa de renda familiar;

- Para as mulheres, a falta de vagas na educação infantil, assim como os problemas citados acima, contribui para que muitas mulheres não tenham renda própria. Para as mães solas este problema é ainda mais grave, pois acabam vivenciando situações de extrema vulnerabilidade econômica;

- A baixa escolaridade e falta de capacitação e profissionalização contribui para o desemprego da população de Parnamirim, já que em muitos casos, a mão de obra especializada e contratada formalmente vem de Natal;

- Falta de apoio do poder público para a regularização e apoio as atividades e profissões autônomas, como artesãos, pescadores, motoboys, catadores de materiais recicláveis, dentre outros, para que haja o fortalecimento e o desenvolvimento dentro das próprias comunidades;

- O trabalho infantil é culturalmente visto como algo benéfico, e a comunidade critica as normas que regulamentam a contratação de menor de 18 anos, já que o menor auxilia e contribui para o sustento familiar, perpetuando ciclos geracionais;

- Falta de capacitação profissional para a inserção do adolescente e do jovem no mercado de trabalho, por meio de cursos profissionalizantes e da oferta de vagas em programas como o Jovem Aprendiz;

“o jovem que aprende uma profissão, mesmo que não consiga um trabalho, ele pode montar o seu negócio, ter seu “ganha pão”, sua fonte de renda”

15.3 AS PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO

Além de levantar os problemas que atingem a população e as deficiências dos serviços e da rede de atendimento por território, as conversas com as comunidades locais se propõem a identificar recursos, potencialidades que podem ser mobilizados para mudar essa realidade. E a melhor forma de fazê-lo é pela perspectiva de quem vivencia seu cotidiano.

“nossos governantes não têm conhecimento de causa [...]”

“a gente tem que conhecer, porque não se inclui ninguém sem conhecer”.

No geral, as comunidades locais parecem organizar-se bem, e ao mesmo tempo que apontam as dificuldades, fragilidades e pontos negativos, quando estimulados também demonstram capacidade para apresentar soluções criativas a serem implantadas a médio e curto prazo, e com baixo custo, aproveitamento a infraestrutura já existente e a mão de obra voluntária, presente em todos os territórios.

“é preciso dar melhores condições para quem já faz muito com pouco [...] o governo precisa olhar para o pequeno, para aqueles que vivem e estão atuando no seu território”

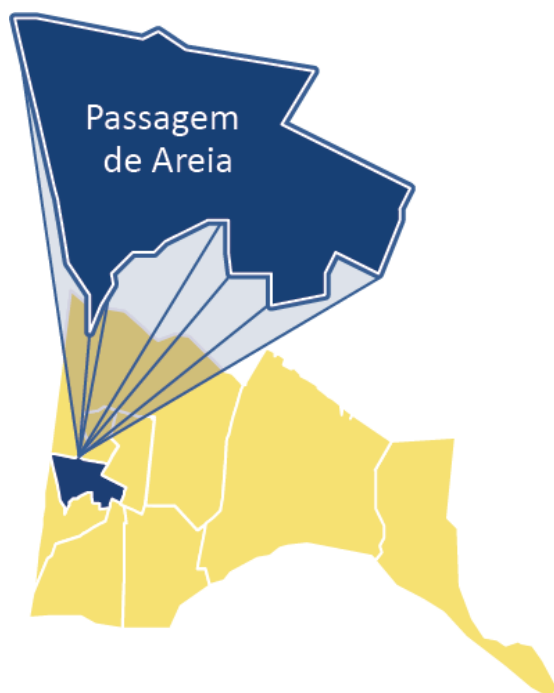
“tem instituições que tiram do próprio bolso para manter, para comprar um instrumento musical [...] para que aquela criança possa ter acesso a uma realidade diferente”

CONSIDERAÇÕES DA REDE DE ATENDIMENTO

A rede aponta como principal desafio a falta de procedimentos bem definidos, a burocracia do poder público para colocar em prática sugestões, e a falta de continuidade dos trabalhos e projetos em virtude da mudança da gestão. Também pontua que a comunidade desconhece os serviços que têm no território, por falta de informação, e que a própria rede contribui para isso, já que não trabalha unida, e que muitos técnicos também não conhecem os serviços e a estrutura da rede pública.

“precisa chegar no território e identificar: cadê o Conselho Tutelar, onde está o CRAS, o CAPS (...) pra gente trabalhar juntos, [...] e responsabilizar cada profissional como CRAS nunca recebi nenhuma ligação de diretor de escola perguntando se atendo tal família ou se atendo fulano.”

REGIÃO PASSAGEM DE AREIA

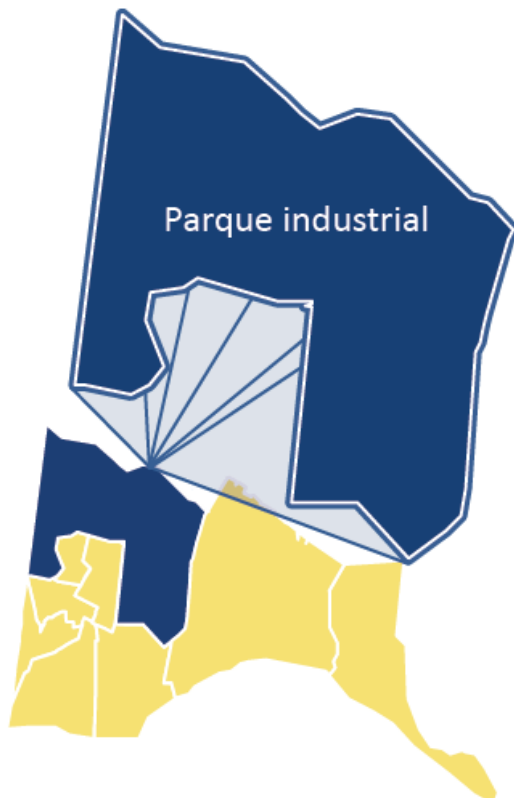


Tem como característica famílias numerosas, com baixa escolaridade e renda, em situação de desemprego e vulnerabilidade econômica e social, cuja principal fonte de renda é do Programa Bolsa Família. Ao longo dos últimos anos, registrou um aumento populacional expressivo, em virtude da entrega de programas habitacionais do governo. Todavia, não houve proporcionalmente ampliação do número de equipamentos ou da capacidade de atendimento que absorvesse o aumento da demanda dos serviços públicos. São relatadas situações de extrema vulnerabilidade, de famílias cuja principal alimentação é proveniente das refeições oferecidas na escola ou no CRAS.

PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES

- O CRAS está territorialmente alocado em local distantes das famílias demandatárias do serviço;
- Existem famílias descobertas ou com dificuldade de acesso aos serviços em virtude da divergência de endereço e território (Parnamirim e Macaíba);
- Extensa fila de espera para consulta médica e exames, falta de medicamentos e de acompanhamento pré natal;
- Infraestrutura urbana precária, com baixo número de ruas asfaltadas, de tratamento sanitário e esgoto, o que contribui para a propagação de doenças;
- O principal problema de segurança pública apontado é a drogadição e o tráfico de drogas;
- Falta de vaga em educação infantil;
- Baixa oferta de atividades contraturno para crianças e adolescentes e de atividades para o público idoso. Além dos serviços e grupos oferecidos pelo CRAS, são desenvolvidas atividades por um voluntário, uma instituição não governamental e uma instituição religiosa, mas que não é suficiente para atender o número de famílias da região;

REGIÃO PARQUE INDUSTRIAL



Por ser distante do centro e da dificuldade de acesso ao transporte público, os moradores se veem como separados de Parnamirim. A Região é cortada pela Rodovia e apresenta duas realidades distintas. De um lado está a Região do Emaús e do outro o Parque Industrial. O Emaú possui como característica ser mais pacato, ter menos infraestrutura e equipamentos públicos. Possui apenas três escolas e uma unidade de saúde com uma enfermeira e um clínico geral, sendo que os casos mais graves e que requerem atendimento especial são encaminhados para a unidade do Parque Industrial ou para o centro de Parnamirim. Já o Parque Industrial é a região mais movimentada, com maior oferta de serviços públicos. Nesta região estão localizados o NASF e o equipamento do CRAS.

PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES

- O CRAS oferece o SCFV, grupo de mulheres e idosos, mas não oferece o ACESSUAS Trabalho;
- Tem uma região de invasão, perto da linha do trem, com famílias em situação de alta vulnerabilidade grave e de extrema pobreza e com alta rotatividade. Essas famílias vivem de coleta de matérias reciclados e apresentam uma série de problemas sociais, com histórico de violência, violência doméstica, negligência, uso de álcool e drogas, gravidez na adolescência, dentre outros. Há um processo de desapropriação, porém não há projeto nenhum para retirar e alojar essas famílias;
- No âmbito da segurança pública, o bairro também é cortado por duas facções diferentes e são relatados problemas como assalto e tráfico de drogas;
- Alto número de desemprego. No trabalho autônomo destaca-se o comércio ambulante e o de motorista de aplicativos;
- Falta de vaga em educação infantil;
- Lista de espera extensa para atendimento clínico psicólogo;

REGIÃO VALE DO SOL



A Região é caracterizada pela desigualdade econômico social. Em seu território há bairros novos, ainda em crescimento, condomínios residenciais fechados e de alto padrão, contrapondo com famílias residente em área de invasão e de Cohabs habitacionais de baixa renda. Possui 6 condomínios habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, com cerca de 460 unidades domiciliares, cuja maior parte das famílias está em vulnerabilidade social.

PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES

- O CRAS está territorialmente alocado em local distantes das famílias demandatárias do serviço (apenas 2 dos 6 condomínios são próximos do equipamento). Sua estrutura não é suficiente para atender o público alvo, por isso concentra-se na demanda espontânea e dos encaminhamentos;
- Registra 15 famílias residentes em uma área de invasão com alto grau de vulnerabilidade econômica social (Comunidade Esperança), com barracões de madeira e papelão, sem banheiro e esgoto sanitário (fossa), e tendo como fonte de renda a de coleta de materiais reciclados e o Programa Bolsa Família;
- A violência doméstica é a problemática de muitas famílias, cujas mulheres vivem com medo e são vulneráveis e dependentes econômica e emocionalmente de seus companheiros. Muitas delas têm filhos, o que as torna ainda mais dependentes;
- Infraestrutura urbana precária, com baixo número de tratamento sanitário e esgoto, o que contribui para a propagação de doenças, com destaque a arbovirose;
- Extensa fila de espera por consulta médica e encaminhamento para exame;
- Aumento da drogadição e da criminalidade;
- O voluntariado é presente na comunidade, com projetos em andamento, e com potencialidade e ideias para novas ações, mas que para ser colocada em prática, precisa de locais adequados, apoio do poder público e da comunidade local;

REGIÃO LITORAL

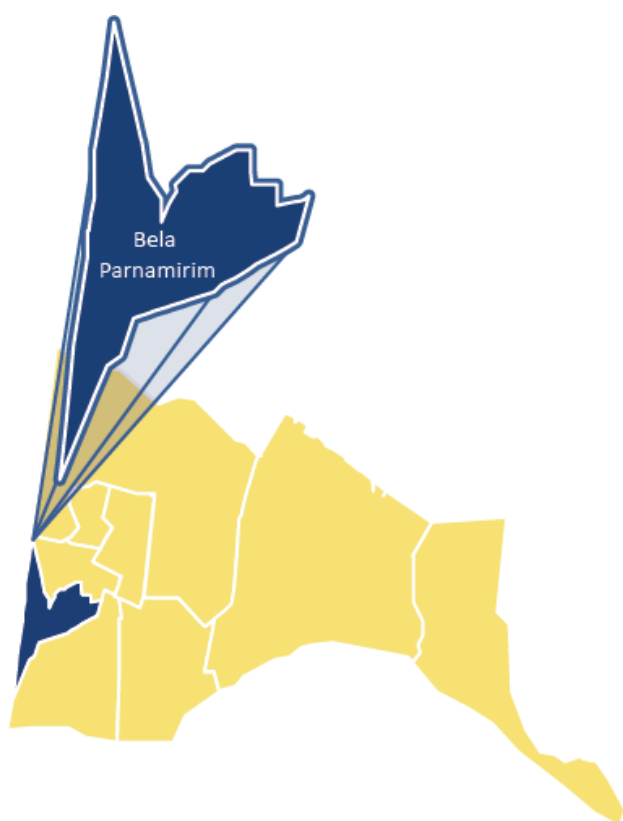


É uma região litorânea, caracterizada pela exploração de atividades como pesca, turismo, agricultura familiar; artesanato e trabalhos manuais. É marcado por “bolhas comunitárias” e pela desigualdade socioeconômica, com número significativo de famílias de baixa renda. Alcança uma diversidade de famílias, as que vivem da exploração de atividades autônomas como pesca, turismo e artesanato; comerciantes e donos de bares e restaurantes; famílias que querem maior tranquilidade, vivem em condomínios fechados e são caracterizadas por ter um padrão de vida melhor; pesquisadores e estudantes da UFRN; dentre outros. A cultura, a arte e o artesanato são presentes na comunidade, que está “lutando” por conseguir um espaço para expor suas produções. Por estar localizada longe do centro, muitas pessoas não se veem como parte de Parnamirim, já que o poder público está distante. “As pessoas aqui de Pium [bairro desta região] fala que precisam ir a Parnamirim, como se fossem para outro Município.

PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES

- Os trabalhadores locais, principalmente os artesãos, sentem a falta de apoio do poder público e de um espaço destinado para explorar suas atividades;
- Falta de projetos e programas voltados para a capacitação profissional e para a inserção do adolescente e jovem no mercado de trabalho;
- Transporte público caro (não é interligado), de baixa qualidade, perigoso e com poucos horários;
- Insegurança urbana, principalmente nas áreas periféricas, com incidência de criminalidade, tráfico de drogas e drogadição;
- Falta de vaga em educação infantil;
- Falta de infraestrutura urbana, como orla e locais públicos para lazer e encontros comunitários, como praças e parques;
- O voluntariado é presente na comunidade, com projetos em andamento, e com potencialidade e ideias para novas ações, mas que para ser colocada em prática, precisa do apoio do poder público e da comunidade local;

REGIÃO BELA PARNAMIRIM



Tem como característica famílias numerosas, com baixa escolaridade e renda, em situação de desemprego e vulnerabilidade econômica e social, cuja principal fonte de renda é do Programa Bolsa Família. A Região tem histórico de violência, depredação, disputa entre facções, e de arrastão nos equipamentos públicos, motivo este que levou a retirada de serviços de determinadas comunidades, fazendo com que a sua população tenha que se deslocar para acessar os serviços.

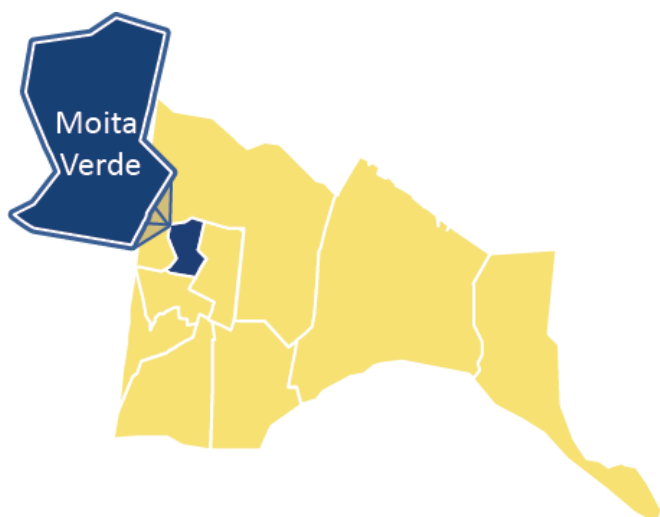
“A Região tinha o nome de ‘Bela Vista’ e por ser conhecida como ‘Bala a Vista’ [...] mudou o nome para ‘Bela Parnamirim’.

Os moradores sentem-se estigmatizados por morar nesta região (em virtude da violência) e pela sua cor, e relatam que quando vão para uma entrevista de emprego e falam que são moradores dessa região, são olhados de maneira diferente, e muitas vezes perdem a vaga.

PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES

- Existem famílias demandatárias do CRAS, mas que não são alcançadas pelo serviço em função da distância territorial;
- Famílias descobertas ou com dificuldade de acesso aos serviços em virtude da divergência de endereço e território (Parnamirim e Macaíba);
- Falta de vaga em educação infantil e em ensino fundamental (para acessar o serviço há a necessidade de deslocar-se para outro território);
- Falta da oferta de cursos profissionalizantes, e do encaminhamento ao mercado de trabalho para que sejam contratados formalmente;
- Falta de segurança pública. A criminalidade, drogadição e o tráfico de drogas são problemáticas presentes, tendo sido narrados a participação de adolescentes e crianças com 6 anos de idade;
- Histórico de evasão escolar, principalmente naqueles que estão envolvidos no tráfico de drogas ou com facções;

REGIÃO MOITA VERDE



Tem como característica famílias numerosas, com baixa escolaridade e renda, cujos arranjos familiares são diversificados, mas que costumeiramente as mulheres são donas de casa ou diaristas. Como consequência da falta de vagas formais de trabalho, homens e mulheres se ocupam de atividades autônomas, como pedreiro, ajudante de obras, faxinas, vendas ambulantes, etc, o que contribui para que muitas famílias vivenciem situação de vulnerabilidade social, e tenham como principal fonte de renda o PBF.

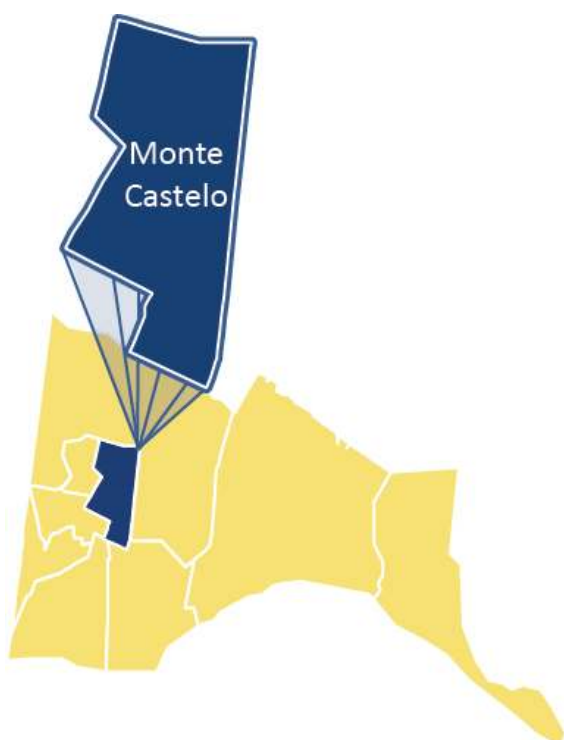
PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES

- O CRAS tem como uma das principais demandas a oferta de cursos profissionalizantes ou de atividades que possam ser transformados em fontes de renda, como oficina de bombons, por exemplo. Todavia, esbarra em dificuldades como a falta de material para esse tipo de curso;
- Lista de espera para especialidades médicas e saúde mental, com tempo médio de um à dois anos, incluindo a saúde mental;
- Falta de vaga em educação infantil e em período integral;
- A criminalidade, violência, tráfico de drogas, drogadição e o confronto entre facções;
- Grande número de animais nas ruas e não recolhidos pelo serviço;
- O voluntariado é presente na comunidade, com projetos em andamento, e com potencialidade e ideias para novas ações, mas que para ser colocada em prática, precisa do apoio do poder público e da comunidade local. A comunidade cita o “Espaço Céu”, um prédio onde anteriormente funcionava o CRAS (que saiu de lá para reforma), e que hoje está abandonado, depredado e com más condições de uso, mas que poderia ser utilizado pelos voluntários e instituições governamentais e não governamentais que necessitam de espaço físico para atuar em prol da comunidade;

COMUNIDADE QUILOMBOLA

Neste território vive uma comunidade quilombola, e por este motivo temas como preconceito – por cor, religião, principalmente as de matriz africana – aparece com maior intensidade do que nos demais grupos, e são tratados como problemas sociais. A comunidade sente-se estigmatizada pela cor, pois socialmente “preto virou sinônimo de bandido”. Relembra com pesar episódios de violência, incluindo um assassinato ocorrido há um ano atrás. Ao longo dos anos a comunidade foi perdendo as características de ruralidade e adaptou-se ao cenário urbano. Relatam que em relação aos serviços, ao longo dos últimos anos foram várias as conquistas “as coisas têm melhorado pra gente [...], antigamente chegava na prefeitura e nem abrir as portas pra nós eles abriam [...] diziam ‘aquela negada’”. Contam que hoje têm acesso à educação (com duas creches na comunidade, equipe específica para a atendimento em saúde, suporte no CRAS, programas socioassistenciais e demais serviços para esgotamento de fossa, tarifa de energia reduzida, etc). Estrategicamente o CRAS está iniciando um trabalho direcionado para mulheres e famílias quilombolas, com visita domiciliares, cujo objetivo é trabalhar na prevenção, identificando mulheres em situação de depressão, violência doméstica e pessoas com deficiência que não recebem o benefício do BPC ou não são acompanhadas pelo PAIF.

REGIÃO MONTE CASTELO

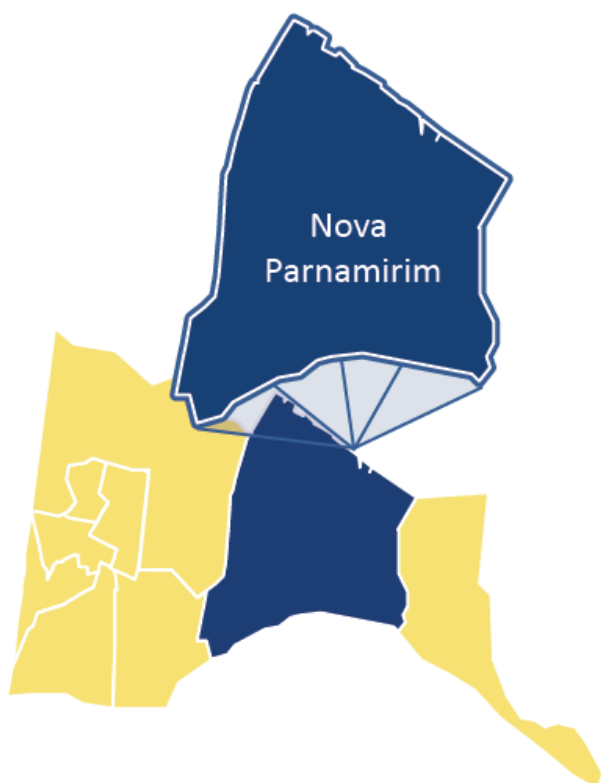


Tem como característica famílias numerosas, com baixa escolaridade e renda, em situação de desemprego e vulnerabilidade econômica e social, cuja principal fonte de renda é do Programa Bolsa Família. Como característica e arranjo familiar, destaca-se ainda a presença de padrasto/madrasta ou de mães solas pela ausência da figura paterna. São relatadas situações de extrema vulnerabilidade e pobreza (comunidade Mar da Galiléia), famílias que sobrevivem da coleta de materiais reciclados e que utilizam carroças como meios de transporte e locomoção, cuja principal alimentação é proveniente das refeições oferecidas na escola ou no CRAS. A Região é cortada pela Rodovia e as famílias que moram do lado contrário ao que está localizado o CRAS, não aderem ao serviço em virtude da dificuldade de acesso.

PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES

- Há incidência de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, incluindo a esmola, para sobreviver e contribuir no sustento da casa;
- Falta de vaga em educação infantil, e de educador auxiliar para crianças e adolescentes com deficiência;
- Histórico de infrequência e evasão escolar, principalmente naqueles que estão envolvidos no tráfico de drogas ou precisam trabalhar para ajudar na sobrevivência familiar. A defasagem escolar é uma consequência dessa realidade;
- Uma das escolas do território tem oferecido aulas de reforço em horário de contraturno para alunos em situação de defasagem, com adesão dos alunos e aprovação dos pais e responsáveis;
- Na educação também foi pontuado a falta de manutenção nas unidades escolares, e a falta de infraestrutura no espaço físico (principalmente depois de uma reforma feita, que deixou uma unidade sem espaço para o lazer e educação física) e a interdição da sala de informática que não pode ser utilizada;
- No âmbito da saúde, há território sem cobertura pelo serviço, e destaca-se a fila de espera (alta) para médico, saúde mental e odontologia;

REGIÃO NOVA PARNAMIRIM

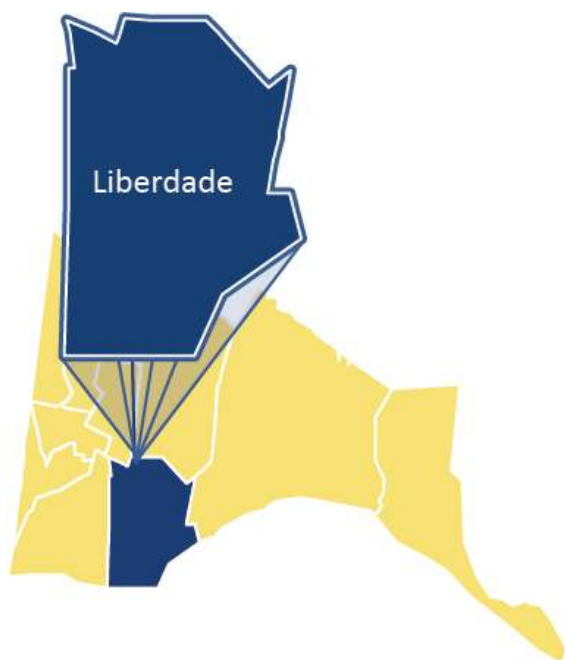


Possui extensa área territorial e é marcada pela desigualdade social, com áreas nobres de classe média e alta, assim como áreas de vulnerabilidade social e regiões violentas. Tem como característica famílias numerosas, com baixa escolaridade e renda, em situação de desemprego e vulnerabilidade econômica e social, cuja principal fonte de renda é do PBF. Algumas das comunidades com famílias carentes estão “escondidas”, como a Portelinha e o Portal do Jiqui, esta última isolada, a mais de 4 km de distância do ponto mais próximo, sem transporte público, UBS ou escola. Nem o Uber vai até a região, o que dificulta a locomoção para trabalho, e faz com que crianças e adolescentes vão a pé para a escola mais próxima.

PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES

- Muitas das famílias demandatárias não acessam o serviço em virtude da distância do CRAS. Este tem equipe para suportar o aumento do serviço, mas não dispõe de espaço e local adequado, pois o prédio possui barreiras no acesso para idoso e pessoa com deficiência, além de não oferecer espaço adequado para o SCFV;
- A maior demanda no grupo de mulheres do CRAS é pela oferta de cursos profissionalizantes, cujas atividades ensinadas possam ser transformadas em fontes de renda;
- Crítica a diminuição do lanche, pois muitas crianças e adolescentes tem como principal fonte de alimentação as refeições oferecidas na escola ou no CRAS;
- Os técnicos perceberam a falta de higiene e de limpeza como problema social em muitas casas, e pensaram como estratégia em orientar as famílias incluindo este tema nas reuniões e nos grupos de trabalho já em andamento. Ressaltam que seu papel não é criticar ou julgar, e que em muitos casos a mulher está com depressão, sem perspectiva ou ânimo para nada, e que em outros não há nem vassoura ou produto para a limpeza;
- Falta de vaga em educação infantil, principalmente em período integral. Também apontam como inadequada a infraestrutura de uma escola da região que é totalmente fora do padrão, com vidros quebrados e depredados.
- O CRAS iniciou como itinerante e hoje possui local fixo, sendo custeado com verba Municipal. Os técnicos são bem vistos na região, possuem acesso às regiões mais violentas, e ressaltam que têm consciência que no serviço social precisam usar roupa e linguagem adequadas, além de demonstrar empatia, para construir vínculo com a comunidade. Como estratégia, a equipe do CRAS tem realizado reuniões com as escolas e UBS da região para explicar o que é o CRAS, qual seu papel e atribuições nos trabalhos com as famílias. Reforçam a importância da atuação em rede

REGIÃO LIBERDADE



Tem como característica famílias numerosas, com baixa escolaridade e renda, em situação de desemprego e vulnerabilidade econômica e social, cuja principal fonte de renda é do PBF. Possui condomínios habitacionais do PMCMV, com cerca de 580 unidades domiciliares, cuja maior parte das famílias está em vulnerabilidade social. Todavia, não houve proporcionalmente ampliação do número de equipamentos ou da capacidade de atendimento que absorvesse o aumento da demanda por serviços públicos. São relatadas situações de extrema vulnerabilidade, de famílias cuja principal alimentação é proveniente das refeições oferecidas na escola ou no CRAS. Existe ainda a comunidade Cajupiranga, descoberta pelo transporte público, o que dificulta o acesso à escolas e ao trabalho.

PRINCIPAIS DEMANDAS E FRAGILIDADES

- Muitas das famílias demandatárias não acessam o serviço em virtude da distância do CRAS.
- O transporte público para deslocar-se para outras comunidades é caro, pois não é interligado, de baixa qualidade, perigoso e têm poucos horários. Também é pontuado que os horários não estão adequados com o funcionamento das unidades escolares: “fico no sol quente, porque nem parada tem e a escola ainda não está aberta”;
- Falta de vaga em educação infantil, de educador auxiliar para crianças e adolescentes com deficiência, e a falta de unidade escolar na região do jardim planalto (as crianças e adolescentes desta região precisam deslocar-se para o bairro mais próximo a pé, pois não há ônibus);
- Extensa fila de espera para consulta médica e exames. Também apontam que na região existem famílias descobertas pela atenção básica de saúde;
- Infraestrutura urbana precária, com baixo número de ruas asfaltadas, de tratamento sanitário e esgoto, o que contribui para a propagação de doenças;
- Falta de manutenção nas unidades escolares e áreas de lazer (como o campo da liberdade, quadras de areia sujas, academias públicas, dentre outros);
- Falta de segurança pública. Foi relatado como comum de situações de violência doméstica e família, violência e abuso econômico ao idoso, e casos de violência contra crianças e adolescentes nas comunidades habitacionais do PMCMV, incluindo a violência sexual;
- O voluntariado é presente na comunidade, com projetos em andamento, e com potencialidade e ideias para novas ações, mas que para ser colocada em prática, precisa do apoio do poder público e da comunidade local;
- Tem o futebol como ponto forte na comunidade, com destaque a um campeonato que é feito todo ano, e destacam o voluntariado como opções para oferecer atividades de contraturno escolar para crianças e adolescentes, reivindicando mais investimento na construção e reforma dos espaços públicos e comunitários. incluindo uma academia para a terceira idade.

PARTE VII

16. MAPA SOCIAL GERAL DO MUNICÍPIO

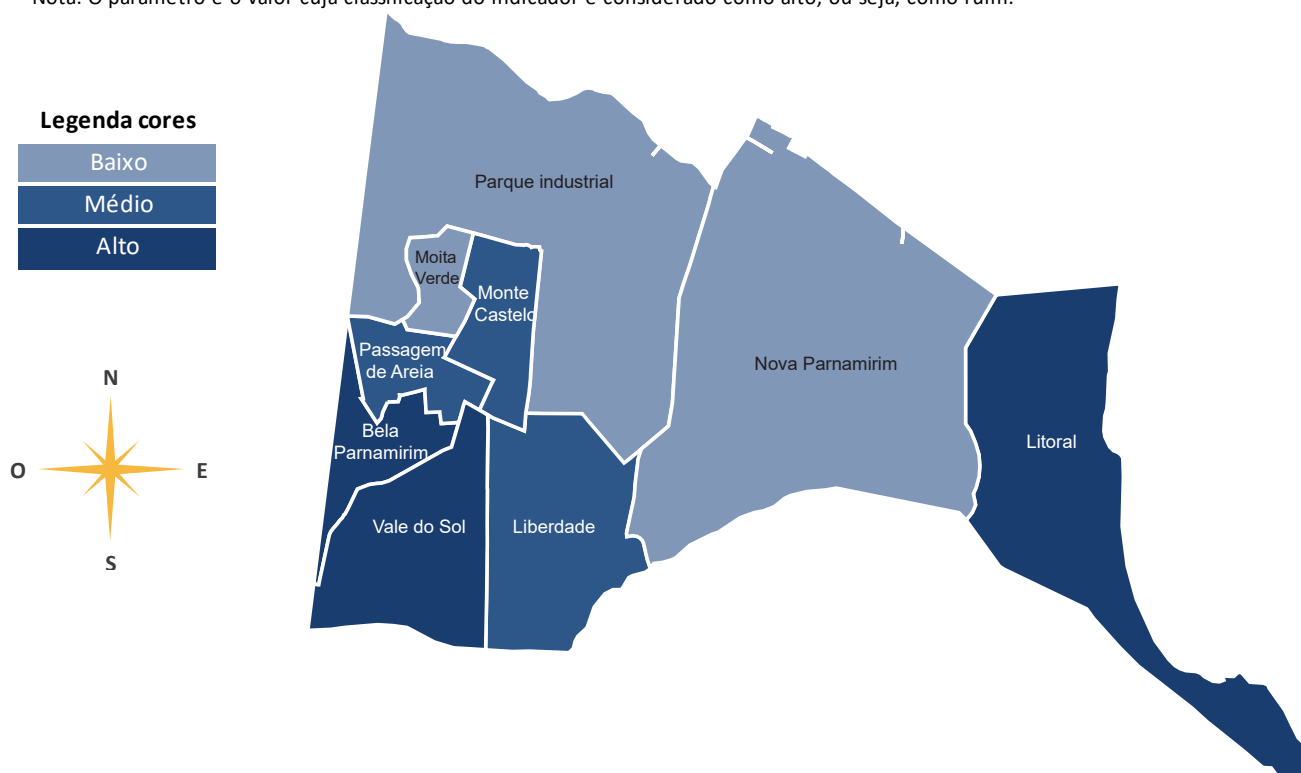
Na Tabela 253, estão considerados todos os indicadores já apresentados nos capítulos do perfil socioeconômico, da assistência social, da saúde e das violências. A finalidade deste mapa é apresentar qual a região do município encontra-se em maior vulnerabilidade social, considerando os eixos supracitados. Nesta perspectiva, a Região do **Bela Parnamirim** foi aquela que teve o maior número de vezes indicadores classificados como alto, ou seja, mais vulneráveis. A região que apareceu em segundo lugar como pior região do município foi a **Vale do Sol**, que teve 29 indicadores sociais categorizados como pior situação.

Tabela 253: Mapa social geral do município de Parnamirim

	Total Socioeconômico	Total Socioassistencial	Total Violência	Total Saúde	Total
Região / Parâmetro	>4	>8	>7	>6	
Nova Parnamirim	1	2	2	4	9
Moita Verde	1	4	1	3	9
Parque Industrial	2	6	1	2	11
Monte Castelo	2	3	7	1	13
Liberdade	4	6	2	2	14
Passagem de Areia	6	8	5	4	23
Litoral	2	8	12	6	28
Vale do Sol	4	8	9	8	29
Bela Parnamirim	6	9	6	9	30
Média do Município	3,1	6	5	4,3	-

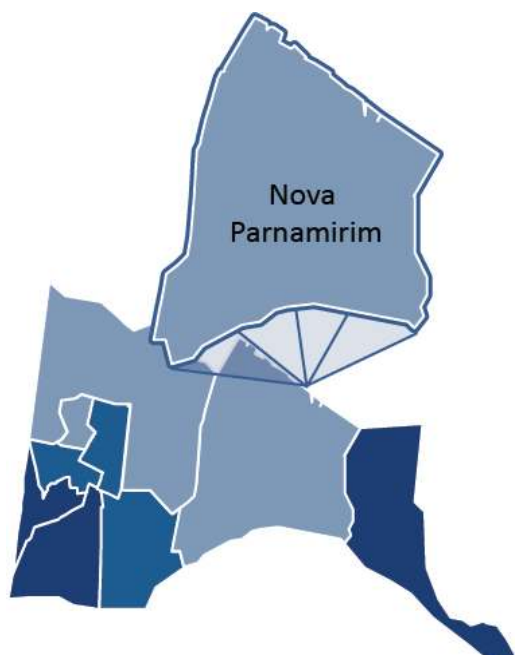
Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2018.

Nota: O parâmetro é o valor cuja classificação do indicador é considerado como alto, ou seja, como ruim.



PRINCIPAIS DESTAQUES POR TERRITÓRIO

Região Nova Parnamirim



A Região Nova Parnamirim é composta por 4 bairros oficiais: Nova Parnamirim, Parque das Árvores, Parque do Jiqui e Parque das Nações. Segundo último Censo (2010) sua população é de 53.730 habitantes, com área de extensão territorial de 19,117 km² e densidade demográfica de 2.811 habitantes por km², número este acima da média do Município que é de 1.639,70

Ranking de Vulnerabilidade

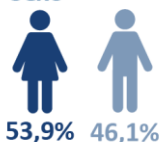


1 Dados Gerais da População

Total da População

26,5%

Sexo



Crianças e Adolescentes

24,3%

Idosos

7,1%

2 Dados das Famílias Residentes no Território

Renda percapita domiciliar
R\$ 1.267,10
média do município R\$ 721,00

Número de Famílias em Pobreza
9,0%
média do município 25,7%

Número de Famílias em Extrema Pobreza
2,2%
média do município 7,9%

Taxa de Notificações na Delegacia
3,3
média do município 4,3

Razão de Dependência Total
36,6%
média do município 44,9%

3 Dados da Infraestrutura Domiciliar

Domicílios sem Coleta de Lixo



Domicílios sem Energia Elétrica

0,1%

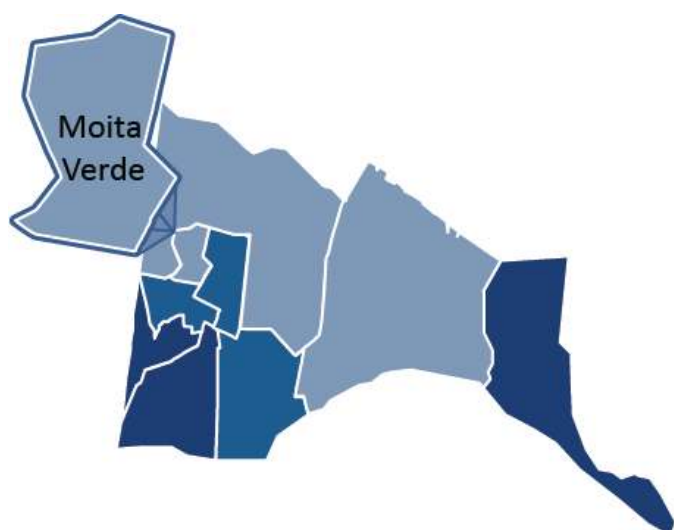
Domicílios sem Abastecimento de Água



4 Equipamentos da Infraestrutura Urbana

- 3 Unidades de Saúde
- 6 Equipes ESF
- 4 Escolas
- 1 Conselho Tutelar
- 1 CREAS

Região Moita Verde

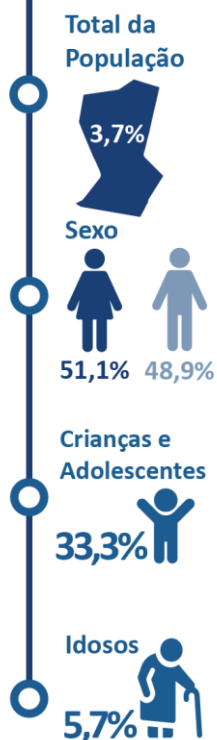


A Região Moita Verde é composta pelo bairro oficial Vida Nova e pela comunidade Quilombola. Segundo último Censo (2010) sua população é de 7.537 habitantes, com área de extensão territorial de 4,758 km² e densidade demográfica de 1.584 habitantes por km², número este abaixo da média do Município que é de 1.639,70 hab/km².

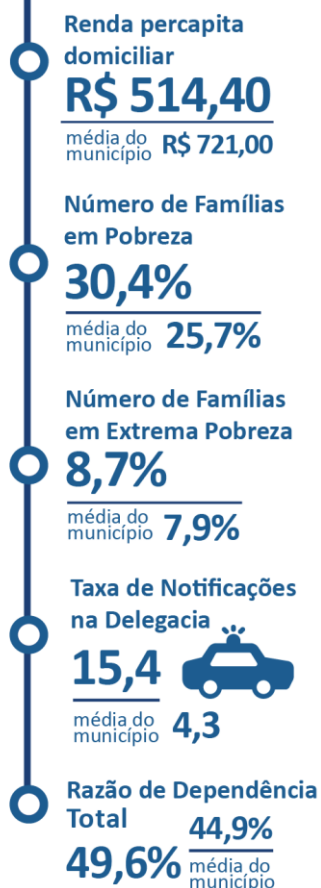
Ranking de Vulnerabilidade



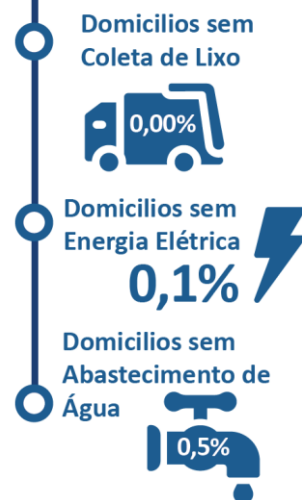
1 Dados Gerais da População



2 Dados das Famílias Residentes no Território



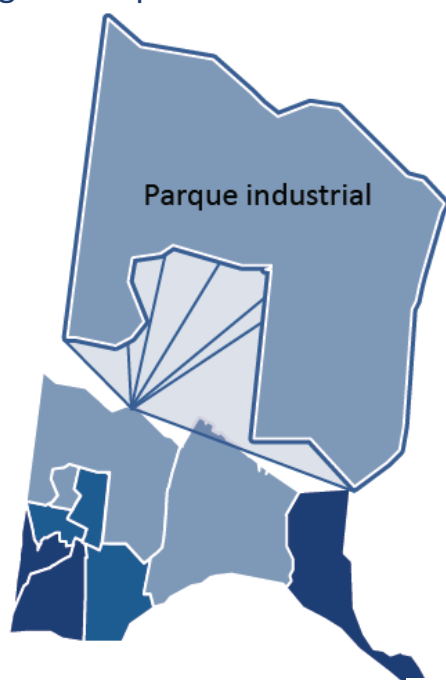
3 Dados da Infraestrutura Domiciliar



4 Equipamentos da Infraestrutura Urbana

- 1 Unidade de Saúde
- 2 Equipes ESF
- 1 CRAS

Região Parque Industrial



A Região Parque Industrial é composta por 2 bairros oficiais: Emaús, Encanto Verde. Segundo último Censo (2010) sua população é de 24.984 habitantes, com área de extensão territorial de 19,635 km² e densidade demográfica de 1.272 habitantes por km², número este abaixo da média do Município que é de 1.639,70 hab/km².

Ranking de Vulnerabilidade

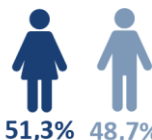


1 Dados Gerais da População

Total da População



Sexo



Crianças e Adolescentes



Idosos



2 Dados das Famílias Residentes no Território

Renda percapita domiciliar

R\$ 809,60

média do município R\$ 721,00

Número de Famílias em Pobreza

18,0%

média do município 25,7%

Número de Famílias em Extrema Pobreza

4,6%

média do município 7,9%

Taxa de Notificações na Delegacia

22,5

média do município 4,3

Razão de Dependência Total

42,2%

44,9%
média do município

3 Dados da Infraestrutura Domiciliar

Domicílios sem Coleta de Lixo



Domicílios sem Energia Elétrica

0,1%

Domicílios sem Abastecimento de Água



4 Equipamentos da Infraestrutura Urbana

3 Unidades de Saúde

7 Equipes ESF

5 Escolas

1 CRAS

Região Monte Castelo



A Região Monte Castelo é composta por 3 bairros oficiais: Centro, Parque das Exposições e Monte Castelo. Segundo último Censo (2010) sua população é de 19.457 habitantes, com área de extensão territorial de 3,882 km² e densidade demográfica de 5.012 habitantes por km², número este muito acima da média do Município que é de 1.639,70 hab/km².

Ranking de Vulnerabilidade

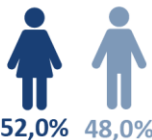


1 Dados Gerais da População

Total da População



Sexo



Crianças e Adolescentes



Idosos



2 Dados das Famílias Residentes no Território

Renda percapita domiciliar

R\$ 517,30
média do município R\$ 721,00

Número de Famílias em Pobreza

31,7%
média do município 25,7%

Número de Famílias em Extrema Pobreza

10,0%
média do município 7,9%

Taxa de Notificações na Delegacia

49,4
média do município 4,3

Razão de Dependência Total

47,6%
44,9%
média do município

3 Dados da Infraestrutura Domiciliar

Domicílios sem Coleta de Lixo



Domicílios sem Energia Elétrica

0,2%

Domicílios sem Abastecimento de Água



4 Equipamentos da Infraestrutura Urbana

4 Unidades de Saúde

6 Equipes ESF

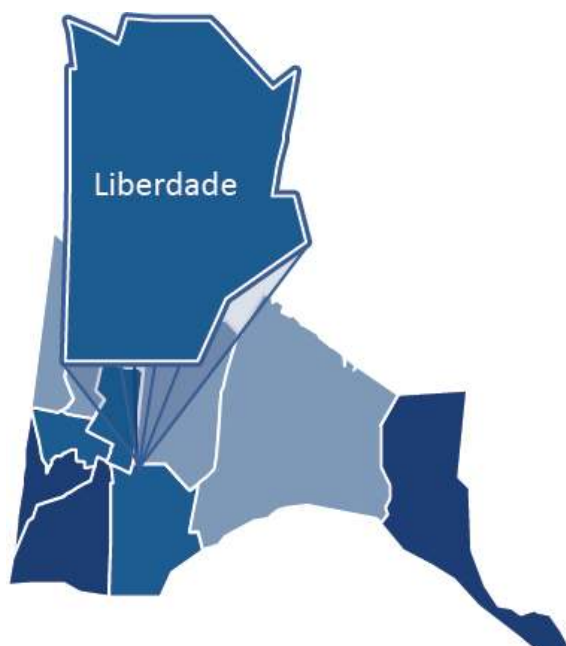
9 Escolas

1 CRAS

1 Centro POP

1 Unidade de Acolhimento

Região Liberdade

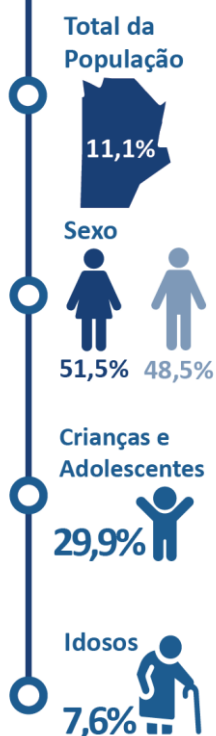


A Região Liberdade é composta por 4 bairros oficiais: Cajupiranga, Liberdade, Jardim Planalto, Boa Esperança. Segundo último Censo (2010) sua população é de 22.534 habitantes, com área de extensão territorial de 9,482 km² e densidade demográfica de 2.377 habitantes por km², número este acima da média do Município que é de 1.639,70 hab/km².

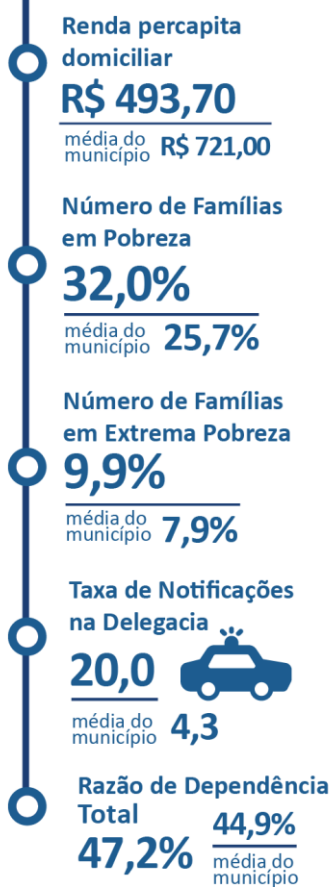
Ranking de Vulnerabilidade



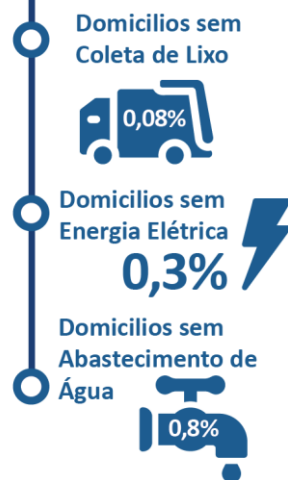
1 Dados Gerais da População



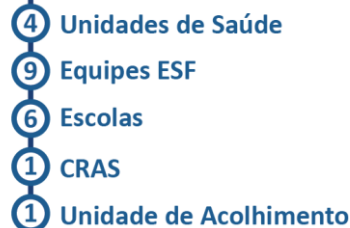
2 Dados das Famílias Residentes no Território



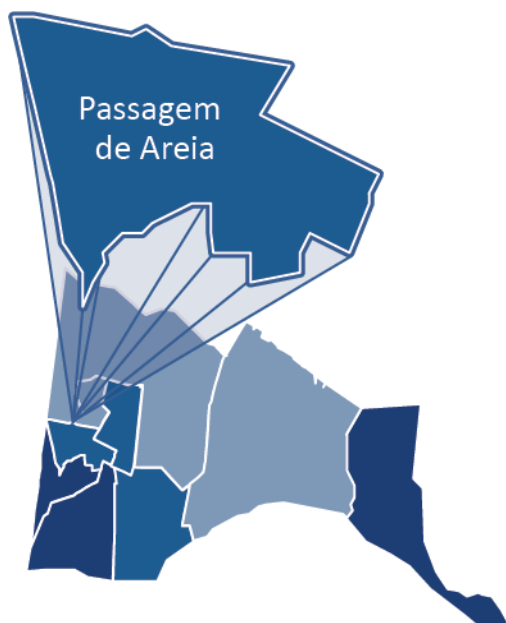
3 Dados da Infraestrutura Domiciliar



4 Equipamentos da Infraestrutura Urbana



Região Passagem de Areia



A Região Passagem de Areia é composta por 2 bairros oficiais: Passagem de Areia e Santos Reis. Segundo último Censo (2010) sua população é de 24.344 habitantes, com área de extensão territorial de 3,344 km² e densidade demográfica de 7.280 habitantes por km², número este muito acima da média do Município que é de 1.639,70 hab/km².

Ranking de Vulnerabilidade

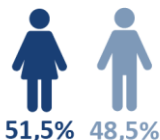


1 Dados Gerais da População

Total da População

12%

Sexo



Crianças e Adolescentes

32,3%

Idosos

7,1%

2 Dados das Famílias Residentes no Território

Renda percapita domiciliar
R\$ 416,50
média do município R\$ 721,00

Número de Famílias em Pobreza
38,5%
média do município 25,7%

Número de Famílias em Extrema Pobreza
12,3%
média do município 7,9%

Taxa de Notificações na Delegacia
32,0
média do município 4,3

Razão de Dependência Total
50%
média do município 44,9%

3 Dados da Infraestrutura Domiciliar

Domicílios sem Coleta de Lixo



Domicílios sem Energia Elétrica

0,6%

Domicílios sem Abastecimento de Água



4 Equipamentos da Infraestrutura Urbana

3 Unidades de Saúde

3 Equipes ESF

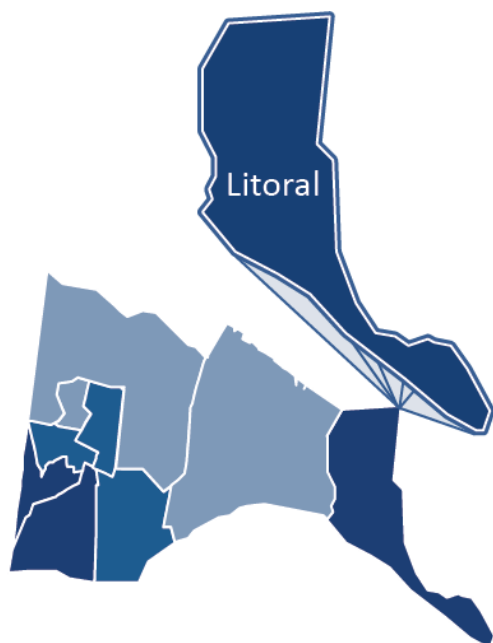
8 Escolas

1 CRAS

1 CREAS

1 Centro de Atendimento Social

Região Litoral

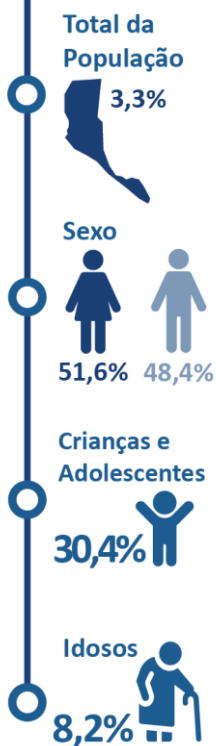


A Região Litoral é composta por 3 bairros oficiais: Pium, Cotovelo e Pirangi. Segundo último Censo (2010) sua população é de 6.730 habitantes, com área de extensão territorial de 7,568 km² e densidade demográfica de 889,27 habitantes por km², número este muito abaixo da média do Município que é de 1.639,70 hab/km².

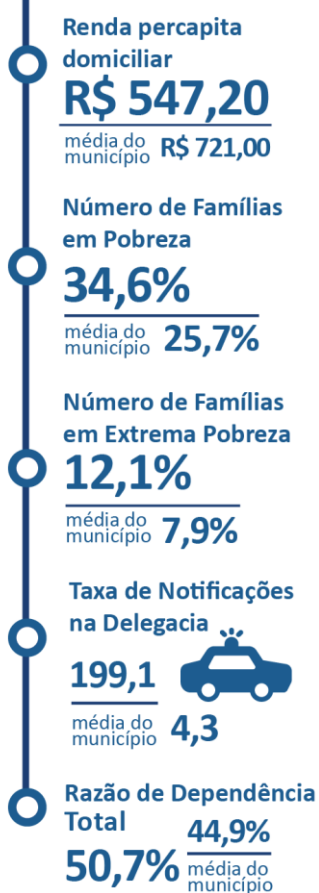
Ranking de Vulnerabilidade



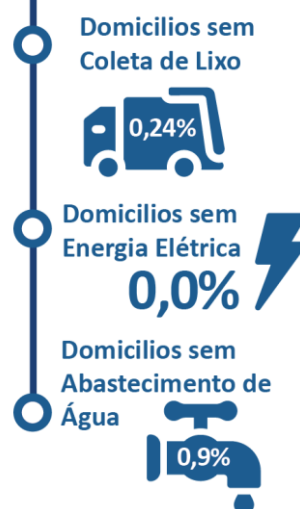
1 Dados Gerais da População



2 Dados das Famílias Residentes no Território



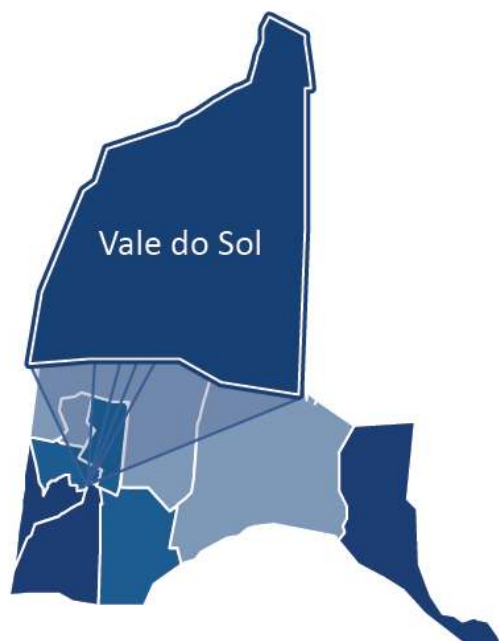
3 Dados da Infraestrutura Domiciliar



4 Equipamentos da Infraestrutura Urbana

- 2 Unidades de Saúde
- 2 Equipes ESF
- 2 Escolas
- 1 CRAS
- 1 Centro de Convivência

Região Vale do Sol



A Região Vale do Sol é composta por 3 bairros oficiais: Vale do Sol, Nova Esperança e Cohabinal. Segundo último Censo (2010) sua população é de 16.257 habitantes, com área de extensão territorial de 9,830 km² e densidade demográfica de 1.653,81 habitantes por km², número este muito próximo da média do Município que é de 1.639,70 hab/km².

Ranking de Vulnerabilidade

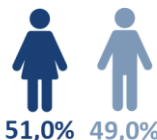


1 Dados Gerais da População

Total da População



Sexo



Crianças e Adolescentes



Idosos



2 Dados das Famílias Residentes no Território

Renda percapita domiciliar
R\$ 548,60
média do município R\$ 721,00

Número de Famílias em Pobreza
34,8%
média do município 25,7%

Número de Famílias em Extrema Pobreza
12,5%
média do município 7,9%

Taxa de Notificações na Delegacia
40,0
média do município 4,3

Razão de Dependência Total
51,1%
média do município 44,9%

3 Dados da Infraestrutura Domiciliar

Domicílios sem Coleta de Lixo



Domicílios sem Energia Elétrica



Domicílios sem Abastecimento de Água



4 Equipamentos da Infraestrutura Urbana

5 Unidades de Saúde

7 Equipes ESF

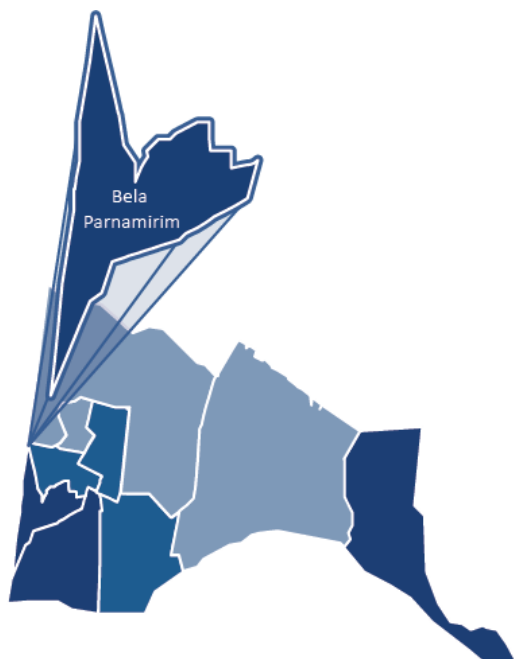
6 Escolas

1 CRAS

1 Centro de Convivência

1 Centro Dia

Região Bela Parnamirim

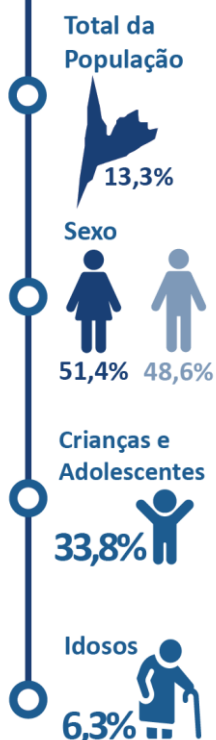


A Região Bela Parnamirim é composta por 3 bairros oficiais: Bela Parnamirim, Rosa dos Ventos e Santa Tereza. Segundo último Censo (2010) sua população é de 26.883 habitantes, com área de extensão territorial de 4,031 km² e densidade demográfica de 6.669 habitantes por km², número este muito acima da média do Município que é de 1.639,70 hab/km².

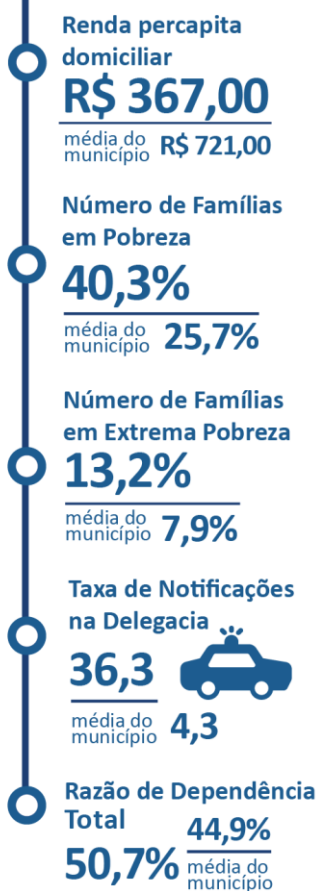
Ranking de Vulnerabilidade



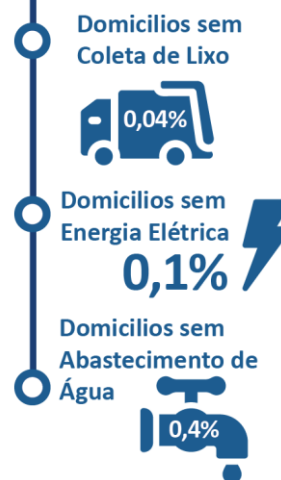
1 Dados Gerais da População



2 Dados das Famílias Residentes no Território



3 Dados da Infraestrutura Domiciliar



4 Equipamentos da Infraestrutura Urbana

- 4 Unidades de Saúde
- 7 Equipes ESF
- 5 Escolas
- 1 CREAS
- 2 Centros de Convivência
- 1 Unidade de Acolhimento

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diagnóstico Socioterritorial da Assistência Social do município de Parnamirim/RN, ora apresentado, possibilitou o conhecimento e reconhecimento da realidade local do município. Poderá ser utilizado tanto pelos governos para planejar e executar políticas públicas voltadas à realidade local, quanto pela sociedade civil para reivindicar as melhorias necessárias para o enfrentamento das fragilidades e potencialidades municipais apresentadas nos dados aqui postos. As considerações e ajustes propostos nesse diagnóstico são essenciais para melhor organização de planejamento das ações da Assistência Social no município, bem como permite um olhar mais abrangente das ofertas e/ou ausências de políticas públicas.

Sob o olhar dos dados aqui postos destaca-se a importância do SUAS no município, uma vez que possibilita à população o acesso aos serviços, atendendo as demandas individuais e coletivas. Nesta perspectiva o diagnóstico irá mostrar resultados da oferta dos atendimentos que necessitem de adequação às demandas territoriais e a articulação do trabalho intersetorial.

Nessa construção conjunta, destaca-se a atribuição da **Gerência de Vigilância Socioassistencial e Informações** que é a de subsidiar planos da Política Pública de Assistência Social utilizando os dados obtidos nesse diagnóstico. Ainda, ajustes podem ser realizados visando qualidade nos serviços prestados, bem como a possibilidade de planejar ações e atividades dentro da perspectiva territorial que mais apresenta vulnerabilidades, levando-se em conta que a análise da realidade deve ser tratada tanto pelos dados numéricos, mas também pelo que pensam e propõem os indivíduos e a comunidade, a qual deve estar inserida no processo de tomada de decisões e demandas relacionadas à promoção do acesso aos serviços socioassistenciais.

Assim sendo, realizar-se-á aqui uma análise geral conclusiva e propositiva, dando-se ênfase aos conteúdos específicos da Política de Assistência Social que merecem, sob o ponto de vista crítico, uma atenção especial do município.

Para fins de compreensão, destaca-se que os apontamentos não devem ser avaliados de forma isolada, haja vista que a análise considera o todo diagnosticado e a lógica do SUAS que, como o próprio nome diz, é único, muito embora, em alguns momentos, se poderá focar em temas específicos e transversais. É necessário ter em conta, também, que as sugestões aqui realizadas possuem o objetivo de iluminar e estimular as diversas áreas e responsáveis pela Assistência Social do município, no entanto, não se tem a pretensão de esgotar as possibilidades. E, ainda, tem-se a ciência de que nem sempre é possível ao município, pelos mais diversos motivos, a execução das ações sugeridas, mesmo que sejam reconhecidas como necessárias. Sabe-se também que é possível que os apontamentos e as recomendações aqui realizados já sejam do conhecimento e estejam no planejamento da gestão e das equipes do SUAS de Parnamirim, no entanto, pela natureza do diagnóstico, não se pode deixar de aqui registrá-los.

Inicialmente apresentamos informações sobre o IDHM do município que apresentou crescimento geral referente ao período de 1991 a 2010, passando de 0,472 para 0,766. Esse índice é formado pelos aspectos de renda, longevidade e educação, destacando-se que o que impulsionou esse crescimento foi o aspecto da educação.

Sobre a população residente houve também crescimento, saindo de 202.456 habitantes em 2010 para 261.469 habitantes em 2019, segundo projeções do IBGE. A região mais populosa é a **Nova Parnamirim** com 26,5% sobre o total da população, segundo dados do IBGE. Destaca-se que quanto ao sexo dos residentes, o município apresenta uma equidade praticamente em 50% para o sexo feminino e masculino. Ainda, a distribuição da população é 100% urbana e a média da densidade domiciliar é de 3,4 pessoas por domicílios.

Quanto à faixa etária da população, a maior taxa está entre 30 a 59 anos com 39,8% e a menor taxa com 7,2% na faixa etária de 60 anos ou mais.

Quanto a estrutura de saneamento básico no município, a coleta de lixo é praticamente realizada em sua totalidade das regiões, sendo somente um índice de 0,1% de domicílios sem a coleta de lixo. Quanto ao abastecimento de água, a média de domicílios sem abastecimento é de 1,3% e a região Parque Industrial tem a maior taxa, 2,3%, e a menor taxa, de 0,1%, encontra-se na região de Monte Castelo.

Em se tratando de crescimento populacional e econômico, a renda per capita de Parnamirim cresceu 190,9% nas duas últimas décadas. Atualmente o município apresenta uma renda média domiciliar de R\$ 721,10 na região de **Bela Parnamirim** e de R\$ 1.267,10 em **Nova Parnamirim**.

A composição do **PIB** de Parnamirim, em sua maioria, é formada pelo **setor de serviços** como demonstra estimativa do IBGE – 2017 com **57,5%** da geração de bens.

O município apresenta uma taxa de 25,7% de domicílios em **situação de pobreza**, a maior taxa encontra-se na região **Bela Parnamirim** com 40,3%. Segundo definição do MDS, famílias em situação de extrema pobreza são as famílias cuja renda per capita é de até R\$ 89,00.

Realizada a explanação e os apontamentos gerais sobre o **perfil socioeconômico** de Parnamirim, iniciamos a seguir a análise dos indicadores quanto aos serviços ofertados na Assistência Social, foco deste estudo. Os dados coletados referem-se ao ano de 2018.

A **Secretaria de Assistência Social, Habitação e Regularização Fundiária** é responsável pelo desenvolvimento da Política de Assistência Social no município atuando conforme os preceitos do SUAS e em articulação com a rede de atendimento e apoio existente no município e, para tanto, iniciamos apresentando o **mapeamento da rede de atendimento** existente, conforme consta na Parte II – Item 9 deste documento.

O município conta com **nove CRAS, quatro Centros de Convivência, um CREAS, um Centro POP, quatro Unidades de Acolhimento sendo: uma ILPI, dois abrigos para criança e adolescente e um albergue para população em situação de rua, um Centro Dia e uma Unidade da Central de Atendimento Social** que formando a rede de atendimento governamental, incluindo os serviços, programas e projetos, bem como demais secretarias governamentais existentes e instituições da sociedade civil organizada. De igual importância, também conta com uma **rede de apoio** do segmento de proteção e defesa, sendo: seis conselhos de direitos, seis conselhos de políticas públicas e dois conselhos tutelares atuando de forma integrante e constante na defesa e garantia de direitos da população.

A seguir apresentamos as análises, comentários, destaques e sugestões referentes aos dados e **indicadores dos serviços, programas e projetos** desenvolvidos em Parnamirim.

Quanto aos serviços da **PSB**, iniciamos com o **PAIF**, serviço que apontou dados de 1.191 famílias acompanhadas, destas, 318 apresentam **perfil de extrema pobreza ou mendicância**. Ao analisarmos todas as situações mencionadas quanto ao perfil de famílias acompanhadas e o território de moradia destas, a região com maior incidência é **Bela Parnamirim**. Entre os motivos para o acompanhamento encontra-se a **vulnerabilidade social** com 66,1% de famílias vivendo neste espectro, o que remete à desigualdade e dificuldades existentes no município. Nada menos importante, salienta-se que os dados apontam dois outros aspectos relevantes à manutenção de dificuldades vivenciadas, que são **o conflito ou desestruturação familiar e situação de extrema pobreza** que vivenciam estas famílias e consequentemente agravam as situações de vulnerabilidades sofridas na comunidade. Duas regiões sinalizam esta problemática, **Bela Parnamirim e Vale do Sol**. Sugerimos ao município um olhar apurado nestes territórios. Diante deste desafio, **recomendamos** que as ações do **PAIF** sejam ainda mais intensificadas e articuladas com a rede de atendimento e a comunidade, bem como fomentar qualificação do trabalho social e dos profissionais, e que a participação dos usuários seja feita por meio da busca ativa, visitas domiciliares, acolhida, ações particularizadas, oficinas e encaminhamentos a estas famílias. Vale reforçar que os **CRAS**, equipamentos físicos que desenvolvem o **PAIF**, sejam espaços de acolhimento, lugar de conversas de escuta, de informações e principalmente de proteção às famílias, cujas ações propostas e a integração entre os profissionais permitirão legitimar o fazer social.

Das **1.191** famílias acompanhadas no **PAIF**, **826** possuem crianças e adolescentes e a região com maior concentração é **Liberdade**. Já quanto ao público de **pessoas idosas**, são **184** famílias com idosos, sendo **Parque Industrial** é a região mais populosa quanto a este público.

Destacamos que é significativo o número de crianças e adolescentes na faixa etária **de 0 a 17 anos** no município, **são 59.065**, aproximadamente **29%** do total da população residente, a região mais populosa é Nova Parnamirim. No SCFV **são 2,7%** de crianças e adolescentes que participam das atividades. Outro aspecto preocupante é que **440 crianças e adolescentes** estão em situação de **trabalho infantil**.

Salientamos a importância e necessidade de ações e políticas públicas que desenvolvam a promoção deste público. Já o número de **pessoas idosas** do município representa **7%** do total da população (14.588), **4,2%** estão inseridas no SCFV. Cabe ressaltar que o município possui **2.070 metas pactuadas** para atendimento no SCFV. Conforme os dados apresentados, o número de participantes no SCFV é de **2.191 pessoas participantes**, e destas, **1.038 apresentam situações prioritárias**. Quanto aos motivos de inclusão no SCFV por **situações prioritárias**, o fato com maior percentual, **21,5%** do total de atendimentos, corresponde ao motivo de **vivência de violência e negligência sofridos por crianças, adolescentes e pessoas idosas**. Outro fato que chama atenção quanto às situações para a **inclusão de situação prioritária no SCFV**, corresponde a **crianças e adolescentes fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos com 16,6%**, **alertamos** para que seja feita articulação e apresentação desse dado à Política da Educação do município para tratar o problema.

Quanto ao **acesso** dos usuários no SCFV, tanto para pessoas idosas como crianças e adolescentes, a principal forma é por **demandas espontâneas**. Sobre as atividades realizadas, destaca-se os **atendimentos psicossociais para crianças e adolescentes** e atividades temáticas para os idosos. Outros fatores identificados quanto aos motivos de atendimento no SCFV, na maioria, registra-se a vivência de violência e negligência. Quanto ao acompanhamento das famílias no PAIF, destaca-se a vulnerabilidade social. As informações aqui pontuadas merecem um olhar da Gerência de Vigilância Socioassistencial, com vistas a concretizar a função de proteção social do PAIF, por meio de ações intersetoriais e responsabilização dos agentes causadores quanto ao motivo de acompanhamento dessas famílias.

Quanto às demandas da **PSE**, a faixa etária que mais demanda acompanhamento no **PAEFI**, está entre 30 a 59 anos com **58,6%** e maioria do **sexo feminino**. Entre os motivos para o acompanhamento está a **violência intrafamiliar**. Os órgãos que mais encaminham ao atendimento ao serviço é o conselho tutelar e o poder judiciário. Quanto ao perfil das pessoas, destaca-se a **situação de extrema pobreza ou mendicância e pessoas dependentes de alguma droga lícita**. Cabe aqui a **recomendação** de que os CRAS e CREAS articulem-se entre os serviços PAIF e PAEFI para a inserção destas famílias em atividades bem como o acompanhamento e encaminhamentos às demais políticas públicas.

Sobre adolescentes e jovens em cumprimento de **MSE**, a faixa etária incidente é a de 18 anos, maioria do sexo masculino e **escolaridade baixa**. Dos 49 jovens em MSE, **37** não frequentam escola. A principal MSE cumprida pelos jovens e adolescente é a prestação de serviço à comunidade, já quanto ao ato infracional praticado pelos mesmos o maior foi o roubo. **Apontamos** que a região **Bela Parnamirim** é a que tem maior incidência.

No serviço especializado de abordagem social, o destaque segue para o atendimento ao grupo de **crianças até 12 anos** e a **situação identificada foi o trabalho infantil** que aparece com **57,1%** dos atendimentos. **Salientamos** que seja lançado um olhar junto as instâncias e espaços de direitos deste

público no combate à exploração do trabalho infantil. **Sugere-se** articulação constante com a rede de proteção e o SGDCA bem como um estudo profundo acerca desta problemática.

O **centro POP** existente no município atendeu em média **36 pessoas**, destas, **47,2%** na faixa **etária de 18 a 59 anos** ou mais que em sua maioria são do **sexo masculino** com perfil de **migrante**. O centro POP é um equipamento vinculado ao serviço especializado para pessoas em situação de rua. A demanda de atendimentos prestados a esta população com maior volume, foi o encaminhamento à **política de saúde**, seguida do encaminhamento a **unidades de acolhimento**. Ainda, dentro do perfil dos atendidos no serviço, **22** são **beneficiários do PBF**. **Recomenda-se** a inserção destes em oficinas e/ou capacitação profissional para a promoção de sua autonomia.

Agora abordaremos os dados dos serviços da proteção social especial de **alta complexidade**. Um serviço que atende pessoas onde os vínculos já foram rompidos e que esse público necessita de amparo legal. Os **dois abrigos** existentes na modalidade de **acolhimento institucional para crianças e adolescentes**, atendeu em média **34 crianças e adolescentes** na faixa etária de **6 a 18 anos**. A maioria do **sexo masculino** e o principal motivo do atendimento para a entrada ao abrigo foi o **afastamento temporário dos pais ou responsáveis**. Essas informações se referem as duas unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Sobre os atendimentos referentes a acolhimento ao público das pessoas idosas, a ILPI, instituição específica para o atendimento, registrou **40 idosos** a maioria do sexo feminino na faixa etária de **60 a 79 anos**.

Quanto ao acolhimento de **pessoas em situação de rua**, foram atendidos em acolhimento **39 pessoas** nessa situação a maioria do **sexo masculino** no albergue do município. O encaminhamento foi do **Centro POP** como já apresentado no parágrafo que fala sobre este serviço.

A seguir apresentamos alguns comentários acerca dos indicadores do **CadÚnico**, importante instrumento na coleta dos dados e informações possibilitando identificar todas as famílias de baixa renda e dos serviços e programas ofertados pela assistência social. **São 27.327 famílias** cadastradas no **CadÚnico** dos **60.329 domicílios** existentes do município, perfazendo **45,3%** do total de domicílios. O perfil das famílias cadastradas, em sua maioria é do **sexo feminino** e encontram-se em situação de **extrema pobreza**, a região **Bela Parnamirim** representa a **maior taxa** nessa situação.

Em relação ao total de residentes do município, **36,9%** estão cadastrados no CadÚnico. Sendo que a Região Geográfica **Vale do Sol** tem **69,2%** e **Nova Parnamirim** **11,7%**.

Quanto ao benefício do **Programa Bolsa Família**, **37,3% famílias** no CadÚnico recebem o benefício. A Região Geográfica com o maior percentual é **Bela Parnamirim**, com **41,5%**. O percentual de **pessoas beneficiadas no PBF** com cadastro atualizado dentro do **CadÚnico** é de **44,4%**.

Aqui **cabe destacar** alguns **apontamentos** sobre os dados do PBF em relação ao CadÚnico, uma vez que o objetivo do PBF é alcançar as famílias em maior vulnerabilidade socioeconômica. Os dados apontam que cerca de **22,7%** das famílias cadastradas em **condição de extrema pobreza não recebem o PBF**. Quanto à **aplicação dos critérios** para a inserção de famílias no PBF, **importa salientar** que foram identificadas **7,1%** de famílias que **não possuem o perfil** e estão **recebendo o benefício**. Destaca-se a região **Moita Verde** com maior percentual. **Enfatizamos** necessidade de realizar um estudo e averiguação, tanto das famílias **fora do critério** que **estão recebendo o benefício** bem como realizar a **busca ativa** para as que se encontram nos critérios e **não estão recebendo** o benefício.

Sobre os benefícios eventuais, **destacamos** que o município apresentou uma melhora significativa quanto à estrutura sanitária nas comunidades. O município implantou esse benefício ligado à Assistência Social pelo fato de que os equipamentos estão em contato direto com a população que mais necessita de melhorias, foi implantado em caráter temporário, para atender as demandas da população na questão de saúde e urbanismo, desta forma, o esgotamento sanitário alcançou aproximadamente 99% das residências de famílias beneficiárias.

O BPC tem o seguinte panorama: são ao total **4.399 pessoas** que recebem o benefício, sendo, **2.614 BPC pessoa com deficiência** e **1.785 para pessoas idosas**, destes **79,4%** estão com o **CadÚnico** atualizado. As regiões de maior concentração, **Passagem de Areia e Bela Parnamirim**.

Assim finalizamos alguns apontamentos referentes à Política de Assistência Social, porém não se esgotam por si só, lembrando que as ações inerentes a esta política contam também com importantes parcerias de intersectorialidade com as demais políticas públicas como, saúde, educação, segurança pública entre outros. Os indicadores destas políticas que se encontram detalhadas nesse diagnóstico, trazem informações as quais são de extrema importância para a elaboração e/ou atualizações dos serviços, programas, projetos e planos específicos inerentes a cada política.

Sobre a pesquisa qualitativa aplicada com grupos prioritários, alguns aspectos relevantes serão pontuados.

Parnamirim é um município em crescimento, cidade litorânea com baixo número de indústrias. A fonte de renda principal são as atividades não formalizadas. A mobilidade urbana apresenta-se frágil com poucas linhas de ônibus, o que dificulta a locomoção das pessoas. Quanto à população residente, a composição das famílias é numerosa com baixa escolaridade e capacitação profissional. No que se refere ao público **crianças e adolescentes**, temos a **vulnerabilidade socioeconômica** vivenciada como foco para as violações de direito desse grupo, fato que contribui para a **exploração do trabalho infantil**, conforme observado também nos indicadores. As informações colhidas pelos técnicos são de suma importância, visto que são os atores principais na busca da mudança da realidade dessa população. Aqui **sugerimos** capacitação constante da equipe técnica. A **vulnerabilidade social** é situação recorrente nas comunidades, deixando a margem as crianças e adolescentes. Os técnicos pontuam que este é um tema constante de debate, e merece forte intervenção interdisciplinar para a mudança de paradigma, e

faz-se necessário fomentar outras formas de promoção desse público objetivando a quebra do ciclo geracional de repetição de ações e atitudes frente as desigualdades e dificuldades sofridas nas famílias.

Ainda sobre os dados, quanto ao público de **peessoas idosas, mulheres, pessoas com deficiência e pessoas negras**, a pesquisa aponta que o município atua sob a égide das legislações pertinentes, buscando melhoria e prevenção a este público, no entanto sugerimos intensificar ações nas questões vivenciadas no tocante as violências domésticas e outras, sofridas pelas mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência e o preconceito vivenciado pelos negros e a luta para a inclusão social desse público.

Quanto as informações territorializadas, alertamos para as regiões de **Bela Parnamirim e Nova Parnamirim**, estas tiveram **maior incidência nos indicadores** representadas neste diagnóstico social. Essas regiões merecem um olhar e cuidado especial bem como, intervenção dos trabalhadores sociais de forma interdisciplinar, a **busca ativa** mais intensificada, articulações entre os serviços e equipamentos.

Recomendamos verificar os instrumentais de coleta de dados das informações da Secretaria de Segurança Pública, sobre o perfil das violações de direito por grupo social, pois não foi possível identificar o perfil da vítima. **Propõe-se** estreitar parceria entre a assistência social e as delegacias, para que esses órgãos sejam mais atuantes em relação à violência doméstica contra mulheres e idosos, pois as violências são tema recorrente neste documento, e as delegacias são as principais fontes de notificações e registros dessas violências.

Sobre os instrumentais da Política de Assistência Social, e cuja utilização auxilia na organização e efetivação das ações e alocação eficaz de recursos públicos, **recomenda-se** ao município, **elaborar os Planos de Ação específicos a cada público alvo, Plano Plurianual da Assistência Social, Plano Decenal da Criança e do Adolescente bem como Protocolos de Serviços e Atendimentos** entre outros.

Assim sendo, todas considerações apontadas nesse diagnóstico, remetem à importância do fortalecimento e consolidação do SUAS no município, cujo conteúdo poderá ser aproveitado por todos os profissionais envolvidos com a Política de Assistência Social. **Recomenda-se** que este, seja discutido em cada uma das equipes das ofertas socioassistenciais, tanto públicas quanto privadas, objetivando levar a todos o conhecimento do resultado aqui obtido e planejar ações que contribuam no avanço e na melhoria da qualidade dessas ofertas, de acordo com as normativas e as demandas apresentadas. Esse processo pode ser incorporado por todas as chefias e coordenadorias, porém, **sugere-se** que a **Coordenadoria do SUAS e a Gerência de Vigilância Socioassistencial e Informações** coordene esse processo, de modo a garantir que o presente diagnóstico de fato, chegue ao conhecimento e seja discutido por toda a rede. **Por fim**, as ações, estratégias e sugestões aqui apresentadas constituem uma contribuição **ao fortalecimento** do trabalho social já desenvolvido pela **SEMAS** em Parnamirim.

18. REFERÊNCIAS

ACADEMIA QEDU. Disponível em:<<http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/o-que-e-o-censo-escolar/>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

ATLAS BRASIL. Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/parnamirim_rn> acessado em: 02 de abril de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

BRASIL, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em:<<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-113.pdf>>. Acessado em: 24 de janeiro de 2017.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em:<<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/fortalecimento-de-conselhos/garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acessado em: 19 de outubro de 2018.

CNJ, 2016. Disponível em:<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

CUSTÓDIO, André Viana. Direito da Criança e do Adolescente. Criciúma, SC: UNESC, 2009.

DATASUS. Disponível em:<<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/eventos-v/sinasc-sistema-de-informacoes-de-nascidos-vivos>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

DATASUS. Disponível em:<<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/eventos-v/sim-sistema-de-informacoes-de-mortalidade>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

DATASUS. Disponível em:< <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/violeRN.def>> Acessado em 14 de abril de 2020.

INEP. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acessado em: 29 de maio de 2018.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 05 de abril de 2018.

IBGE. Microdados2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 05 de abril de 2016.

IBGE, Cidades. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em 09 de maio de 2018.

IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, Rio de Janeiro – RJ, 2018.

IBGE. Disponível em:<<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

INEP. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/>>. Acessado em: 19 de abril 2018.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea; Campinas: PUC, 2004.

MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. São Paulo: 2003.

MDS, 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF – 2009.

MDS, 2011. Departamento de proteção Social Especial. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF – 2011.

MDS, 2015. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bp>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

MDS, 2016. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

MDS, 2016. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_03022016.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

SINAN. Disponível em:<<http://portalsinan.saude.gov.br/>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

MDS. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

MDS. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

MDS. Disponível em:<<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

MDS. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

IBGE. Disponível em:<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultmicro.shtm> Acessado em: 19 de julho de 2018.

MDS. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

RIPSA. Disponível em:<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/pdf/ficha_A.16.pdf>. Acessado em: 09 de maio de 2018.

SANTOS, Milton. Território e Sociedade - Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2000. pg. 22.

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. Maio, 2012.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Ltr, 1997.

Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/palmeira/lei-ordinaria/1997/184/1843/lei-ordinaria-n-1843-1997-altera-a-organizacao-administrativa-da-prefeitura-municipal-estabelecida-pela-lei-n-1663-de-13-08-93-e-da-outras-providencias>

<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servico-de-protecao-social-a-adolescentes-em-cumprimento-de-medida-socioeducativa-de-liberdade-assistida-la-e-de-prestacao-de-servicos-a-comunidade-psc>)



REALIZAÇÃO:

painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

FINANCIAMENTO:

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL